





## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues





GOVERNO DO BRASIL

Presidente da República  
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Educação  
FERNANDO HADDAD

Secretário de Educação a Distância  
JOÃO CARLOS TEATINI

Reitor do IFRN  
BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA

Diretor do Campus EaD/IFRN  
ERIVALDO CABRAL

Coordenadora Geral da UAB /IFRN  
ILANE FERREIRA CAVALCANTE

Coordenadora Adjunta da UAB/IFRN  
ANA LÚCIA SARMENTO HENRIQUE

Coordenador do Curso a Distância  
de Licenciatura em Letras-Espanhol  
CARLA AGUIAR FALCÃO

## FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

Material Didático

Professora Pesquisadora/conteudista  
ANDREA GABRIEL FRANCELINO  
RODRIGUES

Coordenação da Produção de  
Material Didático  
ARTEMILSON LIMA

Revisão Linguística  
ILANE FERREIRA CAVALCANTE  
KALINA ALESSANDRA

Projeto Gráfico e  
Coordenação de Design Gráfico  
JOÃO BATISTA DA SILVA

Diagramação  
ANDREZÁ FURTADO  
GABRIEL FACUNDES  
JULIO CESAR  
MARIANA MOREIRA  
MATEUS PINHEIRO  
MAYARA ALBUQUERQUE

Ilustração  
LAILA ALVES  
VLADIMIR RODRIGUES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Marise Lemos Ribeiro CRB 15/418

---

C376f Rodrigues, Andrea Gabriel Francelino.

Fundamentos históricos e filosóficos da educação / Andrea Gabriel

Francelino Rodrigues. – Natal : IFRN Editora, 2012.

376 p. : il. color.

ISBN

1. Fundamentos da educação. 2. Filosofia da educação. 3. Educação  
brasileira. I. Título.

CDU 37.01

---

Caro(a) Aluno(a):

Você está recebendo este material didático por meio do qual vai realizar a maior parte de seus estudos do curso de Letras Licenciatura em Espanhol. Na Educação a Distância, o material didático é a mais importante ferramenta de estudo. Ele é o principal mediador entre você e os conhecimentos historicamente acumulados que foram escolhidos para compor cada aula que agora está em suas mãos.

O material didático na EaD é, ainda, substituto do professor no momento em que você o utiliza. Nesses textos, o professor se faz presente através da linguagem dialogada, das estratégias de mobilização dos conteúdos, das atividades, enfim, de tudo o que compõe esse material. É importante que você tenha clareza de que a sua aprendizagem depende, sobretudo, do seu empenho em estudá-lo, dedicando bastante atenção aos conteúdos de cada aula. Realizar cada uma das atividades, comunicar-se com seu tutor e/ou professor através das várias formas de interação e sanar as dúvidas que, por ventura, venham surgir durante o processo de utilização desse material, constituem-se elementos primordiais para o seu aprendizado.

Esse material foi concebido, escrito e finalizado com muita dedicação com um objetivo principal: a sua aprendizagem. Cada imagem, ícone ou atividade passou por um refinado processo de análise com o objetivo de que, no final de cada sessão de estudo, você tenha compreendido bem os conceitos, categorias ou postulados essenciais à sua formação como professor de Língua Espanhola. Desejamos que o itinerário iniciado por você seja exitoso e que, ao final do curso, esse material tenha contribuído efetivamente para seu crescimento na condição de indivíduo, cidadão e profissional.

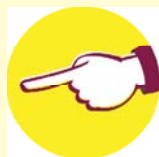
Bons estudos.

Diretoria de Produção de Material Didático



## As seções

Com o objetivo de facilitar a sua aprendizagem, as aulas foram estruturadas didaticamente em seções que facilitam o seu itinerário de estudos. Essas seções cumprem, cada uma, um objetivo específico e estão articuladas entre si, de modo que, ao final de cada aula, você tenha compreendido o conteúdo e apreendido os conceitos principais. Vamos ver quais são essas seções e quais as suas funções nas aulas.



### **Apresentação e objetivos**

Apresenta de maneira resumida os conteúdos que você vai estudar e os objetivos de aprendizagem da aula.



### **Para começar**

Texto de abertura da aula. Pode ser um poema, uma crônica, uma charge, um conto, entre outros. Tem a função de problematizar a temática que será trabalhada na aula.



### **Assim é**

Desenvolve a temática da aula através da apresentação dos conteúdos propriamente ditos.



### **Mãos à obra**

São as atividades de percurso (fixação) que estão relacionadas com os conteúdos trabalhados em cada bloco.



### **Atenção!**

Usada quando o professor quer dar um destaque para algum aspecto importante da temática que está sendo estudada: conceitos, significado de termos, explicação adicional sobre um termo, entre outros.



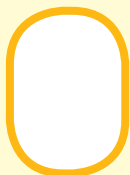
### **Um passo a mais**

Seção que recomenda as leituras complementares à aula que você está estudando.



### **Já sei!**

Resumo da aula que você estudou.



### **Box**

Aparece quando existe necessidade de uma informação complementar, como um biografema de um autor em destaque, a indicação de uma leitura ou filme, com breve sinopse, entre outros.



### **Referências**

Apresenta as referências bibliográficas que foram utilizadas pelo professor para a elaboração da aula.



## Índice

O que é filosofia? .....	Aula 01
Filosofia e Filosofia da Educação .....	Aula 02
Natureza e a especificidade da educação .....	Aula 03
Filosofia, educação e práxis docente .....	Aula 04
A Filosofia da Educação: Contribuições para uma Formação Prático- Reflexiva .....	Aula 05
Filosofia da Educação e Teorias Pedagógicas .....	Aula 06
Saberes necessários à prática educativa .....	Aula 07
Educação informal e formal e a origem das primeiras instituições escolares .....	Aula 08
As concepções sobre História e Historiografia .....	Aula 09
A educação do homem primitivo .....	Aula 10
A educação Grega: Esparta e Atenas .....	Aula 11
A educação em Roma .....	Aula 12
A educação na Idade Média .....	Aula 13
O nascimento do pensamento pedagógico moderno .....	Aula 14
A educação na Idade Contemporânea .....	Aula 15
A educação no período colonial .....	Aula 16
A educação no império brasileiro .....	Aula 17
A educação brasileira nas primeiras décadas do período Republicano .....	Aula 18
A educação brasileira durante a ditadura militar .....	Aula 19
A educação brasileira no século XXI .....	Aula 20





# Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



**O que é filosofia?**

Aula

01







## Apresentação e Objetivos



Estamos iniciando as aulas da disciplina Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação. No programa da disciplina, indicamos vários objetivos a serem atingidos no decorrer das nossas discussões e, em cada aula, traçaremos alguns objetivos específicos ao tema que iremos trabalhar. Para que os objetivos sejam concretizados, é importante que haja, por parte de você, aluno(a), uma leitura atenta aos nossos propósitos e um acompanhamento das leituras básicas e complementares do curso, tentando relacionar a abordagem da autora ao seu entendimento. É fundamental também que você faça a sua síntese crítica sobre o texto e responda às questões sugeridas ao final de cada aula.

Fig. 01



- ▶ Nas aulas da disciplina (Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação) temos como intenção maior a reflexão crítica sobre os conteúdos propostos, a exemplo da aula de hoje, quando trabalharemos o conceito de filosofia. Não é preciso que você memorize conceito de filosofia e sim reflita sobre o mesmo e faça a sua própria síntese. Isso significa que, nas nossas aulas, teremos muitos momentos de indagações, relacionando os conceitos teóricos com situações práticas.



- ▶ Lembramos também que esse exercício é uma mão dupla, não única, o que significa que você precisa estar bem interligado às aulas e ao que propomos, para que haja uma dialogicidade dinâmica.

### Objetivos:

- ▶ Especificamos a seguir alguns objetivos que estão interligados aos conteúdos de ensino da aula de hoje. Dentre eles destacamos:
- ▶ Realizar uma leitura crítica sobre o conceito de filosofia nas suas diversas acepções.
- ▶ Entender as finalidades educativas da escola pública durante a ditadura militar, bem como as relações entre currículo e poder.
- ▶ Compreender as bases teórico-metodológicas da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler e o seu significado para a história da educação do RN.



### Para começar

Vamos iniciar a aula de hoje com algumas reflexões importantes:

- ▶ O que você entende por filosofia?
- ▶ A filosofia é própria do mundo dos filósofos ou pode ser de domínio de qualquer sujeito?
- ▶ Em que sentido a filosofia pode contribuir para compreendermos as nossas práticas cotidianas?
- ▶ Em todas as nossas ações diárias, a filosofia está presente?

Feitas essas indagações iniciais, partiremos para um diálogo do que entendemos sobre filosofia. Etimologicamente, a palavra Filosofia, de origem grega, significa FHILLO: amizade e SOPHIA sabedoria; portanto, amiga da sabedoria. Teoricamente, essas são as atribuições sobre o seu sentido, mas não temos um conceito único e fechado sobre o seu significado. Há concepções, por exemplo, que tratam a **filosofia como visão de mundo de um povo**. Vamos entender o que significa essa afirmação:

- ▶ Podemos interpretar que essa concepção, quando usada, torna-se muito genérica e abre espaço para pensarmos na filosofia como um conjunto de ideias, valores e sujeitos de acordo com a sua cultura.
- ▶ A filosofia, de acordo com essa concepção, fica descaracterizada no seu sentido, sendo confundida com o conceito de cultura, uma vez que essa definição exprime uma visão coletiva de uma sociedade em relação às suas práticas culturais, aos seus valores e representações.
- ▶ Outro aspecto a considerar é que a filosofia, como visão de mundo de um povo, confunde o sentido próprio da filosofia com a religião, arte e ciência. Essa confusão acontece porque a definição, além de ser muito genérica, abre espaço para interpretarmos a filosofia, assim como a religião, a arte e ciência, como um conjunto de ideias que possibilita ao homem compreender de forma ampla e generalizada o mundo e a si próprio.

Então, de acordo com as explicações realizadas até então, fica esclarecido que a filosofia, nessa concepção, associa-se a concepções religiosas, crenças, mitos; enfim, é um conceito amplo, que não abre possibilidades de definir melhor o objeto de estudo da filosofia e entender o seu significado.

Outra concepção aceita sobre o conceito de filosofia é a que define a mesma como **sabedoria de vida**. Vamos entender o significado dessa conceituação:

- ▶ Nessa concepção, filosofar seria importante para adquirirmos uma melhor qualidade de vida, viver bem, entendendo de forma significativa o mundo ao nosso redor.

- ▶ Seria, ainda, contemplar o mundo de forma racional, considerando os valores morais, o controle dos impulsos instintivos do ser humano, em prol de uma vida digna e feliz.
- ▶ Seria a arte de aprender a viver bem com o outro, entendendo a si próprio e o outro.

Feitas essas colocações, podemos pensar: o que há de equivocado nessa definição, afinal a filosofia não poderia proporcionar qualidade de vida ao homem, bem como contribuir para controlarmos os nossos impulsos instintivos, os nossos desejos e paixões desenfreadas e assim vivermos melhor com os nossos semelhantes de forma ética e sábia?

Essa concepção se volta para o entendimento da filosofia como sabedoria interior do ser e não possibilita entendermos o objeto de estudo da filosofia como elemento que transcende o lado espiritual.

Há ainda a concepção que entrelaça **filosofia e religião**, como se a filosofia fosse responsável por dar conta da compreensão da totalidade do universo, ordenada e dotada de sentido; um sistema de pensamento único, dando conta de explicar a realidade, quando na atualidade buscamos o diálogo com outros campos do conhecimento como contribuição para entendermos a realidade e sua complexidade. Um único ponto de vista limita o olhar para o fenômeno social porque ficamos limitados a um ângulo e não a uma pluralidade de olhares, abertos a dialogar com outras realidades, como um prisma, que pode ser observado sob diversos aspectos.



Fig. 02

Veja bem, caro(a) aluno(a), aqui é importante entender que filosofia não é religião e sim proporciona reflexões críticas sobre as origens das diversas crenças religiosas.

No caso da religião, ela se espelha muito no campo das representações, enquanto a filosofia não se conforma a essa situação, tenta explicar o não explicável, busca a racionalidade, não permanecendo na superficialidade através de um esforço radical, rigoroso e sistematizado de pensamento.

Para finalizarmos essa parte, referente às concepções, destacamos uma conceituação usual que mais se aproxima da filosofia e a qual muitos teóricos na atualidade defendem, a exemplo de Chauí (2005), Aranha (2006), Chaves (2008) e Severino (2004), dentre outros, que é a que associa filosofia ao esforço racional, crítico, sistemático, rigoroso, para se conhecer a realidade; é conhecimento das práticas.

É importante que você entenda que no debate teórico atual nega-se a ideia de que filosofia seja mera sabedoria, que pode ser usada para pensar e não para conhecer, sendo o conhecer específico da ciência, pois essa visão é conservadora na forma de conceber o significado da filosofia.

Iremos fazer uma breve retomada das concepções sobre filosofia e, logo abaixo, destacaremos alguns sentidos equivocados em relação ao seu uso, também exemplificaremos a nossa abordagem com algumas frases bastante conhecidas sobre esse equívoco.

### **Dentre algumas das colocações mais abordadas temos:**

- ▶ A filosofia não é um “eu acho que” ou um “eu gosto de”. Não é pesquisa de opinião à maneira dos meios de comunicação de massa. Não é pesquisa de mercado para conhecer preferências dos consumidores e montar uma propaganda. As indagações filosóficas se realizam de modo sistemático. (CHAUI, 1995, p. 13)
- ▶ A filosofia, do ponto de vista do polo analítico, é aquela atividade reflexiva, realizada através de análise e de crítica, pelo ser pensante, no exame do significado e dos fundamentos de conceitos, crenças, convicções e pressuposições básicas, mantidos por ele próprio ou por outros seres pensantes. (CHAVES, 2000, p.2)
- ▶ A filosofia não pode reduzir-se a uma simples sabedoria, coordenadora de valores. Trata-se de um conhecimento e não apenas de uma sensibilização a valores mais ou menos difusos no contexto da vida social ou mesmo a valores subjetivados das pessoas. Quando a filosofia discute valores, inclusive propondo sua aplicação às escolhas das pessoas, ela o faz não em função de uma sensibilidade difusa, mas sempre em função de uma fundamentação reflexiva, só viável pelo exercício da subjetividade cognoscitiva. (SEVERINO, 2000, p.2).

Ao conhecer um pouco mais sobre as definições da filosofia, reflita sobre elas. Veja o que você encontra de semelhanças e distinções entre as concepções apontadas pelos autores?

Vejamos as semelhanças que os autores apresentam nas suas definições. Eles trazem um quadro que esboça o entendimento de que a filosofia não se limita ao campo do senso comum, do "achismo", da superficialidade, mas na criticidade, na reflexão sistematizada, rigorosa da realidade. Assim sendo, vamos juntos retomar àquelas primeiras indagações feitas no início deste texto: - A filosofia é própria do mundo dos filósofos ou pode ser de domínio de qualquer sujeito? Em todas as nossas ações diárias, a filosofia está presente?

Acreditamos que a filosofia não é de domínio do mundo dos filósofos. Todos nós, seres humanos, podemos praticar o exercício de filosofar, exercitando o nosso poder da mente em analisar, criticar, comparar, decidir, escolher, sintetizar, optar por um modo de vida. No entanto, é importante entender que o exercício de filosofar não é algo trivial, é um exercício que passa por decisões, olhar atento ao questionar o que, para que e por que as coisas são como são, o que significa dizer que não é tão simples como abrir um guarda-roupa e decidir qual blusa é mais bonita, a amarela ou a azul para ser usada em determinado dia quente ou chuvoso.

Também é fundamental o entendimento de que a filosofia incide na forma de pensamento dos seres, nas suas análises, nas suas decisões, é um exercício rigoroso, que não se conforta em aceitar o dado a ver, o óbvio do senso comum, negando aquele conhecido dizer popular "Maria vai com as outras" em função de opções refletidas.

Tendo em vista essa compreensão, poderemos sim fazer da filosofia uma prática cotidiana, que esteja presente de forma crítica na nossa vida, ajudando-nos a fazer escolhas; não meras escolhas influenciadas por opiniões alheias, mas escolhas pensadas, analisadas.

Essas colocações respondem, de certa forma, à pergunta sobre a filosofia como ação diária em nossa vida. Pois bem, ela é muito bem-vinda no nosso cotidiano, afinal, constantemente fazemos escolhas. No entanto, o que acontece é que essas escolhas, na maioria das vezes, são escolhas feitas impensadamente, ou seja, de forma não refletida e não sistematizada. Isso acontece quando optamos por decisões escolhidas ao acaso, que não passam pelo crivo de uma reflexão criteriosa.

Assim sendo, a filosofia pode contribuir de forma significativa para compreendermos melhor as nossas práticas cotidianas, entendendo aqui que não estamos enfatizando o sentido pragmatista da filosofia; longe disso, ela vai para além do caráter imediatista das coisas, ela transcende em muito os desejos da sociedade atual de consumo, de produtividade e eficiência nas coisas.

Caso considerássemos apenas o caráter utilitarista da filosofia, estaríamos negando o pleno sentido dela, que é a essência interior que nos proporciona o sentido da sua existência, que não se limita ao imediatismo das coisas, indo além das aparências, não se conformando com respostas generalizadas e superficiais. E, penetrar nas essências, pesquisar, raciocinar, julgar e investigar são exercícios que demandam tempo e muitas buscas e caminhos, alguns tortuosos e cheios de curvas, de idas, vindas e rupturas.

Portanto, o exercício, pelos sujeitos, do pensar, do conhecer, do entender e a não aceitação do dado a ver, configuram-se como central na atitude filosófica crítica. A autora Chauí (2005) ainda destaca duas facetas importantes nesse processo:

- ▶ A faceta positiva
- ▶ A faceta negativa

### Você já ouviu falar nessas facetas?

Elas são importantes para compreendermos o processo de filosofar criticamente, pois estão interligadas e caminham para a direção da não aceitação ao óbvio. A **faceta positiva** indica uma interrogação sobre as coisas. O positivo aqui tem o sentido bom, de busca pelas idéias, pelos fatos, de situações, uma interrogação sobre tudo que parece óbvio aos nossos olhos. É a busca do porquê, do como, do que é a coisa, os fenômenos na realidade. O que é, por que é e como é - são caminhos fundamentais de uma atitude filosófica crítica.

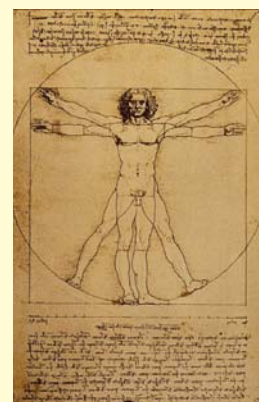


Fig. 03

A **faceta negativa** indica um não ao senso comum, ao óbvio, ao estabelecido. Ela é importante para constituir uma atitude crítica e o pensamento crítico, porque se o homem não é capaz de formular, buscar respostas para as coisas, termina aceitando o que os outros dizem, ignorando a sua própria capacidade de buscar os motivos, as razões e as causas das coisas, seu potencial criador de pensar e escolher.

Havíamos destacado anteriormente que as decisões que tomamos no nosso dia-a-dia, sem pensarmos sobre elas, terminam se consumando num puro "achismo", lembra? Pois bem, quando tratamos da filosofia, esse "achismo" cai por terra, tomando lugar o "eu penso" no lugar do "eu acho" e isso faz a diferença no momento das decisões e nosso caminhar com o outro, porque passamos a construir uma libertação interior na forma de julgar e decidir entre o senso comum e uma ação pensada.

Essa colocação nos faz recordar de algumas ideias apontadas por Freire (2000) na sua obra Pedagogia do Oprimido. Nesse livro, uma obra clássica, enriquecedora do conhecimento, o autor aponta para a liberdade das ideias e a opressão a que o homem pode estar submetido quando é alheio ao mundo e as coisas ao seu redor.

Nesse sentido, o homem passa a ser oprimido nas suas ideias, nos seus valores e na sua cultura porque não consegue enxergar a realidade de forma crítica e termina aceitando a imposição de ideias do outro. Há necessidade de um diálogo crítico e libertador para que esse homem não esteja apenas adaptado a uma realidade, mas consiga intervir na realidade de forma consciente, liberto de uma opressão.

Para Freire (2000), isso significa liberdade necessária a qualquer indivíduo, independente de seu grupo social, econômico e cultural. Por outro lado, essa libertação, a que tanto remete o autor, é conquistada no seio grupal. Para ele, é mão dupla e dialética, num contínuo diálogo educador-educando e educando-educador, porque quando exercemos uma prática educativa também sofremos uma apropriação por parte do outro em relação ao seu saber, aos seus valores e conhecimentos.

Nesse sentido, a educação deve ter como ponto central uma prática problematizadora, ou seja, ser tomada com base nos problemas reais, concretos e vividos pelo homem no seu meio social.

A concepção de educação, nesse entendimento, prioriza as relações existentes entre conhecimento e sociedade, bem como entrecruzando educação e vida.

Dewey, considerado um dos grandes precursores do Movimento Escolanovista no mundo afirmava que a educação somente tem sentido quando vivida. Para ele, educação é acima de tudo VIDA, ela precisa ser sentida, experimentada, problematizada no dia a dia dos sujeitos.



Paulo Freire também entende que a educação deve ser problematizada nas relações sociais e por isso ela deve ser produto de uma prática para a liberdade. Essa ideia não reconhece a formação que prioriza a formação do homem para ser passivo na sociedade, o homem que apenas adapta-se ao mundo, que não reconhece a sua história e não se conhece com sujeito partícipe. Portanto, as ideias de Paulo Freire desconsideram a existência do homem como ser abstrato, isolado dos problemas sociais, priorizando sim o sentido do homem como ser concreto, inserido no mundo e capaz de transformar o mundo.

Podemos, então, vislumbrar em Paulo Freire uma Filosofia da Educação, pois sem filosofar, o homem não é capaz de enxergar a si próprio e ao outro. A filosofia exerce papel na formação humana, importante para pensarmos sobre a educação e particularmente sobre as finalidades educativas numa sociedade: educar para que e para qual sociedade e indivíduo.

Portanto, filosofar implica um olhar atento ao que está ao nosso redor, um dizer não ao “eu acho” em prol de um “eu penso”. Isso não consubstancia numa prática mecânica, aleatória e leviana, até porque o filosofar crítico sobre as coisas implica uma leitura racional, interpretativa e intencionalizada dos porquês, do que são as coisas e como elas acontecem. Assim sendo, podemos perceber a importância que a Filosofia tem para a nossa vida e para a nossa leitura de mundo.

## Mãos à Obra



Agora que você fez uma leitura sobre o conceito de filosofia e conheceu algumas características sobre a atitude filosófica, iremos tecer algumas reflexões através da seguinte atividade propostas:

- 1) Realize uma síntese sobre o seu entendimento do que é filosofia:
- 2) O que significa afirmar que as indagações filosóficas se realizam de modo sistemático?
- 3) Por que a reflexão filosófica é radical? Explique o sentido das facetas positivas e negativas que compõem uma atitude filosófica:





## Leitura Complementar

Para complementação dessa temática, indicamos para você ler algumas obras do autor Paulo Freire. Dentre as diversas, referenciamos a obra *Pedagogia da autonomia*, *Pedagogia do oprimido* e *Educação como prática da liberdade*. Essas obras são fascinantes quanto ao seu conteúdo, bem como quanto às possibilidades que a leitura acena para um olhar crítico sobre a realidade e para a formação crítico-reflexiva do homem para pensar e agir no seu meio.



## Já sei!

Na aula de hoje, fizemos uma leitura sobre o significado da palavra filosofia. Vimos que filosofia não apresenta um único sentido, ao contrário, o seu significado é diverso e depende do referencial teórico adotado para analisá-la. Estudamos também que filosofar criticamente não é uma prática aleatória e trivial, pois exige um pensar sobre as coisas e sobre as nossas decisões. Compreendemos que a filosofia é muito importante na nossa vida e que numa sociedade como é a nossa atual, que é consumista e utilitarista, muitas vezes, a filosofia não é percebida por muitos no seu papel relevante na história de vida dos sujeitos. Assim sendo, há necessidade de despertar em nós mesmos o lado reflexivo, dialético e crítico para termos uma leitura de mundo aberta, consciente e interpretativa.



CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995.

CHAVES, Eduardo. A Filosofia da educação e a análise de conceitos educacionais. Disponível em: <http://chaves.com.br/textself/philos/filed77-2.htm>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Educação: Do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/ Autores Associados., 1980.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A compreensão filosófica do educar e a construção da filosofia da educação. In: Filosofia da educação : diferentes abordagens. Campinas, SP: Papirus, 2004.

### Fonte das figuras

Fig.01 - <http://www.kuyper.edu/uploadedImages/Website/Academics/1RBCD7GZ8250%20academics%20students%20in%20classroom.jpg>

Fig.02 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9c/Buddha's\\_statue\\_near\\_Belum\\_Caves\\_Andhra\\_Pradesh\\_India.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9c/Buddha's_statue_near_Belum_Caves_Andhra_Pradesh_India.jpg)

Fig.03 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/69/Studio\\_del\\_Corpo\\_Umano\\_-\\_Leonardo\\_da\\_Vinci.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/69/Studio_del_Corpo_Umano_-_Leonardo_da_Vinci.png)





## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



**Filosofia e Filosofia da Educação**

Aula

02



## Apresentação e Objetivos



Na aula de hoje, iniciaremos retomando alguns aspectos trabalhados anteriormente na aula 1. Os objetivos a serem atingidos explicitam a continuidade dos objetivos traçados na aula 1, sobre a compreensão do que é filosofia e em que sentido ela está presente na nossa vida cotidiana. A seguir destacamos alguns objetivos traçados, dentre eles:

### Objetivos:

- ▶ Entender as contribuições da filosofia para o campo educacional.
- ▶ Refletir criticamente sobre a importância da filosofia para a formação docente.
- ▶ Proporcionar uma leitura crítica sobre o conceito de filosofia e filosofia da educação.







## Para começar

Vamos iniciar a aula de hoje retomando alguns tópicos do exercício que foi colocado para você responder na aula 1.

- ▶ Realização de uma síntese sobre o entendimento da Filosofia.
- ▶ O significado da afirmação de que as indagações filosóficas se realizam de modo sistemático.
- ▶ Por que a reflexão filosófica é radical? Explicar o sentido das facetas positivas e negativas que compõem uma atitude filosófica.



## Assim é

Na aula passada, solicitamos que você realizasse uma síntese sobre o que é filosofia, ressaltando características de uma atitude filosófica crítica e as facetas positivas e negativas que a compõem. Esse exercício é importante para você explicitar o seu entendimento sobre esse assunto, bem como conseguir, nesta aula de hoje, fazer relações com o conteúdo novo, agora tentando entrelaçar as teias existentes entre filosofia e filosofia da educação. Nesse sentido, é importante refletir sobre os seguintes aspectos:

- ▶ Em que sentido a filosofia pode contribuir significativamente para as questões educacionais?
- ▶ Quais relações existentes entre a filosofia e a educação?

Essas indagações são relevantes para entendermos os diálogos que podem ser estabelecidos entre a filosofia e a educação como campos específicos, mas que mantêm aproximações constantes de reflexão, de busca de compreensão da práxis educativa.

Vimos que as indagações filosóficas se realizam de modo sistemático porque se exige um pensar diferente do senso comum, é um pensar argumentado, sintetizado e refletido. Então, não dá para fazer indagações filosóficas sem remetermos a um posicionamento que está relacionado com a nossa forma de percebermos as coisas ao nosso redor, ou seja, sistematizar envolve parar para pensar, para elaborar algo e esse algo não é construído no vazio e no “achismo”.

Enquanto características de uma atitude crítica, destacamos as facetas negativas e positivas. Vimos que elas fazem parte da atitude filosófica e que caracterizam um não ao senso comum, às ideias estabelecidas, bem como a busca dos conhecimentos, a interrogação sobre o que são as coisas, o que as forma, as constitui e como elas se expressam no mundo.

Foi solicitado também que você fizesse uma síntese sobre as definições apresentadas sobre o sentido da palavra filosofia, o que para nós torna-se fundamental, uma vez que fazer, posteriormente, interligações da filosofia com a educação requer, a priori, a compreensão de ambos os conceitos.

Entendemos – e isso ficou muito explícito na nossa primeira aula – que não há um conceito fechado, pronto e acabado sobre a filosofia; ao contrário, temos, no campo teórico, diversos olhares em que a filosofia aparece com diversas conotações.

O que buscamos, a partir das diversas definições teóricas sobre o significado da palavra filosofia, é a interpretação de que ela não é própria do mundo dos filósofos porque todos os homens possuem a capacidade de pensar, questionar, criar e construir os seus significados, o seu olhar sobre o mundo.

As diversas concepções teóricas que adquirimos sobre as coisas não são aleatórias, são concepções construídas, que envolvem valores culturais, religiosos, políticos, ideológicos e contribuem significativamente para darmos um sentido às coisas. No caso específico da filosofia, as diversas concepções atribuídas a ela evidencia que não há uma única forma de enxergar o mundo, não há uma visão fechada e universal.



Fig. 01



Especificando por que a reflexão filosófica é radical e rigorosa, vimos também que refletir filosoficamente implica compreender que somos seres pensantes, agimos no mundo, construímos as nossas percepções sobre as coisas através de diversas interações com o outro e o que nos rodeia. Então, a reflexão filosófica radical implica um movimento de idas e vindas, do pensamento sobre si próprio e sobre o outro, pois somos seres pensantes e as nossas ideias incidem num campo de ação, o campo do agir no mundo via pensamentos, gestos, linguagens, ações.

A reflexão filosófica organiza-se, portanto, em torno de grandes questões que incidem sobre o que pensamos, dizemos e fazemos, bem como do conteúdo do que pensamos e agimos. Nesse momento gostaria Fig. 01 de destacar uma citação do célebre educador Paulo Freire na sua obra "Pedagogia do Oprimido", quando diz:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres "vazios" a quem o mundo "encha" de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como "corpos conscientes" e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 1987, p.38)

A citação acima chama atenção para o sentido que a educação pode proporcionar na vida dos homens, que não pode fundar-se na opressão das ideias, do pensamento e sim na libertação dos homens como seres pensantes, construtores de identidades próprias. A educação, como prática da opressão, tolhe, segundo Freire (1987), a liberdade de pensamento, a criatividade e o filosofar das pessoas, acomodando o homem ao mundo da opressão.

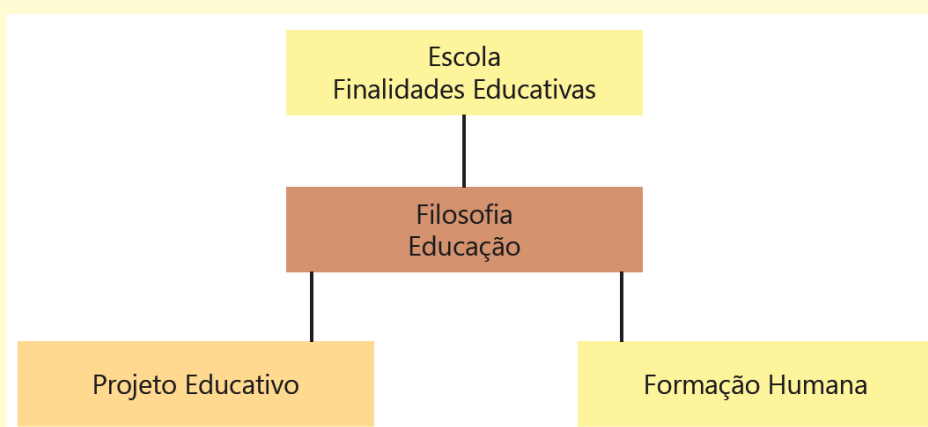
Já a educação como prática da libertação, ao inverso, impulsiona a liberdade da expressão, do pensamento e da criatividade. A partir de agora, iremos nos debruçar sobre a filosofia e filosofia da educação, tentando entender as especificidades de cada uma e os possíveis entrecruzamentos existentes entre elas, bem como as possíveis contribuições da filosofia para o campo educacional.

## Filosofia e Educação:

A primeira pergunta que nos fazemos é: Para que filosofar sobre as questões educacionais?

Acreditamos que você, aluno(a), tenha conseguido fazer um bom exercício do pensar ao questionar sobre a filosofia e entender que o olhar para a filosofia requer uma leitura sobre seu sentido epistemológico, conceitual, as características de uma atitude filosófica crítica. Fica então esclarecido que estamos abordando várias concepções existentes sobre a filosofia e que o nosso referencial teórico e repertório cultural é que indicará com qual das concepções teóricas nos identificamos e aceitamos como válida para definir o que é filosofia.

Na aula de hoje, apresentamos, como finalidade maior, o entendimento das interfaces da filosofia com a filosofia da educação, bem como as contribuições da filosofia para o campo educacional.



Inicialmente lançamos o seguinte questionamento – em que sentido a filosofia pode contribuir para entendimento das questões educacionais? Vamos visualizar a figura abaixo, que espelha muito bem o nosso olhar para a filosofia e a educação.

A figura acima espelha a ideia de que a filosofia e a educação caminham juntas, contribuindo para se pensar o projeto político pedagógico da escola, o tipo de formação ensejada para o aluno e a importância de definição do papel social da escola e, nessa definição, algumas diretrizes, finalidades educativas, dentre outras.

Sobre os prováveis entrecruzamentos entre filosofia e educação admitamos que sejam vários, alguns deles já apontados anteriormente. A nossa discussão teórica caminha na perspectiva de que não há uma neutralidade na educação. Ela, a educação, por ser histórica e contextual, só pode ser compreendida quando inserida numa conjuntura política, social, econômica e cultural e, nesse sentido, fica esclarecido o seu papel em determinada sociedade, assim como a função que a instituição escolar desempenha em dado contexto.

O projeto político pedagógico da escola espelha os anseios, as expectativas políticas e pedagógicas da instituição, assim como as suas diretrizes que serão materializadas em práticas pedagógicas. E o olhar para esse projeto não ocorre no vazio, deve refletir concepções do que é ensinar e aprender, posturas teóricas, decisões coletivas e finalidades educativas.

Tudo isso não se constrói no vazio, é fruto de discussões, questionamentos sobre o fazer pedagógico e a filosofia é fundamental, para não dizer, indispensável nesse momento de construção de um projeto coletivo, que deve determinar os rumos, os caminhos que a instituição escolar irá percorrer.

Assim, percebemos como a filosofia pode contribuir para um olhar mais crítico em relação à educação, e a outras questões de caráter mais amplo que envolvem a política educacional e problemas na estrutura e que refletem no campo educacional de forma direta.

É possível afirmar, então, que o entendimento da filosofia e da educação, a princípio, pressupõe um ato filosófico. Na aula passada, estudamos diversas concepções sobre filosofia e vimos que não há um único conceito sobre ela. Assim também é na educação. Dependendo da visão de mundo de cada um, do referencial teórico adotado para conceituá-la podemos ter vários sentidos:



Fig. 02

- ▶ Educação - numa perspectiva tradicional, é vista como reprodutora de valores, como mera transmissão da herança cultural dos antepassados.
- ▶ Educação – numa perspectiva crítica, é vista como transformadora, que aponta a dialética das ideias, com possibilidade de gestação de novas ideias e ruptura com o passado, de forma contextual e dinâmica.

A partir da segunda perspectiva, é possível entender que sendo a educação contextual e dinâmica, não pode ser tomada como uma prática neutra na sociedade; ao contrário, é uma ação política e intencionalizada e só pode ser compreendida nas relações em que os homens estabelecem entre si na sociedade.

Estamos clarificando o conceito de educação e, nesse momento, estamos filosofando, porque o ato de filosofar implica pensar que o entendimento sobre educação não é fácil porque há muitas generalizações sobre o seu uso. Alguns, ao tratar do termo, associam-no somente à educação escolarizada, outros generalizam o conceito a uma perspectiva de senso comum.

Veja que para chegarmos ao entendimento sobre o significado da palavra temos que optar por um caminho teórico. O que significa isso? Se entendemos que a educação só ocorre em âmbito escolar, estaremos negando toda a riqueza de conhecimentos e de cultura que se constroem nos grupos fora do sistema institucional, os que decorrem das relações interpessoais e convívios informais.

Se educar depende apenas da escola, onde fica o papel da família, das gerações passadas que estão fora da escola, dos valores que se passam nos grupos sociais através das convivências e trocas contínuas?

Se eu entendo a educação apenas com o papel de reprodutora de valores, onde fica a sua contribuição como instância transformadora, possibilitadora de mudanças?

Além de contribuir para se pensar nas questões educacionais, a filosofia apresenta papel relevante na formação dos professores no momento em que suscita questionamentos sobre a sua prática, reflexões sobre o fazer pedagógico e proporciona, a partir da reflexão sobre a prática, uma ação mais pensada, numa dinâmica contínua. Na filosofia e na educação o entendimento que temos é de que a teoria não se separa da prática, pois quando filosofamos sobre os problemas educacionais, esses problemas são abstraídos da realidade prática, do vivido, do concreto. Portanto, não podemos compreender bem o significado da educação de forma atemporal, desvinculada de uma filosofia, de um questionar sobre as finalidades educativas, com base numa realidade social, econômica, política e cultural.



Fig. 03

A práxis – ação-reflexão-ação – é fundamental na atividade laborativa do professor, pois um profissional que não reflete sobre as suas ações, esquece que a avaliação é instrumento possibilitador de mudança e crescimento pessoal e profissional. Portanto, é a filosofia que contribui significativamente para se pensar numa ação pedagógica mais intencionalizada, mais reflexiva, que supere o espontaneísmo.

É importante também o entendimento de que a educação por ser contextual precisa ser entendida na sua dinamicidade histórica, relacionada ao contexto social, político e cultural, que condicionam a educação e a prática docente.

Vamos conhecer algumas funções que a filosofia pode desempenhar de forma a contribuir para o entendimento de questões no campo educativo e pedagógico:

### Aspectos antropológicos

À filosofia, cabe a reflexão sobre o homem, visto como um ser concreto e contextual, considerando suas necessidades, seus interesses e expectativas de vida. Para tanto, há necessidade de conhecer o meio em que o homem está situado historicamente para se ter como ponto de partida as finalidades de sua formação educativa.

Esses aspectos são relevantes a considerar para que uma instituição escolar trace seu projeto educativo, pensando em que tipo de homem deseja formar e para qual sociedade. A partir dessa compreensão, a escola irá elaborar diretrizes pedagógicas materializadas no seu projeto político pedagógico, em que a concepção de homem precisa estar subjacente, para que não se eduque a partir de um homem abstrato, mas de um sujeito concreto, situado historicamente. Que tipo de homem se quer formar e para qual sociedade depende da concepção de ser humano e sociedade, onde o político está presente; não é uma aceção fundada na neutralidade.

### Aspectos axiológicos

Do grego axios = valor, tem a ver com a valoração que damos às coisas. De acordo com a nossa visão de mundo, atribuímos valores às coisas e aos objetos ao nosso redor, eles estão na base das nossas ações cotidianas e essa atribuição é fruto de uma construção social, pois não nascemos com determinados valores, nós os aprendemos no seio social, no convívio com o outro, nos grupos. A escola trabalha com valores, sejam eles morais, estéticos, políticos e tornase importante que esses valores sejam explicitados no seu projeto político pedagógico e, principalmente, nas práticas cotidianas da instituição escolar.

### Aspectos epistemológicos

Considerada a teoria do conhecimento, a epistemologia faz parte do trabalho que a instituição escolar desenvolve. A escola trabalha com o conhecimento, com o saber. Pressupomos a epistemologia quando selecionamos os conteúdos de ensino, quando selecionamos os métodos de ensino a ser utilizado em sala de aula, bem como lidamos com os processos de ensinar e aprender.



Diante do exposto, podemos indagar sobre a relevância da filosofia na formação docente e ainda qual a importância da formação do educador para uma prática crítica e ainda, quem é esse homem, seus valores e qual teoria irá embasar e explicitar o tipo de formação?

Entendamos que a filosofia pode sim, e muito, contribuir significativamente para a formação docente. Em que sentido estamos atribuindo essa relevância? Vamos entender bem isso.

- ▶ A reflexão sobre a educação é condição ímpar para a superação da alienação, da ingenuidade e do senso comum em prol de uma prática intencionalizada e transformadora.
- ▶ Ter visão crítica sobre o contexto em que a educação está inserida, bem como da realidade local em que atua.
- ▶ Lançar sempre reflexões sobre o fazer pedagógico, em prol de melhorias no processo de ensino e aprendizagem, com ênfase nas autoavaliações contínuas, tidas como significativas, que permitam ao professor retomar o seu trabalho de forma crítica e construtiva – a questão da práxis pedagógica, que significa a ação-reflexão-ação.
- ▶ O educador deve desenvolver um trabalho intelectual transformador e, para tanto, não pode estar alheio aos acontecimentos; precisa assumir posição participativa, construtiva, não receptiva, passiva e alienante.
- ▶ Questionar continuamente o seu saber e o seu fazer pedagógico com flexibilidades nos processos de ensinar e de aprender. Isso implica não aceitar a forma linear da ação, ao contrário, deve-se priorizar uma ação pedagógica que sinalize para a emancipação humana, para a criatividade e a construção do conhecimento.
- ▶ Pensar nas questões educacionais como intelectual transformador e não como mero técnico aplicador de ideias formuladas por outros.

Então, a partir dos pontos apresentados, podemos considerar como é fundamental a formação do educador para uma prática crítica. Essa prática não se adquire apenas fundamentada no domínio específico do conteúdo a ser lecionado, há necessidade de outros saberes indispensáveis à formação do professor e a filosofia não oferece um corpo acabado de conhecimentos, ela proporciona o olhar contínuo, dinâmico e infinito sobre as coisas.

Finalizamos a aula de hoje com uma reflexão do educador Paulo Freire ao afirmar que a concepção tradicional de educação não permite ao homem, na sua formação, a libertação do pensamento e sim a alienação e opressão de ideias.

Essa forma de pensar a educação, numa perspectiva opressora e objetivista, coloca em pauta uma dicotomia entre os homens e o mundo. Ainda nas palavras de Paulo Freire: " Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. "Homens expectadores e não recriadores do mundo. Concebe a consciência como algo espacializado e não aos homens como 'corpos conscientes'". (FREIRE, 1999, p. 62-63)

As colocações de Paulo Freire contribuem, portanto, para filosofarmos sobre o papel que os educadores desempenham na formação dos seus alunos: se caminham para questionarmos a função da educação na atualidade e se ela está caminhando para perspectiva mais objetivista, conservadora ou libertadora do indivíduo. Ou mesmo se ela, a educação, impulsiona o sujeito do conhecimento a se libertar da alienação e estagnamento das ideias; se está contribuindo para o aluno ajustar-se ao mundo ou a intervir no mundo.

E nisso reconhecemos a importância, por parte do educador, de estar sempre revendo a sua prática docente, o seu fazer pedagógico e reformulando as suas ações conforme necessidades concretas, necessárias. A práxis como agir, pensar e um agir mais pensado, elaborado, requer essa dinâmica, ou melhor, dialética de estar consciente de que o nosso fazerestar é contínuo e não estático e por isso requer um filosofar constante sobre nossas ações.

## Mãos à Obra



Finalizando a aula de hoje, seria importante você tentar fazer a seguinte investigação:

1. Pesquise o que significa a expressão: "pedagogia bancária" para Paulo Freire e o que a caracteriza.
2. Investigue o significado da educação para a prática da liberdade segundo Paulo Freire.





## Já sei!

Vimos que filosofia e filosofia da educação mantêm relações muito próximas. Dentre as diversas relações, entendamos que a Filosofia pode contribuir significativamente para elucidarmos:

- ▶ o conceito de educação;
- ▶ os objetivos educacionais;
- ▶ as finalidades educativas;
- ▶ o projeto político-pedagógico da instituição escolar;
- ▶ os problemas de ordem teórico-metodológica que perpassam no campo educacional, dentre outros.

Portanto, pensar sobre as questões educacionais envolve dialogar sobre um projeto mais amplo de formação que extrapola o âmbito escolar, uma vez que a educação não se limita ao âmbito institucional. Além desses aspectos, vimos a relevância da filosofia para a formação docente e que o educador que não questiona e avalia o seu fazer pedagógico desenvolve uma prática de ensino alheia às situações-problema concretas, deixando de lado uma postura mais crítica e dialética.



## Leitura Complementar

Indicamos duas obras importantes para complementação da aula de hoje, são elas:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.



ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. São Paulo, Cortez, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995.

CHAVES, Eduardo. A Filosofia da educação e a análise de conceitos educacionais. Disponível em: <http://chaves.com.br/textself/philos/filed77-2.htm>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Educação: Do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/ Autores Associados., 1980.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A compreensão filosófica do educar e a construção da filosofia da educação. In: Filosofia da educação : diferentes abordagens. Campinas, SP: Papirus, 2004.

### Fonte das figuras

Fig.01 - <http://witchdarkness.files.wordpress.com/2008/09/sozinho2.jpg>

Fig.02 - [http://www.desiderata.org.br/img/foto\\_educacao-e-cultura1g.jpg](http://www.desiderata.org.br/img/foto_educacao-e-cultura1g.jpg)

Fig.03 - [http://3.bp.blogspot.com/\\_F-LmjToq-KM/Sb7IBCoilLgI/AAAAAAAAAcw/0UZmMKpKAhg/S768/meu+blog.gif](http://3.bp.blogspot.com/_F-LmjToq-KM/Sb7IBCoilLgI/AAAAAAAAAcw/0UZmMKpKAhg/S768/meu+blog.gif)





## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



**Natureza e a especificidade da educação**

Aula

03



## Natureza e a especificidade da educação

## Apresentação e Objetivos



Na aula de hoje, discutiremos sobre a natureza e a especificidade da educação. Para tanto, tomaremos como base teórica as leituras do autor Saviani, no texto intitulado: "Sobre a natureza e especificidade da educação" e o autor Paulo Freire na sua obra "Pedagogia da autonomia".

Dentre os diversos objetivos elencados, destacamos:

- ▶ Compreender a especificidade da educação, situando-a como elemento histórico e cultural.
- ▶ Saber distinguir o que é categoria de trabalho material e não material.
- ▶ Entender o que significa a "segunda natureza".
- ▶ Analisar como a educação contribui para a formação da segunda natureza.







## Para começar

### A educação pela pedra

(João Cabral de Melo Neto)

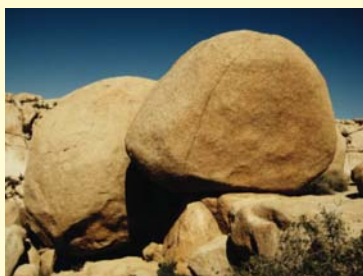


Fig. 01

Uma educação pela pedra: por lições;  
Para aprender da pedra, freqüentá-la;  
Captar sua voz inenfática, impessoal  
(pela de dicção ela começa as aulas).  
A lição de moral, sua resistência fria  
Ao que flui e a fluir, a ser maleada,  
A de poética. Sua carnadura concreta;

A de economia, seu adensar-se compacta:

Lições da pedra (de fora para dentro,  
Cartilha mundo). Para quem soletrá-la,  
Outra educação pela pedra: no Sertão  
(de dentro para fora, é pré-didática).  
No Sertão a pedra não sabe lecionar,  
E se lecionasse não ensinaria nada;  
Lá não se aprende a pedra: lá, a pedra,  
Uma pedra de nascença entranha a alma.

O belíssimo poema de João Cabral de Melo Neto nos coloca algumas ideias poetizadas sobre a educação, a “educação pela pedra”, aquela que acontece nas entranhas do sertão, nas dificuldades vividas. A educação sentida e desejada, a educação que entranha a alma nas vivências diárias do sertanejo que busca dias melhores. É com esse olhar poético de Cabral de Melo Neto que iniciamos a aula de hoje para discutir sobre uma temática historicamente conhecida por todos nós, a natureza e a especificidade da educação. Para isso, é importante conhecer inicialmente a natureza, o homem, o que somos e o papel que desempenhamos na sociedade. Essas e outras questões irão nortear o nosso diálogo com o olhar para a filosofia, para a história e para a educação.





## A natureza e a especificidade da educação

Passemos agora a analisar a temática “a natureza e a especificidade da educação”, à luz da leitura complementar proposta pelo autor Dermeval Saviani. Esse texto é importante para esse momento da nossa aula de hoje porque traz algumas contribuições relevantes para refletirmos sobre o fenômeno educativo à luz de um referencial teórico que discute as relações entre filosofia e educação, entre educação e conhecimento, entre escola e produção de conhecimento.

Caro(a) aluno(a), apesar de termos uma literatura vasta sobre essa temática, elegemos analisar esse texto, para fazermos juntos reflexões à luz da visão do autor Saviani, compreendendo suas ideias, sua obra. Destacaremos também a visão do educador Paulo Freire na sua obra “Pedagogia da autonomia”.

Primeiramente, vamos interpretar o que vem a ser a natureza da educação para esse autor e logo após o que, para ele, vem a ser o específico da educação. Inicialmente, Saviani aborda a questão do conhecimento, que ele não é específico da instituição escolar; a produção do conhecimento ocorre no âmbito formal e não formal nos processos de transmissão e produção de saberes entre indivíduos, entre grupos.

Para entender bem as ideias de Saviani, iniciaremos com alguns questionamentos bem direcionados para o pensamento do autor. São eles:

1. Segundo Saviani, o que é educação?
2. O que é trabalho material e não material?
3. Em que categoria a educação está inserida? Por quê?
4. Qual a especificidade da educação?
5. O que significa para o autor a “segunda natureza”?

Feitas essas primeiras indagações, vamos iniciar pela concepção do autor do que vem a ser educação.

Como destacamos anteriormente, pelo fato da educação ser um conceito bastante amplo e adquirir diversas conotações, a depender do referencial teórico de cada autor, entendamos o que Saviani diz ao destacar a educação como um fenômeno próprio dos seres humanos e que o entendimento da educação passa pela compreensão da natureza humana.

Respondendo à questão de número 1. vamos elucidar inicialmente que o autor afirma que o homem antecipa mentalmente a finalidade da ação e isso significa que ele tem a capacidade de planejar, criar objetivos, finalidades. A educação passa a ser um tipo de trabalho, mas não é um trabalho que implica apenas a ação, mas a ação intencional, a ação baseada na antecipação de ideias. O que significa isso? A palavra intencional indica pensar que o ato de educar não é um ato neutro e atemporal, segue uma intencionalidade de quem pensa e realiza ações.

Historicamente, o homem produz a sua existência e garante o seu sustento através do seu trabalho. Quando o autor classifica a educação como categoria de trabalho não material, ele especifica que a educação é uma exigência do trabalho. Pelo fato da capacidade humana de antecipar as ideias, os objetivos da ação e representar tudo isso mentalmente, através de objetivos reais, contextualizados no tempo e espaço, a educação passa a ser um processo de trabalho. Isso responde a questão de número 2, que indaga sobre o que é trabalho material e não material.




Fig. 02

física sobre a natureza para dela abstrair meios para sua subsistência, o trabalho aqui é somente ação do homem.

Falar, portanto, da educação, implica pensar em valores, em finalidades, que são produzidos historicamente e contextualmente através de representações, simbologias que têm a ver com as nossas subjetividades humanas.

Então, agora você entendeu bem a distinção entre trabalho material e trabalho não material? Resumindo, a educação encontra-se, segundo Saviani, na categoria de trabalho não material por lidar com ideias e o trabalho material vem a ser a concepção que se limita ao ato do homem exercer a sua força



Vejam os que é possível exemplificar bem isso, entendendo que essa representação sobre as coisas ao nosso redor é composta de tudo que é produzido historicamente e socialmente. Os valores, as atitudes, as habilidades, a simbolização das coisas, a ciência, o conhecimento, tudo isso são produtos históricos, que a cada momento vai se transfigurando com um novo olhar do homem. Esse olhar, por sua vez, é carregado de outros olhares, uma vez que o ato de produzir conhecimento não é isolado, individual, é social, é produto de inter-relações, entrecruzamentos diversos, sob diversos olhares plurais.

Assim sendo e respondendo à questão de número 3, entendemos que a educação está inserida na categoria de trabalho não material porque é fenômeno subjetivo e não objetivo, por ser voltada para formação humana e não de máquinas e acima de tudo por fazer parte da nossa cultura.

Mediante o que dissemos até então, você já é capaz de responder a pergunta de número 5, que é: qual a especificidade da educação?

Fica evidente que a especificidade da educação diz respeito a tudo que é relevante para a formação do homem, para que ele torne-se mais humano. E a formação humana passa pelo trabalho educativo, que segundo o autor Saviani, é o ato de produzir de forma direta e também intencional em cada homem, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente na sociedade.

Então, o objeto da educação envolve identificar quais são os elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos, bem como identificar como chegar a esses elementos e os meios para atingir os objetivos de formação.

Essas questões são bastante filosóficas não é? O fato é que não podemos isolar educação, ensino, sociedade e cultura, estudá-los e pensá-los de forma estanque. Esses elementos se entrecruzam e somente podem ser compreendidos quando contextualizados perante o social, o econômico, o político. E para abordar a questão da formação humana, que é algo extremamente complexo, precisamos entender bem o que faz parte da especificidade da educação, seu objeto de estudo e tudo que contorna as relações entre o ato de ensinar e o ato de aprender.

E por falar no ato de ensinar e aprender, vamos nos debruçar sobre a questão de número 5, que indaga sobre o significado da “segunda natureza”. Veja que para compreender a segunda natureza, temos que voltar à concepção de primeira natureza. Você se lembra de que o autor Saviani afirmou que a primeira natureza é dada ao homem? Pois bem, ela envolve o que já temos disponível ao nosso redor, sem para tanto fazermos esforços para conseguir. Já a segunda natureza não é dada, ela é fruto de nossas construções. Podemos, em linhas gerais, afirmar que ela é produção humana, é inventabilidade.

Com base nesse entendimento, destacamos algumas ideias do autor Saviani, que irão contribuir para o entendimento da expressão segunda natureza:

a) A educação como produção e inventabilidade humana – processo intencionalizado nas práticas histórico-culturais.

b) A educação não se reduz ao ensino.

c) Aula – produzida e consumida ao mesmo tempo – produção que não se separa do ato de consumo.

Analisando o item A, vejamos o destaque do autor para o sentido da educação como produção e inventabilidade humana. Como já citamos anteriormente, a educação está inserida num processo dialético e, por ser uma invenção humana, é circular, é dinâmica e não estável, está sempre passando por um processo, ao que diz Paulo Freire, de INACABAMENTO.

É isso mesmo, esse processo é cheio de idas e vindas, não há uma educação perfeita para um ser universal, porque somos diferentes um dos outros, e a cultura de cada sociedade, de cada grupo, no seu tempo, define o tipo de educação que é dada e aceitável pelo grupo. Outro elemento que conhecemos bem e tem um papel importante nesse processo é o elemento político.

Nesse raciocínio, é possível você entender que o político influencia, por exemplo, nas ações educacionais de um país, no currículo que se deve trabalhar nas instituições escolares, na legislação que está sendo posta em prática. Enfim, o histórico, o político, o econômico e o cultural são fatores importantes para compreendermos a educação que ocorre em cada momento vivido pelos homens, por isso dissemos que ela, a educação, não é neutra e muito menos atemporal.

Portanto, culturalmente, o homem vai produzindo os meios que considera fundamental para a sua existência enquanto ser social e histórico que é. É a isso que Saviani denomina de segunda natureza, essa capacidade humana de produzir algo que a natureza não os deu.

No segundo tópico, que trata da educação que não se reduz ao ensino, chamamos a sua atenção para o fato de estar aí um grande sentido da educação, qual seja, a de ser ampla, estar em todos os lugares e não apenas reduzida a espaços institucionalizados, como é o exemplo da instituição escolar, que historicamente surge com o papel de ser a transmissora de conhecimentos elaborados pelas diversas gerações.

Caro(a) aluno(a), esse entendimento é favorável ao que a maioria dos teóricos da educação consideram, que é a ideia do ato educativo ser entendido como uma prática social e pelo fato de ser social estar presente nas diversas formas de convivência humana, seja ela no seio familiar, nas relações pessoais e interpessoais, na igreja, nos sindicatos, nos diversos espaços ocupados pelo homem. Aos teóricos que consideram o contrário dessa ideia, o que eles diriam, por exemplo, de pessoas que são consideradas bem educadas e nunca pisaram no chão de uma escola?

Essas pessoas deixam de tornar-se educadas pelo fato de não frequentarem os muros escolares? Nessa acepção, somente teria educação quem, ao menos em algum momento de sua vida, tivesse ido à escola para lá adquirir educação.

Entenda que o sentido da educação que Saviani aborda tem a ver com a educação sistematizada e a não sistematizada, conceitos tão bem conhecidos nossos. Vale então retomar esses conceitos, situando a primeira no âmbito das instituições formais de ensino e a segunda, como saber vivido, espontâneo, o saber da experiência, produzido e consumido independentemente da escola. É importante destacar que há teóricos da educação que desconsideram essa perspectiva, a de distinguir a concepção de educação formação e educação informal, passando a abordar a educação numa perspectiva social. Nessa visão, educação é prática social e, assim sendo, não há de nos preocupar se ela acontece na ou fora da escola. Para Saviani, é justamente esse saber vivido que o sujeito, o aluno, traz na sua bagagem cultural ao frequentar a escola e que, muitas vezes, é desconsiderado pelo professor, por não aceitar esse saber enquanto saber relevante para fazer relações com o conhecimento dito científico.

Passemos para a questão C, que trata da especificidade da aula. Segundo Saviani, a aula é produzida e consumida ao mesmo tempo e é uma produção que não se separa do ato de consumo. Você entendeu bem isso? Vamos discutir um pouco.

Veja que a aula, na visão do autor, é um momento de muita riqueza cultural, é um espaço privilegiado de trocas de saberes entre professores e alunos. Diante desse entendimento, ao mesmo tempo em que o professor sistematiza uma aula, ele pensa no sujeito, que é o aluno e, ao mesmo tempo em que se processa a aula na sala de aula, o aluno absorve os saberes que são compartilhados num momento ímpar em que professores e alunos aprendem, dialogam, constroem interpretações. Daí o entendimento de produção e consumo, o que difere e muito da concepção de produção e consumo que ocorre no âmbito do mundo do trabalho. Onde saber e onde fazer são relações díspares e não confluentes.

Assim compreendendo, como produzida e consumida ao mesmo tempo, a aula passa a ser uma produção que não se separa do ato de consumo. E o que você entendeu disso? Você é capaz de dar um exemplo prático dessa situação? Vejamos a seguir:

A aula passa a ser produzida pelo professor, mas, ao mesmo tempo, ela é consumida pelos alunos e no próprio ato de planejamento. Por parte do docente, não há como deixar de enxergar o aluno, porque a aula é produzida para um sujeito concreto. O produto não se separa da produção, ambos se imbricam numa prática pedagógica dialógica e criativa, em que o saber é circular e não apenas de mão única, ou seja, o professor não é colocado como única via de conhecimento.

Ainda no texto do autor Saviani intitulado: "sobre a natureza e a especificidade da educação", percebemos que o autor faz um destaque para o papel da escola, ao situá-la no seu papel clássico. O que isso quer dizer? Significa que a escola, nas suas origens, surge com o papel de ser a transmissora de conhecimentos sistematizados. Isso, para o autor, é indiscutível, ao que ele enfatiza como papel CLÁSSICO da escola, pois a instituição existe historicamente para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam ao aluno o acesso ao saber elaborado – científico e é a partir desse saber que se estrutura o currículo escolar.

**Educação**

**Homem**

**Natureza, ciência,  
tecnologia**

**Sociedade, política,  
economia**

**História, cultura**

**Instituição escolar**

**Currículo**

Essas indagações parecem e muito com as que fazemos comumente sobre a questão da cultura, quando ouvimos alguém próximo dizer: “Esse menino precisa ir para a escola para adquirir cultura”.

Sendo assim, entende-se que a cultura é apenas a erudita, a transmitida em âmbito escolar, a que é produzida e consumida na escola, deixando de lado a compreensão de cultura como produção humana, inventabilidade que não se restringe ao que é institucionalizado e sistematizado. A seguir, destacamos, na figura ao lado, a circularidade da educação, no sentido de evidenciar que ela envolve o homem, a natureza, a sociedade, a política, a economia, a história e a cultura.

Esses elementos funcionam em sentido de TEIA, que quer dizer conexões, rede de fios que se entrecruzam dando sentido ao ato educacional, por isso não dá para compreendermos a educação longe dessas demais teias que se interligam, formando uma grande rede de significados.

A escola termina por institucionalizar o saber, transformando-o num saber sistematizado e materializado num currículo escolar. Esses conhecimentos, pelo que bem sabemos, não são selecionados ao acaso, passam pelo que chamamos de afunilamento e nessa escolha ficam os saberes considerados relevantes para a formação do indivíduo. Mas quem seleciona esses saberes? Como identificar dentre os diversos conhecimentos produzidos historicamente, o que é relevante ou não para a nossa formação? Você já parou para pensar sobre essas questões?

A resposta a essas indagações não são fáceis de serem compreendidas a priori, até porque implica na compreensão de outros elementos, dentre eles a questão do poder. Já ouvimos, e muito, aquela famosa frase que diz:

“Saber é poder”. E o que isso quer dizer?

Significa que o conhecimento é um instrumento importante na sociedade que, segundo Paulo Freire (2000), tem o papel reprodutor de ideias, mas também desempenha o lado humanizador, conscientizador e transformador. Para Freire (2000, p. 110):

“(...) a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante”.



Vejamos que nas palavras do educador Paulo Freire há uma clareza no papel que a educação pode desempenhar numa sociedade. Ela não é apenas reprodutora, porque se assim a considerássemos não enxergaríamos o seu outro lado, o de contribuir para a conscientização crítica.

Entendamos que ela implica poder porque do ponto de vista dos grupos que estão no domínio, a educação termina por ocultar realidades e verdades, a mascarar interesses de pequenos grupos, por ser, em algum momento, puro desejo de alguns, passando a refletir as forças dominantes, reproduzindo valores, desejos e convicções. Dessa forma, ela perde o lado desmistificador, hipertrofiando o papel da consciência crítica do homem no acontecer da história.

Feitas essas considerações, chegamos à compreensão de que a educação é social e nos aproximamos dela desde o momento do nosso nascimento, quando temos os nossos primeiros contatos no seio familiar. Nesse momento inicial, construímos gradativamente diversos valores, formas de nos comportarmos, de nos vestirmos, de nos alimentarmos, que, em primeira instância, é construída com a participação dos nossos pais ou responsáveis.

No convívio com outros grupos sociais, vamos também aprendendo novas formas e novos valores, que enriquecem as nossas experiências de vida. Isso é fabuloso, é riquíssimo, afinal, já diz a psicologia sociointeracionista que quanto mais ampla são as nossas experiências e descobertas, mais vamos enriquecendo os nossos conhecimentos e



Fig. 03

criando outras situações para o aprendizado significativo e o descobrir de coisas novas. Essas experiências também vão ampliando a nossa inteligência, que não é inata, mas construída, assim como é construída, segundo Freire (2000), a consciência crítica sobre o outro e sobre o mundo.

Voltando àquelas perguntas feitas anteriormente:

### **Quem seleciona os saberes institucionalizados no currículo e como identificar dentre os diversos conhecimentos produzidos historicamente, o que é relevante ou não para a nossa formação?**

Como havia citado anteriormente, essas indagações implicam pensar nas relações entre saber e poder, pois é o que vai dizer em cada momento histórico o que o currículo escolar deve absorver. São vários elementos já conhecidos nossos como:

- ▶ os determinantes econômicos, que implicam direta ou indiretamente na valorização de uma formação que atenda o princípio do trabalho, as expectativas também mercadológicas, mesmo sabendo que a educação não deve ser vista como uma mercadoria vendável, negociável;
- ▶ o fator cultural, tendo em vista ser a cultura uma tradição, uma evolução, um artefato construído de forma dinâmica pelos indivíduos socialmente. Daí o fato dela ser constante, diversificada, que se transnuda com o decorrer do tempo, passando os sujeitos a criarem novas formas de produção de conhecimentos, como também a criarem novos meios dessas novas formas serem socializadas;
- ▶ o elemento político, que incide pensar em quem decide, manipula, elabora e, muitas vezes, determina políticas de sociabilidade do conhecimento materializadas em propostas do currículo escolar e em políticas de gestão educacional;
- ▶ o histórico, sendo ele uma construção humana, não há percepção de estabilidade do tempo e espaço, mas versatilidade, dinamicidade da ação do homem contextualmente. Assim é possível entender a educação e particularmente o currículo escolar como elementos que têm a ver com o tempo e espaço em que estão situados, o que significa pensar que em cada momento histórico vivido pelo homem, ele vai modificando e construindo conhecimentos e incorporando-os às suas necessidades para viver melhor, criando novas formas de convivência e de sociabilidade. O currículo escolar, portanto, não é atemporal, ao contrário, ele é contextual e cada conjuntura histórica lhe dá um sentido.

Com base nesse raciocínio, apontamos para o entendimento de uma perspectiva crítica da educação, ao considerar a educação

como elemento possibilitador da construção da consciência crítica nos sujeitos, potencializando uma formação cidadã.

**Perspectiva crítica da educação:** implica pensar na educação numa perspectiva ampla, no sentido que estamos discutindo até então; numa perspectiva dialógica e problematizadora. A educação que não se reduz apenas ao ensino, à transmissão de conhecimentos, mas, no geral, à formação humana em todos os seus sentidos: ético, poético, profissional, estético, moral, cognitivo e que tem um sentido para a vida das pessoas.

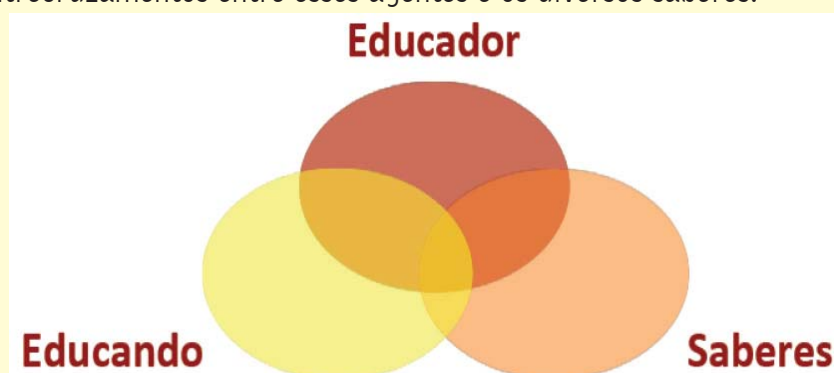
A perspectiva crítica da educação implica pensar nos homens como sujeitos históricos.

- O que isso significa?

- ▶ Que somos capazes de construir a nossa própria identidade e história, que somos seres pensantes, construtores de sentidos e estamos no mundo não apenas para nos adaptarmos a ele, mas também para intervirmos nele.

O autor Paulo Freire, nos seus vários escritos, enfatiza que existe uma diferença básica entre estar no mundo e intervir no mundo, pois quando apenas estamos no mundo, sentimos esse mundo e, muitas vezes, não agimos conscientes do nosso papel, terminamos apenas por nos adaptarmos às condições de existência material e de sobrevivência. Intervir no mundo é diferente, implica em não apenas aceitar o que se vê e sim transformar o que está a nossa volta de forma a superar conflitos e resolver problemas. O intervir é mudar uma realidade.

Veja que uma pedagogia crítica não se limita à transmissão de saberes, mas, ao diálogo permanente desses saberes entre os diversos sujeitos: educadores e educandos, veiculando através desse diálogo, meios necessários a uma abertura, confronto e debate desses saberes. A exemplo da figura abaixo, percebemos as interconexões e entrecruzamentos entre esses agentes e os diversos saberes.



Sabemos que o ato pedagógico pressupõe três elementos fundamentais, quais sejam: o agente, a mensagem a ser transmitida e o aluno. Nessas relações entre os três elementos, ressaltamos que para entender a educação precisamos situá-la contextualmente, uma vez que ela não pode ser entendida fora de um espaço e tempo determinados, fora de um contexto sócio-histórico.



Fig. 04

Entendamos que o ato educativo pressupõe uma formação mais amplada indivíduo; não se resume apenas à formação técnica, instrumental, pressupõe, ao contrário, o processo de desenvolvimento integral do indivíduo em todas as suas capacidades, sejam elas: física, intelectual e moral, visando à formação do caráter e da personalidade do homem. Pelo fato desse ato ser intencional, há necessidade de entendermos que toda instituição formal de ensino atua com finalidades educativas e essas podem estar implícitas ou explícitas numa proposta pedagógica.

As finalidades educativas não podem ser tratadas abstratamente, pois são provisórias, assim como são construídas historicamente, conforme objetivos a serem atingidos, sob influência de ideais que condizem com os valores políticos, socioeconômicos e culturais de cada época. Onde há interesses divergentes existem conflitos, há oposições de ideias e, conseqüentemente, fins diferentes.

Caro(a) aluno(a), o currículo escolar é um elemento que expressa bem essa ideia. Vejamos que ele, o currículo, não é atemporal, ao contrário, sofre historicamente mudanças decorrentes de diversos interesses sociais, políticos e culturais de uma época. Ao nos delinear sobre o período da ditadura militar, iremos perceber que o currículo existente nas instituições públicas de ensino na época foi todo configurado para atender aos interesses vigentes na época. A inserção de disciplinas como as de Educação Moral e Cívica, Estudos dos Problemas Educacionais Brasileiro, dentre outras), reflete os anseios de formação do indivíduo na época, sujeito este que deveria estar imbuído dos valores pátrios.

Ainda tomando esse exemplo da época da ditadura militar, entendemos que algumas disciplinas foram excluídas, para não dizer, apagadas do currículo escolar, a exemplo da Filosofia e da Sociologia,

sendo substituídas por outras que, na visão do poderio da época, não comprometeriam a ordem estabelecida social e politicamente.

Ao darmos esses dois exemplos, explicitamos que educação e política sempre estiveram juntas na história, afinal conhecimento implica poder, domínio de visões de grupos sobre outros grupos. Retomando as palavras do autor Paulo Freire, destacamos suas ideias ao apontar a educação como instrumento poderoso contra a opressão das ideias de grupos que querem prevalecer seus valores, suas formas de pensar. A educação, nesse contexto, teria papel conscientizador, instrumentalizando o homem para sair da submissão, da ignorância para patamares de conhecimento, para se tornar um ser capaz de agir sobre o mundo e, ao mesmo tempo, compreender a sua ação exercida de forma crítica, transformadora. A escola, nesse sentido, não simplificaria a sua função de ser apenas transmissora de conhecimentos, mas potenciadora de conhecimentos, possibilitando a formação de seres críticos, pensantes, integrando cultura, trabalho e educação, não separando teoria e prática, conhecimento e vida.

A educação não pode ser vista como mero veículo transmissor de conhecimentos, a educação abre espaços para a reflexão crítica da cultura, da construção do conhecimento pelo homem.



### Já sei!

Na aula de hoje, vimos que a educação assume várias características e finalidades ao longo da história; portanto, ela não é neutra e nem tampouco atemporal. Ao contrário, ela só pode ser entendida quando situada contextualmente, considerando os determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais que influenciam nas suas finalidades. Vimos também que a instituição escolar age através de uma intencionalidade educativa, explicitada num currículo escolar e num projeto político e pedagógico. Estudamos as ideias do autor Dermeval Saviani e entendemos que a “segunda natureza”, expressão usada pelo autor, não é dada, ela é fruto de nossas construções e a escola tem um papel importante na formação dessa segunda natureza nos alunos. Por fim, estudamos o que é uma perspectiva crítica em

educação, que prioriza o elemento político e histórico, a transformação e não a alienação.

### Mãos à Obra



A partir dos estudos realizados você é capaz de se posicionar em relação à questão seguinte:

- ▶ A educação escolar está contribuindo na formação da segunda natureza? Apresente situações concretas que justifiquem o seu posicionamento.

---

---

---

---

---

---

### Leitura Complementar



Como complementação dessa temática de hoje, indicamos a leitura de obra "Pedagogia da autonomia", do autor Paulo Freire. Eis uma obra bastante filosófica e necessária para os que desejam ser professor, seja em espanhol ou qualquer área do conhecimento. Esse livro é praticamente uma leitura obrigatória, no bom sentido do termo, para o entendimento do fazer pedagógico e do ser educador.



## Referências

CHAVES, Eduardo. A Filosofia da educação e a análise de conceitos educacionais. Disponível em: <http://chaves.com.br/textself/philos/filed77-2.htm>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Educação: Do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1980.

\_\_\_\_\_. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção polêmica de nosso tempo; v. 40).

SEVERINO, Antonio Joaquim. A compreensão filosófica do educar e a construção da filosofia da educação. In: Filosofia da educação : diferentes abordagens. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

### Fonte das figuras

Fig.01 - <http://ofad.org/files/blogs/Mike/images/joshua-tree-two-boulders.jpg>

Fig.02 - [http://acg.media.mit.edu/people/megan/fun/a!diseno/workshop/working\\_on\\_computers.jpg](http://acg.media.mit.edu/people/megan/fun/a!diseno/workshop/working_on_computers.jpg)

Fig.03 - [http://1.bp.blogspot.com/\\_nwjdS5BsLSw/TD84pQB0EnI/AAAAAAAAAwE/G0lUWvJQdqM/s1600/01-sala\\_de\\_aula\\_jpg.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_nwjdS5BsLSw/TD84pQB0EnI/AAAAAAAAAwE/G0lUWvJQdqM/s1600/01-sala_de_aula_jpg.jpg)

Fig.04 - <http://www.vacaamarela.art.br/wp-content/uploads/2010/09/Crian%C3%A7as-na-independencia-foto-de-Marco-Aur%C3%A9lio-Martins.jpg>





## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



**Filosofia, educação e prática docente**

Aula

04



## Apresentação e Objetivos



Na aula de hoje, dialogaremos sobre a temática: filosofia, educação e práxis docente.

Tomaremos como base teórica para esse diálogo algumas ideias das obras do educador Paulo Freire, intituladas: "Pedagogia da autonomia" e "Pedagogia do oprimido", assim como o livro de autoria de Maria L. A. Aranha denominado: "Filosofia da educação".

Destacamos como objetivos importantes a serem atingidos para esse momento:

- ▶ Identificar alguns saberes necessários à prática docente.
- ▶ Entender o significado da práxis pedagógica.
- ▶ Saber identificar uma prática de ensino tradicional e uma pedagogia crítica.
- ▶ Compreender o conceito de mediação pedagógica.
- ▶ Entender a relevância da filosofia para a prática docente.





## Para começar

### Receita pra se comer queijo

“se o desejo for satisfeito, a máquina de pensar não pensa. Assim, realizando-se o desejo, o pensamento não acontece. A maneira mais fácil de abortar o pensamento é realizando o desejo. Esse é o pecado de muitos pais e professores que ensinam as respostas antes que tivesse havido perguntas”

“A tarefa do professor é a mesma da cozinheira: antes de dar a faca e o queijo ao aluno, provocar a fome... Se ele tiver fome, mesmo que não haja queijo, ele acabará por fazer uma maquina de roubar queijos”.

(Rubem Alves, 2000, p. 53.)

Os dizeres acima, de Rubem Alves, revelam a importância de fomentar a curiosidade pela busca do conhecimento pelo sujeito, uma vez que não despertado esse desejo terminamos por aceitar as coisas como elas nos apresentam. Lembrese de que, ao estudarmos sobre as características de uma atitude filosófica crítica em aula anterior, vimos que ela, a atitude crítica, é composta pelas facetas positivas e negativas. Isso significa que somente apresentamos uma atitude crítica perante as coisas que estão ao nosso redor quando começamos a tecer indagações sobre elas com um olhar metuculoso, curioso e desvelador da realidade.

Isso nos conduz a pensar também que uma escola tradicional, que tolhe a criatividade do aluno no seu desejo de busca pelo saber, jamais será capaz de impulsionar atitudes filosóficas críticas, porque, usando as metáforas de Rubem Alves, o professor estará sempre dando o queijo ao aluno sem antes provocar a vontade de comer, ou seja, se não provocar a “fome” de conhecimento, o aluno permanecerá passivo à recepção de um saber já preconcebido, sem o desejo da busca pelo saber.

Então, como as respostas serão dadas antes mesmo das perguntas do aluno, a curiosidade filosófica não existirá, ficará diluída em processos de transmissão e recepção do saber. São esses dentre outros aspectos que tomaremos como base para a nossa aula de hoje.





## Filosofia, educação e práxis docente

Caro(a) aluno(a), as palavras de Rubem Alves nos conduzem a filosofar sobre as finalidades educativas, assim como a importância do professor enquanto instância mediadora da ação pedagógica, tornando possível uma formação geral do indivíduo nas suas capacidades:

- ▶ cognitivas
- ▶ físicas
- ▶ morais

Essa mediação pedagógica, a que nos referimos, significa que a prática docente não pode ficar restrita a processos de transmissão e recepção do conhecimento como se o conhecimento fosse neutro e universal. A mediação envolve um papel diferente pelo docente, o de proporcionar a interação crítica entre indivíduo, sociedade e conhecimento. Para esse reconhecimento, é importante saber a nossa concepção do que vem a ser conhecer.



Fig. 01

Vejamos a seguir algumas colocações nesse sentido:

**O ato de conhecer** – é um processo constituinte e essencial da natureza humana. Fim fundamental para determinar e orientar devidamente o comportamento do homem.

**O conhecer** – é composto pelos atos objetivos e subjetivos do ser humano. Pensamentos e conhecimentos não existem em estados puros e vazios de representações.

Caso nos enveredássemos para o campo da psicologia e da didática, veríamos que a concepção sobre conhecimento aparece com uma diversidade vasta. São várias as correntes da psicologia e da pedagogia que apontam sentidos diversos para essa concepção. São correntes mais tradicionais e as mais modernas, que passam pelas teorias da gestalt, do behaviorismo ao construtivismo, dentre outras.

Como a intenção, nesta aula, não é discutir essas correntes teóricas, mas registrar de uma forma geral uma concepção mais ampla, destacamos a visão de conhecimento que não nega a capacidade de cada um para o ato de conhecer e para o ato de aprender. Não são atos objetivos, mas subjetivos porque têm a ver com a nossa forma de enxergar o mundo, daí a necessidade de enfatizar que quando um professor está atuando nos processos de ensino e aprendizagem, ele se depara constantemente com sujeitos em potencial.

Então, retomando a metáfora de Rubem Alves, o queijo jamais será dado. Primeiramente, é necessário impulsionar no aluno a fome, despertar desejos, vontades, necessidades de CONHECER. Nesse sentido, a contribuição do educador é ímpar, pois nesse processo ele também conhece, ele também aprende, afinal é um processo dialético em que educador e educando interagem numa relação de trocas e de enriquecimento. Vamos citar a seguir o educador Paulo Freire, ao referir-se à relação dialógica entre educador e educando:

“Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos [...]” (FREIRE, 1989, p. 68)

Analisando bem essa afirmação de Paulo Freire, pensemos o que significa afirmar que “os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Entende-se que o conhecimento somente adquire sentido se for problematizado na prática vivida pelos sujeitos. Os processos de formação humana ocorrem em coletividade e não de forma isolada, por isso, as ideias que, ao longo da nossa vida vão se formando, são construídas nas diversas interações e, por fim, essas construções não passam a ficar estáticas e acabadas com o decorrer do tempo, uma vez que somos seres em constante processo de busca e de formação.



Fig. 02

Para discutirmos os processos de formação humana, enfatizaremos o segundo capítulo da obra "Pedagogia do Oprimido", de Paulo Freire, intitulado: "ensinar não é transferir conhecimento". Veja que esse capítulo está colocado como leitura complementar para esta aula; portanto, é fundamental que você se debruce nessa viagem filosófico-educacional.

A partir de agora, iremos adentrar no entendimento das ideias tratadas nessa parte do livro, quando o autor inicia chamando atenção para o próprio sentido do que vem a ser ensinar. Nesse momento, esclarece que o ato de ensinar não deve limitar-se apenas ao ato de transmitir um conhecimento, mas também o de: "(...) criar as possibilidades para a sua própria produção e construção" (FREIRE (2000, p.52).

Então, passemos a entender o que seria a criação das possibilidades, pelo professor, para a produção e a construção do conhecimento na sala de aula. Obviamente, aí entraria o papel de mediação do educador, de abrir possibilidades durante as aulas, da existência do debate, do questionamento, por parte do educando, na viabilidade de meios e recursos para criar em sala de aula algumas problemáticas para o educando expressar suas ideias, sua visão de mundo, instigando seus pensamentos e curiosidade científica.



Fig. 02

Ademais também há necessidade do docente:

- ▶ ter humildade;
- ▶ abrir-se a aceitar o novo de forma pensada;
- ▶ ter consciência do inacabamento da sua formação;
- ▶ tentar superar conflitos;
- ▶ primar pela dialogicidade com o aluno;
- ▶ evitar simplismos e incoerências grosseiras e autoritárias com o aluno;
- ▶ ter rigor metodológico.

É importante também entender o significado da palavra práxis.



A palavra práxis é usada para designar a união dialética entre teoria e empiria. Isso implica pensar na não fragmentação entre a teoria e a prática e sim nas relações de reciprocidades. Essa acepção coloca em pauta a ideia de que toda teoria resulta de uma prática, assim como toda prática pode resultar numa teoria.

Destacamos, neste momento, uma afirmação da autora Aranha que ressalta:

“Como práxis, qualquer ação humana é sempre carregada de teoria (explicações, justificativas, invenções, previsões, etc.). Também toda teoria, como expressão intelectual de ações humanas já realizadas ou por realizar, resulta da prática. Convém ainda entender a práxis dentro de um contexto social, pois as ações se realizam entre homens”. (ARANHA, 2005, p. 22)

A práxis educacional é intencional e deve explicitar os fins a atingir, ou seja, o que queremos alcançar, para onde queremos ir e o como fazer. Todo professor deve ter clareza da ação, assim como dos caminhos e dos fins a atingir.

Caro(a) aluno(a), esses aspectos, evidenciados nas palavras da autora Aranha, enfatizam ser primordial a qualquer pessoa que se destine a ser professor, pois, segundo o autor, esses saberes precisam ser constantemente vividos para que se crie uma atmosfera crítica da realidade e possibilite a construção do conhecimento.

Também há uma chamada do autor Paulo Freire para a necessidade de nos apercebermos como seres em permanente formação e aprendizagens. O que vem a ser então esse processo contínuo?

Freire especifica esse processo como sendo o conhecimento da “inconclusão do ser”, posto que somos seres inacabados, não dominamos tudo em termos de conhecimento, precisamos estar sempre aprendendo e esse repertório renovável de saberes é fundamental para uma formação continuada, no caso específico do profissional professor.

Esse entendimento também passa pela compreensão de que o conhecimento é dialético, assim como o ato de aprender também o é. Então a nossa formação não pode ficar restrita aos saberes do hoje, porque o amanhã reserva novas possibilidades, novas descobertas e redescobertas frente a novas situações. A formação humana passa por todos esses caminhos, ela não cessa com um diploma, com uma pósgraduação, ela é contínua no sentido de estarmos sempre buscando novas relações com o conhecimento.

Ter consciência do inacabamento do ser humano ou sua inconclusão, para Freire, é algo que faz parte da vida, pois onde há vida, há inacabamento.

Ainda segundo o autor:

“Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso, somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora, algo, por si mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito”. (FREIRE, 2000, p. 77).

Vejamos que historicamente a escola tradicional pecou e muito por desconsiderar essa realidade e por isso os conteúdos escolares eram tratados de forma descontextualizada do universo vivido pelos alunos, estavam fora das experiências cotidianas como se tivessem existência própria. O aluno, nessa perspectiva, era um ser universal. As diversidades e as singularidades próprias de cada um eram relegadas em nome da homogeneização da moral e dos bons costumes da sociedade.

Um excelente exemplo dessas questões a que estamos tratando, encontra-se materializado no filme “Sociedade dos poetas mortos”.

Você já assistiu a esse filme? O contexto de 1959 vivenciado pelos personagens é exemplo do que Paulo Freire intitula de “educação bancária”, em que aparecem alunos sendo tratados como meros depósitos receptores passivos de conhecimentos e professores como transmissores e dominadores do saber. E no cotidiano escolar quando surge a possibilidade, por parte de um novo professor, de praticar métodos de ensino considerados diferente do imposto na tradição acadêmica, há uma polemização quanto às suas práticas pedagógicas empregadas, bem como o questionamento sobre a sua postura profissional.



Fig. 03

Podemos ler nas diversas passagens desse filme um retrato da escola tradicional, no que diz respeito:

- ▶ ao cotidiano retratado pelo filme, onde se evidencia um espaço de autoritarismos e de hierarquias entre professores e alunos;
- ▶ à preocupação exacerbada na quantidade de conteúdos do currículo escolar, sem haver relações entre conhecimento e vida;
- ▶ à ênfase na uniformidade e homogeneização dos comportamentos do alunado refletido no tratamento dado aos métodos de ensino tradicionais, nos castigos corporais e na disciplina escolar;
- ▶ à prioridade para exames preparatórios para a universidade em detrimento de uma formação mais geral e crítica, com sistema acadêmico rígido e disciplinar;
- ▶ ao funcionamento à base de um regimento fechado, inviolável e antidemocrático.

A educação, nesse sentido, deixa de ser um processo que se caracteriza por uma atividade mediadora no seio da sociedade pressupondo, pois, a formação do indivíduo passivo, que se adapta ao mundo, mas não é capaz de intervir nesse mundo.

Ao contrário dessa visão como educadores, almejamos que a prática social deva ser vislumbrada como ponto de partida e de chegada da ação pedagógica. E o que isso significa?

Quer dizer que não dá para pensarmos em finalidades educativas sem pensarmos numa realidade de homem e de mundo, do saber que o aluno tem, de suas experiências de vida. Ou seja, o homem não é ser abstrato, mas concreto, por isso ele tem uma história construída, fruto de suas ações no mundo.

Quando não aceitamos essas ideias, terminamos por impor a nossa forma de pensar e agir, sem fomentar no outro o desejo de se expressar, de exprimir suas idéias e o potencial criativo. Retomando os dizeres de Rubem Alves ao destacar que: "S e o desejo for satisfeito, a máquina de pensar não pensa. Assim, realizando-se o desejo, o pensamento não acontece".

“A maneira mais fácil de abortar o pensamento é realizando o desejo” e transpondo essas ideias para o âmbito dos processos de ensino e aprendizagem e particularmente da filosofia da educação, veremos que o professor, ao agir como se o aluno fosse uma tábula rasa, termina por tolher e por não fomentar a busca pelo conhecimento, esquecendo-se de incentivar a chamada curiosidade científica.

Caro(a) aluno(a), em suas diversas obras publicadas, o autor Paulo Freire enfatiza a importância da educação como prática libertadora e não opressora, bem como aborda alguns saberes que considera necessários à prática docente.

Compreenda que, ao defender esse ponto de vista, o autor, no livro bastante conhecido: “Pedagogia do Oprimido”, enfatiza que a educação, quando usada de forma conservadora e opressora, não cumpre uma finalidade política e crítica na sociedade. Assim como, quando o professor, ao realizar o seu trabalho na escola, desconsidera o homem como sujeito cognoscente, capaz de produzir conhecimento, termina por desnaturalizar o homem, torná-lo passivo no mundo.

### **E o que significa desnaturalizar o homem, torná-lo passivo?**

Entendendo bem essa afirmação, compreendemos que desnaturalizar é tirar algo que é inerente ao homem, que é a sua capacidade de pensar, de filosofar, de construir. É tirar do homem todo o seu potencial criador e não apercebê-lo como ser social e histórico, que tem sua cultura, suas origens, sua identidade.



Fig. 04

Enveredemos um pouco na filosofia freireana. Primeiro, entendendo o significado da expressão por ele comumente usada em suas obras, que fala da OPRESSÃO DAS IDEIAS. Que opressão seria essa para o autor?

Vislumbrando a imagem logo acima, veremos, numa leitura mais ampla, ares de liberdade, de expressão, de espontaneísmo.

A opressão a que Paulo Freire coloca, vai de encontro à liberdade de expressão. Ao contrário, a opressão invade a nossa permissividade, os nossos desejos de nos mostrarmos como seres pensantes, criativos e expressivos que somos.

## A opressão das ideias para Freire significa:

- ▶ dar ênfase à quantidade de conteúdos;
- ▶ reprimir qualquer forma de expressão das ideias;
- ▶ dar primazia pela formação passiva do indivíduo;
- ▶ impor valores, ideias e não aceitar o olhar do outro;
- ▶ impulsionar o medo à liberdade;
- ▶ manter a harmonização, sem considerar as contradições e os conflitos;
- ▶ não desvelar a realidade, supor a dominação, a não superação das desigualdades, dando primazia às ideias de um pequeno grupo e à imposição dos valores de uma realidade estática;
- ▶ ver o homem como “coisa”, que é objetivado, manipulado, que pode se submeter ao desejo do outro.

Então, vejamos que esse entendimento de Freire, tão filosófico sobre o que vem a ser a educação, tem raízes epistemológicas na corrente Marxista, no entendimento de que a sociedade é desigual e essas desigualdades são refletidas em vários aspectos da nossa vida: nas contradições sociais, na divisão econômica desigual, no acesso aos bens culturais, na organização dos grupos sociais, no currículo escolar, na formação e na prática docente.



Fig. 05

A instituição escolar, para muitos, também é responsável pela reprodução de valores dominantes na sociedade. Mas, para Freire, a escola não se resume a essa função, a de ser reprodutora de valores, ela também apresenta um papel transformador e o educador tem função relevante nesse processo, pois é o mediador das relações sociais e curriculares entre o que o aluno sabe e o que a escola apresenta.

As tendências contemporâneas da pedagogia tendem a desconsiderar análises fragmentadas, descontextualizadas, individualistas, enfatizando a abordagem de uma pedagogia dialética da educação, onde o indivíduo e a sociedade, a teoria e a prática, o particular e o global estejam entrelaçados. Nessa abordagem há de se considerar:

- ▶ o ponto de partida – um problema da realidade educacional e
- ▶ o ponto de chegada – de novo a realidade educacional de forma pensada, refletida.

Vamos exemplificar essa colocação a partir da realidade de um curso em língua espanhola. Um professor que vai lecionar numa turma de primeiro nível de espanhol pode pressupor que os alunos não sabem ler e escrever em espanhol. No entanto, esse aluno pode já ter tido na sua realidade contatos no seu dia-a-dia com a língua espanhola. De que forma?

Ao manipular produtos de uso diário como creme dental, xampu, sabonetes, dentre outros. Esses produtos trazem geralmente informações no rótulo em duas ou três línguas estrangeiras. É possível que os alunos tenham feito alguma leitura dessas informações, mesmo com uma compreensão ainda pouco evoluída da língua.

O que desejo enfatizar com esse exemplo é que o aluno, ao chegar à sala de aula, não vem no vazio, ele tem um saber da experiência, da sua vida e esse saber, na maioria das vezes, é desconsiderado pelo professor, seja de espanhol ou de outra disciplina. Ensina-se como se o aluno fosse um papel em branco, que nada sabe.

Tanto o que Paulo Freire quanto Rubem Alves arrolam como importante, é o entendimento, por nós educadores, de que entre o professor, o conteúdo de ensino e o aluno, deve haver uma assimetria de idas e vindas de conhecimentos, como uma rede, uma teia de conhecimentos, em que o professor deve mostrar-se numa concepção de conhecimento mais avançada em relação ao aluno, mas também reconhecer que o aluno, com o seu saber inicial, carece de uma mediação feita pelo professor nesse processo de ensinar e aprender e não da uma imposição de uma cultura dominante.



Fig. 06

Para que a educação desenvolva a assimetria entre o educador e o educando, há necessidade de haver diálogos, trocas de conhecimentos, em que mãos diferentes se aproximam e dialogam nas suas diversidades. Nessas trocas, a consideração de que não somos uma



mente em branco e sim seres pensantes, em potencial de aprendizados contínuos, sinaliza para a necessidade de respeitar os saberes do outro e não limitar, como educadores, a liberdade do educando, despejando apenas o nosso conhecimento e nossa visão de mundo nos processos de ensino e aprendizagem.

Entendamos que a dialogicidade para Freire é essência da liberdade, pois não há como pensar nela quando oprimimos. Castramos e condicionamos o indivíduo a adaptar-se às situações por nós impostas. Autonomia, dignidade e identidade somente serão construídas quando nós, professores, assumirmos uma postura e uma atitude menos classistas, discriminatórias e antidemocráticas.

Esses aspectos são muito evidenciados nas obras do educador Paulo Freire, ao considerar o ensino e a aprendizagem como momentos de grandes trocas culturais.

Fica claro, então, que na produção de saberes historicamente realizada pelo homem e na identificação do que vem a ser essencial ou não para a formação humana, nós fazemos escolhas diversas, desde o tipo de conhecimento a ser assimilado, os recursos, até os meios que devemos utilizar para socialização desse saber.

No específico à instituição escolar, o professor participa desse processo desde o momento em que planeja o que vai ser trabalhado em sala de aula, em termos de saberes escolares, até os recursos de que irá dispor para atingir os seus objetivos.

Caso o professor opte por uma formação do aluno em que não considere a criticidade, nem uma postura analítica e muito menos criativa, estará priorizando apenas a memorização repetitiva, automática do conteúdo e esse método fará parte de suas práticas educativas no dia-a-dia da sala de aula.

Em situação contrária, trabalhará na perspectiva de mobilizar no sujeito o seu potencial criativo, analítico e investigador. São caminhos distintos que envolvem uma postura político-filosófica do professor e têm a ver com a sua formação e concepção de ensino e aprendizagem.

Quando o docente considera mais relevante o aluno apenas mecanizar um conhecimento é porque acredita que essa via é o melhor caminho em termos de assimilação de um conhecimento, bem como, quando não estimula o ouvir e o falar remetendo nas suas aulas uma exposição de conteúdo de forma unilateral, sem se preocupar



em estabelecer um diálogo com o outro, no caso o discente, é porque a sua visão de ensinar e de aprender aponta para essa perspectiva como sendo a melhor e mais viável.

Em termos de FINALIDADES EDUCATIVAS cabe à filosofia acompanhar reflexiva e criticamente a prática educativa a partir do contexto real, concreto, indagando sobre:

- ▶ os valores – axiologia;
- ▶ a concepção de homem – antropologia;
- ▶ as finalidades sociopolíticas e educativas – sociologia;
- ▶ os pressupostos do conhecimento – epistemologia;
- ▶ os métodos e procedimentos utilizados – didática.



A filosofia da educação contribui significativamente para avaliarmos se todos esses elementos em destaque estão sendo colocados de forma adequada segundo os fins propostos.

Enfatizamos que não há como definir objetivos educacionais se não tivermos clareza dos valores que estão orientando nossas ações, nossas práticas educativas.

Para finalizar a aula de hoje, citamos mais uma vez alguns dizeres do mestre e educador Paulo Freire (2000, p. 60):

“O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História”.

Diante do exposto até então, temos o entendimento de que estar no mundo é fazer história, é participar da sua construção, é filosofar, é ensinar e aprender, criando pontos de vista sobre o mundo.

Nesses atos contínuos e construtivos, situamos a educação como um ato permanente da nossa formação e, como seres inacabados que somos, a inconclusão assumida para Freire é aspecto fundante da nossa prática educativa e da nossa formação docente.



## Já sei!

Façamos agora algumas sínteses sobre a aula de hoje. Vimos que existem alguns saberes que são necessários à prática docente e que, portanto, não basta apenas ter o domínio específico do conteúdo a ser trabalhado, pois esses saberes, segundo Paulo Freire, são fundamentais para que o educador adquira uma visão ampla e crítica dos processos de ensinar e aprender, assim como possa ter autonomia do seu fazer.

Estudamos também que a prática docente deve ser sempre alvo de retomadas, de autoavaliações para que possamos desenvolver uma ação reflexiva e menos autoritária. A práxis docente deve ser compreendida Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação nessa acepção do agir, refletir e do partir para ações mais pensadas, mais sistematizadas frente a novos problemas.

Compreendemos que a mediação pedagógica deve ser compreendida no entrecruzamento da prática social e dos conhecimentos trabalhados pelo professor no currículo escolar. Essa transição entre o saber do cotidiano para o saber sistematizado é o professor que, com o seu papel de mediador, cumpre a tarefa de fazer essa transposição pedagógica, considerando o saber vivido do aluno.

Portanto, vimos que há diferenças cruciais entre uma prática tradicional e uma prática pedagógica crítica, pois entre elas há divergências e vácuo grande entre o que é fundamental e o que é secundário nos processos de formação humana.

## Mãos à Obra



Com base na obra “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente” realize uma análise crítica a partir da seguinte questão norteadora:

- ▶ Para você, os saberes necessários à prática docente, aos quais o educador Paulo Freire refere-se nos seus escritos, estão sendo colocados em prática pela maioria dos professores que atuam nas escolas públicas brasileiras? Posicione-se a favor ou contra e apresente argumentos que justifiquem sua resposta.

---

---

- ▶ Como o ato pedagógico se desenvolve pelo processo de mediação? Explique e cite no mínimo um exemplo:

---

---



## Referências

ALVES, Rubem. Estórias de quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. A libélula e a tartaruga. 8.ed. São Paulo: Paulus, 1999.

ARANHA, Maria Lúcia de A. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 5. ed. São Paulo: Àtica, 1995.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 31. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005, (Coleção Leitura).

\_\_\_\_\_. Pedagogia do oprimido. 23.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SEVERINO, A. J. Filosofia da Educação. Construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

### Fonte das figuras

Fig.01 - <http://8thgradebtrack.pbworks.com/f/tutor2.jpg>

Fig.02 - <http://imamuk.files.wordpress.com/2010/02/teacher.jpg>

Fig.03 - <http://faculty.frostburg.edu/phil/forum/deadpoetsalt.jpg>

Fig.04 - <http://info.abril.com.br/noticias/blogs/infoaovivo/files/2010/06/ipad.jpg>

Fig.05 - <http://www.fashionbubbles.com/wp-content/uploads/2008/03/image0013.jpg>

Fig.06 - [http://2.bp.blogspot.com/\\_0AukCty4MP0/S0LYWByREwI/AAAAAAAAAD30/nSb2-WBp0FQ/s1600-h/spiderweb-2410.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_0AukCty4MP0/S0LYWByREwI/AAAAAAAAAD30/nSb2-WBp0FQ/s1600-h/spiderweb-2410.jpg)





## Licenciatura em Espanhol


Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues

Aula

05

**A Filosofia da Educação:  
Contribuições para uma  
Formação Prático-Reflexiva**





## A Filosofia da Educação: Contribuições para uma Formação Prático-Reflexiva

### Apresentação e Objetivos



Na aula de hoje, estamos propondo a leitura e a análise do texto: "Filosofia da Educação e a análise de Conceitos Educacionais", com base na leitura complementar do autor Eduardo Chaves. Esse texto versa sobre questões importantes da Filosofia e da Educação e de alguns conceitos básicos sobre objetivos e finalidades educativas, educação formal e informal, educação e doutrinação. A leitura é bastante instigante e provoca no leitor reflexões sobre a Filosofia, a educação, a aprendizagem, bem como sobre as características do ato de ensinar.



Fig. 01

Essa leitura abre as portas para posteriores análises, pois aponta curiosidades e perspectivas de novos estudos.

É importante que você consiga abstrair o seu entendimento do texto e ao seu término faça a sua síntese, contemplando o seu olhar crítico sobre as ideias apontadas pelo autor.

Destacamos os objetivos a serem alcançados na aula de hoje:

- ▶ Compreender o que é filosofia analítica.
- ▶ Entender as relações entre filosofia e filosofia da educação.
- ▶ Identificar as relações entre filosofia da educação e os conceitos de ensino e aprendizagem.
- ▶ Conceituar educação formal e informal.
- ▶ Saber o que são objetivos educacionais.
- ▶ Distinguir educação de doutrinação.

Com certeza, nesta aula, retomaremos alguns aspectos trabalhados anteriormente, pois servirão de base teórica para as nossas próximas reflexões e análises.





## Para começar

Iniciamos a aula, colocando para você alguns questionamentos fundamentais para esse diálogo de hoje. São indagações que, num primeiro momento, parecem ter respostas óbvias, mas que carregam, nas suas diversas respostas, várias concepções, estigmas, preconceitos e visões, muitas vezes, equivocadas em relação à filosofia e à educação. São os seguintes questionamentos:

- ▶ O que caracteriza o ensino? Há ensino sem aprendizagem ou pode haver aprendizagem sem ensino?
- ▶ O que são objetivos educacionais?
- ▶ Doutrinar é diferente de educar? O que caracteriza doutrinar e educar?
- ▶ Em que sentido a Filosofia pode contribuir para pensarmos sobre os objetivos educacionais?



Fig. 02

Essas e outras questões estão sendo propostas para discussão a partir da leitura indicada nesta aula.



## Assim é

Para entender melhor os questionamentos feitos acima, iniciaremos discorrendo sobre o que é Filosofia analítica e Filosofia da Educação segundo a visão do autor Eduardo Chaves.

Chaves chama atenção para a definição de alguns conceitos, tais como: educação, ensino e doutrinação, sem, no entanto, restringir esses conceitos a um único olhar. Faz algumas abordagens sobre a Filosofia da educação e os conceitos de ensino e aprendizagem tecendo relações entre eles, o que proporciona uma riqueza de olhares múltiplos, rompendo com a fragmentação do conhecimento.

Vamos entender como isso se processa, na visão do autor? Iniciaremos pelos conceitos de Filosofia analítica e Filosofia da educação.

A Filosofia analítica envolve um tipo de compreensão da realidade bem diferente de uma visão intuitiva, imediata, que dispensa questionamentos, argumentações e fundamentações. A filosofia analítica, historicamente, não dispensou essa visão imediata e até mitológica do homem. À medida que o conhecimento torna-se mais racional e o saber mais técnico e menos profano, a objetividade científica e a racionalidade ganham destaque pelo homem, excluindo-se e até discriminando-se outras formas de saber.

No entanto, sabemos que os mitos ainda estão vivos nas nossas formas de pensar. Eles serviram de base para o saber racionalizado e sistemático e permanecem no imaginário e nas crenças, fundamentando os diversos modos do viver humano.

A filosofia analítica é tida como uma atividade reflexiva que prioriza a análise e a crítica, bem como a busca pela elucidação dos conceitos. A área da filosofia que investiga a natureza do conhecimento, sua abrangência e limites chama-se Epistemologia.

- ▶ Já a filosofia da educação nos apresenta várias finalidades, dentre algumas:
- ▶ Clarificar o conceito de educação;
- ▶ Investigar os pressupostos teóricos que orientam a ação educativa;
- ▶ Promover a passagem de uma educação assistemática para uma educação sistemática;
- ▶ Questionar sobre os valores emergentes na sociedade e o papel da escola perante isso;
- ▶ Analisar os métodos e os procedimentos usados nos processos educativos;
- ▶ Investigar sobre a natureza humana e sua formação.

Feitas as indagações e clarificações sobre a filosofia e a educação, o autor Eduardo Chaves enfatiza que a educação envolve o processo de formação de indivíduos que passam por ensinamentos de conteúdos considerados valiosos.



E daí decorre uma outra pergunta: o que vêm a ser conteúdos considerados valiosos? E valiosos para quem?

Você entendeu bem essas colocações no texto?

É valioso o conteúdo quando ele passa a ter uma relevância para a cultura de cada contexto vivido e particularmente quando pensamos nas relações entre conhecimento e poder e entendemos que, para determinados grupos que definem as políticas educacionais do país, conteúdos podem ser colocados no currículo das escolas como relevantes ou não.

Podemos questionar, nos tempos atuais, que conteúdos são valiosos para que a escola não deixe de cumprir o seu papel na sociedade, ou seja, o que é clássico priorizar no currículo escolar?

Você já havia parado para pensar nisso? Já discutiu com algum colega de profissão ou professor de língua espanhola quais saberes da língua são fundamentais em cada nível de estudo, correspondente à faixa etária?

Essas e outras questões implicam compreender o que são os objetivos educacionais. Pois bem, quando pensamos nos objetivos em educação há uma relação muito íntima com as intenções educacionais, pois os objetivos contemplam o que pensamos em termos de finalidades de formação.

Vejamos que definir objetivos implica pensar em prioridades, definir o que é válido ou não e isso significa selecionar, escolher. Objetivo é tudo que ainda está por vir, por acontecer. A partir de dados concretos e vividos, bem como da valoração, é possível definir objetivos para a educação. Por que isso? Simplesmente porque a educação visa à formação do homem, seu progresso em termos de conhecimento, considerando as necessidades humanas. Ela é desenvolvida num contexto existencial, real e não abstrato.



Fig. 03

Então os objetivos, ao indicarem os caminhos a alcançar, constituem a objetivação da valoração e dos valores. O valor está presente em nossas vidas, não existe independente do homem.

Cada sociedade constrói os seus valores: sejam os morais, econômicos ou culturais e os objetivos sintetizam o esforço humano em agir e transformar conforme propósitos e valores.

Quando falamos, portanto, em objetivos, temos que considerar o contexto vivido, que indicará propósitos de uma educação para transformação ou para adaptação ao mundo. Enquanto os valores indicam as aspirações e expectativas que caracterizam a vida do homem.

Assim sendo, poderíamos, por exemplo, num curso de língua espanhola, ter, como objetivo central, a conversação ou o mero estudo da gramática, priorizando a escrita. Também poderíamos organizar meios para que o aluno entenda que há, a depender das diversas localidades, variações da língua, possibilitando ao aluno um olhar mais plural. Isso dependerá do que pensamos em termos de formação para uma dada situação.

A escolha dos conteúdos a serem trabalhados também passa por valorações e objetivos. Para pensar sobre isso, é importante conhecer um pouco da psicologia do aprendizado e da sociologia da educação, pois a seleção dos conteúdos curriculares, seja em língua espanhola ou outra área do conhecimento, deve considerar as etapas de desenvolvimento cognitivo do indivíduo em dada fase da vida, assim como o contexto sociocultural do educando.

As teorias sociológicas do currículo têm evidenciado, ao longo da história, que o currículo é processo de construção social, havendo a necessidade de se pensar no diálogo entre ele e a vida dos sujeitos. Não sendo atemporal, tampouco elemento abstrato, o currículo não espelha apenas o conteúdo, mas a cultura das pessoas, contribuindo significativamente para construir identidades.

Na atualidade, falar de currículo remete a outras questões sobre a natureza do conhecimento na atualidade, bem como das finalidades educativas para a escola do século XXI.

O currículo, historicamente, foi sofrendo mudanças de acordo com cada época. Vamos destacar um grande exemplo do que estamos falando. O currículo que vigorou durante o período da ditadura militar – quando a Filosofia, por exemplo, foi abolida dos saberes acadêmicos por ser considerada uma arma contra a ideologia vigente na época – refletia os interesses políticos e ideológicos, bem como as expectativas de formação educacional.

Podemos também questionar, nos tempos atuais, a institucionalização da língua espanhola nos currículos escolares das escolas brasileiras. Como surgiu essa ideia? De qual necessidade? O que ensinar sobre a língua espanhola nas escolas? Que tipo de pessoa se quer formar? Para qual sociedade?

Elucidações como essas, de base filosófica, antropológica, axiológica e também metodológica, evidenciam que os conteúdos escolares e os métodos empregados não são seleções aleatórias, são escolhas que estão impregnadas por diversos valores de base ideológica e política, explícitos ou não.

A opção de como desenvolver esses conteúdos, ou seja, o uso dos métodos, somente ganha sentido quando esclarecidos os pressupostos que estão na base da seleção desses conteúdos e nas propostas pedagógicas. Fazemos agora um breve exercício sobre o que estamos conversando.



Fig. 04

Quando, por exemplo, uma pessoa procura um curso de idiomas para matricular o seu filho, ela considera inúmeras variantes, dentre as quais apontamos (sem uma sequência de prioridades) abaixo:

- ▶ O custo-benefício;
- ▶ A localização e espaço onde o curso ocorrerá – viabilidade de deslocamento de casa para o curso;
- ▶ A proposta metodológica e o tempo de duração do curso;
- ▶ As finalidades de formação;
- ▶ O material utilizado para o desenvolvimento das aulas, recursos audiovisuais empregados;
- ▶ Os conteúdos do currículo em cada nível;
- ▶ A formação dos profissionais que atuam como professores;
- ▶ O horário de funcionamento e número de aulas a frequentar.

Todas essas inúmeras variantes somente ganharão sentido se pararmos para filosofar sobre os objetivos a serem atingidos, que podem ser diversos. De acordo com os fins a serem atingidos, a escola terá a preocupação de selecionar bem o currículo escolar, seu quadro de professores, os recursos didáticos usados, o seu planejamento; enfim, a sua proposta de trabalho.

Assim como a depender dos objetivos da pessoa que está à procura de um curso de idiomas em língua espanhola, a opção poderá priorizar apenas um ou dois elementos (em destaque acima) que correspondem às suas expectativas, sejam elas a qualidade do curso ofertado ou o custo-benefício.

A filosofia é muitíssimo bem-vinda nesse momentos, pois ela contribuirá para elucidar algumas questões que não estão explícitas, mas merecem ser desvendadas a partir do momento em que passamos a questionar:

- ▶ O que são as coisas?
- ▶ Para que servem?
- ▶ Como elas funcionam?
- ▶ Por que as coisas são como são?

Voltando a uma leitura dos primeiros filósofos da humanidade, lembremos as considerações de Aristóteles - para quem a filosofia começava com o espanto. Para Platão, a Filosofia iniciava com a admiração. O filósofo grego, Sócrates, considerando o patrono da filosofia, afirmava que a primeira e fundamental verdade filosófica é dizer:

“Sei que nada sei”.

Espanto, admiração e consciência do não domínio de todo o conhecimento, para esses filósofos, era fundamental, para que pudéssemos nos distanciar das coisas óbvias, das nossas ações costumeiras e passássemos a questionar as coisas ao nosso redor e a nossa própria existência.



Fig. 05

É pensando na nossa própria existência que nós, homens, vamos criando e produzindo meios para vivermos melhor. No entanto, além do trabalho material, o homem desenvolve o trabalho não material. Vimos isso em aula anterior, lembra? É com a antecipação das ações que projetamos ideias e objetivos. Objetivos fazem parte da vida e quando eles deixam de existir é sinal de que a vida deixou de ter sentido para a gente.



Em se tratando dos objetivos para a educação, são diversos os interesses e valores presentes, pois cada instituição escolar explicita nas suas ações um projeto político-pedagógico com finalidades específicas.

Veja a necessidade de entendermos que esse projeto deve estar associado ao contexto vivido, porque não há sentido a escola de hoje desenvolver as mesmas práticas educativas dos tempos dos nossos avós. Não só o contexto sociocultural mudou como também os valores de hoje e, com certeza, o nosso alunado e anseios sociais, dentre outros aspectos.

Outra questão apontada por Chaves é que educar envolve intenção de quem o faz. Em várias passagens do texto, o autor explicita o sentido da palavra intencionalidade para esclarecer que o ensino caracteriza-se pela existência de três elementos básicos, quais sejam: o professor, o aluno e o conteúdo. Funciona a partir de ações intencionais, as quais deveriam abranger o ato educacional em prol de uma formação humana mais abrangente.

Intencionalidade, pois, torna-se uma palavra-chave para entendermos que para alguém ensinar a alguém, é necessário que haja uma postura intencional no processo no sentido de sistematizar os objetivos educacionais a serem atingidos, os meios, os recursos, disponibilizar os métodos adequados a um melhor aprendizado.

Outro aspecto relevante apontado pelo autor é o contexto em que se organizam as práticas educativas. Você entendeu bem o sentido da palavra CONTEXTO?

Pois bem, o contexto passa a ser um elemento fundamental para entendermos as ações, as intenções e as práticas dirigidas a atingir determinados objetivos.

Voltando à pergunta feita anteriormente sobre quem define o que é valioso para ser estudado no currículo escolar, há de se considerar as relações entre educação e poder. Você se lembra de que já estudamos sobre isso em aulas anteriores a esta?

Para definição da educação formal e informal, o autor também faz alusão ao conceito de intencionalidade. Você entendeu porque esse conceito está sendo tão bem usado e empregado pelo autor?

Educação formal e informal somente podem ser compreendidas quando inseridas na prática social, uma vez que uma está embricada na outra e fazem parte do processo de formação humana. Por que não falarmos de educação social?

E mais, qual o sentido que ele está tendo para explicitar diversas abordagens explicativas sobre o processo de ensino e aprendizagem? Essa compreensão é fundamental porque é a partir dela que discorre o entendimento de outros aspectos no texto, como, por exemplo, a visão de conteúdos considerados valiosos ou não. Ao explicar sobre os tipos de educação, seja ela formal ou informal, Chaves considera que a escola é a instituição na sociedade responsável pela sistematização e transmissão da educação formal, mas que existem outras instituições, a exemplo da Igreja, que também assumem um papel educativo na sociedade.

Tendo em vista essa referência, o autor explica que através do entendimento da intencionalidade podemos distinguir o que diferencia o trabalho que uma ou outra instituição desenvolve socialmente, ou seja, se o ensino, segundo a análise de Chaves, caracteriza-se por uma atividade intencional, a educação que se realiza através de atividades de ensino também é intencional, seja ela realizada na escola ou em outras instituições.

Essa visão nos permite analisar a educação formal e não formal por um viés diferente do que comumente nos deparamos na literatura, que aponta como distinção entre educação formal e não formal a existência de instituições que são formalizadas para o fazer educativo e as que não são formalizadas nesse aspecto.

Para Chaves o objetivo de cada uma corresponde também a uma intencionalidade, tendo em vista que se a escola ensina determinadas finalidades a serem atingidas e para tanto emprega meios adequados para atingir objetivos, tem intencionalidade de o fazer e explicita isso através de um projeto coletivo de trabalho a ser desenvolvido.

Há instituições escolares que primam pela formação educacional crítica que potencializa no sujeito a sua criatividade, o seu repertório cultural e analítico e há as que limitam o seu trabalho à doutrinação. O que irá basicamente distinguir uma da outra, segundo o autor?



Fig. 06

Vamos dar destaque para uma das passagens do texto, quando há a seguinte afirmação: "o que distingue a educação da doutrinação, portanto, é basicamente a intenção da pessoa que ensina, e é a intenção

que se torna o critério básico e fundamental que nos permite diferenciar entre um ensino educacional e um ensino doutrinacional". (CHAVES, 2009, p. 52).

Sistematizando o que o autor aborda sobre os dois conceitos: educação e doutrinação, façamos uma breve síntese:

- ▶ A educação: visa à ampliação dos horizontes, da mente, da abertura para o significado das coisas - uma educação para indivíduos livres para se expressarem, para escolherem, para opinarem, para serem seres críticos.
- ▶ A doutrinação: limita opções de escolhas, processo que ocorre através do ensino e envolve a mera transmissão e aceitação de crenças, de valores. Ênfase na persuasão de ideias, pois não há doutrinação não-intencional. Quem doutrina não respeita o direito do outro, a liberdade de escolha, compromete a liberdade de pensamento, pois o ensino é fechado, tratado com uma certa objetividade.

Sendo a doutrinação a imposição de valores, em repasse de conteúdos que devem ser aceitos sem questionamentos dos seus fundamentos, ela se torna bem diferente do que evidencia: a liberdade de expressão, de ideias. A doutrinação é aprendizagem não acompanhada de compreensão. A intenção da pessoa que ensina é que não haja problematização em relação ao conteúdo.

Compreendendo o que vem a distinguir educação de doutrinação, enfatizamos que as intenções de formação humana somente podem ser analisadas em um dado contexto.

Podemos então afirmar, segundo a análise de Chaves, que a intencionalidade é palavra-chave para entendermos um projeto político e pedagógico que a escola desenvolve, suas finalidades, seus objetivos de ensino na sociedade.

Voltemos ao questionamento colocado no início da aula de hoje: há ensino sem aprendizagem ou pode haver aprendizagem sem ensino? Você entendeu que o ensino como processo sistematizado pressupõe uma possível aprendizagem, mesmo que essa não ocorra?

Você está entendendo que o que caracteriza o ensino é a intencionalidade? Então responda ao seguinte questionamento:

E em qual sentido a filosofia da educação contribuirá para esse entendimento?

Para elucidar essa resposta Chaves considera que:

“A Filosofia da educação como aqui caracterizada deve, portanto, seguir uma teoria da educação que tenha como principal tarefa o exame dos princípios básicos, objetivos, valores, etc., que prevalecem em nossa cultura e que norteiam, atualmente, a educação em nosso país, a reflexão crítica sobre eles e sobre a realidade social, econômica e cultural que envolve o processo educacional, e, se necessário for (e quase sempre o é), a proposta de novos princípios básicos, objetivos e valores para a nossa cultura e para a nossa educação”. (CHAVES, 2009, p. 62)

Investigar objetivos específicos da educação, propondo metas a serem atingidas e valores a serem ressaltados seria uma das grandes contribuições da filosofia da educação.

Diante das questões até então colocadas, chegamos ao entendimento de que filosofar é fundamental na nossa vida. A filosofia é fruto da necessidade humana de compreender a realidade e de fundamentar a ação que visa à transformação.

Nesta aula, objetivamos um diálogo sobre as relações existentes entre Filosofia e Educação, retomando aspectos trabalhados anteriormente.

Ao final desta aula, acreditamos que tenha ficado entendido que há necessidade de superar uma prática pedagógica baseada no senso comum e buscar uma consciência crítica do fazer pedagógico. Essa visão crítica do fazer é essencial para uma verdadeira práxis fundamentada na relação indissociável entre teoria e prática.

A sociedade atual exige pessoas dotadas de imaginação, de potencial criativo e criador, que podem transcender a ideologia dos métodos e meios determinados a fim de avaliar criticamente os seus propósitos e sua prática; profissionais que tenham um postura sustentada na reflexão de sua prática e seus efeitos.

A filosofia pode contribuir para elucidar questões relevantes do fazer educativo e, nessa perspectiva, é importante elucidar a relevância da filosofia para a formação investigativa do ser e especificamente do professor.

Esta é, pois, uma das finalidade principais da filosofia da educação, como também a de tornar explícitas as teorias do conhecimento que sustentam as teorias pedagógicas.

Na próxima aula, evidenciaremos, como temática central, a filosofia e as teorias pedagógicas. Até lá e bom estudo.



## Já sei!

Na aula de hoje, vimos que a filosofia da educação contribuiu significativamente para elucidar alguns problemas no campo educacional, assim como para esclarecer o próprio sentido da educação, seus valores e finalidades.

Estudamos que o processo de ensino é caracterizado pela intencionalidade e que educar distingue-se de doutrinar, ambas apresentam sentidos e objetivos bem diferentes. Enquanto o ato educativo preocupa-se com a compreensão, com os significados do conteúdo com a finalidade de dar a indivíduo uma formação mais ampla e crítica, a doutrinação enfatiza a aceitação do conteúdo sem haver questionamento.

Entendemos, pois, que a filosofia da educação tem papel importante na medida em que desmistifica o ato doutrinário, não aceitando o dado a ver, rejeitando qualquer forma de pensamento dogmático. Nesse sentido, a filosofia é transgressora, por ultrapassar as barreiras do imobilismo cognitivo e provocar rupturas com o novo.



## Mãos à Obra

1. Gostaríamos que você fizesse uma pesquisa sobre o papel que a educação pode desempenhar na sociedade numa perspectiva reprodutivista e crítica para que possamos, na próxima aula, criar um quadro analítico sobre as teorias pedagógicas.

2. Leia atentamente o texto que se segue:

“Uma libélula recém-nascida que pairava com suas leves asas sobre a água transparente do ribeirão viu, imóvel sobre uma pedra, uma tartaruga que tomava banho de sol. Espantada ante coisa tão estranha, pousou sobre uma flor de capim, para ver melhor. A tartaruga, achando que a libélula estava admirando-a, dirigiu-lhe a palavra:

- Então, à procura de modelos a imitar? A libélula deu um pulo, assustada. Nunca ouvira som tão grave e tão pastoso.

- Pensei que você estava morta, de tão parada – ela disse em tom de desculpa. – Você tem muito a aprender – disse-lhe a tartaruga, em voz professoral! – Já fui como você, agitada e voante!

- Agitada, eu? Não tinha percebido. Na verdade, o meu maior prazer é flutuar, leve, e deixar-me levar pela brisa, sem nenhum esforço – retrucou a libélula.

- Em você tudo é esbanjamento – disse a tartaruga – asas vibrando, um ir-e-vir constante, voar sem cessar. Mas isto tudo faz mal. O mais econômico é a imobilidade: do corpo, dos sentimentos, do pensamento. A vida é como a vela. Quanto mais tempo apagada, mais tempo dura!

- Mas, que há de bom numa vela apagada? Perguntou a libélula.  
- Uma vela apagada não é uma vela que está morta, em vida?

- Mas a tartaruga tinha idéias definitivas. Opiniões firmes. Como o casco. E não se dispunha a ouvir ponderações aéreas.

- Minha filosofia é simples: nunca ficar de pé quando se pode ficar sentada; nunca ficar sentada quando se pode ficar deitada. Por medida de segurança, fico sempre deitada...

ALVES, Rubem. A libélula e a tartaruga. 8.ed. São Paulo: Paulus, 1999.

Agora realize a seguinte atividade a partir da leitura do texto de Rubem Alves:

A partir do diálogo realizado entre a libélula e a tartaruga, analise e identifique características nos personagens que indiquem posturas tradicionais, conservadoras e atitudes mais críticas.





## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de A. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 5. ed. São Paulo: Àtica, 1995.

CHAVES, Eduardo. A Filosofia da educação e a análise de conceitos educacionais. Disponível em: <http://chaves.com.br/textself/philos/filed77-2.htm>.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 31. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005, (Coleção Leitura).

\_\_\_\_\_. Pedagogia do oprimido. 23.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SEVERINO, A. J. Filosofia da Educação. Construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

### Fonte das figuras

Fig.01 - <http://machadonetto.com.br/Poemar%20-%20livro%20aberto.jpg>

Fig. 02 - <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=download&id=1022921>

Fig. 03 - <http://escolamaisverde.files.wordpress.com/2010/02/p1010437.jpg>

Fig. 04 - [http://images01.olx.com.br/ui/6/24/48/1278031193\\_102381648\\_1-Hablemos-Espanhol-LIVRO-3-CDs-Diccionario-1-REVISTA-HABLA-GRATIS-Curso-de-Espanhol-06764040-1278031193.jpg](http://images01.olx.com.br/ui/6/24/48/1278031193_102381648_1-Hablemos-Espanhol-LIVRO-3-CDs-Diccionario-1-REVISTA-HABLA-GRATIS-Curso-de-Espanhol-06764040-1278031193.jpg)

Fig. 05 - Detalhe de: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8c/David\\_-\\_The\\_Death\\_of\\_Socrates.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8c/David_-_The_Death_of_Socrates.jpg)

Fig. 06 - <http://lidebrasil.com.br/site/wp-content/uploads/2009/11/sala-de-aula.jpg>

Fig. 07 - <http://www.vancouver.sun.com/opinion/3493505.bin?size=620x400>



## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues

Aula

06

**Filosofia da Educação e  
Teorias Pedagógicas**





## Apresentação e Objetivos



Na aula anterior, buscamos dialogar sobre a importância da Filosofia na formação humana e suas contribuições para uma prática reflexiva. Indicamos que fosse realizada uma análise sobre o papel que a educação pode desempenhar na sociedade.



Fig. 01

Na aula de hoje, explicitaremos algumas das teorias educacionais que fundamentam a formação docente e a prática pedagógica.

São objetivos desta aula:

- ▶ Entender as relações entre filosofia, educação e sociedade.
- ▶ Analisar os pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentam
- ▶ as teorias educacionais críticas e não críticas.
- ▶ Refletir sobre a importância da práxis na formação do educador.
- ▶ Posicionar-se criticamente perante as teorias da educação, sabendo fazer escolhas e relacionar as teorias a uma prática pedagógica para o ensino da língua espanhola.





## Para começar

“Como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo. Se sou puro produto da determinação genética ou cultural ou de classe, sou irresponsável pelo que faço no mover-me no mundo e se careço de responsabilidade não posso falar em ética. Isto não significa negar os condicionamentos genéticos, culturais, sociais a que estamos submetidos. Significa reconhecer que somos seres condicionados mas não determinados. Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável”.

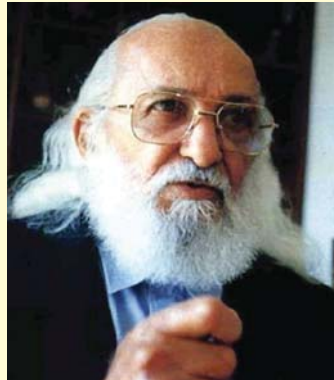


Fig. 02 - Imagem do educador Paulo Freire.


(FREIRE, 2002, p. 9)



## Assim é

As palavras do educador Paulo Freire nos fazem refletir sobre visões de uma ideologia fatalista, que reduz o homem ao imobilismo, à estagnação, porque não há nada a ser feito contra a realidade social existente. Há sim, nessa visão, uma naturalização nas coisas.

Uma prática educativa, fundada nessa concepção de ideologia fatalista, considera que somente resta a nós, educadores, acomodar e adaptar o educando a situações sociais já dadas a ver, como a pobreza, a miséria, a exploração do mundo do trabalho, o analfabetismo, dentre outras. Isso seria uma realidade não cabível de mudança, porque o aluno é visto como ser que já nasceu numa situação socioeconômica e cultural predeterminada. Essa forma de conceber a realidade identifica-se com a visão fatalista de que já nascemos pobres e seremos pobres para o resto das nossas vidas.



Assim como essa forma de conceber a vida desconsidera os condicionantes que estão na base das nossas ações cotidianas que interferem nas nossas práticas culturais e nas nossas ações no mundo, precisamos entender que há outras formas de conceber o processo educativo, isso numa perspectiva mais ampla e crítica. É justamente essa forma que o educador Paulo Freire considera e traça uma filosofia da educação analítica para o papel do educador e do educando.

Em se tratando da questão mais ampla do educativo, essa visão fatalista da realidade prioriza uma vertente pedagógica que, ao certo, prima por acomodar e adaptar o indivíduo à sua sobrevivência no mundo e que recusa inflexivelmente o sonho, a transformação.

Pensando nessas questões, concordamos que não há uma realidade e uma pedagogia estáticas no tempo e espaço, posto que sejam frutos de determinantes históricos e culturais. E o que significa dizer isso?

Significa pensar que não há educação que esteja isenta de pressupostos filosóficos. É possível compreender a educação dentro da sociedade, ou seja, inserida numa conjuntura histórica, política, econômica e cultural e não de forma atemporal.

Um excelente exercício para iniciarmos o nosso diálogo sobre as teorias da educação é refletir sobre a prática pedagógica, no sentido de entender que não há uma prática neutra, pois toda ela é mediada por visões de mundo, de sujeito e conhecimento. Na instituição escolar, essas visões manifestam-se na postura teórico-metodológica que o professor apresenta diante do aluno e mediante o conhecimento, assim como nos seus métodos de ensino empregados, nas relações entre aluno e professor e entre professor e demais grupos.

Vejamos que, em se tratando da escola, as finalidades educativas estão presentes no projeto político-pedagógico da instituição e na proposta pedagógica.

O que vem a ser o chamado projeto político-pedagógico da escola?

- ▶ Chamamos de projeto por ser algo pensado a partir de uma realidade concreta da escola e projetado para ser realizado. Ele supõe rupturas com o presente e anseios para o futuro; portanto, ele é construído e reconstruído na ótica ação-reflexão-ação.



- ▶ Ele é pedagógico porque envolve ações educativas intencionais na escola, decididas em coletividade.
- ▶ É considerado político porque está articulado ao compromisso sociopolítico dos agentes que fazem parte da instituição escolar.

Ao pensar na formação do aluno, a escola elabora diretrizes para normatizar e direcionar as práticas cotidianas da instituição, produzindo uma cultura escolar, assim como materializa essas ações no PPP e numa proposta pedagógica que contempla as finalidades educativas da instituição.

Na cultura escolar, estão presentes todas as configurações normativas e pedagógicas: o currículo, os programas de ensino, o processo avaliativo, enfim, tudo que diz respeito ao funcionamento do estabelecimento de ensino e suas ações que incidem numa finalidade de formação.

Sendo a Filosofia elemento relevante para pensarmos sobre as questões educacionais, entendemos que ela é fundamental para refletirmos sobre que tipo de homem educar para o contexto atual e qual o papel desempenhado pela educação e, particularmente, pela instituição escolar na sociedade.

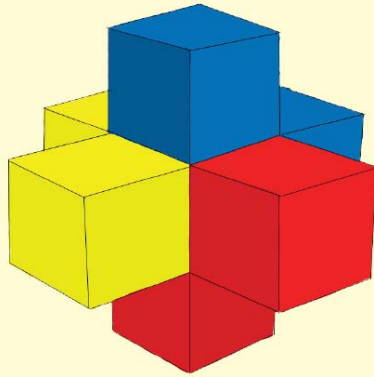
Nesse sentido, torna-se necessário compreender as teorias que se manifestam na prática escolar. Elas tanto podem estar voltadas para uma finalidade de formação para o campo da conformação de valores, de reprodução e doutrinação de ideias, segundo interesses de determinados grupos, como podem estar voltadas para uma formação mais criativa, crítica, reflexiva e cidadã.

E o que historicamente ocorreu para que essas teorias estivessem em dado momento mais voltadas para uma finalidade de formação humana mais conservadora e noutra momento para uma formação mais crítica?

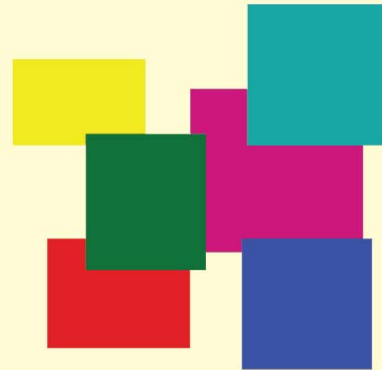
É importante ressaltar que, para entendermos as teorias pedagógicas, há necessidade de contextualizá-las no tempo e espaço. Elas situam-se conforme cada conjuntura histórica da sociedade que, particularmente, apresenta interesse de ordem política, econômica e cultural conforme valores e interesses dos grupos sociais. Lembre-se que esse aspecto nós já discutimos em aulas anteriores. Vamos retomá-lo então.

Nessa perspectiva de compreensão podemos destacar dois grandes quadros teóricos:

### **As teorias críticas da educação**



### **As teorias não críticas da educação**



Vamos ver se você entendeu o significado das imagens que aparecem ao lado de cada teoria pedagógica. O propósito de destacar as figuras foi para enfatizar a junção e a fragmentação do conhecimento. Veja que ao lado da teoria crítica da educação, a imagem evidencia diálogo entre os diversos elementos que se juntam, formando um só objeto.

Inversamente à teoria crítica da educação, a figura que representa a teoria não crítica evidencia separação, onde os objetos estão próximos, até interpostos uns aos outros, mas não há junção, entrecruzamento, diálogo entre eles.

É assim que podemos, de início, exemplificar o quadro teórico das duas teorias da educação.

As teorias críticas estão preocupadas com:

a contextualização;

as relações interdisciplinares dos diversos saberes, como evidenciamos na figura 3, onde jovens apresentam interações grupais e com o mundo televisivo. Esses saberes são levados para o ambiente da escola e precisam ser aproveitados e relacionados a outros tipos de saberes do currículo escolar num diálogo constante e concreto;

- ▶ a realidade concreta e histórica;
- ▶ a formação crítica;
- ▶ as relações entre educação e poder;
- ▶ a valorização da diversidade da pluralidade cultural;
- ▶ as subjetividades humanas;
- ▶ a dinamicidade da vida, das ações humanas;
- ▶ a problematização dos conteúdos do currículo escolar.

Enquanto as teorias não críticas explicitam:

- ▶ a disfunção das ideias;
- ▶ a fragmentação dos saberes;
- ▶ a objetividade das ações e das ideias;
- ▶ a não valorização da heterogeneidade humana;
- ▶ a ausência de preocupação com a gestação de uma nova consciência social nos indivíduos (de uma consciência dogmática para uma consciência crítica).

As teorias críticas apresentam preocupação com a problematização da realidade e a articulação dessa realidade com o cotidiano do sujeito, sendo essa articulação voltada para finalidades de formação crítica e reflexiva dos sujeitos mediada pela ação docente numa perspectiva dialógica e construtiva.

A teoria crítica considera a prática social dos sujeitos da educação, bem como a ideia de que a tomada de consciência sobre essa prática possibilita a professores e alunos a busca por conhecimentos teóricos que os conduzam a refletir sobre o seu fazer prático cotidiano. Isso reconhecendo que a sociedade não é um todo harmonioso, mas é histórica e contraditória.

Entendamos que, nesse raciocínio, os conteúdos escolares não devem estar desvinculados da realidade concreta, devem, portanto, estar inter-relacionados às mudanças, à realidade global. A escola vem a ser o caminho pelo qual os educandos passam do conhecimento vivido no cotidiano aos saberes científicos, situando-os no contexto da totalidade social.

Essas relações são fundamentais, pois a apropriação crítica da realidade, por parte do aluno, superando o conhecimento imediato e o senso comum, pode conduzir à compreensão crítica da realidade e do meio em que ele está inserido.

Esse seria o papel principal da escola, o de garantir a apropriação do conhecimento científico a todos, democraticamente, para que, de posse desse saber, o aluno tenha melhores condições de agir na sociedade de forma transformadora.

Numa outra perspectiva, temos as teorias educacionais consideradas não críticas. Nelas está presente a visão de sujeito (aluno) servil, obediente, passivo; portanto, não havendo a preocupação com a formação crítica, cidadã, uma vez que o homem deve ser preparado para a conformação, para a submissão aos valores vigentes e, possivelmente, aceitação das normas ditadas pelo outro e não para a rebeldia, no sentido mais amplo, manifestar-se favorável ou não ao que lhes é colocado.

Na perspectiva das teorias críticas, podemos destacar a pedagogia histórico-crítica da educação e, numa perspectiva inversa, a pedagogia tradicional.

A teoria educacional, desenvolvida no século XIX pelo alemão John Frederich Herbat (1766-1841), configura-se no quadro das teorias não críticas da educação no Brasil sob duas vertentes: uma vertente religiosa e outra vertente leiga, configurando-se entre os séculos XVIII e meados do século XX. A escola, em cada momento histórico, constitui-se como expressão e resposta à sociedade na qual está inserida.

Herbart formulou no seu tempo uma teoria pedagógica voltada para a transmissão de conteúdos pelo professor, para a formação de um aluno passivo e não questionador. Para ele, o processo de ensino deveria cuidar da moralidade do sujeito, da formação intelectual e da disciplina. Esse seria o objetivo do ensino.

A moralidade era, para ele, liberdade, perfeição, boa vontade, direito e retribuição. Ela poderia vingar se o ensino fizesse do homem um ser autodeterminado. Como características marcantes dessa filosofia Herbatiana, temos a ideia de que o homem deve ser instruído para comandar a si próprio e a educação tem como fim a moralidade atingida pela instrução educativa.



Fig. 05

Educar o homem significa instruí-lo para o bem. A principal tarefa da instrução é introduzir ideias corretas na mente dos alunos. O professor deve controlar a mente dos alunos para introduzir ideias novas.

O método de ensino deveria consistir em provocar e acumular as ideias na mente do sujeito. Deve ser dada, pelo professor, a ênfase ao didatismo tradicional e conservador na sala de aula, apresentar uma postura autoritária e, no ensino, deve predominar o estímulo pela memorização e repetição do conteúdo transmitido. Deve também haver distanciamento entre professor e aluno, como forma de manter uma objetividade científica, longe das subjetividades, das emoções, dos sentimentos.

Na aula, não há abertura de espaços para debater os conteúdos, para o diálogo, e o ensino é dissociado da vida do aluno. Paulo Freire denomina essa teoria pedagógica de "Educação Bancária", que objetiva principalmente a formação de homem passivo.

Retomando a citação de Freire, em destaque no início desta aula e associando-a à teoria não crítica da educação, veremos que o pensamento de Freire é muito contrário à visão tradicional da educação, posto que esta é limitada quanto à concepção de sujeito. Freire (2002, p.9) afirma a necessidade de "(...)reconhecer que somos seres condicionados, mas não determinados. Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de determinismo."

Pois bem, para a teoria educacional não crítica não há o reconhecimento do homem como sujeito histórico, assim como não há reconhecimento da história numa perspectiva dialética. Para essa teoria, somos seres adaptados ao mundo.

A institucionalização dessa teoria pedagógica no Brasil é multifacetada, ocorreu em proposições diferentes em dados contextos. Inicialmente numa vertente leiga e posteriormente numa vertente não leiga. Com a ação dos Jesuítas no Brasil, temos a pedagogia tradicional na sua vertente leiga, religiosa, no século XVI.

No século XVI, os estabelecimentos de ensino foram organizados, sobretudo, pelas ordens religiosas, que estavam voltadas para o processo de evangelização. A atuação da Ordem dos Jesuítas no Brasil advém da expansão da cultura europeia e do apoio à colonização.

O ideário pedagógico dos jesuítas naquele contexto de atuação, com ênfase rigorosa na disciplina, nas tradições clássicas e indiferentes às críticas feitas à filosofia medieval, correspondia aos interesses da coroa portuguesa. Nesse sentido, Aranha (2000, p.22) afirma:

Alheios à disputa entre racionalistas e empiristas, recusam-se a tratar das descobertas científicas de Galileu e Kepler. eles ignoram e condenam Descartes, que aliás foi um de seus ilustres alunos. Dão pouca importância à história, à geografia e à matemática, enfatizando a retórica e os exercícios de erudição. Configuram-se aí as linhas mais rígidas da chamada escola tradicional, que cria um universo exclusivamente pedagógico, separado da vida e preservado do mundo. Temperada pela clausura, pela renúncia e pelo sacrifício, a disciplina é imposta por meio da vigilância total. O esforço individual é estimulado por atividades competitivas, como torneios intelectuais e emulações constantes, incentivadas por prêmios e punições.

Naquele momento histórico, no Brasil, essa teoria pedagógica foi muito bem aceita porque correspondia aos interesses vigentes, contribuindo para a manutenção das diferenças socioeconômicas, mascarando a realidade concreta, distanciando a escola da vida, preservando a manutenção da ordem, portanto, contribuindo para manutenção do status quo da sociedade.

Quanto à relação na escola entre docente e discente, a pedagogia tradicional é magistrônica, isto é, centra-se no professor e na transmissão dos conhecimentos. O mestre detém o saber e a autoridade, bem como dirige o processo de ensino e se apresenta como um modelo a ser seguido. Há entre ambos, mestre e aprendiz, uma relação vertical e hierárquica, gerando como consequência, nos casos extremos, a passividade do aluno reduzido a simples receptor da tradição cultural.

A institucionalização da pedagogia tradicional no Brasil e no mundo se deu sob o signo da hierarquia e da vigilância. A noção de que a criança deveria ser protegida e regida por uma disciplina autoritária, bem como a ideia de que um processo dogmático de ensino, a obediência e a manutenção da ordem garantiriam a submissão discente foram postulados que predominaram nessa tendência de ensino. Eis a seguir alguns aspectos importantes dessa teoria pedagógica:



Fig. 06

- ▶ Foco nos instrumentos e regras metodológicas, compreendendo o estudo privado, individual. O professor prescreve o método de estudo, a matéria e o horário.
- ▶ Focalização para o conhecimento em detrimento do sentir e do querer.



- ▶ Ideia de formação do homem universal, humanista e cristão.
- ▶ Ênfase no método expositivo, nas lições orais, no exercício da repetição.
- ▶ Ênfase aos métodos e às formas de ensino, compreendendo: verificação do estudo, correção, repetição, explicação e a mecanização dos conceitos.
- ▶ Pelo professor: estímulo ao desafio, à competição (considerada instrumento didático da aula).

A pedagogia tradicional tem, portanto, um alicerce de uma tradição didática centrada no método e em regras de bem conduzir a aula e o estudo – ação desvinculada da realidade brasileira. O homem não é criação divina, mas aliada à noção de natureza humana, essencialmente racional. Homens são essencialmente iguais porque são dotados da mesma natureza, cabendo à escola difundir conhecimentos indistintamente a fim de transformá-los cidadãos.

No geral, como há uma grande ênfase nos processos de ensino como conjunto de regras, visando disciplinar o aluno e todo processo de aprendizado, não há preocupação com a unidade de saberes e sim a separação teoria e prática no ensino.

Veja que o ensino, portanto, ganha uma outra conotação que é a de ser imposição de ideias, uma forma de doutrinação, assim como a valorização do ensino humanístico de cultura geral, centrado no professor que transmite a todos os alunos, indistintamente, conhecimento universal e enciclopédico. É um professor que prioriza uma relação centrada numa pedagogia hierarquizada e verticalista.



Fig. 07

Essa vertente tradicional inspirou a criação da escola pública, laica, universal e gratuita e nela a escola cumpre o papel de reproduzir a realidade social e perpetuar a discriminação social e a dominação.

O método Herbartiano influenciou a educação brasileira durante muitos séculos. Podemos dizer que, no período atual, a Teoria Pedagógica Tradicional não se eximiu, mas transfigurou-se historicamente, pois sofreu alterações durante o tempo e reconfigurou-se no tempo e espaço atual.

No Brasil, nos anos 20 do séc. XX, houve a valorização quantitativa da educação (combate ao analfabetismo e difusão do ensino), bem como o surgimento de novos grupos sociais e discussão sobre a qualidade do ensino. Estabelecendo uma cronologia, temos alguns marcos importantes ocorridos:

- ▶ Ideias pedagógicas tradicionais são “suplantadas” pela versão moderna.
- ▶ 1924 – Criação da ABE.
- ▶ 1934 – Inclusão da Didática em cursos de formação de professores.
- ▶ ANOS 30: Revolução de 30.
- ▶ Modificação do modelo socioeconômico.
- ▶ Ideia de instalar uma nova forma de Estado no país em oposição ao sistema oligárquico.
- ▶ 1930: criação do Ministério da Educação e Saúde pública.
- ▶ 1932: Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Lema: “reconstrução social da escola na sociedade urbana e industrial”.
- ▶ EDUCAÇÃO: vista como instrumento de ação política contra a ordem vigente, como meio de recomposição do poder político.
- ▶ Anos 30: A qualificação do magistério era colocada como ponto angular para a renovação do ensino.
- ▶ 1937-1945: Implantação do Regime Político Estado Novo.
- ▶ Educação: papel de contribuir para a sedimentação do poder e difusão da ideologia.
- ▶ 1942: Reforma Capanema – ênfase na educação moral e cívica, distinção entre trabalho intelectual e trabalho manual.
- ▶ Décadas de 30 a 40 do séc. XX: período marcado pelo equilíbrio entre as concepções humanista tradicional (católicos) e humanista moderno (pioneiros).

- ▶ Ênfase na concepção humanista tradicional: a educação centra-se no adulto (no educador), no intelecto, no conhecimento.
- ▶ A influência da concepção humanista moderna: que se baseia na visão de homem centrada na existência, na vida, na atividade, na criança (educando). Seguir o ritmo vital que é determinado pelas diferenças existenciais nos indivíduos, predominando os aspectos psicológicos sobre o lógico.

Nos anos 60 e 70 do século XX, os pressupostos de uma nova tendência de ensino passam a se manifestar na sociedade, sob o prisma da técnica e da tecnologia aplicada à educação. Nessa tendência, destacam-se alguns pressupostos básicos que passam a ser difundidos pelos órgãos oficiais e assumida pelo grupo militar e tecnocrata, quais sejam a relevância do econômico sobre a educação. A educação passa a ser vista como fator de desenvolvimento do país. Inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, o tecnicismo busca pela objetivação do trabalho pedagógico e fragmentação do conhecimento, privilegiando a dicotomia teoria e prática nos processos do conhecer e fazer.

Caro(a) aluno(a), veja que, nos anos 80 do século XX, busca-se uma nova compreensão do fenômeno educativo e dos processos de ensino e aprendizagem. Vários elementos contribuem para se repensar a escola e o seu papel na sociedade, dentre eles a mudança de regime político e transformações no setor produtivo. Com a instalação da Nova República, iniciam-se algumas mudanças como a ascensão do governo civil, o fim da ditadura militar, a abertura política, a influência do Marxismo no pensamento educacional e social brasileiro, bem como o destaque para a luta operária, passando a influenciar outras categorias de profissionais, a exemplo dos professores. Explicitamos também:

- ▶ a Influência da concepção Dialética da Filosofia da Educação;
- ▶ a Visão de homem como síntese de múltiplas escolhas;
- ▶ a Explicitação dos problemas educacionais a partir do contexto histórico em que estão inseridos;
- ▶ a realidade percebida como dinâmica;
- ▶ a educação como atividade humana assentada na interação social;

- ▶ a valorização do pedagógico sem deixar de lado suas vinculações com os fatores sócio-políticos;
- ▶ a visão da escola como parte integrante da totalidade social, instância difusora de conhecimento e reelaboração de saberes pelos professores e alunos;
- ▶ os métodos de ensino devem partir de uma relação direta com a experiência discente em confronto com o saber elaborado;
- ▶ a concepção de aluno como ser concreto situado historicamente;
- ▶ o diálogo como essência da liberdade de expressão, da voz do oprimido (Paulo Freire).

A teoria crítica da educação contribui significativamente para pensar no processo democrático da educação, na inclusão social e nas oportunidades, pois não há um privilégio da etnia. Todos os indivíduos, segundo essa teoria, devem ter oportunidades de acesso aos bens culturais. A escola, como instância formativa na sociedade, deve propiciar o acesso ao saber elaborado, bem como a permanência do aluno na instituição.

Sabendo que a concepção dialética da Filosofia da Educação é explicitar os problemas educacionais e buscar compreendê-los com base num contexto histórico concreto, entendemos que ela tem papel importante na elucidação dos pressupostos epistemológicos que fazem parte das teorias educacionais.

As teorias pedagógicas, expostas até então, formam um grande quadro epistemológico que historicamente vem se reconfigurando no cenário brasileiro e, a depender dos interesses da sociedade de cada época, enseja um tipo de educação e formação humana, seja ela numa perspectiva de criação seja de alienação.

Diante do exposto sobre as duas teorias, é possível vislumbrar que a educação, numa sociedade, pode se manifestar de diversas formas a depender do contexto em que se insere, assim como dos interesses vigentes em cada época. A teoria crítica da educação, por exemplo, no Brasil, somente ganhou terreno para ser discutida no período pós-ditadura militar, época em que houve uma maior abertura política e campo fértil para dialogar sobre os problemas sociais, políticos e culturais da nação de forma mais aberta e questionadora.

Também foi no contexto de grandes debates sobre a democracia, sobre a aceitação das diversidades, da ampliação das ofertas de vagas nas escolas públicas brasileiras que a perspectiva crítica da educação aflorou. O reconhecimento das heterogeneidades e os desafios das políticas educacionais em possibilitar o acesso e a permanência do aluno na escola impulsionaram encontros de educadores no país para discutir os rumos da educação brasileira.

Naquele contexto, nos anos 80 do século XX, diversos educadores e interessados na área tiveram mais oportunidades de debater os rumos da educação do país em prol da democratização do saber, fato antes dificultado pelo regime político autoritário e centralizador de decisões em voga, que castrava as diversas formas de manifestação do pensar e agir do povo brasileiro.

Diante do exposto, é possível refletir também sobre as contribuições que a Filosofia da Educação possibilita para uma formação prático-reflexiva sobre o ato pedagógico como ato político.

É possível também, retomando os dizeres do educador Paulo Freire no início deste texto, elucidar a importância da educação para a conscientização crítica e a humanização do homem. Como seres históricos que somos, não podemos negar os condicionamentos culturais e genéticos, mas temos um papel importante a exercer social e historicamente como sujeitos históricos.

Particularmente, como educadores, também temos muito a contribuir na formação das crianças, dos jovens e dos adultos que compõem o sistema educacional brasileiro, o qual ainda apresenta elevados índices de exclusão, analfabetismo e evasão escolar.

O nosso papel não é o de sermos missionários nem salvadores de uma pátria, mas profissionais da educação. No entanto, não podemos negar o quão importante é a nossa contribuição no processo de formação das gerações existentes e das que virão. Isso como profissionais comprometidos com a ética, com a política, engajado com a melhoria da qualidade da educação. Para tanto, o sentido da práxis na nossa vida ganha destaque, para que não sejamos sujeitados a modismos e a visões alienadoras e sim sujeitos críticos-reflexivos.

Após uma breve retrospectiva histórica da educação, vimos que as teorias educacionais e pedagógicas surgiram no cenário educacional como fruto de grandes mudanças no cenário nacional. Essas mudanças alteraram significativamente a forma de se perceber a educação e a escola, bem como o aluno e o professor.

Vimos também uma síntese das teorias críticas e das teorias não críticas da educação. Elas apresentam visões de mundo bem diferentes, pois enquanto as teorias críticas entendem o fenômeno educativo inserido numa contextualização histórico-social, as teorias não críticas tratam o fenômeno educativo de forma isolada, sem considerar os determinantes históricos e culturais de uma sociedade.

Essa compreensão favorece pensar na educação como elemento de reprodução de valores e de não transformação do homem.

Para as teorias não críticas da educação, a escola cumpre o papel de reproduzir a realidade social e perpetuar a discriminação social e a dominação das ideologias. Estudamos que as teorias críticas apresentam a preocupação de garantir no aluno a assimilação significativa dos conteúdos de ensino, relacionando esses saberes ao cotidiano vivido.

Portanto, pensar numa teoria de ensino possibilita refletir filosoficamente sobre as finalidades educativas e o papel do professor no processo de mediação pedagógica; as atribuições docentes e a importância nos processos de construção e reconstrução de saberes que contribuirão para a formação crítica dos sujeitos.



## Mãos à Obra

Após a realização dos estudos, solicitamos que você exemplifique uma situação pedagógica em que o ensino da língua espanhola possa ser desenvolvido com base numa perspectiva crítica da educação e outra numa perspectiva não crítica.





## Leitura Complementar

FRANCISCOFILHO, Geraldo. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas, São Paulo: Ed. Alínea, 2001.

ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2008.



CAMBI, Franco. História da pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 1999.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 31. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, (Coleção Leitura).

\_\_\_\_\_. Pedagogia do oprimido. 23.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. Didática e teorias educacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2008.

### Fonte das figuras

Fig.01 - <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=download&id=280079>

Fig. 02 - <http://redesocial.unifreire.org/articles/0019/6598/paulo-freire.jpg?1271701448>

Fig. 03 - <http://blog.cancaonova.com/discipulosemissionarios/files/2009/09/internet-sem-fio-na-sala-de-aula-013.jpg>

Fig. 04 - <http://i1.trekearth.com/photos/4979/8.jpg>

Fig. 05 - [http://www.uwo.ca/nca/education/images/student\\_3.jpg](http://www.uwo.ca/nca/education/images/student_3.jpg)

Fig. 06 - [http://3.bp.blogspot.com/\\_05c\\_actPyPw/RxvppPWhW1I/AAAAAAAAAag/qe125mAS9xk/s1600/SkinMatrixSmall.png](http://3.bp.blogspot.com/_05c_actPyPw/RxvppPWhW1I/AAAAAAAAAag/qe125mAS9xk/s1600/SkinMatrixSmall.png)





## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



**Saberes necessários à prática educativa**

Aula

07



## Apresentação e Objetivos



Caro (a) aluno (a), hoje iremos discutir um tema muito relevante para a formação dos que desejam ser professor, seja ele de espanhol ou qualquer outra área do conhecimento. O tema abrange o ato de ensinar, que é tratado como sendo indiscutivelmente uma prática específica da ação humana. Para embasamento teórico desse tema, solicitamos que você leia o terceiro capítulo do livro do educador Paulo Freire, intitulado: "Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa".

Lembre-se de que em momentos anteriores já havíamos estudado algumas ideias do autor, reportando não só ao livro "Pedagogia da autonomia", como também ao livro "Pedagogia do oprimido".

A obra "Pedagogia da autonomia" centra na liberdade do professor em agir com responsabilidade. É um livro que impulsiona reflexões sobre o fazer docente, liberdade, decisões e responsabilidades na prática educativa.

O capítulo que elegemos para dialogar nesta aula versa sobre alguns saberes necessários ao professor. Na verdade, é um grande passeio pela filosofia da educação.

São objetivos da aula de hoje:

- ▶ Entender o ato de ensinar como processo intencional e eminentemente humano.
- ▶ Identificar e analisar alguns saberes necessários à prática educativa.
- ▶ Refletir filosoficamente sobre a prática educativa e associar o fazer docente ao ensino da língua espanhola.
- ▶ Entender as relações teoria e prática na prática educativa.



- ▶ Compreender o significado da autoridade pedagógica.
- ▶ Entender o processo de formação docente como processo contínuo e dialético.

Esperamos que seja proveitoso o nosso diálogo de hoje e que você possa refletir bastante sobre as ideias de Paulo Freire. É preciso evidenciar que o autor não apresenta conceitos prontos e fechados; ao contrário, ele traz o leitor para dentro da obra, buscando um diálogo contínuo, em que apresenta situações vividas por alguns professores, argumentando e se posicionando perante suas posturas teórico-metodológicas.

Observe também que o detalhe do estilo de escrita é bem diferente de alguns autores que comumente nós lemos. Esse é o estilo de Freire: poético, filosófico, cheio de idas e vindas, mas eternamente fascinante.



## Para começar

“(...) o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente lido, interpretado, escrito e reescrito. Neste sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e educando no ‘trabalho’ deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola”. (FREIRE, 2000, p.109).



Fig. 01

Inauguramos a aula de hoje, destacando esses dizeres acima de Paulo Freire. Encanta a forma poética como ele destaca coisas que parecem ser tão óbvias ao nosso olhar, mas que na rotina estabelecida, diariamente, no nosso cotidiano profissional, terminamos por esquecer.

A filosofia da educação e a pedagogia que Freire defende são caracterizadas pela dialética, pelo movimento e movidas pela construção histórica. Não há fatalismos nessa história, assim como não há estagnação na nossa capacidade de construir e transformar, porque somos indivíduos inacabados e por sermos inacabados continuamos agindo, pensando e reformulando novas ações frente aos desafios do presente e do futuro.

Traçaremos, nesta aula, a discussão sobre cada tópico do terceiro capítulo do livro: “Pedagogia da autonomia”, intitulado: ensinar não é transferir conhecimento. São vários aspectos importantes elencados nesse capítulo e não daria para destacar apenas um tópico porque isso causaria fragmentação na compreensão da obra. Todos os saberes, destacados por Freire, estão interligados, compondo um sentido. É como aquele velho exemplo da teia da aranha, onde cada teia, interligada a outras, forma uma grande teia firme e segura.

Assim é o terceiro capítulo da obra: “Pedagogia do oprimido”, composto por três tópicos.

O primeiro e tão importante tópico inicial do capítulo: ensinar não é transferir conhecimento é o que diz:

### **Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade:**

Após a leitura desse tópico, vamos entender a que tipo de segurança, competência profissional e generosidade Paulo Freire se refere. Um primeiro aspecto a entender é que competência profissional tem a ver com segurança, domínio de um saber específico inerente à profissão do professor. Estando o professor bem preparado para realizar a sua prática, tendo domínio do conteúdo a ensinar, assim como munido de uma postura profissional e ética, não há como essa competência profissional não ser a florada.

Nesse sentido, o autor faz questão de destacar que nenhuma autoridade docente se exerce sem essa competência profissional. Para que essa competência se efetive na prática do professor, é necessário atualização do conteúdo, pesquisa e estudo. Mas é importante também entender que não é a competência profissional que determinará uma prática democrática, tendo em vista que há professores altamente qualificados na sua área de atuação e, mesmo assim sendo, permanecem com uma prática docente muito autoritária, submetendo o aluno à imposição de suas ideias.

Compreendido esse momento inicial, vejamos o que Freire destaca ao analisar o sentido da autoridade exercida pelo professor na escola. Primeiramente, é importante entender o ponto de vista dele: a autoridade pelo professor é fundamental, mas ao dizer isso ele não defende aquele tipo de autoridade usada pelo professor segundo a vertente tradicional de ensino, que é arbitrária e mandonista. A autoridade, a que Freire explicita, é a autoridade democrática, que se caracteriza pelo:

- ▶ respeito ao educando;
- ▶ incentivo à liberdade de expressão e autonomia no educando;
- ▶ propiciamento de um clima de disciplina e diálogo;
- ▶ respeito à ética;
- ▶ incentivo da responsabilidade nas ações humanas.

A figura ao lado evidencia um momento em que professores e alunos interagem em processos de ensino e aprendizagem. Nessa hora, proporcionar momentos de problematização, de questionamentos, de levantamento de hipóteses, faz com que os alunos saiam da condição passiva da escuta para a interação dialógica entre professor e aluno, incitando a curiosidade científica.



Fig. 02

Diante do exposto, o autor vai destacando nos seus escritos alguns outros elementos que se coadunam ao anterior como importantes para a prática educativa, a exemplo da ética. O ensino dos conteúdos não pode estar dissociado de uma formação ética nos educandos.

Geralmente ouvimos falar de ética moral, política, religiosa, dentre outras. Você entendeu a que tipo de ética o autor se refere?

Vamos entender bem isso. Veja que ao trabalharmos o currículo escolar damos aos conteúdos um olhar, uma cor, um tom. Cada professor, com o seu olhar, fará mais realce para determinados aspectos, assim como apresentará uma certa compreensão de mundo sobre esse conteúdo que ultrapassa a mera conceituação. O que isso quer dizer?

Significa que a nossa visão de mundo, que é carregada de valores, implica, em nós, professores, uma postura teórico-metodológica, bem como uma postura política frente a esses conteúdos e frente aos alunos. Os conteúdos contribuem para a formação humana, daí eles serem fundamentais para pensarmos nas atitudes, numa postura moral, ética e nas convicções.

Há ainda os que dizem que, na sociedade do século XXI, os valores são coisas do passado, elementos descartáveis, do tempo dos nossos pais, dos nossos avós e que não precisamos deles nos tempos atuais para ter uma boa formação, para viver bem e atingir uma vida de sucesso profissional e familiar. Mas será mesmo o fim dos valores? Estarão eles em crise, sofrendo com os males deste século que prioriza o individualismo, a competição, a falta de solidariedade e a falta de humanização? Você concorda com o ponto de vista dos que pensam dessa forma?

Vamos citar um exemplo disso: quando um professor de ciências trabalha com o tema meio ambiente, ele pode apenas ter a preocupação de que o aluno assimile os conceitos e os utilize em situações didáticas em sala de aula. Mas também pode relacionar esses saberes aprendidos a outros saberes do cotidiano, contribuindo para que o aluno entenda o porquê de não poluir o meio em que vive e quais atitudes podem ser postas em prática para que possamos contribuir com a não degradação do meio e da vida humana de uma forma geral. Veja que a formação educacional não se limita apenas à reprodução de um saber, mas ao entendimento dele, assim como a formação de atitudes e de convicções.

Passaremos agora a dar um exemplo de como os conteúdos da língua espanhola podem contribuir para uma formação ética nos educandos. Veja que, ao trabalhar esses saberes, o professor precisa explicar que, dependendo da região, da cultura local, da influência de outros idiomas, iremos encontrar pronúncias diferentes. E esse aspecto precisa ser respeitado assim como compreendido a partir de um contexto de discussão, pois a ética somente pode ser entendida quando pensada e contextualizada em situações reais, concretas.

Daí decorre a necessidade do educando precisar fazer a sua síntese dos conteúdos e a importância da mediação docente no sentido de proporcionar situações de aprendizagens significativas e conscientizadoras. A consciência crítica, para Freire, não brota do vazio, ela é construída ao longo da nossa existência, assim como ela precisa ser retroalimentada nas diversas convivências grupais, nas atitudes de respeito de um indivíduo ao outro.

Outra abordagem que encontramos, em relação aos diversos saberes fundamentais à prática docente, diz respeito à compreensão da não dissociação entre:

- ▶ teoria e prática;
- ▶ autoridade e liberdade;
- ▶ ignorância e saber;
- ▶ respeito ao professor e respeito aos alunos;
- ▶ ensinar e aprender.


Caro(a) aluno(a), essas relações e possíveis dissociações que são referenciadas por Paulo Freire parecem, à primeira vista, naturais na escola, mas não são. São, na verdade, processos intencionais representativos da nossa postura e do nosso fazer pedagógico. Quando solicitamos respeito do aluno e desrespeitamos o aluno, não há como construir uma autoridade democrática, nem muito menos falar de ética. Isso é uma realidade que precisamos cada vez mais refletir e rever.

Não há como ensinar o que não tenho domínio de conhecimento, por isso, como professor, preciso estar permanentemente em processo de formação, para poder discutir com os alunos coisas novas, ideias surgidas no contexto atual de discussões dos saberes que leciono - isso é ímpar, é fundante. Ensinar e aprender são processos indissociáveis. Quando ensinamos também aprendemos, pois há uma relação de trocas.



Fig. 03

Lembre-se de que já havíamos discutido sobre isso antes no texto do autor Eduardo Chaves, quando ele enfatiza que o ato de ensinar pressupõe a aprendizagem, mesmo que a aprendizagem significativa dos conteúdos não ocorra como o professor planejou. O que Freire aborda, de forma diferente do autor Chaves, é que ensinar e aprender são atos entrecruzados. Quando o professor ensina também aprende algo nessas relações de trocas.



Tanto para Freire, quanto para Chaves, ensinar não é, portanto, um processo linear onde o professor está sempre na linha de frente, sendo ele o transmissor de saberes e o aluno o receptor; há mão dupla e não única. Já havíamos discutido isso em “Pedagogia do oprimido” e nessa obra o autor denomina a concepção tradicional de ensino e aprendizagem com a expressão “Pedagogia bancária”.

Você lembra também quando conversamos anteriormente sobre a ideia do inacabamento? Pois bem, rememorando o que tratamos em aula anterior, o inacabamento é justamente a capacidade de nos apercebermos como sujeitos em contínuo processo de formação. Portanto, essa formação não cessa com um diploma, seja ele de graduação ou de pós-graduação.

Para quem conhece a legislação atual, a lei n. 9.394/96, sabe que ela versa sobre o processo de formação continuada e a importância desse processo na formação dos docentes. O reconhecimento de que os professores brasileiros precisam estar sempre reformulando o seu repertório de conhecimentos e que necessitam de oportunidades para poder dar continuidade aos seus estudos é considerado um grande avanço na legislação educacional.

Mas veja que a ideia de inacabamento, para Freire, vai além do que a lei brasileira propõe, porque a formação em processos contínuos de conhecimento não para, não morre com um diploma, como o próprio nome especifica, não tem fim, sempre poderemos ser colocados em situações novas que precisam ser repensadas, mesmo quando estivermos chegando próximo ao encerramento da carreira do magistério.

Em todos os nossos momentos de prática educativa, temos de considerar que ensinar exige comprometimento. O comprometimento a que Freire destaca é a assunção da identidade cultural, de uma postura política, das nossas atitudes frente aos educandos. É compromisso com o que fazemos, com a formação dos educandos, é a não omissão diante de momentos em que precisamos tomar decisões.

O comprometimento é fundamental em qualquer profissão que assumimos, porque tem a ver com a nossa responsabilidade e ética. Nesse sentido, não há como aceitar aquela bem conhecida situação muito colocada, infelizmente, por alguns professores: a de que não dá para fazer muito pelos alunos porque ganhamos pouco.



Os que se colocam nessa postura esquecem-se do compromisso político que temos com os educandos e se colocam naquela postura fatalística da história: "as coisas são assim porque têm de ser assim, não há nada o que fazer". Assumem-se, portanto, como figuras inoperantes do sistema, contribuindo para a perpetuação de valores ideológicos.



Fig. 04

No tópico intitulado "Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo", a educação ganha sentido quando compreendida como experiência tipicamente humana. Ao ensinarmos, não limitamos o olhar apenas ao conteúdo, mas evidenciamos a nossa postura perante ele, assumimos uma postura ética, comprometidos com o que dizemos e fazemos.

Nesse sentido, a educação desempenha várias funções na sociedade, tanto pode ser ela um processo reprodutor da ideologia dominante quanto o inverso, ou seja, desmistificar essa ideologia.

A depender da nossa formação como educadores, podemos optar por uma via ou outra e as finalidades educativas da instituição escolar irão refletir essa concepção segundo seu projeto educativo, que norteará as práticas voltadas para um desses propósitos.

O autor chama atenção para o fato de que não há uma educação neutra, pois mesmo não explicitada nas ações docente, a educação desempenhará um desses papéis na formação dos educandos.

Quem já leu sobre o filósofo, pedagogo e sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) compreenderá que ele limitou a sua teoria sociológica da educação ao considerar a escola apenas como aparelho reprodutor da ideologia dominante. O objetivo da educação, para ele, era desenvolver no homem certos valores morais, físicos e intelectuais exigidos pela sociedade política e pelo meio social. A educação servia, portanto, para perpetuar e reforçar a homogeneidade.

Ao inserir apenas essa atribuição à escola, Durkheim pecou por não reconhecer o lado desmistificador da ideologia que a educação e, particularmente, a escola podem exercer na sociedade.

Obviamente seria ingenuidade nossa acreditar que apenas a educação e a escola tivessem poderes de transformar o mundo. Assim sendo, cairíamos numa visão muito em voga nas primeiras décadas do

período republicano brasileiro, que ficou conhecido como o “otimismo pela educação” e “entusiasmo pedagógico”, denominado por Jorge Nagle como uma concepção muito forte no país que via a educação como potencial transformador da nação e que caracterizou as primeiras décadas do período republicano.

A compreensão que perpassava nessas correntes e movimentos de ideias era de que deveríamos atribuir importância maior ao tema da instrução em seus diversos níveis, aumentando quantitativamente as unidades escolares e que as instituições escolares seriam capazes de regenerar o homem brasileiro e a própria sociedade, civilizandoo, tornando-os mais modernos. O modelo pedagógico se transforma, nessa concepção, em grande instrumento de felicidade social.

Era uma visão que, na época, refletia os anseios de alguns republicanos pela mudança, pela transformação da velha colônia e império em país moderno e civilizado.

No entanto, consideramos, assim como Paulo Freire, que a educação também apresenta função importante na mentalidade dos indivíduos, agindo como elemento propiciador da consciência crítica e transformação das nossas ações. Mas isso não pode ser visto como fato isolado; há necessidade de pensar a educação coadunando-se com outras instâncias sociais e, principalmente, com o apoio do poder político e das classes dirigentes, que precisam reconfigurar suas práticas frente ao pobre, ao oprimido em prol de uma democracia social.

A você, professor, cabe identificar os elementos ideológicos, muitas vezes ocultados nos próprios livros didáticos, nos acessos aos meios televisivos, nas diversas fontes utilizadas em sala de aula e fazer uma leitura crítica e contextualizada sobre esses saberes junto ao aluno.

A parte intitulada “Ensinar exige liberdade a autoridade” versa sobre a importância de compreendermos que ensinar exige liberdade e não libertinagem, autoridade e não autoritarismo. Nessa parte, o autor explicita a necessidade da liberdade disciplinada, em que o professor, sem precisar ser autoritário, expõe a sua autoridade em sala de aula e alguns limites das ações entre educando e educador.



Fig. 05

Esse parece ser um aspecto central nas relações pedagógicas entre educador e educandos e um grande desafio, que é o de fazer presente na sala de aula esse entendimento e propiciar condições para que assim sejam assumidas por ambos.

No contexto pedagógico, há de se considerar que a liberdade é importante, mas ela tem freios, ela deve ter limites e esses limites devem estar muito evidentes nos diálogos que se estabelecem entre educador e educando.

Há de entendermos que a liberdade, quando reforçada nas nossas ações, é importante para definirmos escolhas e construirmos a nossa identidade como sujeitos históricos. A autoridade, portanto, sem liberdade, gera nos indivíduos tensões e posições autoritárias e arbitrarias.

### Ensinar exige tomada consciente de decisões:

Nessa parte do livro você entendeu porque o autor Freire afirma que o aspecto político é inerente à educação?

Como educar implica em pensar nas finalidades, em objetivos, em caminhos a percorrer, teremos que apresentar algumas posturas e decisões. No momento em que faz essa discussão, Freire retoma alguns aspectos da corrente Marxista: a ideia dos contrários.

Os contrários a que Karl Marx se refere é a evidência na sociedade das contradições existentes e, para explicar melhor seu pensamento, destacou o exemplo da sociedade capitalista com a divisão social de classes. As classes sociais são reflexos das contradições existentes, pois de um lado temos a classe que tem o domínio dos bens de produção e do capital (a classe dominante) e de outra a classe dominada (a exemplo do proletário, que além de não ter posse dos bens de produção é fruto da exploração do dominante e especificamente do capitalista, que explora sua força de trabalho em troca de um salário e nesse processo de exploração, extrai a mais-valia como lucro (que é a sobra, o excedente do trabalho exercido e suado do trabalhador).



Fig. 07

Daí o entendimento de que, na existência de classes opostas, há também interesses opostos. Interesses por vezes ideológicos que buscam mascarar uma realidade através de visões fatalísticas e infundantes. E isso implica, por parte dos educadores, tomar decisões que devem ser frutos de uma práxis amadurecida e assumida.

Nesse processo vem um outro saber importante, tratado no item 3.6, denominado: "Ensinar exige saber escutar". Nessa parte, o autor dedica bastante espaço para discutir a importância do diálogo nas relações educador e educando. Como a sua obra versa sobre uma pedagogia democrática, que prima, acima de tudo pelo diálogo, escutar o que o outro tem a nos dizer é um excelente exercício de democracia, pois, dessa forma, educador e educando exercitam as suas capacidades de respeito, de convivência mútua, de trocas, de cidadania.

O diálogo para Freire tem um sentido muito amplo. Através dele nos aproximamos do educando, conquistamos respeito e exercitamos, acima de tudo, a democracia.

Praticar o exercício de escutar é para o autor, muito mais do que a possibilidade auditiva, é abrir-se ao outro, respeitando suas diferenças, o que não é sinônimo de uma autoanulação como pessoa, como sujeito.

Escutar requer uma abertura permanente, não vigiada e policiada, mas exercitada num constante discordar e posicionar-se. Isso tem a ver com respeito, tolerância, humildade, democracia.

O educador que respeita a leitura de mundo do educando reconhece a historicidade do saber. Ao inverso, o não respeito à leitura do mundo do educando indica uma prática autoritária, antidemocrática, caracterizada pelo não saber escutar.

Assim exemplificando, o papel do professor de espanhol, não seria limitado ao ensinar espanhol, mas ajudar o aluno a reconhecer-se como arquiteto de sua própria aprendizagem, de sua prática cognoscitiva e que, gradativamente, assuma a autoria do conhecimento do objeto estudado, que é a língua espanhola.

É ensinando espanhol, portanto, que também vou internalizando outras maneiras mais aperfeiçoadas de instigar a curiosidade epistemológica e outras formas melhores de aprendizado dos alunos.

Nas diversas interações que ocorrem com a prática educativa, o silêncio, em dado momento, é importante para que o outro escute. O escutar, portanto, não significa que o outro não deve ser silenciado nas suas ideias, devendo sim ouvir, mas também manifestar o seu pensamento. É saber escutar como sujeito e não como objeto. Por isso cabe ao professor, nos processos de ensino e aprendizagem, saber que instigar a curiosidade no aluno, não é explicar com clareza um conteúdo a ser fixado, mas:

- ▶ propiciar que o aluno produza a compreensão do objeto sem precisar receber do professor tudo dado e claro.

O conceito dado pronto ao aluno impede o exercício da busca, da curiosidade científica e da reflexão. Daí Freire retoma a sua célebre frase que diz:

“Ensinar não é transferir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é memorizar o perfil do conteúdo transferido no discurso vertical do professor”. (p. 134)

Aprender e ensinar são atos que se coadunam num processo de formação humana, pois ambos: quem ensina e quem aprende, interagem ensinando e aprendendo.


Escutando, aprendemos a falar com o aluno. O diálogo é a essência da liberdade.

A imagem ao lado evidencia um desses momentos da sala de aula a que estamos nos referindo, a conexão entre professor e alunos, as relações de trocas de conhecimentos, rompendo com práticas tradicionais de ensino que percebem apenas o aluno como depósitos de conhecimento e não como seres pensantes e instigadores.



Fig. 06

Dando continuidade à leitura do capítulo, encontraremos o tópico intitulado “Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica”, que trata da necessidade de entendermos que a educação é ideológica. Nessa parte, há um destaque para a ideologia neoliberal, pois ela reforça a ideia de naturalização das coisas, como se os acontecimentos sociais, políticos e econômicos fossem fatalidades do século.



Essa consideração do neoliberalismo exime o papel do homem como sujeito histórico e põe em destaque a visão fatalística de homem e de fato histórico. Isso porque passa a vigorar a indiferença e a ingenuidade mascarada de que as coisas são da forma que são e nada temos a fazer e sim aceitar.

A melhor forma de recusar a ideologia dominante para Freire é dizer não ao silêncio e buscar nos mobilizarmos como sujeitos transformadores da nossa própria realidade, é preciso, pois, manifestar-me como gente.

Mas a transformação do mundo necessita ser acompanhada de reflexões, porque quando transformamos, mudamos o estado das coisas e nesse mudar não podemos limitar o nosso olhar para o material, para o econômico em detrimento do humano, porque assim nos tornaríamos mercadorias. Temos que remeter o nosso olhar para o humano, para a ética.

Karl Marx chamou atenção para a ideia de hominização. O homem cada vez mais reduzido a uma coisa, a algo que pode ser vendável, comercializado sob as leis do mercado que degradam a vida humana em função do capital.

Veja que as palavras do educador Paulo Freire nos fazem filosofar sobre a nossa vida, sobre a nossa existência e, sobretudo, sobre o mundo atual, e como o autor é atual! - o que ele disse há mais de uma década nos parece ser muito atual, sendo parte da contemporaneidade.

Para ele, se os desenvolvimentos tecnológicos e econômicos não respondem às necessidades da nossa existência, passam a perder significado. O autor também chama atenção para a compreensão das singularidades, das regionalidades, das pluralidades culturais. Para ele, os desenvolvimentos desenfreios: da ciência, da tecnologia, da economia precisam ser revistos, colocando mais em pauta de discussão o lado ser humano e a essência da vida. O papel da escola e, particularmente, dos educadores, nesse sentido, é o de não reproduzir modelos a serem aceitáveis como únicos, criando assim uma ideologia da homogeneidade.

Há de entendermos também que essa discussão na prática educativa exige de nós, educadores, um outro saber fundamental, que é a disponibilidade para o diálogo. Esse tópico diz que ensinar exige disponibilidade para o diálogo. Segundo Freire, o que é essa abertura para o diálogo?



Vimos essa questão anteriormente, mas o autor novamente a coloca, enfatizando outros elementos do diálogo:

- ▶ Apresentar abertura ao outro: o que significa que o fechar-se ao mundo e ao outro vai ao encontro a ideia de inacabamento e de incompletude do ser.
- ▶ O diálogo crítico sobre os acontecimentos: sobre o poder da mídia, sobre a realidade contextual do educando, da escola e redução da distância dos conteúdos de ensino e da vida do aluno. Isso implica uma postura ético-política. Implica no desejo de intervir no mundo.



Fig. 07

E no processo contínuo do diálogo há outro saber importante, que é “Ensinar exige querer bem aos educandos”.

Você entendeu a que tipo de afetividade Freire está abordando? Noutra obra do autor, intitulada “professora sim, tia não”, ele discute com mais complexidade a questão da afetividade, enfatizando a necessidade da professora que atua na educação infantil e no ensino básico ser denominada pelo nome professora e não tia, pois o nome tia já carrega em si diversas subjetividades (o de ser a pessoa que vai tomar conta da criança, a carinhosa, a bondosa, dentre outras atribuições).

Essas subjetividades atrapalham, em certos aspectos, a representação do profissional da educação, com suas competências específicas para exercer o seu ato não em função de uma missão, mas de uma profissão que exige certos saberes necessários à sua prática.

No entanto, é importante você compreender que a afetividade, segundo Freire, não está excluída da cognoscibilidade. Há os que pensam que o professor esconde sua falta de competência profissional através da subjetividade com o educando, puro engano. Ela é importante, mas precisa ser dosada, porque a excessividade dela também atrapalha os processos de ensino e aprendizagem.

Por outro lado, o desrespeito ao educando, muitas vezes, destrói a sensibilidade. A prática educativa é carregada de subjetividades, mas ela deve ser dosada, balanceada para que não interfira na nossa postura em sala de aula, para que não deixemos de ser éticos. Essa é uma grande defesa do autor.

Lidamos com gente e não com coisa, lidamos com o humano, que é carregado de desejos, impulsos, sonhos e uma prática progressiva não se faz apenas com ciência e técnica, são necessários alguns saberes se a nossa opção político-pedagógica é democrática.

Reforçando o que já foi dito anteriormente, a prática educativa é estritamente humana; portanto, não é fria, objetiva e a pedagogia da autonomia deve estar centrada, portanto, em experiências respeitadas de diálogos, de trocas de conhecimentos, de ética e experiências de liberdade.

Concluindo o texto, percebe-se muito fortemente a concepção dialética de homem e mundo, da História como possibilidade e não como determinismo do homem e dos fatos.

Esperamos que, após essa maravilhosa leitura da obra do autor, você tenha filosofado bastante sobre a educação e sobre os fundamentos que embasam a prática educação e, portanto, já sendo profissional da área ou que venha a ser daqui a um tempo, possa retomar esses saberes na sua profissão de uma forma sábia e construtiva. Até a próxima!

## Mãos à Obra



Não desejamos que ao término desta aula você reproduza alguns conceitos abordados, afinal a nossa intenção maior é que você esteja sempre refletindo e analisando as ideias trabalhadas. Por isso, passemos a exercitar a sua compreensão.

1. A partir da obra do autor Paulo Freire, indique e analise um saber que você considera essencial ao ensino de espanhol e exemplifique como esse saber pode ser aplicado na prática educativa do professor de língua espanhola.

---

---

---

---

---

---



## Já sei!

Na aula de hoje, dialogamos sobre a pedagogia da autonomia, analisando alguns saberes necessários à prática educativa. Vimos que não há um único saber que dará competência profissional ao professor, mas sim vários saberes que, em conjunto, possibilitam uma melhor prática pedagógica.

Também vimos que somente o conhecimento desses saberes não é suficiente, pois precisamos assumi-los no nosso dia-a-dia como saberes fundantes e essenciais.

Para tanto, a reflexão filosófica desses saberes passa a nos colocar mediante a possibilidade de realizarmos mudanças contínuas no pensar e no fazer como algo dialético e constante. Isso com objetivos de que essas ações sejam repensadas frente a novas situações e desafios que exigem, muitas vezes, da nossa parte, algumas mudanças difíceis de serem aceitas, pois implicam em retomadas de posturas teóricas e metodológicas já enraizadas e decorrentes da nossa formação.



CHAVES, Eduardo. A Filosofia da educação e a análise de conceitos educacionais. Disponível em: <http://chaves.com.br/textself/philos/filed77-2.htm>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Educação: Do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1980.

### Fonte das figuras

Fig. 01 - <http://sathysaibaba.files.wordpress.com/2008/09/world-peace-in-our-hands.jpg>

Fig. 02 - <http://www.sinclair.edu/about/locations/englewood/pub/images/computerclassroom.jpg>

Fig. 03 - [http://www.uwo.ca/nca/education/images/student\\_3.jpg](http://www.uwo.ca/nca/education/images/student_3.jpg)

Fig. 04 - Generated by IJG JPEG Library

Fig. 05 - <http://www.ifc.com/makemediamatter/classroom.jpg>

Fig. 06 - [http://blog.thecosmo.dk/wp-content/uploads/2009/10/Classroom management.jpg](http://blog.thecosmo.dk/wp-content/uploads/2009/10/Classroom%20management.jpg)

Fig 07 - <http://jarbacunha.files.wordpress.com/2008/06/nossa-sala-de-aula.jpg>







## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



Aula

08

**Educação informal e formal e  
a origem das primeiras  
instituições escolares**







# Educação informal e formal e a origem das primeiras instituições escolares

## Apresentação e Objetivos



Em aulas anteriores, abordamos as teorias pedagógicas e alguns saberes necessários à prática educativa. Como objetivo geral, buscamos compreender as relações entre Filosofia, educação e sociedade e entender a prática docente inserida numa realidade concreta. Na aula de hoje, analisaremos a temática: Educação formal e informal e a origem das primeiras instituições escolares no Brasil.

Os objetivos são:

- ▶ Compreender o que é uma educação formal e informal.
- ▶ Entender as relações entre teoria e prática na produção do conhecimento.
- ▶ Analisar a origem da institucionalização da escola brasileira.
- ▶ Identificar e entender os diversos fatores socioeconômicos e culturais que influenciaram a institucionalização escolar e interferiram significativamente nas finalidades educacionais.





## Para começar

Hoje desaprendo o que tinha aprendido até

[ontem

E que amanhã recomencarei a aprender.

Todos os dias desfaleço e desfaço-me em

[cinza efêmera:

todos os dias reconstruo minhas edificações,

[em sonho eternas.

Esta frágil escola que somos, levanto-a com [paciência

dos alicerces às torres, sabendo que é trabalho [sem termo.

E do alto avisto os que folgam e assaltam,

[dono de riso e pedras.

Cada um de nós tem sua verdade, pela qual

[deve morrer.

De um lugar que não se alcança, e que é, no entanto, claro,

minha verdade, sem troca, sem equivalência nem desengano

permanece constante, obrigatória, livre:

enquanto aprendo, desaprendo e torno a aprender.



Fig. 01



O belo poema de Cecília Meireles sinaliza para o aprendizado contínuo na nossa vida, assim como a dialética do saber como construção e reconstrução das nossas ações no mundo. Somos realmente como uma escola, que possui alicerces e objetivos, mas uma escola que precisa estar sempre se reconfigurando frente às novas descobertas, da construção da ciência, do conhecimento.

Os alicerces precisam, portanto, ser colocados, porque sem eles nos escapam as bases que construímos sob valores; as atitudes, a personalidade, o caráter, que foram se formando desde a nossa infância no seio familiar até nos tornarmos adultos. Esse alicerce é como uma planta de um edifício, não tendo ele um bom alicerce ao ser edificado, pode cair a qualquer momento.

Metaforizando o poema de Cecília Meireles, podemos considerar que o nosso alicerce de conhecimento pode estar amadurecido, mas as torres que cresceram a partir dele demandarão muito tempo para ficarem prontas, pois elas se edificam num processo gradativo, dinâmico, que somente cessa com a vida. Assim são nossos aprendizados, são contínuos, são múltiplos e representativos das nossas diversas formas de viver.

A aula de hoje começa a partir dessas reflexões, pois a abordagem que daremos à instituição escolar se aproxima muito dessas divagações, no sentido de entendermos que não temos uma escola que historicamente privilegiou as múltiplas aprendizagens e os múltiplos sujeitos. Isso é histórico, está na base, no alicerce, nas origens dos primeiros estabelecimentos escolares no Brasil. Veremos porque isso ocorreu e ainda persiste como característica na realidade da escola do século XXI.

Até o momento, estamos estudando o conceito de educação numa perspectiva abrangente de formação humana e numa perspectiva abrangente de inserção social. E o que isso quer dizer? Retomando o que já havíamos abordado anteriormente, é que várias instâncias sociais exercem a função de educar, portanto, a educação não é específica da instituição escolar, ela está presente na vida social, como evidencia a figura a seguir:



Entendemos, pois, que há na sociedade vários locais em que adquirimos conhecimentos. A literatura conceitua a educação formal e não formal e, geralmente, a distinção entre uma e outra recai no fato de ser próprio da educação formal o trabalho realizado através de instituições formais de ensino, a exemplo do saber transmitido pelas escolas.

Sendo a educação formal oferecida por uma instituição formal, esta organiza os meios considerados adequados para garantir, de uma melhor forma, os processos de transmissão e assimilação do conhecimento.

Na perspectiva de pensar que os indivíduos tanto se educam quanto são educados, independentes da existência da escola, discutimos o conceito de educação informal. Mas será que a distinção maior entre a educação formal e a informal reporta-se ao fato de uma ser ofertada por locais que intencionalizam educar enquanto na outra não está presente essa intencionalidade?

Então, caro(a) aluno(a), o que dizer, por exemplo, da instituição não formal, como é o caso da igreja, que organiza suas práticas religiosas, sistematiza grupos de estudo com a participação de alunos, professores catequizadores e com recursos apropriados ao aprendizado? Vamos retomar e entender algumas definições que já se tornaram clássicas na nossa realidade, como também bastante conhecidas por todos nós quando perguntados sobre o que vem a ser educação formal e educação informal.

Lembrem-se do exemplo das igrejas, dos centros comunitários, das empresas, das pastorais, que atuam na perspectiva de trocas de conhecimentos entre os indivíduos.

### A educação formal

Apresenta objetivos claros e explícitos, geralmente espelhados numa diretriz sistematizada no currículo. Funciona num sistema graduado de ensino; portanto, é estruturada e hierarquizada conforme uma diretriz educacional centrada em um currículo. No Brasil, por exemplo, é o que determina o Ministério da Educação e Cultura e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

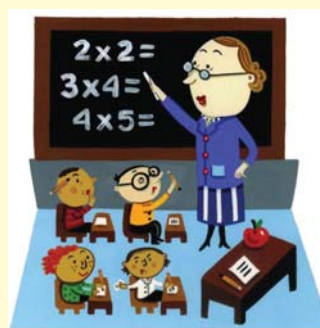


Fig. 03

## A educação informal

Não precisa seguir um programa hierárquico e sequencial, pois encontramos-a na família, no nosso cotidiano, nos grupos sociais, nos sindicatos, nos momentos de lazer, no trabalho, nas atividades diversas de tempo livre.



Fig. 04

Sobre a educação informal, é importante destacar a seguinte afirmação:

A intencionalidade é sempre informal, mas nem toda educação informal é não intencional.

Então, o que isso quer dizer? Já citamos anteriormente o exemplo da Igreja, lembra? Pois bem, ela sistematiza sua prática religiosa com determinada intencionalidade que é a de garantir a formação religiosa. Então, nesse processo, mesmo ocorrendo em âmbito considerado não formal, há intencionalidade na prática educativa. Mas essa educação é considerada informal por não apresentar as mesmas intencionalidades da educação formal que são todos aqueles objetivos específicos e toda uma outra gama de características, que já vimos anteriormente.

Vamos, a partir de agora, retomar um pouco da história da institucionalização da escola, compreendendo que, desde suas origens, a escola esteve associada às mudanças conjunturais, bem como a interesses de grupos sociais. Portanto, historicamente, a intencionalidade da escola foi direcionada para determinados focos de interesses, privilegiando alguns grupos em detrimento de outros, uma vez que a intencionalidade de suas ações não abrangia interesses da maioria da sociedade.

A escola teve a sua institucionalização na época do Renascimento e na Idade Moderna, decorrentes de mudanças do modelo econômico e social do feudalismo para o capitalismo. Sua história e sua importância na sociedade estiveram associadas aos interesses socioeconômicos de grupos sociais, variando no tempo e espaço a sua função.

No Brasil, as primeiras instituições escolares foram organizadas pelos padres jesuítas nos séculos XVI e XVII.



Você sabia que, sob a orientação religiosa dos padres jesuítas, as primeiras escolas funcionavam sob sistema de internato, espalhando-se por toda a Europa ao longo dos séculos XVI e XVII? Os internatos, naquele contexto, tinham papéis importantes para a formação moral, intelectual e religiosa, baseada no ensino humanístico. Eram organizados, considerando a faixa etária dos alunos, restringindo o contato entre mulheres e homens.

O ensino humanístico é baseado na prioridade das línguas e na educação gramatical.

Com a institucionalização do colégio no século XVI, teremos processos de reorganização disciplinar de racionalização e controle do ensino através da elaboração de métodos para o seu funcionamento. Podemos dar destaque ao célebre Programa de estudos, o Ratio Studiorum.

### Você já ouviu falar do Ratio Studiorum quando estudou a disciplina de História no ensino médio?

Pois bem, esse programa foi elaborado pelo padre jesuíta Inácio de Loyola (fundador da Companhia de Jesus) em 1599.

É importante você saber que ele é considerado um documento importante que contempla as bases pedagógicas e religiosas da Companhia para dar unicidade às ações da Companhia de Jesus no mundo. O programa segue uma programação das atividades religiosas e educativas em consonância com os fins ético-religiosos da ordem, propondo, na sua estrutura, a organização do ensino nas suas diversas etapas, abrangendo todas as fases de formação, desde o ensino elementar até o ensino superior.

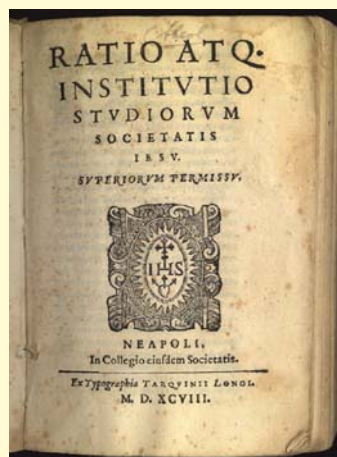


Fig. 05

Priorizava-se a leitura de obras sagradas e clássicas, rejeitando-se algumas consideradas subversivas para a mente. Apresentava um caráter universalista e elitista.

- ▶ **Universalista** - porque era um plano elaborado para um sujeito homogêneo, podendo ser aplicado em qualquer lugar pela Companhia de Jesus.

- ▶ **Elitista** - porque fora preparado prevendo a formação do homem branco, do colono e não do indígena (no caso brasileiro).

O programa Ratio Studiorum proporcionava, aos que dele fossem estudar, limitações em relação ao conteúdo, pois havia a prioridade para a formação cristã, humanística e literária e ainda era um programa não destinado a todas as classes sociais, limitava-se a um público seletivo. No Brasil, veremos que essa exclusão foi muito grande.

É relevante você saber que, no Brasil, os primeiros colégios funcionaram como grandes instrumentos de exclusão e de formação da elite colonial. E por que isso ocorria?

Veja que o Plano inicial de Antônio Nóbrega, que previa inicialmente os aprendizados de português e de ler e escrever, foi abolido porque houve mudanças de interesses da Companhia, a de ficar aliada a uma elite aristocrática e a ela beneficiar. Para que isso ocorresse, dever-se-ia reorganizar um novo Plano que previsse iniciar-se com os estudos de humanidades (que corresponde na atualidade ao chamado ensino médio), dando posterior atenção aos cursos superiores (nível de ensino almejado pelas elites).

## **A Concepção de educação no Ratio Studiorum**

A concepção de educação no Ratio Studiorum é de que o homem é concebido por uma essência universal e imutável, por isso a educação serve para moldar a existência de cada educando conforme uma essência universal e ideal, pois isso definirá o homem enquanto ser humano. Esse plano serviu de pano de fundo maior para formação de padres e adeptos religiosos da Companhia para nela atuar.

Mas é importante entendermos que o Ratio Studiorum, apesar de suas grandes limitações, teve um importante papel na história da educação, uma vez que a partir dele foram propagados e difundidos colégios de uma forma numerosa sob organização da Companhia de Jesus.

Era um programa que fixava uma sistematização curricular minuciosa de estudo e comportamento com ênfase para:

- ▶ a formação humanística, literária e religiosa;
- ▶ uma visão essencialista do homem (o homem é constituído de uma essência universal e imutável);

- ▶ a disciplina (que tem origem na disciplina religiosa);
- ▶ a fundação de colégios e internatos;
- ▶ os exercícios escolares com base na repetição e emulação;
- ▶ o uso de castigos escolares e sistema de prêmios e condecorações;
- ▶ a organização das classes de estudo por idade, sexo e graduação – formando classes homogêneas;
- ▶ a educação como superação de “maus hábitos”.

Naquela época, vislumbramos mudanças significativas nos procedimentos educativos. Buscava-se reprimir o indivíduo, discipliná-lo, controlá-lo e a escola desenvolvia-se com ênfase na instrução, na racionalização dos processos e do tempo escolar.

Se os colégios do século XVI na Europa e no Brasil, voltados para a sociedade aristocrática, priorizavam a formação humanístico-retórica, o século XVII sofrerá renovações na pedagogia, muito embora ainda de forma incipiente. Na modernidade, buscam-se outras finalidades educativas, em face das mudanças no modo de produção, a saber, da oficina artesanal (no nível manual) para a manufatura e, posteriormente, à fábrica. É o tempo em que a sociedade se alimenta da busca pelo moderno, pelo novo, por um estilo de civilidade.

Nas escolas européias, persistem os modelos tradicionais de ensino, mas a família, a escola e a Igreja passam a assumir novas configurações sociais. A família passa a ser central na formação moral dos indivíduos e a instituição escolar se reestrutura em classes administradas pelo Estado, com o objetivo de formar não mais o perfeito cristão, mas o cidadão, o homem técnico, especializado.

As finalidades educativas da escola mudam em decorrência de novos interesses do estado, surgindo um modelo de escola organizado, racionalizado na estrutura e nos programas de estudo, na organização das classes por idade.

Um novo tipo de escola, que se vislumbra sob a influência do movimento iluminista do século XVIII, é a perspectiva de uma escola técnica, com um currículo de base científica, além de humanística. Esse modelo escolar passa a abranger a formação não mais do bom cristão, mas a do cidadão e de um sujeito ativo, consciente dos seus direitos e deveres na sociedade e inserido na organização estatal.

Será priorizada, sob o Movimento Iluminista, a educação laica, científica, racional, moral, abrindo-se novas perspectivas de circulação de ideias, de novos valores, de pensamentos críticos e abertura para inserção de novas mentalidades.

No século XVIII, algumas mudanças significativas, como a Revolução Industrial na Europa, irão alterar o papel social da escola. Novas exigências da classe burguesa irão demarcar o campo da educação, a exemplo da chamada para uma educação menos humanística e a necessidade de uma formação mais técnica, mais especializada, além da garantia dos estudos das ciências.



Fig. 06

Vejamos que esse período coincide com as Reformas Pombalinas da instrução, que previam, dentre outros objetivos, a inserção da ciência moderna nos currículos escolares em Portugal. Voltaremos a dialogar sobre esse assunto com mais detalhes quando adentrarmos as aulas sobre a educação no período colonial.

A burguesia passa a exigir uma educação voltada para a vida, com o olhar para o desenvolvimento mercantil. A estrutura curricular tradicional passa a não dar conta da realidade da época quanto ao conteúdo transmitido e às práticas de ensino adotadas. O Ratio Studiorum começa a ficar obsoleto perante as mudanças socioeconômicas da época, pois com o desenvolvimento da sociedade burguesa, centrada no modo de produção, passa-se a pensar na remodelação da instrução pública, tomando-se as seguintes medidas:

- ▶ Criação de aulas régias e primeiras letras
- ▶ Racionalização das aulas de gramática, de retórica e filosofia
- ▶ Modernização da universidade de Coimbra, com introdução dos estudos das ciências empíricas
- ▶ Criação da aula do Comércio e dos Colégios nobres

O que ainda continuará marcando fortemente a educação dessa época é a elitização do saber, visando uma formação humanística, aliada à severa preparação do aluno para os cursos superiores, pois essa era a meta central do ensino secundário, o de funcionar como curso preparatório para o nível seguinte.

Enquanto nos países desenvolvidos da época, a luta recaía na busca pela universalização do ensino, em prol de uma escola leiga, gratuita e obrigatória a todos, independente da classe social, no Brasil essa meta estava longe de ser atingida, pois o ensino brasileiro apresentava grandes características de exclusão e abandono pelas autoridades. (Retornaremos essa discussão em aulas posteriores quando estudaremos sobre o período colonial e Império brasileiro).

Algumas mudanças na Idade Moderna foram:

- ▶ o fortalecimento do papel do Estado e das monarquias nacionais;
- ▶ a expansão urbana;
- ▶ a revolução científica;
- ▶ o racionalismo filosófico;
- ▶ a ascensão da burguesia.

A escola ganha foco de interesse da burguesia nascente, passando a ser vista pela sociedade como a instituição que, por natureza, deveria banir as crianças e jovens dos desvios da nova sociedade, como a marginalidade, a ignorância, os vícios.


O autor Michel Foucault, na obra intitulada "Microfísica do poder" analisa o papel das instituições sociais e enfatiza a importância dessas na manipulação dos corpos dos sujeitos.

Você já ouviu falar ou já teve acesso à leitura dessa obra? Ela é fantástica! Uma viagem ao mundo da leitura sobre sociedade, educação e poder.



Fig. 07

O autor chama atenção para o fato dessa ação ser um poder que ocupa muitos espaços da vida social através de várias instituições, a exemplo da escola (com suas regras, normas, condutas sociais, formando novas gerações, com modelos de normalidade, reeducando os sujeitos inadaptados a uma realidade) e ainda outras instituições como os hospitais (que curam os doentes), os presídios (que recuperam os transviados, que reabilitam o indivíduo para ajustar-se à vida social), ou seja, essas instituições funcionam para manter uma conformação de modelos.



As análises de Foucault são importantes para se compreender alguns aspectos da Modernidade. O conceito de disciplina, utilizado por Foucault (1997), enfatiza que mais do que moldar os comportamentos humanos, ela fabrica corpos submissos, numa submissão em que é dispensada a violência física, pois ela age através do controle ideológico do corpo, no uso de dispositivos repetitivos silenciosos.

No que diz respeito a uma instituição escolar, essa violência, que é uma violência simbólica para Foucault, dá-se através do estabelecimento de:

- ▶ regras;
- ▶ condutas;
- ▶ normas;
- ▶ ordenações na rotina da instituição;
- ▶ horários em que os indivíduos estão cumprindo um Estatuto interno que controla os sujeitos no que fazem e no como fazem as ações diárias. (FOCAULT, 1997, p. 119).

Com o desenvolvimento das ideias do Iluminismo, cria-se a perspectiva da mudança na educação escolar visando à formação de um homem novo, ou melhor, de um novo sujeito ativo e participativo, em que a educação não se feche na cultura da palavra e do pensamento, e sim numa formação de um sujeito atuante. O ideário de preparação de um sujeito participativo nas atividades do mundo tornou-se uma das grandes buscas de alguns teóricos dos séculos XVII e XVIII, a exemplo de Francis Bacon, John Locke, Jean Jacques Rousseau.

A concepção assenta na ideia de que o homem nasce com a natureza boa e que precisa ser acompanhado na sua educação para não ser corrompido pela sociedade. Essa ideia passa a ser defendida no século XVIII, pelo teórico Rousseau e a influenciar o pensamento educacional da época. Para Rousseau, o homem nasce bom e a sociedade o corrompe. Para tanto, esse homem precisa ser educado. A visão de Jean Jacques Rousseau é que o homem é corruptível e a educação serviria para disciplinar a criança, inculcar-lhes as boas maneiras e os bons costumes condizentes com os valores apregoados da sociedade burguesa.

### **São ideias de Rousseau:**

- ▶ Algumas críticas realizadas aos colégios jesuíticos pela pedagogia tradicional adotada, ligados a uma educação aristocrática.



- ▶ A reprovação do modelo artificialista da educação jesuítica, considerada muito intelectualista e livresca, muito autoritária, que somente habituava a repetição de comportamentos das crianças em relação aos adultos, que preparava apenas para práticas de oratórias, conversações, desconsiderando outras necessidades próprias de cada idade, a exemplo da necessidade do viver em família, em contato com os pais.
- ▶ A busca pelos direitos da criança. A infância apresenta-se como uma fase distinta da do adulto porque a criança tem características diferentes; a infância tem finalidades específicas.
- ▶ A defesa pela conexão entre motivação e aprendizagem, importantes para formação intelectual e moral. O ensino deve partir de noções relativas à experiência concreta da criança.
- ▶ A importância da aprendizagem como algo natural ao desenvolvimento do indivíduo, sendo importante a formação e instrução.
- ▶ A ênfase ao ativismo e o pragmatismo.
- ▶ A dialética da autoridade e liberdade (regulada) que exclui castigos corporais.
- ▶ A formação não do erudito, mas do homem, convicto do que é a vida.
- ▶ A aprendizagem do sujeito, valorizando o contato com as coisas, com o mundo, com o meio, que deve ser realizada espontaneamente, no convívio com a natureza.
- ▶ O princípio de que o educador somente irá intervir na educação do aluno quando for solicitado e quando houver necessidade, quando for preciso, coibir instintos, criar limites de expressão – educação natural e libertária.

A seguir destacamos uma fotografia de Rousseau: (Nasceu em Genebra, na Suíça, em 1712)

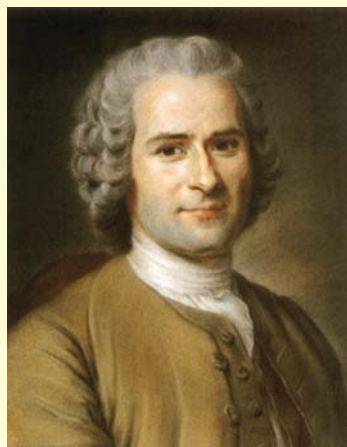


Fig. 08

As reformas no campo da educação e da instrução passam a ser ensejadas num contexto de transformações no social e econômico e buscam uma cultura de formação não mais limitada a uma versão de currículo antimundana, literária, ornamental, mas sim, a formação de um indivíduo:

- ▶ inserido na organização de comunidade;
- ▶ visto como cidadão atuante na sociedade, capaz de transformar o seu meio. Consciente dos seus direitos e deveres enquanto sujeito social, mas sem perder os elos e costumes da nação e a possível prosperidade desta.

Entenda que os surgimentos dessas novas ideias contribuíram significativamente para reformular algumas práticas educativas e, particularmente, as finalidades educativas das instituições escolares.

Além de Rousseau, outros pensadores tiveram destaque, nessa época, no campo educacional. Entre eles, o educador suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), no século XVIII, do qual veremos algumas ideias:

- ▶ Sua defesa era a proposição da utilização ativa dos sentidos em substituição ao decorar da palavra, realçando um ensino prático e experimental.
- ▶ Para ele, os processos de ensino e a aprendizagem deveriam proceder do conhecido para o desconhecido, do simples para o composto, da síntese para a análise, obedecendo à ordem da natureza do desenvolvimento humano.
- ▶ Enfatizou a importância da escola por ser a instituição que proporcionaria aos alunos a aprendizagem de habilidades manuais como costurar, tecer, cozinhar, reforçando o afeto como elemento educador.
- ▶ Deu destaque para o papel da família na educação dos filhos, particularmente exacerbou a função materna. A escola para ele daria continuidade à educação dada pela no lar.

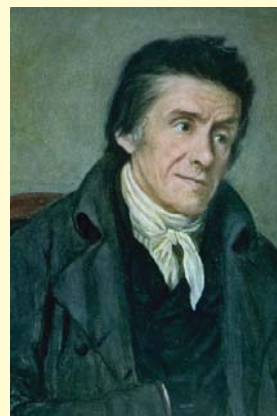


Fig. 09

Outro teórico da educação, Friedrich Fröbel (1782-1852), deu ênfase às atividades no sentido de atribuir a elas um significado lúdico e pedagógico. Defendia o respeito ao ritmo de aprendizado das crianças, o espírito infantil, atribuindo importância às aulas de desenho, canto, exercícios físicos, dentre outras. Foi considerado o fundador dos jardins de infância. Na aula de n. 15 especificaremos com mais detalhes as ideias de Froebel e Dewey.

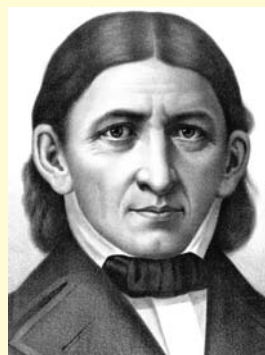


Fig. 10

Já para o pragmatista John Dewey (1859-1952), o currículo escolar deveria ter como referência básica a preparação do indivíduo para a vida e, nessa visão, caberia à instituição escolar elaborar atividades que levassem os alunos à manipulação, experimentação, vivências como forma de exercitar os órgãos dos sentidos, estimulando o intelecto e o corpo. As atividades desenvolvidas pela instituição escolar deveriam estar em consonância direta com a realidade de vida dos sujeitos, com o universo particular dos indivíduos, para que essas atividades pudessem adquirir significados na vida de cada um. A educação, pois, deveria estimular as funções ativas do organismo humano.

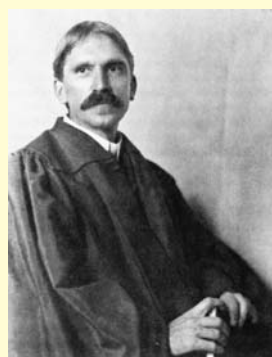



Fig. 11

O currículo escolar deveria ser estruturado com a finalidade maior de manter a conexão com o mundo real, com temas correlacionados à vida dos alunos, proporcionando-lhes a capacidade de interagir com os outros e viver em sociedade.

É importante evidenciar que essa visão apresentada por Dewey, em determinado momento histórico, buscou provocar algumas rupturas com as formas tradicionais de conceber o conhecimento e, nesse sentido, contribuiu para configurar o papel da escola na sociedade, bem como o do professor nos processos de ensino e aprendizagem.

Os pensadores em destaque fizeram parte do Movimento Escolanovista no mundo, que teve como fundamento a concepção humanística da moderna filosofia da educação, cuja inspiração principal foi a corrente do pragmatismo.



Nessa perspectiva, o ensino passou a ser visto como processo de pesquisa que deveria privilegiar a obtenção do conhecimento em detrimento da transmissão do saber, privilegiando agora o aluno como sujeito do conhecimento e não como ser passivo. Lembre-se de que Paulo Freire teceu várias críticas à postura tradicional de ensino e suas ideias foram, de certa forma, influenciadas pelo pensamento de Dewey.

Entendemos, então, que não seria possível compreender algumas mudanças nas instituições escolares sem conhecer um pouco de alguns pensadores que contribuíram significativamente para pensar nos rumos da educação e da escola no mundo e, particularmente, no Brasil, principalmente nos primórdios da primeira República, quando essas ideias chegam aqui e influenciam as discussões no campo educacional.

Esses diversos pensadores do século XVIII como: Jean Jacques Rousseau (1712-1778), Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) e Friedrich Froebel (1782- 1852) e outros relevantes contribuíram para assinalar uma nova fase da história da pedagogia e de uma nova escola através de suas ideias.

Podemos afirmar que as ideias desses pensadores ultrapassaram o século XVIII e influenciaram as diversas concepções de sujeito, aprendizagem e conhecimento dos educadores dos séculos seguintes.

Veja que o final do século XIX, por exemplo, foi palco de discussões sobre o campo educacional, principalmente na realidade americana onde as ideias sobre educação e conhecimento estavam em estado de ebulição, ativadas pelas correntes teóricas que acreditavam na necessidade de mais liberdade para a criança investigar, conhecer, interrogar, experimentar e interagir com o meio.

A Europa, portanto, também foi grande palco dessas discussões, representando no contexto mundial lugar de relevante desenvolvimento pedagógico.

Os princípios pedagógicos que circularam na Europa e nos Estados Unidos penetraram fortemente na realidade brasileira, de forma que alguns educadores começaram a pensar nas possibilidades de adaptar a nova pedagogia às situações de ensino e aprendizagem local.

## Brasil início dos séculos XIX e XX

Caro(a) aluno(a), no século XIX ainda irá persistir o sistema de internatos, funcionando à base de muito rigor e disciplina. Os internatos marcaram, principalmente, o ensino secundário nos países, visavam à formação humanística e propedêutica (que preparava para o ensino superior).

No Brasil, no início do século XIX, as famílias das classes senhoriais eram responsáveis pela educação dos filhos e os enviavam para estudar em colégios internos ou contratavam preceptores. Essa prática persistiu até inícios do século XX, tornando-se comum, no Brasil, as famílias mais tradicionais enviarem as suas filhas e filhos para estudar em colégios que funcionassem com o sistema de internato. E por que isso ocorria?

Na realidade, as escolas internas garantiriam aos jovens serem educados a partir de valores e costumes culturais conservados tradicionalmente e passados de geração a geração, garantindo uma formação mais rigorosa intelectual, com base em sólidos valores morais e virtuosos, bem como continuidade dos estudos quando residiam em lugares que ofereciam poucas condições estruturais de ensino.

Vejamos a seguir um registro fotográfico da instituição de ensino para mulheres na cidade de Natal, fundada nos inícios do século XX, a Escola Doméstica de Natal. Essa instituição, fundada na cidade, em 1914, com a finalidade de ofertar matrícula para um público seletivo da classe média alta e apenas para mulheres, era um modelo escolar europeu (suíço), que atendia às famílias que residiam no interior do Estado, funcionando com o sistema de internato.



Fig. 12



Já no século XIX, a disciplina era bastante empregada nos métodos de ensino nas escolas. Vamos ter, nesse período, a instalação das escolas que funcionavam com o método mútuo ou monitorial que teve como precursor o inglês Joseph Lancaster (1778-1838) e Andrew Bell (1753-1832). Veja a seguir a foto de Lancaster, um dos criadores do método.



Fig. 13

Esse método foi criado para suprimir carências no ensino e para atender aos pobres. O funcionamento dele ocorria da seguinte forma: o aluno melhor preparado ensinava os considerados menos capacitados, dessa forma um só monitor seria responsável pelo ensinamento de vários alunos. O professor, em vez de preparar vários alunos, ficava responsável de preparar apenas um aluno que seria o monitor para atender grupos de alunos, como evidencia a imagem a seguir:

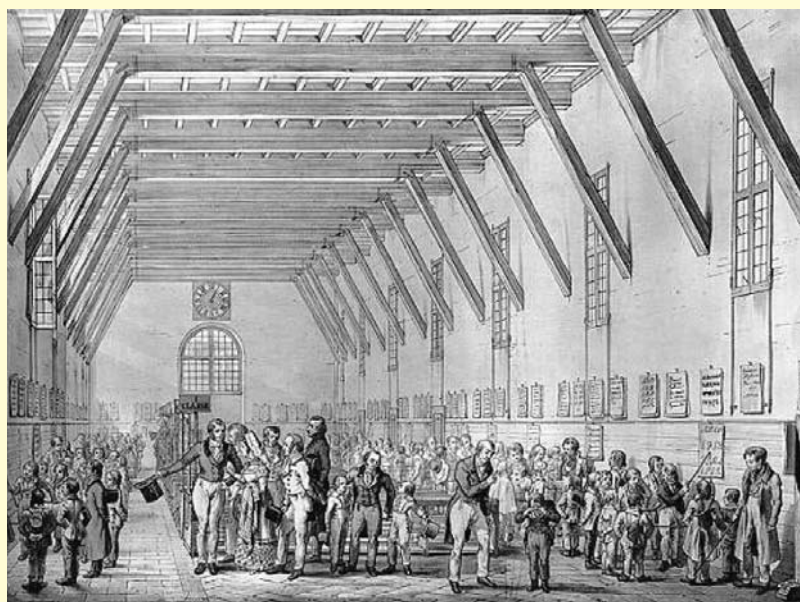


Fig. 14

Era um método que barateava os custos e através dele garantia-se disciplina e certa organização. No entanto, era um método que mascarava a realidade educacional, não apresentava ótimos resultados, uma vez que os monitores eram escolhidos entre os alunos da turma.

Esse método foi aplicado em muitos países a exemplo da França, Estados Unidos e também no Brasil durante o período monárquico.



No Estado do Rio Grande do Norte, durante o Império, esse método foi bastante usado como forma de suprir a precariedade no âmbito da docência. Era degradante a situação do Estado em termos de falta de professores preparados para o ensino. Submetidas ao método Lancaster e sob a vigência da Lei 15 de outubro de 1827, as mestras ensinavam nas Escolas de Primeiras Letras os conhecimentos sobre geometria, aritmética, economia doméstica.

Enquanto no início do século XIX, vislumbrava-se o processo de democratização do ensino, com reivindicações de uma escola pública e secular, leiga, gratuita e obrigatória como realidade social de alguns países desenvolvidos, o Brasil apresentava grande atraso quanto a essa realidade. Ao contrário de outros países, tínhamos um quadro geral de analfabetos e o funcionamento precário das poucas instituições escolares existentes.

As reivindicações pela qualidade da educação e ensino democrático no Brasil ganharão dimensões maiores nos inícios do século XX, tendo como movimento impulsionador dessas discussões o “Movimento dos Pioneiros da Educação”, em 1932.

O Movimento dos Pioneiros da Educação configurou-se como um movimento direcionado ao governo e à nação que reivindicava uma escola pública, laica, gratuita e democrática para todos, independente da classe social. O Movimento teve forte influência dos educadores já citados anteriormente como: Rousseau, Dewey, dentre outros.

No Brasil, foram adeptos desse Movimento os educadores Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Carneiro Leão e outros vários que, juntos, fizeram um abaixo-assinado com diversas assinaturas colhidas e encaminhadas ao governo da época. Esse movimento ficou conhecido como Movimento dos Pioneiros da Escola Nova, não foi um movimento isolado, pois refletia os acontecimentos em nível mundial denominado Movimento Renovador da Educação.

Nas aulas seguintes, quando adentrarmos na temática sobre a educação na modernidade e contemporaneidade voltaremos a abordar com mais detalhes a educação brasileira, retomando também algumas ideias dos teóricos John Dewey, Jean Jacques Rousseau e Friederich Herbart. Na próxima aula, estudaremos a temática: educação e saberes do cotidiano.

Até a próxima!



## Mãos à Obra

1. Discuta com o seu colega de turma sobre a importância da educação formal e não formal, ressaltando o papel da instituição escolar quanto ao trabalho pedagógico com esses diferentes saberes.



## Já sei!

Na aula de hoje, viajamos, ainda de forma breve, pela história da institucionalização escolar. Vimos o que significa a educação formal e informal e que a escola brasileira, como instituição formal de ensino, tem suas origens no século XVI, com a atuação dos primeiros padres jesuítas que compunham a Companhia de Jesus.

Vimos também que o Ratio Studiorum é historicamente o primeiro programa curricular sistematizado que abrangeu o ensino desde a parte elementar ao ensino superior.

Entendemos que, apesar das diversas limitações e restrições a esse programa de estudos e à ação da Companhia de Jesus no Brasil, não podemos negar a relevante contribuição que deram nos processos iniciais de sistematização e formalização do ensino no país e na expansão das primeiras escolas, ainda que considerada uma expansão tardia e que marginalizava camadas da população, excluindo grande parte dos pobres do direito à educação sistematizada.

Portanto, a institucionalização da escola somente pode ser mais bem compreendida, quando a inserimos numa análise da conjuntura nacional e mundial, daí o olhar para alguns educadores do século XVIII, a exemplo de Rousseau, Fröebel, Dewey, dentre outros, que contribuíram com o seu olhar para a pedagogia, provocando no cenário nacional discussões pertinentes sobre os rumos da educação e da escola, propiciando a produção e reflexão de novos saberes.



## Leitura Complementar

Indicamos como leitura importante a obra: O príncipe, de Maquiavel. Essa leitura contribui para entendimento do século XVI como expressão de um governo que invade toda sociedade, na organização dos saberes, nos indivíduos, nas instituições formais, com objetivo de domínio e de conformação, projeto esse que será retomado na Modernidade.



## Referências

CAMBI, Franco. História da pedagogia. 3ed. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 2004.

CHAVES, Eduardo. A Filosofia da educação e a análise de conceitos educacionais. Disponível em: <http://chaves.com.br/textself/philos/filed77-2.htm>.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 31. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, (Coleção Leitura).

\_\_\_\_\_. Pedagogia do oprimido. 23.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. Didática e teorias educacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2008.

## Fonte das figuras

Fig. 01 - <http://www.calbaptist.edu/uploadedImages/wikicareer/Small%20Plant%20in%20hands%20photo.JPG?n=2453>

Fig. 02 - <http://revistaescola.abril.com.br/escola-comunidade/escola-comunidade.jpg>

Fig. 03 - <http://qis.ucf.edu/img/photos/classroom.jpg>

Fig. 04 - <http://i725.photobucket.com/albums/ww252/atualizei/brincadeirasdecristiana.jpg>

Fig. 05 - [http://www.humanismforsale.org/text/images\\_full/5.00\\_Chapter\\_Five/HFS\\_094.01.jpg](http://www.humanismforsale.org/text/images_full/5.00_Chapter_Five/HFS_094.01.jpg)

Fig. 06 - <http://aprovadonovestibular.com/wp-content/uploads/2008/11/iluminismo.jpg>

Fig 07 - [http://desenvolvimentoemquestao.files.wordpress.com/2010/02/93124\\_4.jpg](http://desenvolvimentoemquestao.files.wordpress.com/2010/02/93124_4.jpg)

Fig 08 - <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/59/Rousseau.jpg>

Fig 09 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d3/Johann\\_Heinrich\\_Pestalozzi.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d3/Johann_Heinrich_Pestalozzi.jpg)

Fig 10 - Library of Congress LC-DIG-pga-00127 (digital file from original print), level color (pick white and black point), cropped, saturation removed, minor repairs with clone tool, and converted to JPEG (quality level88) with the GIMP 2.4.5

Fig 11 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/91/John\\_Dewey\\_in\\_1902.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/91/John_Dewey_in_1902.jpg)

Fig 12 - Acervo particular da Escola Doméstica de Natal.

Fig 13 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3e/Joseph\\_Lancaster\\_by\\_John\\_Hazlitt.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3e/Joseph_Lancaster_by_John_Hazlitt.jpg)

Fig 14 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/02/Giovanni\\_Migliara\\_-\\_Confalonieri\\_e\\_Pellico\\_alla\\_applicazione\\_del\\_metodo\\_Lancaster-Bell\\_di\\_mutuo\\_insegnamento\\_-\\_aquarello.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/02/Giovanni_Migliara_-_Confalonieri_e_Pellico_alla_applicazione_del_metodo_Lancaster-Bell_di_mutuo_insegnamento_-_aquarello.jpg)







## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



**As concepções sobre História e Historiografia**

Aula

09





## Apresentação e Objetivos



Na aula de hoje, iremos analisar o que propõem algumas correntes teóricas sobre a história, que concepção de homem, de sociedade, de documento, de fato histórico perpassa nelas. Essa leitura possibilitará fazermos uma leitura mais crítica dos acontecimentos históricos, assim como permitirá a você fazer algumas identificações de como a história está sendo contada e a partir de que corrente teórica. Possibilitará também a identificação de qual das concepções de história temos e qual prevalece na nossa formação e visão de mundo.

Entendendo isso, vamos ver que cada concepção de história carrega na sua filosofia visões diferentes sobre o fato histórico. Iremos destacar três concepções, são elas:

- ▶ A concepção positivista da história
- ▶ A concepção Marxista da história
- ▶ A concepção da História Nova

Eis alguns objetivos para a aula de hoje:

- ▶ Analisar as diversas concepções de história e historiografia
- ▶ Entender as relações entre história e poder
- ▶ Compreender o fato histórico inserido numa contextualidade e multiplicidades de fenômenos culturais, políticos e econômicos





## Para começar

“De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. (LE GOFF, 1996, p. 535).

“A história exige a seleção e ordenação de fatos sobre o passado à luz de algum princípio ou norma de objetividade aceita pelo historiador, que necessariamente inclui elementos de interpretação. Sem isso, o passado se dissolve em uma confusão de inumeráveis incidentes isolados e insignificantes, e a história não pode ser escrita de modo algum”. (CARR, 2002, p. 25)



Fig. 01



## Assim é

A opção pelas duas citações logo no início desta aula foi proposital. São dois autores renomados no campo da História, que discutem a história como ciência, pondo em destaque a problematização e a análise interpretativa dos acontecimentos de forma instigadora e dinâmica, destacando o homem enquanto ser de escolhas e propósitos de ações segundo interesses individuais e grupais.

De fato, a história exige, como disse Carr (2002), a seleção e ordenação de fatos sobre o passado à luz de algum princípio, de uma teoria, de uma visão de mundo, daí também a aceitação de que a história não é uma ciência objetiva como a matemática, a física, a química, posto que ela implica interpretações e subjetividades por parte de quem a constrói. Não há uma única resposta para ela, mas diversas que tentam aproximação com a realidade.

Apesar da existência dessas diversas nomenclaturas, há de entendermos o que significa esse saber na nossa vida. De início, podemos dizer que o saber do senso comum é aquele saber que é popularizado, que é dito pelo povo sem que haja uma aceitação pelo meio científico, uma vez que ele, mesmo servindo de base para o saber científico, muitas vezes é pejorativamente estigmatizado, considerado uma coisa de pouco valor, porque a sociedade atual valoriza o saber culto, que é produzido sistematicamente, desconsiderando, por vezes, a natureza e o valor do saber cotidiano.

Com esse destaque, já dá para você perceber quão importante o saber do senso comum é, principalmente quando falamos do âmbito escolar, pois acreditamos que ele é fundamental para que o educador estabeleça ligações entre o que o aluno já sabe (saberes que são do seu cotidiano) e o que a escola trabalha.

Também há de considerarmos esses saberes do cotidiano como fundamentais para construção da história, afinal ela é produzida também por homens e mulheres comuns. Lembrando as palavras do autor Certeau: a história é feita pelo homem ordinário. A palavra ordinário para o autor tem um sentido diferente daquele comumente usado por nós, pois ordinário significa o homem comum, que não é o herói, nem o bandido, mas está entre nós nas ruas, nas praças, nos sindicatos, nas construções, nas fábricas, dentre outros lugares. O homem comum a que Certeau se refere é sujeito da história porque é partícipe dos acontecimentos, porque age e transforma o mundo.

Para melhor discutirmos sobre esse assunto, selecionamos o filme "Narradores de Javé" para fazermos uma leitura analítica sobre o tema em pauta.

A primeira questão do roteiro sinaliza para você falar que tipo de conhecimento aparece nas representações dos moradores de Javé e se há algum privilégio em relação a um tipo de conhecimento. Agora perguntamos qual o seu entendimento disso?



Fig. 02

Veja que há determinadas passagens do filme em que os moradores de Javé, num primeiro momento, ressaltam a necessidade de construir a história da comunidade, mas “uma história científica”. Afinal, o que significa uma história científica? Há história não científica? Há história do senso comum?

Para análise dessa questão do roteiro, iniciaremos destacando a primeira concepção de história que a autora Eliane Teixeira aborda no seu livro:

### **A concepção positivista:**

Você já deve ter lido sobre o positivismo. Em momentos anteriores já tratamos, mesmo que de forma breve sobre essa corrente filosófica, lembra? Pois bem, vamos estudá-la e, com base na leitura do que vem a ser positivismo, iremos inserir a concepção de história a partir desse olhar.



Fig. 03

O positivismo é uma corrente teórica criada no século XIX pelo pensador francês Auguste Comte (1798-1857). O grande ideário do positivismo é de que somente podemos pensar através de fatos que tenham a sua existência comprovada e, nesse sentido, o homem somente tem condições de explicar a natureza via observação e experimentação, buscando descobrir as leis que regem os diversos fenômenos.

Veja que, segundo esse entendimento, a história ganha uma conotação objetivista. O que isso quer dizer? Vamos entender bem. Os fatos considerados científicos para o positivismo são fatos que podem ser analisados isoladamente, sem interferências subjetivas do homem. Isso porque, nessa acepção, as leis naturais são invariáveis e não podem ser alteradas pelos homens.

E sendo as leis naturais imutáveis, elas são eternas, podendo ser previstas e calculadas com precisão. Daí decorreu o grande lema de Comte: “conhecer para prever a fim de prover”. Isso significava que conhecendo as leis que regem os fenômenos podemos prevêê-los, podemos, por exemplo, não só prever, como também calcular e garantir com precisão um fenômeno.

Você acredita que isso é possível? Concorda com as ideias de Augusto Comte?

Eis exemplos de coisas que podem interferir nos resultados dos acontecimentos segundo a filosofia positivista:

- ▶ As crenças
- ▶ A nossa visão de mundo
- ▶ A nossa opinião
- ▶ Nossas escolhas pessoais
- ▶ O fator emocional (amor, ira, desejos...)

Enfim, tudo que diz respeito às subjetividades humanas está presente na filosofia positivista como coisas que atrapalham os resultados da pesquisa e todo processo de conhecimento da ciência.

Você já parou para pensar em algo que pode ser produzido, ou seja, criado pelo homem sem que não haja a menor interferência das subjetividades humanas?

Na acepção positivista, os fatos são pensados de forma fragmentada, sem uma rede de interconexões, uma vez que a história passa a ser ordenada de forma sucessiva, contínua e linear.

O positivismo deixa de considerar as rupturas, as idas e vindas, os avanços e recuos dos acontecimentos, priorizando a ordenação de um fato até chegar a um estado positivo, que é o progresso (lei dos três estados).

Outro aspecto que caracteriza essa linha teórica é a determinação dos fatos históricos. Parece que a história já está pronta, ela não muda, o passado é único e irrepetível. Então a ideia de construção, do contínuo na história desaparece, dando espaço à estagnação, à fragmentação e à imobilidade do acontecimento.

Os acontecimentos, por sua vez, são explicados na problemática causa e efeito, causa e consequência, dando uma cronologia linear do que vem antes e o que vem depois.

Acredito que foi assim que nós estudamos a disciplina história na escola por muito tempo, não foi? Isso porque no Brasil durante certo tempo, principalmente no período da ditadura militar, a disciplina história foi bastante castrada nos currículos, assim como outras disciplinas como a filosofia, a sociologia, porque eram disciplinas consideradas perigosas para o rompimento da ordem estabelecida.



Nessa acepção positivista ganha destaque a história dos grandes acontecimentos, dos grandes eventos em contraposição aos acontecimentos emergidos dos pobres, dos oprimidos, dos excluídos da historiografia, como as mulheres, o negro, o pobre, o índio, o judeu, pois a história oficial não deu vez e voz a esses, marginalizando-os no processo de construção do conhecimento.

A história dos grandes feitos e dos grandes heróis foi oficialmente privilegiada na historiografia e, conforme a filosofia positivista, só há lugar para os grandes feitos e os grandes heróis da nossa história. Assim, a historiografia oficial escreveu a História do Brasil com nome de heróis que se tornaram mitos, a exemplo de: Pedro Álvares Cabral, Tiradentes, o herói da Inconfidência Mineira, a princesa Isabel, dentre vários. Quanto aos demais, que fizeram parte dessa história e não pertenciam a uma classe vinculada ao poder, ficaram marginalizados.

A história passa, nesse sentido, a ser vista de cima para baixo, ou seja, não ser contada pelos marginalizados. Outro exemplo disso é quando estudamos sobre a colonização brasileira. Nessa história somente há vez e voz para o branco, para o português, não há espaço para o índio, para os colonos. E onde eles estavam ou deveriam aparecer nos diversos acontecimentos históricos? Foram eles próprios que não manifestaram suas vozes? Ou por causa de interesses divergentes de grupos essas vozes foram silenciadas? Por que eles pouco são evidenciados pela historiografia?

São essas dentre outras perguntas que podem servir de base para entendermos que pensar na história significa pensar no poder político, nos interesses grupais e a que grupos ela está servindo.

Ainda há de entendermos o conceito de verdade segundo o positivismo, pois não há aberturas para o questionamento, para a problematização do fato histórico, pois ele é dado como algo inquestionável, daí ser ideal para um modelo conservador e doutrinário.

Voltemos àquela colocação inicial: a de que a história esteve e ainda está explícita ou implicitamente voltada para interesses grupais e é justamente nessas lutas e entraves sociais que ela é construída.

A questão da cientificidade e objetividade da influência positivista na compreensão da história foi e é tão impactante na nossa educação que influenciou e ainda influencia tanto a nossa concepção de ciência e de história, que se não adquirirmos uma leitura crítica sobre a realidade e sobre os acontecimentos históricos, não sentiremos o sabor de pertencermos à história, ou seja, não nos sentiremos como sujeitos históricos e como sujeitos produtores de conhecimento.

## Mãos à Obra



Análise o lema da nossa bandeira nacional: "Ordem e progresso" e pesquise sobre a influência do positivismo na origem desse lema.

O primeiro rompimento com a concepção positivista da história ocorre a partir de discussões sobre o materialismo histórico e dialético do pensador alemão Karl Marx. (1818-1883)

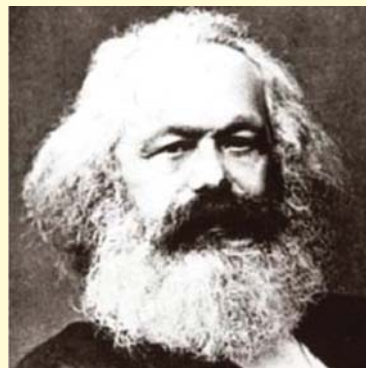


Fig. 04

O marxismo tentou romper com a visão objetivista e determinista da história, ao colocar, segundo Teixeira (1995, p. 24): "o cerne da história no homem e o cerne da ciência na história". Vamos entender bem o que isso quer dizer.

A compreensão que perpassa de imediato na concepção Marxista é que o primeiro ato histórico é a produção das condições básicas de sobrevivência humana que, para Marx, são condições materiais da existência do homem. Realizada essas primeiras condições, o homem passa a produzir novas necessidades, criando práticas culturais e renovando suas ações frente à dinamicidade da vida.

Sendo a história a ciência do homem, ela é dialética e não há como considerá-la imóvel aos acontecimentos, às transformações, pois é isso que ela é, ação dos homens no tempo e espaço.

Há outro elemento muito forte nessa concepção que é a luta de classes. Para a corrente marxista, não há como pensar na história sem situá-la nas lutas e nas ideologias das classes sociais, uma vez que diferentes grupos tentam impor suas diferentes concepções visualizando uma ideologia dominante e determinante.

A história, portanto, passa a ser palco de disputas de grupos e de interesses particulares, como evidencia a figura 5.



Fig. 05

A concepção Marxista da história, portanto, avança em relação à corrente positivista da história, inserindo a luta de classes como categoria de análise da história e colocando em evidência o homem como sujeito histórico. Veja que participar, fazer história, transformar a sociedade – essas são características do homem como agente histórico e ativo na sociedade, o que difere e muito da concepção positivista, que não considera o homem como tal, evidencia o papel passivo do ser, que apenas adapta-se ao mundo sem nele intervir.

Você está lembrado que já havíamos dialogado antes sobre o significado dos termos adaptação e intervenção no mundo? Quando estudamos algumas ideias de Paulo Freire, vimos que se adaptar ao mundo é apenas estar no mundo e intervir no mundo implica em agir e transformar a realidade.

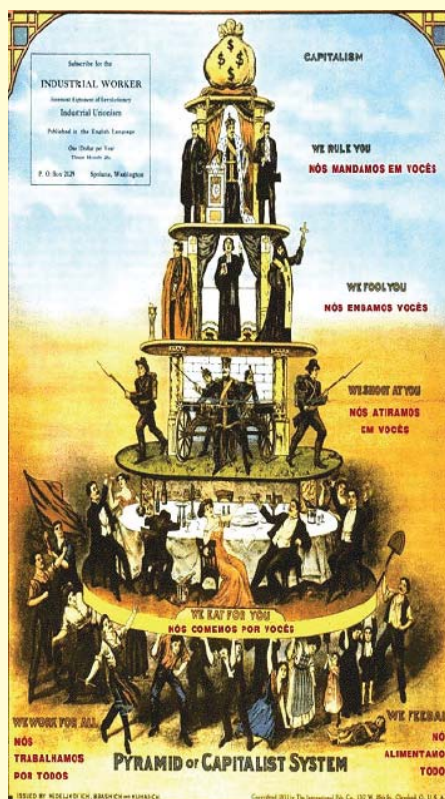


Fig. 06

Marx enfatizou a luta de classes na sociedade. Para ele, a forma como a sociedade é organizada reflete as contradições socioeconômicas. De um lado estão os que possuem o capital e por isso têm interesses voltados para os bens materiais e manutenção de um status quo. De outro, estão os desprovidos dos bens materiais e dos meios de produção, que vendem sua força de trabalho em troca de um salário e ficam submissos às forças ideológicas do grupo que mantém o poder.

Portanto, a concepção Marxista da história evidencia fatos não revelados e não considerados pelo positivismo, a exemplo, das lutas de classes e das contradições sociais. Esse fato amplia e enriquece as análises socio-históricas, que passam a ver os fatos históricos sob outros ângulos de análise.

Feita essa síntese do que vem a ser a concepção Marxista da história, passemos a analisar uma concepção que não nega o Marxismo, mas põe em evidência novos elementos não exaltados pelo Marxista, que é a concepção que surge na École des Annales.

## A École des Annales e a história nova

Primeiramente é importante entender que a denominação Annales se deu devido a um grupo composto por historiadores franceses ligados a uma linha de trabalho sobre história, ao fundarem em 1929 uma revista com o título de Revista dos Annales (análise da história econômica e social).

As publicações desse grupo (o qual teve como destaque March Bloch e Lucien Febvre e teve repercussão mundial) defenderam a construção da história ressaltando o papel do homem como sujeito histórico, mas acrescentaram outros elementos que ampliam e vão além da concepção Marxista, que exaltava o econômico e a luta de classes sociais.

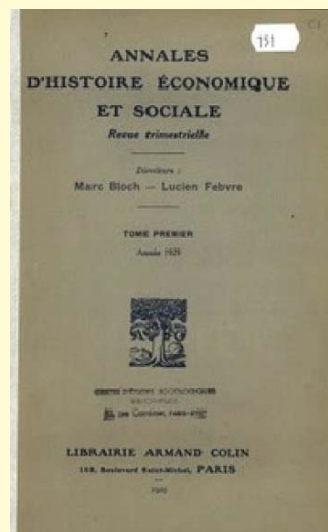


Fig. 07

Dentre algumas mudanças, passaremos a discutir cada uma delas, que se encontram na p.27 do texto da autora Eliane Teixeira (1995):

### 1. A passagem da História – narração para a História problema.

Annales acrescentam a perspectiva de se pensar a História problematizando-a, questionando-a frente a outros acontecimentos sociais, políticos e culturais, o que torna por demais relevante essa forma de conceber os fatos, que não são dados, mas constructos sociais.

### 2. O caráter científico da história é dado, mesmo em se tratando de ciência em construção.

Se a concepção positivista não considera a História como ciência pelo fato dela não ser objetiva, os Annales reconhecem a História como ciência e acrescentam que a história é uma ciência em construção, pelo fato dela não ser absoluta e fechar-se numa verdade única e imutável. Ao contrário, ela é uma ciência que está sempre sendo retomada e sofrendo configurações diferentes ao longo do tempo. Portanto, ela é um processo dinâmico, dialético.



### 3. Contato e debate com as outras ciências sociais (adoção de problemáticas, métodos e técnicas)

Essa também é uma grande contribuição do grupo dos Annales para o entendimento da história. Na visão desses historiadores, a história e o fato histórico só podem ser compreendidos mediante a multiplicidade de olhares, pois diversos olhares trarão contribuições diferentes para o campo da história, contribuindo para a ampliação desse campo.

Um exemplo claro sobre isso é quando um historiador busca compreender um fenômeno social, que para ser melhor interpretado precisa trazer algumas contribuições do campo da economia, da sociologia, da psicologia, dentre outras áreas do conhecimento, ampliando a noção do fato histórico e buscando uma melhor aproximação com os dados da realidade. Essa perspectiva difere e muito da concepção positivista da história, que previa estudar o fenômeno social isolando-o e fragmentando o conhecimento.

### 4. Ampliação dos limites da História, abrangendo todos os aspectos da vida social: civilização material, poder e mentalidades coletivas

História, aqui, está presente nas práticas culturais, na produção dos diversos saberes pelo homem, nas representações sociais, nas diversas configurações coletivas, enfim, ela está onde o homem pisa, age, transforma, por onde ele passa. Esse sentido dado à história amplia o seu campo de estudo, pois com essa visão a história passa a abranger todos os aspectos da vida social.



Fig. 08

## 5. Insistência nos aspectos sociais, coletivos e repetitivos

A história passa aqui a se preocupar não com os grandes feitos e os grandes heróis, os mitos que se destacaram nas sociedades, mas com os pequenos feitos, com as diversas formas do viver humano, com a história dos marginalizados, com os excluídos da história, ou seja, as camadas populares passam a ganhar terreno na historiografia.

6. Ampliação da noção de fonte para além da escrita (vestígios arqueológicos, objetos do cotidiano, vestimenta, diário, tradição oral, etc)

Visualizando as imagens a seguir, veremos algumas fontes que passam a ser consideradas, a partir dos Annales, como excelentes vestígios históricos, pois carregam em si valores, tradições, crenças, cultura.



Fig. 09



Fig. 10



Fig. 11

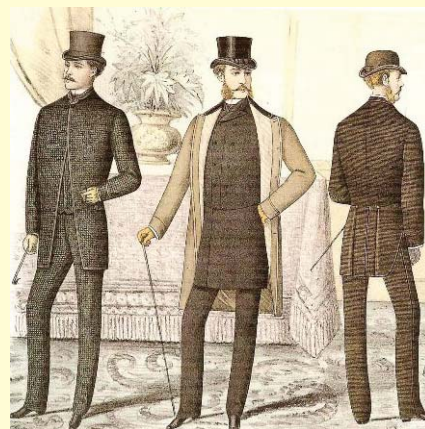


Fig. 12





Fig. 13



Fig. 14


Nesse tópico há um destaque para a noção de documento. Se na concepção positivista o documento a ser considerado para se fazer história é o documento oficial, na acepção dos Annales o documento ganha uma outra feição. Aqui os vestígios podem ser de várias naturezas como: vestimentas, fotografias, a tradição oral, vestígios escritos, topográficos, diários, agendas, pois todos se apresentam como fundamentais para a diversificação do olhar e enriquecimento cultural na pesquisa histórica. Porque em todos esses documentos o homem deixou sua marca, seus valores, sua cultura, sua história.

#### 1. Construção de temporalidades múltiplas, ao contrário do tempo linear e simples da historiografia tradicional

Para os Annales tempo e espaço são fundamentais, pois não se admite a idéia de estudar o fato histórico desvinculado de uma contextualidade, assim como, não se admite a possibilidade de estudar os acontecimentos históricos sem analisar: as rupturas, as idas e vindas, os retrocessos dos acontecimentos, ou seja, se relevar as discontinuidades e dialéticas dos movimentos.

Essa perspectiva difere por demais da concepção positivista tradicional, que prioriza a linearidade dos acontecimentos.

#### 2. Reconhecimento da ligação indissociável e necessária entre passado e presente no conhecimento histórico, reafirmando-se as responsabilidades sociais do historiador.



Segundo os Annales história não é só passado. Pois bem, todos nós sabemos que a maioria dos professores nos ensinava e infelizmente ainda ensinam que história é a ciência do passado. Essa concepção muito tradicional não reconhece os elos do passado, presente e o futuro. Para os Annales, entender a história é situá-la nas múltiplas temporalidades, reconhecendo os elos dinâmicos e indissociáveis dela com o presente e o devir.

### As tendências mais recentes da historiografia

Nessa parte do texto, a autora destaca algumas vertentes da historiografia originadas dos debates do grupo dos Annales, dentre elas:

- ▶ A História Nova: que enfatiza a ideia da história ser questionada frente a novos problemas, novos debates.

Isso significa que os fatos históricos devem ser questionados continuamente frente a novas situações, uma vez que as teorias não são estáticas no tempo e espaço tornando-se doutrinas.

Ainda para a História Nova, o diálogo com outros campos dos saberes enriquecem e transformam os setores tradicionais da história, contribuindo significativamente para pensar o fato histórico de forma interdisciplinar. Novos objetos de estudo emergem como importantes para serem estudados. Como exemplo: a cultura indígena, os trabalhadores, as mulheres, o cárcere, o manicômio, dentre outros.

A história, nesse sentido, passa a ser construída sob diversos olhares e temáticas que fazem parte do cotidiano de homens e mulheres comuns, ou seja, ela, a história, passa a olhar mais as práticas vividas independente das classes sociais.

- ▶ A História Cultural: como o próprio nome indica é a vertente dos Annales que valoriza explicitamente o estudo da história voltada para as práticas culturais, a exemplo das representações culturais, das simbologias, das diversas manifestações artísticas, dentre outros temas que são substratos das ações humanas.

Nessa perspectiva, a antropologia, a sociologia, a geografia e diversos outros campos do saber são bem vindos no sentido de enriquecer e ampliar o olhar para os acontecimentos e fenômenos culturais.



## Mãos à Obra

1. Após realização de estudos sobre as concepções da História e Historiografia, posicione-se favorável a uma concepção e justifique a sua escolha:
2. Indique e analise as principais diferenças existentes entre a concepção Marxista e a concepção dos Annales sobre a História:
3. Explique a aceção de documento histórico na perspectiva positivista e na perspectiva dos Annales. Em que sentido podemos dizer que os Annales ampliaram a concepção de documento?



## Já sei!

Hoje vimos que a História pode adquirir diversos significados, a depender da vertente teórica que a embasa. Estudamos três concepções: a Positivista, a Marxista e a dos Annales.

Entendemos que entre a concepção Positivista e as duas outras concepções, há muitas divergências quanto ao entendimento do que vem a ser História, homem, sociedade, conhecimento, ciência. Enquanto o positivismo não reconhece a história como ciência, estudamos que a concepção Marxista da História avançou em relação ao Positivismo ao enfatizar a história como ciência e a concepção de homem como sujeito histórico e de sociedade ao abordar as lutas de classes, explicitando as relações homem e sociedade.

A concepção dos Annales não só reconheceu a história como ciência, como também acrescentou a visão da história como ciência em construção, trazendo para esse entendimento outros elementos de análise, não somente o econômico, mas enfaticamente a questão cultural. Ampliou a visão de documento para além dos oficiais e avançou, acrescentando a importância dos objetos do cotidiano e das práticas culturais das classes marginalizadas pela historiografia oficial.

## Leitura Complementar



BRANDÃO, Zaia. A história da educação na encruzilhada. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (Orgs.). História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. 2.ed. São Paulo: Autores Associados, 2000. (Coleção Educação Contemporânea.)

## Referências



CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1996.

TEIXEIRA, Eliane Marta. *Perspectivas históricas da educação*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

### Fonte das figuras

Fig.01 - <http://bussolacontinental.files.wordpress.com/2009/10/pr-his1.jpg>

Fig.02 - [http://www.estanteonline.com.br/public/uploads/titulos/692\\_capa.jpg](http://www.estanteonline.com.br/public/uploads/titulos/692_capa.jpg)

Fig.03- <http://swc2.hccs.cc.tx.us/salinas/AugusteCompte.gif>

Fig.04-[http://1.bp.blogspot.com/\\_kp6e6i-hpJU/TF790m8CuTI/AAAAAAAAAAmc/IdXu0TRWvqI/s1600/Karl+Marx02.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_kp6e6i-hpJU/TF790m8CuTI/AAAAAAAAAAmc/IdXu0TRWvqI/s1600/Karl+Marx02.jpg)

Fig.05 - [http://2.bp.blogspot.com/\\_CUgw\\_U357NI/Sm4g6ZdUXDI/AAAAAAAAAHY/B3BkNs5aKuQ/s1600-h/fsmemcuba](http://2.bp.blogspot.com/_CUgw_U357NI/Sm4g6ZdUXDI/AAAAAAAAAHY/B3BkNs5aKuQ/s1600-h/fsmemcuba)

Fig.06- [http://heliopaz.files.wordpress.com/2007/06/piramide\\_do\\_capitalismo.jpg](http://heliopaz.files.wordpress.com/2007/06/piramide_do_capitalismo.jpg)

Fig.07 - [http://2.bp.blogspot.com/\\_Mm4KBm6-mZU/SYwWUvqk3I/AAAAAAAAAJY/Xw9-Ay9QVUw/s320/Capa+Tome+premier.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_Mm4KBm6-mZU/SYwWUvqk3I/AAAAAAAAAJY/Xw9-Ay9QVUw/s320/Capa+Tome+premier.jpg)

Fig.08 -

1. <http://congresso.adotesc.com.br/2010/img/Atracoes/GrupoDancasAlemaFURB.jpg>

2. [http://2.bp.blogspot.com/\\_GGkHw4Eg6hw/SwbreVlcAgI/AAAAAAAAACc/5uEcd\\_iT978/s1600/1481443.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_GGkHw4Eg6hw/SwbreVlcAgI/AAAAAAAAACc/5uEcd_iT978/s1600/1481443.jpg)

3. [http://jbchost.com.br/madeinjapan/imgmat/2008/10/20\\_40\\_anos\\_02.jpg](http://jbchost.com.br/madeinjapan/imgmat/2008/10/20_40_anos_02.jpg)

4. <http://www.blogdoanderson.com/v2/wp-content/uploads/2011/01/capoeira1.jpg>

Fig.09 - [http://www.fashionbubbles.com/wp-content/uploads/2009/09/45\\_114-terno-seculo-XVIII-1785-1790.jpg](http://www.fashionbubbles.com/wp-content/uploads/2009/09/45_114-terno-seculo-XVIII-1785-1790.jpg)

Fig.10 - <http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria01/g1a08g.jpg>

Fig.11 - <http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria05/g5a000g.jpg>

Fig.12 - [http://oglobo.globo.com/blogs/arquivos\\_upload/2008/08/45\\_157-1885%20-.jpg](http://oglobo.globo.com/blogs/arquivos_upload/2008/08/45_157-1885%20-.jpg)

Fig.13 - <http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria27/g27a002g.jpg>

Fig.14- [http://1.bp.blogspot.com/\\_siNn4ydLqLw/Rya0tSrryWI/AAAAAAAAAMs/GDjppqizJqeU/s400/Telefone%2B1950.jpgLeonardo\\_da\\_Vinci.png](http://1.bp.blogspot.com/_siNn4ydLqLw/Rya0tSrryWI/AAAAAAAAAMs/GDjppqizJqeU/s400/Telefone%2B1950.jpgLeonardo_da_Vinci.png)





## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



**A educação do homem primitivo**

Aula  
**10**





## Apresentação e Objetivos



Nesta aula, iremos discutir a educação no contexto da comunidade primitiva, destacando o tipo de educação, as diversas práticas culturais, os ritos, as tradições e a linguagem da época.

Os objetivos para a aula de hoje são:

- ▶ Entender como era a educação do homem primitivo.
- ▶ Compreender a educação como processo social, histórico e cultural, constituída por conflitos e interesses.
- ▶ Entender como eram as finalidades educativas entre os povos primitivos.
- ▶ Analisar a importância dos mitos para a vida dos homens primitivos e suas relações com a natureza.
- ▶ Fazer uma análise do filme "A guerra do fogo" e analisar o sentido metafórico do elemento fogo para as comunidades primitivas.
- ▶ Compreender a relevância das experiências coletivas, das trocas de saberes e das vivências grupais como necessárias à existência das comunidades primitivas.

A concepção de homem que abordaremos é a baseada no Marxismo, a de homem como ser social, que não pode ser entendido fora do seu contexto, do seu meio. A educação só pode ser entendida quando contextualizada perante o momento histórico, realçando-se o contexto.



Há também de compreendermos que os fatos são decorrentes de processos sociais que estão em contínuo constructo, portanto, às vezes avançam, às vezes recuam. A história, nesse sentido, se constrói em permanentes conflitos nas lutas de classes, mediados pelas relações de poder.

A partir desse entendimento é que inserimos a discussão sobre a educação do homem primitivo, vislumbrando, naquele momento histórico, os lugares, os sujeitos e suas práticas culturais.

Faremos a leitura do filme "A guerra do fogo" e buscaremos entender como era a educação e as práticas culturais na comunidade primitiva, as ações humanas na luta pela sobrevivência, as relações de trocas culturais e as representações simbólicas e mitológicas evidenciadas nos primeiros contatos homem-natureza.



## Para começar

### Homem Primata - Titãs

Desde os primórdios  
Até hoje em dia  
O homem ainda faz  
O que o macaco fazia  
Eu não trabalhava  
Eu não sabia  
Que o homem criava  
E também destruía...

Homem Primata  
Capitalismo Selvagem  
Oh! Oh! Oh!...(2x)

Eu aprendi  
A vida é um jogo  
Cada um por si  
E Deus contra todos  
Você vai morrer  
E não vai pr'ó céu  
É bom aprender  
A vida é cruel...

Homem Primata  
Capitalismo Selvagem  
Oh! Oh! Oh!...(2x)

- ▶ Você sabe como ocorriam os processos educativos antes da existência da instituição escolar?
- ▶ Já estudou sobre a educação dos povos primitivos?



Fig. 02



A música do grupo Titãs traz na letra um pouco do que foram os primeiros homens primatas. Na primeira estrofe, quando diz “desde os primórdios até hoje em dia o homem ainda faz o que o macaco fazia... que o homem criava e também destruía”, vamos ver, no decorrer da aula, que o papel do homem na história não é passivo e por não ser passivo ele age, transforma e também sofre com as alterações por ele realizadas no seu meio.

Nesse sentido, o conceito de homem é de sujeito histórico, conceito este defendido por Karl Marx na sua obra: O capital. Sendo histórico é social por natureza, convivendo em grupo, transformando a realidade, criando necessidades e potencializando outras.

Estamos tratando, nesta aula, da temática educação num contexto onde não existiam instituições escolares; portanto, era uma educação espontânea. Mesmo não sendo uma educação sistematizada, podemos afirmar que existia educação, muito embora ocorrendo com processos distintos dos dias atuais.

Entre os povos primatas, vamos encontrar as formas mais simples e elementares de educação, em que não existiam instituições escolares nem métodos de ensino sistematizados. No entanto, existia toda uma cultura educacional com objetivos voltados:

- ▶ para o fazer cotidiano, para a vida;
- ▶ para o ajustamento do indivíduo ao meio físico e social.

Essa educação ocorria via aquisição das experiências, passadas de gerações a gerações. Uma educação de caráter prático, priorizando-se treinos para obtenção de alimentos, abrigo, vestiário, etc.

A imitação era uma das formas pelas quais o homem primitivo se apropriava de saberes necessários a sua sobrevivência, considerada uma das formas mais antigas de um processo evolutivo na história do ser humano.

O ideal pedagógico era voltado para uma necessidade imediata; se havia a necessidade de caçar, o homem aprendia a fazê-lo por uma necessidade biológica. O que o grupo considerava ideal para a sua existência era também o ideal educativo que deveria ser prioritário e repassado às crianças, aos jovens e aos adultos preferencialmente pelos mais velhos que já detinham um saber prático.

Para a aula de hoje, solicitamos assistir ao filme "A guerra do fogo", de Jean Jacques Annaud. Esse filme foi indicado com o objetivo de fazermos uma análise sobre a educação e as práticas culturais entre os povos primitivos.

Presenciamos, a partir do filme "A guerra do fogo", diversas cenas de convivências diárias da espécie Homo Sapiens, onde se evidenciam descobertas, costumes, práticas cotidianas no esforço contínuo do homem pela sua sobrevivência e a do grupo.

O filme, no intuito de ser uma aproximação do real, é construído através da linguagem gestual e da linguagem falada com sons e grunhidos que faziam parte da cultura do homem primitivo, possibilitando o entendimento de como ocorriam as primeiras interações entre homem/grupo e grupo/ grupo.



Fig. 03

Essa era uma educação integral e espontânea. Passemos a entender o sentido de uma educação integral nessa época, a qual difere do significado que atribuímos na atualidade do século XXI.

- ▶ INTEGRAL – as finalidades educativas vão se transudando conforme as necessidades do grupo, visando ao atendimento, de uma forma geral, de tudo que fosse ao homem possível receber e criar para garantir a sua sobrevivência na terra. Ex: aprender a se agasalhar, a caçar, a se proteger dos animais selvagens, a fazer colheita, a se proteger do calor excessivo ou do frio, dentre outras necessidades.
- ▶ ESPONTÂNEA – como o próprio nome indica, a educação nessa época não é dada de forma sistemática e sim de maneira assistemática, pois ocorre no seio social, nas práticas diárias, nas trocas de experiências grupais, não dependendo de uma instituição formal de ensino para tais finalidades.

Você se lembra quando estudamos sobre o entendimento do que vem a ser conteúdos considerados valiosos para uma sociedade, baseado nas ideias do autor Eduardo Chaves? Pois bem, conteúdos considerados valiosos, segundo Chaves, eram os necessários à

perpetuação do homem na terra, valiosos para a sua existência como homem e como grupo. A educação, portanto, assumia uma função espontânea na sociedade e as novas gerações passavam a seguir determinados rituais e aprendizados das mais velhas gerações.

Uma cena bastante instigante que aparece no filme é quando há a descoberta do fogo por uma comunidade de homens primatas. Quando eles ainda não conseguem dominar a técnica de acender o fogo, usam de várias tentativas para manter o fogo aceso. Também visualizamos a cena em que mostra a comunidade em que se mantém aceso o fogo e a outra comunidade que, em conflito entre grupo, busca para si o fogo. Podemos, a partir dessa cena, evidenciar dois fatos:

- ▶ O não domínio da técnica (de fazer o fogo) pelo homem.
- ▶ Os conflitos que passam a existir entre tribos diferentes para dominar o fogo.

Essa cena do filme, por exemplo, mostra a interação entre dois primatas de comunidades diferentes. O que está sentado ao lado esquerdo pertence a um grupo considerado mais avançado na realização de algumas práticas culturais, pertence a um grupo que já aprendeu a pintar o corpo para se proteger de picadas de insetos, a fabricar as moradias de uma forma mais estruturada, a dominar a técnica de fazer o fogo, dentre outras formas de organização para subsistência e sobrevivência. O homem primitivo que aparece ao lado direito, pertencente a uma tribo menor, ainda não domina a técnica do fogo, apenas tenta mantê-lo aceso, cobre o corpo de uma forma diferente para se proteger do frio e evidencia bastante instabilidade quanto ao lugar de permanência (nômade).



Fig. 04

Essas cenas evidenciadas no filme são importantes para compreendermos uma coisa: na história os fatos não são homogêneos, há heterogeneidades, conflitos e contradições. Quando estudamos uma época da história, não podemos olhar para ela e afirmar que todos os homens que viviam em determinado período e agiam e pensavam da mesma forma, assim como, todos os homens se apropriavam e produziam cultura igualmente. É contraditório fazermos afirmações dessa natureza, porque nós, homens, somos seres sociais, mas singulares, pensamos e potencializamos nossos saberes de forma diferente uns dos outros.



As diversas passagens do filme evidenciam esses aspectos. Outra passagem bastante interessante é quando uma tribo é invadida por outra e iniciam-se lutas corporais pela posse do fogo. Ao término, alguns homens são levados prisioneiros e aparecem cenas de práticas de canibalismo.

A prática do canibalismo é evidenciada apenas por uma tribo, permitindo ao leitor a interpretação de nem todas as comunidades que viveram há 800.000 anos atrás praticavam esse ato. Observe a imagem a seguir:



Fig. 05

A cena que exibe essa imagem mostra um primata que invade o espaço antes ocupado por outra tribo à procura de vestígios de pessoas do grupo ao qual ele pertence e que foram levadas pelos inimigos como prisioneiros. Ao encontrar restos de carne (sem saber que era carne humana) começa a saciar a fome, mas ao descobrir que eram restos mortais, rapidamente cospe.

Consideramos que esse fato explicita a relação homem/homem, sua natureza, suas ações e formas diversas de buscar meios para sua subsistência.

Quando explicávamos anteriormente que a educação do homem primitivo era caracterizada por ser espontânea e integral, há de entendermos que esse tipo de educação somente era possível em sociedades primitivas, porque nelas presenciamos:

- ▶ interesses coletivos, comuns;
- ▶ ausência de busca pelo lucro, pelo excedente;
- ▶ busca pela subsistência diária.

Essa finalidade educativa somente será superada quando a sociedade sofre transformações significativas na sua estrutura, passando a ser dividida em classes sociais. Nesse momento, surgirão novos interesses emergidos com a divisão social.

Com a divisão de classes, o processo educativo passa a refletir o antagonismo e a desigualdade econômica. O conhecimento até então socializado de forma igualitária no grupo e para o grupo, passa a vincular-se ao domínio, ao poder.

Vamos então, daqui para frente, entender quais fatores suscitaram o surgimento da sociedade de classes.

Primeiramente, um fator muito forte que impulsionou essa divisão (acredito que vocês já devem ter lido sobre isso quando estudaram a disciplina História ou Sociologia) foi o aparecimento da propriedade privada, em detrimento da propriedade comum, ocasionando domínio e poder na mão de uns.

Outro fator importante para entender os antagonismos sociais, foram as primeiras divisões do trabalho em função do sexo e idade e algumas mudanças nas formas de trabalho decorrentes:

- ▶ das guerras (que apontava para uma pessoa no comando e as demais obedecendo);
- ▶ da distribuição de produtos, do escambo;
- ▶ da supervisão do sistema de irrigação;
- ▶ do desenvolvimento de novas técnicas aplicadas ao trabalho.

Mediante tais mudanças, o processo educativo se redefinirá em função de interesses agora não somente grupais, mas, individuais, passando a refletir os antagonismos sociais e a desigualdade econômica. Assim, certos conhecimentos passam a ser requeridos para o desempenho de algumas funções do mundo do trabalho e os detentores desses passam a ver isso como fonte de domínio.

De acordo com o lugar em que cada um ocupa na produção, passa a existir domínio e submissão e com isso a criança deixa de estar submetida a uma educação primitiva e espontânea no seu meio e passa a ter uma educação sistemática, organizada, conforme interesse do adulto.

Com base nessa realidade, as tradições, os mitos e as cerimônias de passagem fazem parte dos primeiros esboços do processo educativo e ficam sob responsabilidade de sacerdotes, dos sábios, dos magos, dos donos do saber. Através da religião, da sabedoria e de algumas cerimônias, o homem passa a educar e também a impor respeito e submissão aos demais.

Surgem, pois, as hierarquias, havendo divisão: entre os iniciadores (os sábios, os magos) e os que precisam ainda receber um conhecimento (crianças, adultos). A concepção de educação primitiva, antes baseada numa realidade mística e difusa, é substituída por uma que reflete a hierarquia existente nas tribos, a exemplo dos deuses dominadores e crentes submissos.

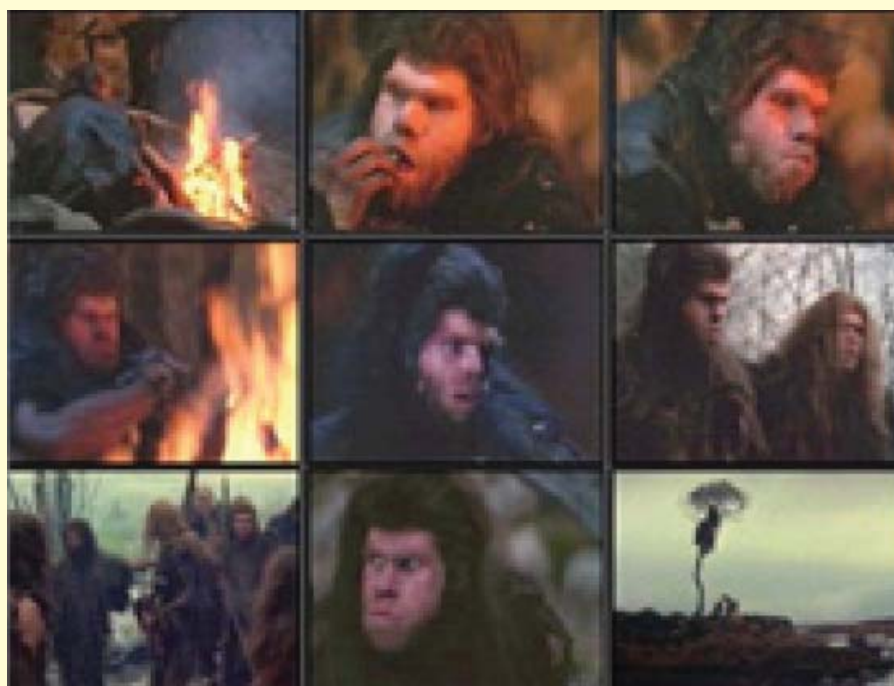


Fig. 06

Para uns, o poder econômico e o domínio dos saberes e para outros, o trabalho e a ignorância.

A comunidade primitiva era composta por grupos que tinham como base a propriedade comum da terra, sendo essa comunidade unida por laços de sangue, ou seja, grupos com ascendência comum, não existindo graus e hierarquia social. Por ser a terra uma propriedade compartilhada e voltada para o atendimento imediato das comunidades no que se refere à subsistência, não havia interesses quanto à acumulação de bens, todos eram livres, com direitos iguais. A organização econômica da tribo refletia o alcance do domínio do homem pela natureza.

Caro(a) aluno(a), a existência de poucos instrumentos de trabalho e os escassos instrumentos de trabalho existentes eram produzidos no dia-a-dia, a partir das necessidades de sobrevivência, o que ocasionava a não preocupação pelo excedente e pelo lucro. A produção para subsistência era compartilhada com todos para consumo e todos ocupavam a mesma posição na produção, pois não existia hierarquia. Os afazeres domésticos eram, então, divididos por homens e mulheres.

Até então podemos dizer que eram indivíduos livres, com direitos iguais, sejam homens, mulheres, crianças, adultos, tudo passava a ser compartilhado e vivenciado na vida cotidiana.

E as crianças, o que faziam? Qual o papel que desempenhavam mediante a existência do trabalho diário nas comunidades? A educação das crianças era espontânea. Você já deve ter lido sobre o que é uma educação espontânea, hein?

Bem, os valores aprendidos pelas crianças não era confiada a uma pessoa em particular, eram os valores referenciados pelos grupos, nas convivências diárias, tendo o adulto como modelo a ser imitado, acompanhando-o nos seus trabalhos e ajudando-o dentro das suas possibilidades. Crenças e práticas culturais eram construídas, pois, nas vivências diárias pelo grupo.

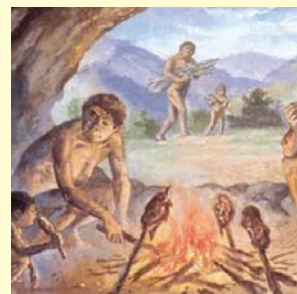


Fig. 07

Assim sendo, os processos de aprendizados ocorriam diariamente a partir das ações dos homens e das interações uns com os outros. Não existindo instituições formais de ensino, não significa afirmar que as crianças não eram educadas.

Ao contrário, as crianças desde cedo aprendiam e se educavam fazendo parte da coletividade, exercendo funções fundamentais à sua sobrevivência na comunidade.

Você se lembra quando estudamos sobre o conceito de educação e vimos que educar envolve um processo mais amplo que não se restringe ao âmbito institucional? Pois bem, esse conceito se insere muito bem nessa realidade dos povos primitivos. A educação que eles tinham e construíam partia do contexto vivido, de suas necessidades, das ideias e da construção simbólica que atribuíam aos elementos da natureza.

Historicamente, o homem passa por diversos estágios de compreensão da realidade, desde a fase a qual destacamos no filme "A guerra do fogo" a uma fase animística.

A fase animística aparece nos primeiros contatos do homem com a natureza. O animismo teve presença relevante entre os povos primitivos, pois a explicação dada pelo homem a alguns elementos da natureza, baseada na crença de que todas as coisas possuíam vida e alma, favorecia a adaptação do indivíduo ao meio.

Baseado na obra de Aníbal Ponce (1983), destacamos a seguinte classificação:

O animismo se divide em duas fases, são elas:

1. A pré-animista
2. Animismo

Na primeira fase, o homem acredita que no mundo ainda não existem espíritos e, portanto, ele é capaz de influenciar diretamente a natureza através do seu pensamento. A concepção de natureza para o homem é de uma natureza harmônica, sem graus e hierarquias.

Já na fase animista há a crença de que o mundo está povoado por espíritos e que por isso precisa influenciar os espíritos, bem como usar de rituais sagrados para espantar e acalmar os espíritos.

O animismo, portanto, era a crença de que o mundo estava povoado por diversos espíritos, os do bem e os do mal. Esses espíritos transitam entre a terra e outros lugares imaginários e impregnam tudo e todos os membros da tribo. De acordo com esse entendimento, o homem seria capaz de influenciar diretamente a natureza, usando a sua força mental, com magias e com a criação de mitos.

Por falar em mitos, eles desempenharam papéis importantes para o homem primitivo, pois simbolizavam as impressões primeiras do homem sobre o mundo e os fenômenos da natureza, assim como contribuíram para explicação dos acontecimentos geográficos, antropológicos e sociais.

Se a educação era baseada na imitação, tudo girava em torno da reprodução dos valores construídos pelo grupo e repassados de geração a geração.

Passemos a entender como as finalidades educativas sofreram mudanças significativas nos seus primórdios e quais fatores contribuíram para as transformações. O primeiro fator que impulsionou pensar-se em formas diferentes de organização e socialização dos diferentes saberes culturais, sociais, foi a divisão da sociedade em classes.



Fig. 08

Você conhece quais fatores suscitarão o surgimento das sociedades de classes?

Podemos considerar que vários fatos contribuíram significativamente para esse surgimento, quais sejam:

- ▶ o aparecimento da propriedade privada em detrimento da propriedade comum;
- ▶ o escasso rendimento do trabalho;
- ▶ a busca pela produção dos meios de subsistência para além da sobrevivência;
- ▶ o desenvolvimento de novas técnicas aplicadas ao trabalho;
- ▶ a separação inicial no desempenho das funções no grupo, administradores e executores;
- ▶ as primeiras rudimentares divisões do trabalho que ocorrem em função da divisão por sexo e idade;
- ▶ a domesticação de animais e o uso dele na agricultura para ajudar o homem a desenvolver o seu trabalho (mais produção do que necessitava, gerando o excedente, mais do que o sustento);
- ▶ o intercâmbio de produtos, trocas, gerando fortuna para uns em detrimento de outros;



- ▶ o surgimento do ócio – uso do fazer e do pensar sobre as técnicas aplicadas ao trabalho;
- ▶ o surgimento da escravidão – incorporando indivíduos estranhos à tribo, para exploração do trabalho, para cuidar do rebanho, da agricultura (é importante saber que o trabalho escravo aumentou o excedente da produção e esses produtos eram comercializados em tribos vizinhas);
- ▶ as mudanças nas formas de trabalho decorrentes das guerras;
- ▶ os bens como terras, gado, passaram a constituir propriedades privadas de quem as cuidava e defendia, bem como a serem hereditários.

Mediante as várias mudanças ocorridas na vida social e econômica, entendemos que não podemos limitar a nossa análise a um único fator, mas a vários que, em conjunto, passaram a dar conotações diferentes às relações sociais e à vida.

Inaugura-se com a divisão social, uma nova fase da vida social, da vida humana, que é o poder do homem sobre outro homem. Os valores das comunidades primitivas, fundadas nos laços de sangue e nas atividades coletivas ganham novos sentidos mediante a escravidão e a apropriação da terra.

Portanto, desaparecendo os interesses comuns, obviamente desaparecem as finalidades educativas comuns ao modelo coletivo, ao cooperativo, decorrendo daí novos interesses materiais e mentais.

A educação assume uma nova configuração baseada em novos modelos vinculados ao poder dominante, aos grupos majoritários, representando a divisão social que priorizava a disjunção entre homens de posses e trabalhadores desprovidos dos meios de produção, entre conhecimento e poder, entre saber e fazer.

## Mãos à obra



A partir do filme "A Guerra do fogo" responda:

1. Podemos afirmar que havia processos educativos nas sociedades primitivas? Justifique sua resposta:
2. Para você, qual a simbologia do fogo no filme?
3. No filme, surgem cenas que evidenciam processos de ensino? Em caso de resposta tanto afirmativa, quanto negativa, defenda o ponto de vista assumido.

## Já sei!



Na aula de hoje, estudamos sobre a educação dos povos primitivos. Vimos que apesar da não existência de processos formais de ensino e instituições para tal finalidade, o homem desde suas origens apresentou capacidade para produzir conhecimentos e instrumentos que asseguravam a sua existência na terra enquanto homem e grupo. Vimos também que o animismo e a existência dos mitos desempenharam papéis importantes nos primeiros contatos do homem com a natureza.

Aprendemos que a imitação fazia parte do ideal educativo na época e que a educação era espontânea e assistemática, baseada na imitação da criança tendo como modelo o adulto. Essa educação era voltada para o fazer imediato, de acordo com as circunstâncias vividas e com as necessidades sentidas. Essa realidade vai ser modificada com o surgimento das sociedades de classes, pois as finalidades educativas passarão a atender a novos interesses, que estarão vinculados a determinados grupos e nesse sentido entendemos que não dá para separar conhecimento de poder.

Foram vários os fatores que contribuíram para a divisão de classes sociais, dentre eles o mais forte, que foi a divisão no mundo do trabalho, impondo a separação de tarefas por idade e sexo, bem como impondo uma forma fragmentária, parcelar entre saber e fazer.

A partir do filme "A guerra do fogo", analisamos as relações educação e poder, conhecimentos e domínio, tão evidenciados em diversas cenas do filme.



## Referências

A Guerra do Fogo (La Guerre du feu, 1981, FRA/CAN)

Dir.: Jean-Jacques Annaud. Com: Everett McGill, Rae Dawn Chong, Ron Perlman, Nameer El Kadi.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Neusa M. Marques. (Org.). *História da educação*. São Paulo: Avercamp, 2006.

### Fonte das figuras

Fig.01 - <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&client=firefox-a&rls=org.mozilla%3Apt-BR%3Aofficial&channel=s&q=fotos+do+homem+primitivo>

Fig.02 - [http://deitaquaquetuba.edunet.sp.gov.br/oficina\\_pedagogica/ed\\_especial/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20Geral%20-%20Historicidade.pdf](http://deitaquaquetuba.edunet.sp.gov.br/oficina_pedagogica/ed_especial/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20Geral%20-%20Historicidade.pdf)

Fig.03 - <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://images.quebarato.com.br/photos/big/1/3/3>

Fig.04 - [http://professorjoaofcsantos.blogspot.com/2008\\_09\\_01\\_archive.html](http://professorjoaofcsantos.blogspot.com/2008_09_01_archive.html)

Fig.05 - [http://obviousmag.org/archives/2008/03/a\\_guerra\\_do\\_fogo.html](http://obviousmag.org/archives/2008/03/a_guerra_do_fogo.html)

Fig.06 - [http://1.bp.blogspot.com/\\_6-2ZGeKPtCM/S-AqBWe1rUI/AAAAAAAAACg/sNoHlnuN7tA/s1600/guerrafogo03.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_6-2ZGeKPtCM/S-AqBWe1rUI/AAAAAAAAACg/sNoHlnuN7tA/s1600/guerrafogo03.jpg)

Fig.07 - [http://www.interfilmes.com/filme\\_20059\\_a.guerra.do.fogo.html](http://www.interfilmes.com/filme_20059_a.guerra.do.fogo.html)



## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação  
Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



**A educação Grega: Esparta e Atenas**

Aula  
11







### Apresentação e Objetivos

Olá, na aula anterior, dialogamos sobre a educação do homem no período primitivo. Tecemos algumas indagações a partir da leitura do filme "A guerra do fogo". Perguntamos se havia processos de ensino e aprendizagem e solicitamos que você construísse argumentos favoráveis ao ponto de vista assumido.

Vimos que a educação primitiva era baseada na repetição do ato humano e na imitação dos gestos; portanto, o ensino, naquele contexto, caracterizava-se pela ênfase no fazer espontâneo, na manipulação e experiência vivida e não no ensino como processo sistemático.

Essas diversas manifestações humanas espalhavam-se nas convivências grupais, nos ritos realizados no coletivo, configurando as diversas manifestações cognitivas e motoras do homem nas formas de agir, de sobreviver e de atuar, transformando o mundo ao seu redor.

Na aula de hoje, daremos continuidade ao tema da educação para compreensão da educação Grega.

Temos como objetivo geral desta aula:

- ▶ Compreender as principais características da educação Espartana e Ateniense na sociedade ocidental clássica, entendendo os fatores sócio-históricos que influenciaram as finalidades educativas da época.

Objetivos específicos:

- ▶ Entender os processos de continuidade e retrocessos históricos com a educação na sociedade ocidental clássica.



- ▶ Discorrer sobre as finalidades educativas da educação grega, suas peculiaridades e principais influências na educação contemporânea.
- ▶ Entender os entrecruzamentos e distinções dos ideais educativos de Esparta e dos ideais Atenienses.
- ▶ Compreender a educação como processo histórico e cultural, embricada nas relações sociais e políticas.



## Para começar

Iniciamos esse nosso momento de diálogo sobre a educação grega com os seguintes questionamentos:


O que caracterizava a educação grega? Tinham a educação Espartana e Ateniense as mesmas finalidades de formação humana? O que representou esse período para a história da educação? Quais as contribuições da educação grega para a contemporaneidade?



## Assim é

É importante compreender as primeiras relações do homem com o mundo para irmos entendendo as diversas concepções sobre natureza, ciência, educação e cultura, surgidas ao longo da história.

Nos primórdios da humanidade, o uso dos mitos e dos rituais de passagem são fundamentos das primeiras descobertas do homem em relação à natureza. A partir das origens e do aperfeiçoamento das técnicas, o ser humano vai também se revelando como sujeito pensante e sistematizador.



Na cultura grega, os mitos desempenharam papéis importantes na educação e eram transmitidos oralmente através de relatos encarnados nos heróis Homero, Ulisses e Aquiles, dentre outros. Segundo Ponce (1983), quando os gregos entraram para a História, não houve de imediato desaparecimento do modelo social primitivo, pois ainda restavam vestígios do comunismo primitivo, sendo processual a propriedade coletiva substituída pela privada. Ainda segundo o autor:

No momento da história em que se efetua a transformação da sociedade comunista privada em sociedade dividida em classes, a educação tem como fins específicos a luta contra as tradições do comunismo tribal, a inculcação da ideia de que as classes dominantes só pretendem assegurar a vida das dominadas, e a vigilância atenta para extirpar e corrigir qualquer movimento de protesto da parte dos oprimidos. (PONCE, 1983, p. 36)

As palavras do autor são indicadoras da compreensão de que a educação passa a ter, em dado momento da sociedade, o papel de reprodutora de conhecimentos, de ideias comprometidas com interesses grupais e, assim sendo, a educação que, antes, no período primitivo, atendia aos interesses coletivos, passa a ser redimensionada nos seus valores mediante a sociedade de classes, contribuindo para assegurar uma harmonia social.

Você se lembra que em aulas anteriores já havíamos abordado a educação nessa perspectiva?

Nesse entendimento, a educação é política, ideológica, reprodutora de saberes, e também transformadora.

Mesmo quando a economia era baseada na agricultura de subsistência e estruturada no comércio livre de mercadorias que eram adquiridas quando na impossibilidade de cultivo, já se iniciavam, ainda de forma incipiente, as diferenças de classes, já existiam os escravos e funcionários que estavam prestes a se converter numa nobreza hereditária.

Somente no século VII a.C é que a economia agrícola começou a ser substituída pela economia comercial, tendo em vista o rendimento do trabalho.

Falar da educação na antiguidade, particularmente da educação Grega, é abordar as diversas heranças culturais dos Espartanos e Atenienses nas artes, na matemática, na religião, na Filosofia, na ciência.

Vamos então viajar um pouco nessa História da Grécia que, segundo a historiografia, é rica no campo das artes, da cultura, da Filosofia. Uma educação que se volta para o desenvolvimento da personalidade, pois a educação era, para os gregos, sinônimo de preparação para a vida, assim como o primeiro esforço para assegurar o desenvolvimento intelectual da personalidade.

Foram os gregos os primeiros povos a formularem o conceito de homem como sendo um ser racional. Conservavam os gregos uma obediência e enaltecimento exagerado às autoridades teocráticas, mas glorificavam o homem como o ser mais importante do universo.

A Grécia ficou reconhecida historicamente pela importância dada à formação humana, pelo reconhecimento da razão autônoma, pela inteligência crítica, o estímulo à formação da personalidade livre, capaz de estabelecer a lei humana e não mais restrita ao divino. A ênfase é dada ao ideal de formação do cidadão e não mais ao herói submetido ao destino divino.

A Grécia é considerada o berço da civilização, do surgimento da ciência como atividade prática, na busca para solucionar questões relativas à natureza, aos cosmos, à filosofia, à medicina. É onde iniciam as grandes descobertas da humanidade.

Foram os gregos os primeiros a traçar ideias sobre a prática pedagógica. A palavra pedagogia tem origem no grego e, na sua origem, referia-se ao escravo que acompanhava as crianças à escola. No decorrer da história, com as contribuições de estudiosos, a palavra pedagogia foi se reconfigurando e passou a designar a reflexão feita sobre a educação.

### **Você já ouviu falar da palavra Paideia?**

O termo Paideia, que foi usado para designar o processo integral da educação entre os gregos, era sinônimo de formação humana, na acepção da palavra. Paideia era sinônimo de Aretê, significando força e capacidade humana, materializadas na saúde do corpo e sagacidade do espírito.



Fig. 01

Segundo Souza (2005, p. 34):

A educação não era considerada um mero processo de crescimento que o educador alimenta, favorece e guia deliberadamente. Segundo Protágoras, ela pode ser considerada como a formação da alma, e os meios que utiliza como forças formativas.

O aprendizado era voltado para a valorização do conhecimento e da racionalidade através da oratória. Além disso, nesse período ocorria a distinção dos processos de educação, a exemplo, nos grupos considerados do poder, a educação se voltava para as tarefas do poder falar e pensar e nas classes baixas às atividades do fazer (guerras).

Você sabia que a história da educação grega encontra seu destaque em dois grandes períodos históricos: o período homérico e o período clássico? Tradicionalmente, os historiadores traçam uma linha de tempo e classificam dois grandes períodos da Educação Grega, o antigo e o novo.

No período homérico, a educação se baseava na agregação de ideais, o falar e fazer estavam intimamente ligados. Os ideais de educação compreendiam um duplo ideal de homem: o homem da ação e o homem da sabedoria. A sociedade baseava-se na transmissão de valores, objetivando formar grandes guerreiros que, no futuro, tornassem grandes líderes de família. Outro importante fator que era difundido através da dualidade desses ideais era o *sofrosine*, que significava o controle dos desejos e paixões em prol da razão.

O período clássico da educação grega caracteriza-se:

- ▶ pelo ideal de beleza para o homem;
- ▶ pela busca de um ideal de perfeição do corpo, tanto físico quanto de seus movimentos, que era a grande meta dos praticantes da ginástica;
- ▶ pelo exagero das competições esportivas e jogos olímpicos;
- ▶ pela apreciação da música: o homem tinha acesso à primeira educação musical, com mitos, cultos e cantos religiosos, memorização de poesias, instrumentos musicais e ginástica.

O período antigo da Grécia engloba a Idade Homérica, um período histórico caracterizado por ter como elemento marcante um processo educativo onde predomina a tradição oral e isso é reflexo da sociedade da época, em que boa parte do povo era analfabeto. A economia da época era baseada na agricultura, no artesanato e, socialmente, a estratificação social era mínima.

Nessa fase, a tradição oral concretiza-se nas duas epopeias de Homero: a Ilíada e a Odisseia. Essa tradição toma como base e alicerce os personagens Aquiles e Ulisses, que personificam a imagem do guerreiro, da coragem, da honra e do respeito, do homem belo, bom, com virtudes (Aretê). Em Ulisses, há a representação do ideal da boa oratória e da superioridade no cumprimento do dever. Portanto, percebe-se, na idade homérica, a exaltação da superioridade do indivíduo como o meio para superar as dificuldades e buscar sempre o melhor.

O período clássico da Grécia corresponde aos séculos V e IV a.C., representando o apogeu da civilização grega.

Para entendermos o ideal educativo da época, temos que nos reportar ao contexto do período, onde a preocupação maior passa a ser exacerbadamente a guerra, a defesa e a ocupação territorial.

### O processo educativo na cidade-estado

Com o surgimento da cidade-estado (decorrente da evolução dos clãs), temos as cidades de Esparta e Atenas que, apesar de fazerem parte da Grécia e as duas com divisão social em classes (guerreiros, escravos e proprietários de terra), mantinham ideais educativos distintos. Vamos estudar então quais as finalidades educativas nessas cidades gregas:

Esparta – priorizou, na educação, as virtudes guerreiras, o desenvolvimento do rigor físico com uso de práticas da ginástica e exagero da disciplina. O controle dessa formação era exercido por um grupo de cinco magistrados, chamados de ÉFOROS, delegados pela nobreza para tal preparação.

Nesse sentido, os ideais educativos se voltam para tal finalidade, com ênfase na formação do guerreiro:

- ▶ leal
- ▶ honroso
- ▶ prudente
- ▶ corajoso
- ▶ glorioso
- ▶ hospitaleiro



Fig. 02

Podemos vislumbrar bem essas características de formação nos filmes "300" e "TRÓIA", que exaltam a figura do homem fisicamente preparado, valente e guerreiro.

Todo processo de formação se volta, pois, para essa finalidade e a educação é iniciada desde cedo, ou melhor, podemos dizer que o espartano recebia uma instrução do que fosse extremamente necessário para tornar-se um grande lutador, suportar a dor e conquistar grandes feitos na guerra.



Fig. 03

Fora as classes superiores, os espartanos das classes inferiores mantinham uma relação de troca de favores com o Estado. É importante destacar que o espartano se comprometia a prestar o serviço militar como retribuição ao Estado pelo uso da terra (a qual o espartano não podia vender e sim repassar para seus filhos mais velhos e, na falta desses, devolver as terras ao Estado) e era isso que o Estado precisava para estabelecer um quadro favorável para a defesa e a expansão das terras.

Segundo Ponce (1983, p. 41):

Instrução, no sentido moderno do termo, quase não existia entre os espartanos. Poucos entre os nobres sabiam ler e contar, e era tal o desprezo que votavam a tudo que não fosse 'virtudes' guerreiras, que os jovens estavam proibidos de se interessarem por qualquer assunto que pudesse distraí-los dos exercícios militares.

O espartano era um cidadão, desde cedo, moldado conforme os valores militaristas de sua cidade-Estado. Aos jovens pertencentes às classes superiores, o Estado comprometia-se com a formação e ele passava a ter uma formação e atuar como guerreiro num local específico para receber treinamento militar. Ao receber treinamento desde cedo, permanecia no exército ativo até os 45 anos de idade e aos 60 já deveria permanecer na reserva do exército.



Fig. 04





Fig. 05

Aos sete anos de idade, a criança nobre é enviada ao palácio para aprender como escudeiro todas as características e ideais do bom cavaleiro.

Para tal formação, são contratados os chamados preceptores, que eram as pessoas responsáveis para dar formação integral baseada no exemplo dos grandes heróis gregos, nos exercícios físicos com a prática da ginástica e no rigor disciplinar.

A sociedade da época, através da educação, cumpria o papel de acentuar as diferenças entre classes, mantendo a ideia de submissão, reforçando o poder dos exploradores e freando rebeliões através da ideologia do mando e da obediência.

Morrer lutando na guerra era um acontecimento cotidiano e nobre, pois exaltava o espírito de coragem e dedicação do homem durante sua jornada na defesa dos interesses do Estado. Na imagem ao lado, visualizamos uma cena do filme "300", em que muitos dos guerreiros morreram ao realizar combate e ao olhar essa cena que, aos nossos olhos, parece ser fúnebre, aos olhos daqueles combatentes era uma cena comum.



Fig. 06

Podemos vislumbrar, a partir de um quadro de divisão social assim distribuído: classe superior (existência de poucos nobres, donos de terras, proprietários de escravos e guerreiros) e grande parte dos habitantes submetidos ao poderio do Estado (ilotas – servos do Estado e os periecos – aproveitados pelo exército e para a exploração do trabalho) - que a educação nessa época era dada de forma diferenciada e em locais também diferenciados.

Enquanto a classe superior recebia educação, os demais apenas uma instrução, e eram proibidos de praticar exercícios de ginástica, ficando restrito um treinamento totalmente voltado para matar ou morrer nas guerras.

No entanto, na classe superior:

- ▶ do nascer até os 7 anos de idade, a criança ficava sob os cuidados diretos da mãe, de quem recebia treinamentos rigorosos;
- ▶ dos 7 aos 18 anos, era entregue ao Estado e colocado em casernas públicas custeadas pelo Estado e dedicavam boa parte do tempo à ginástica;
- ▶ dos 18 aos 20 anos, dedicavam-se aos estudos das armas e das manobras militares;
- ▶ dos 20 aos 30 anos, praticavam treinamento de guerra, à custa dos hilotas;
- ▶ aos 30 anos, tornavam-se maiores de idade e adquiriam direitos políticos;
- ▶ aos 45 anos, iam para reserva do exército;
- ▶ aos 60 anos, poderiam voltar para casa e viver com suas famílias.

Dentre as características principais da sociedade Espartana temos: economia agrária, patriarcal, aristocrática, estamental (dividida em classes e com pouca mobilidade), base no comércio, militarizada (proteção do território e controle do trabalho servil), em que a educação feminina tinha como principal função gerar filhos fortes para o Estado.



Fig. 07

As classes sociais de Esparta eram compostas pelos:

- ▶ esparciatas – únicos cidadãos com direitos políticos, filhos de pais e mães espartanos, obrigados a receber a Educação Espartana.
- ▶ piriecos – habitantes da periferia, homens comuns, não tinham direitos políticos. Se convocados, combatiam no exército e pagavam impostos.
- ▶ hilotas – servos pertencentes ao Estado. Tinham vidas marcadas por opressão e miséria.

Caro(a) aluno(a), compreendamos que, nesse contexto social e

econômico, o objetivo maior da educação era formar soldados educados com vigor para defender a coletividade. Assim sendo, temos de entendê-la como um serviço militar estendido à infância e à adolescência. O homem deveria ser bem treinado fisicamente e tornar-se corajoso e obediente às leis vigentes e às autoridades.

A obsessão militarista impedia-os de saberem conduzir em tempos de paz e mesmo em administrar sociedades conquistadas por eles que não tinham os mesmos valores.

Sendo uma educação concentrada nas mãos do Estado e de responsabilidade obrigatória do governo, estava essa orientada para intervenção no combate na guerra e manutenção da segurança na cidade, sendo valorizada no homem a preparação militarista, com forte treinamento físico, rígida disciplina e ênfase ao sentimento patriótico e amor aos Deuses. Com o enfoque para a guerra, esquecia-se de valorizar as artes e a filosofia. As mulheres espartanas recebiam instruções no sentido de dotá-las de um corpo forte e saudável para gerar filhos saudáveis e vigorosos. Os filhos com debilidade ou deficiência física eram descartados.



Fig. 08

Portanto, foram vários os objetivos educacionais na Grécia, dentre eles podemos destacar:

- ▶ a formação do homem para atuar nas guerras em função dos interesses do Estado;
- ▶ a formação das classes dirigentes, a nobreza, para governar através do cultivo da virtude (Aretê– palavra empregada pelo filósofo grego Aristóteles para designar qualidades necessárias a um homem, na época, para exercer comando, governo, a qual era incompatível com a vida do trabalhador e do servo.)

A palavra virtude, portanto, não representava valor moral, no sentido como a empregamos.

#### Conteúdos e fins da educação ateniense

Temos como marco, aqui, a visão de três grandes filósofos

da antiguidade. São eles: Aristóteles, Sócrates e Platão. Neste último, encontramos a ênfase no dizer e no fazer, bem como deveria também o homem falar do pensar, pois o homem para ele tinha a obrigação de compreender o pensar.

Em Aristóteles encontraremos a ênfase na oratória e na retórica, como a finalidade de afiar no sujeito a arte de falar em público nos conselhos e nas assembleias. A arte da palavra torna-se de fato o conteúdo e o fim da instrução grega.

A educação superior se desenvolve com os sofistas e os filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles. Educação essa que será destinada aos filhos da elite, preparando-os para o exercício da cidadania e da oratória.

### Conhecendo algumas principais contribuições de Sócrates para educação

O método socrático: (Sócrates 469-399 a.C) Compunha-se da IRONIA e da MAIÊUTICA que priorizava o diálogo, o questionamento e a discussão. No método Socrático, as perguntas são traçadas sem haver um fechamento das respostas com o interlocutor, ajudando o outro a construir uma opinião própria e o mestre apenas ajudando nesse processo, usando a razão.



Fig. 09

Dentre as principais ideias de Sócrates destacamos:

- ▶ O conhecimento é a base de toda ação virtuosa e tem valor prático ou moral.
- ▶ O conhecimento deve ser desenvolvido pelo indivíduo através do método dialético.
- ▶ O conhecimento é requisito para ações humanas livres e por isso não deve ser aceito sem questionamentos.
- ▶ O método dialético ou de conversação estimula a capacidade de pensar em oposição ao método formal usado pelos sofistas.
- ▶ Todos os homens são capazes de pensar e entender a filosofia, bastando que usem a razão.
- ▶ A finalidade da educação é provocar no indivíduo a reflexão e não aceitação das ideias.

Na atualidade, falamos em academia e em acadêmicos. Essa palavra surgiu naquela época, fruto da educação grega.

Platão acreditava que tudo existente na natureza, o que podemos tocar e sentir, é formado a partir de um modelo, uma forma que é comum a toda essência humana (que é eterna e imutável), a partir da qual todos os fenômenos são formados.

Caro(a) aluno(a), na obra: "O mundo de Sofia", do autor Jostein Gaarder, há um exemplo muito interessante do pensamento platônico. Nesse romance espetacular, que trata da história da filosofia em forma de narrativa, Sofia estabelece diálogos constantes com um personagem que envia cartas bem elaboradas para ela, em que são abordadas questões filosóficas, a exemplo das perguntas abaixo:

- ▶ Como um padeiro consegue assar cinquenta bolos exatamente iguais?
- ▶ Por que todos os cavalos são iguais?
- ▶ O homem possui uma alma imortal?

Essas indagações inquietam a personagem Sofia, que fica a pensar sobre as possíveis respostas. As primeiras inquietações dela eram: é possível assar bolos, rosquinhas e pães exatamente iguais? Cada uma das rosquinhas pode ganhar contornos diferentes nas mãos do padeiro e após assadas continuarão com o mesmo formato? Mas Sofia havia de entender que assim como os cavalos são diferentes uns dos outros, assim como não há duas pessoas iguais, há algo semelhante nelas que nos faz identificar a essência, a natureza das coisas. E é justamente essa essência que nos faz reconhecer, por exemplo, a diferença de um cavalo de outro animal da natureza.

A personagem Sofia, ainda questiona sobre a vida humana, ao fazer a seguinte indagação: Há vida após a morte?

Essas dentre outras questões são colocadas no romance para evidenciar algumas ideias defendidas por Platão: dentre elas, a de que apesar de não existir, na natureza, animais e pessoas iguais em sua forma, elas têm um elemento comum, que é a sua essência, pois mesmo que dois cavalos não sejam idênticos na sua aparência, há uma essência do que é um cavalo e a partir dessa essência identifi camos as espécies e o próprio homem.

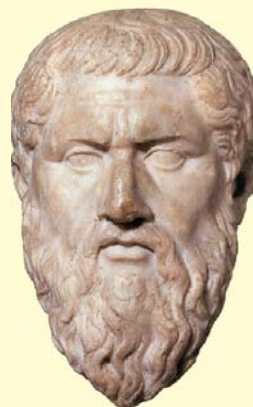


Fig. 10

Para Platão, portanto, a realidade é dividida em duas partes:

- ▶ O mundo das ideias: pois usando a razão podemos chegar num conhecimento seguro da realidade, que é um mundo que não pode ser conhecido somente através dos sentidos. As ideias perfeitas estão, portanto, acima do mundo sensorial.
- ▶ O mundo dos sentidos: ideia de que temos apenas um conhecimento aproximado ou imperfeito dele.

Platão acreditava que tudo existente no universo é formado a partir de uma forma, uma ideia, que é eterna e imutável. A realidade, portanto, é autônoma, tudo o que vemos ao nosso redor na natureza não é duradouro, nunca podemos conhecer verdadeiramente algo que está sempre em transformação. Platão colocava a ênfase na razão. Conhecer através da razão, esse era um dos seus argumentos. A razão para ele era eterna e universal porque ela só se manifesta sobre dados que são eternos e universais. Exemplo disso eram os modelos espirituais ou abstratos, dos quais todos os fenômenos são formados.

Você já leu: O MITO DAS CAVERNAS?  
Esse seria um bom exercício para entendermos bem as ideias de Platão. Vamos pesquisar sobre ele?

Principais obras de Platão: - A República ou o diálogo sobre a justiça e as leis.

Algumas ideias de Aristóteles (384-322 a.C), natural da Macedônia.

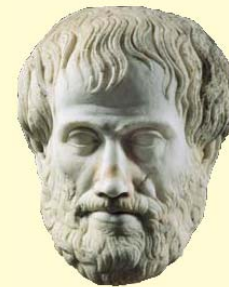


Fig. 11

Para ele, a função da razão é reger a conduta humana, pois o homem é animal político por natureza (entenda que político deriva da palavra polis, cidade). Enquanto Platão limitou o seu olhar para o mundo das ideias, repudiando o mundo dos sentidos, Aristóteles estudou a natureza.

Sua importância para a posteridade está no fato de ter criado uma linguagem técnica usada ainda hoje pelas várias ciências.

Aristóteles também se opôs às ideias de Platão em vários aspectos. Aristóteles enfatizou o lado sensorial, a importância do ver, do sentir, defendendo a importância da experimentação, dos sentidos; portanto, todas as ideias e pensamentos entram na nossa consciência através dos sentidos, do que víamos e ouvíamos. Mas temos também uma razão inata que nos capacita ordenar as nossas impressões



sensoriais. Ele fundou a ciência da lógica, estabeleceu uma série de normas baseada no estudo da natureza considerando as causas e efeitos dos fenômenos estudados.

Por fim, Aristóteles acreditava que a essência do homem está na capacidade de ser cidadão e que todos os homens são mortais.


Em Atenas – com ideais distintos de Esparta, priorizou o desenvolvimento do intelecto. A escola elementar em Atenas surge por volta de 600 a.C, e iria suprir a simplicidade das tradições orais e da imitação do adulto. Pela complexidade social de Atenas, que diferia de Esparta nos seus valores sociais, exigia-se uma educação diferente baseada no canto, na Filosofia, nas letras.

Enquanto Esparta valorizava o culto ao físico, Atenas valorizava o culto à poesia, à arte, à alma, ao intelecto, mas sem desprezar as armas, a preparação para a defesa territorial. Diferentemente de Esparta, que tinha nas mãos do Estado todo controle de formação do espartano, em Atenas a educação era livre e somente a partir dos dezoito anos é que o jovem ateniense passava a ser preparado sob a orientação do Estado na denominada EFEBIA, uma instituição de preparação militar e cívica.



Fig. 12 Escola de Atenas

A educação das crianças atenienses, antes dos sete anos, ficava sob responsabilidade da família, e a mãe tinha papel importante.



A educação iniciava-se aos sete anos de idade. As meninas permaneciam no gineceu (parte da casa onde as mulheres se dedicavam aos afazeres domésticos). Os rapazes desligavam-se da autoridade materna e eram iniciados na alfabetização, na educação física e música. Acompanhado por um pedagogo, que eram escravos ou servos a quem os atenienses confiavam suas crianças, para uma educação chamada do bê-a-bá, que era difundida à base de chicotes e severos castigos. A palavra pedagogo (de pais, paidós = criança, agem = conduzir) designa em sua origem o condutor de meninos.

O rapaz era direcionado à palestra, local onde praticava exercícios físicos, sob a orientação do pedotriba (instrutor físico), era iniciado em corrida, salto, lançamento de disco, de dado e em luta (cinco modalidades do pentatlo). A educação física não se reduzia à mera destreza corporal, mas vinha acompanhada pela orientação moral e estética.

A educação musical também era valorizada: o pedagogo levava a criança ao citarista (professores de cítara), e cultivavam o canto coral, a declamação de poesias, geralmente acompanhada por instrumentos musicais. A preocupação com as práticas desportivas e musicais eram mais valorizadas do que o ensino elementar de leitura e escrita. A educação elementar completava-se por volta dos treze anos de idade. As crianças mais pobres saíam em busca de um ofício, as de família rica continuavam os estudos, sendo encaminhadas ao ginásio. Dos 16 aos 18 anos, a educação adquiria uma dimensão cívica de preparação militar.

Paralela aos cuidados com a educação física, na educação Ateniense, destacava-se a formação intelectual, para que melhor se pudesse participar dos destinos da cidade. No final do século VI a.C., apesar do Estado demonstrar algum interesse, o ensino não se tornou obrigatório e gratuito. Ao completarem 13 anos, aos jovens pobres era encaminhado um ofício e aos filhos de nobres, a educação voltava-se para o desenvolvimento da cultura física, musical, literária, artes liberais.

Do período dos 16 aos 18 anos, reforçava-se a formação para preparação militar. Somente iremos vislumbrar a educação superior com o surgimento dos sofistas e de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles aproximadamente no século IV a.C, com finalidade de atender exclusivamente aos filhos das elites para o exercício da cidadania e oratória.

Para Platão e Aristóteles, uma sociedade que tinha suas origens na exploração da força escrava não poderia difundir uma educação igualitária e cultura para todos sem considerar as diferenças de classes. “(...) aos filósofos caberia a direção da sociedade, aos guerreiros, protegê-la e aos escravos, manter as duas classes anteriores. A separação entre força física e força mental impunha ao mundo antigo estas duas enormidades: para trabalhar, era necessário gemer nas misérias da escravidão e, para estudar, era preciso refugiar-se no egoísmo da solidão”. (PONCE, 1983, p. 59).

Com a expansão do comércio e das pequenas fábricas, começam a desabrochar novas necessidades de formação. Nesse contexto, surgem os sofistas que, imbuídos das ciências nascentes e da curiosidade enciclopédica, vendiam seus conhecimentos em troca de valores materiais.

A educação grega tinha duas finalidades muito explícitas: o desenvolvimento do cidadão fiel ao Estado e a formação do homem para adquirir plena harmonia e domínio de si. Porém a educação grega também tinha uma finalidade cívica, ou seja, a preparação para a cidadania. Para os gregos, o habitante da polis só é o que é porque vive na cidade e sem ela não é nada. Nesse sentido, é evidente que o homem é um animal político e como dizia Aristóteles, o que difere o homem dos outros animais é sua capacidade de cidadão e habitante da polis.

Essa consciência da cidadania faz sentir a necessidade de uma nova educação, pois a antiga, composta somente por ginástica e música, já não atendia à formação do cidadão e nem correspondia às novas exigências sociais e políticas. Por exemplo, a formação democrática de organização do Estado Ateniense exigia a participação de todos os cidadãos, ou seja, homens livres e para que esses cidadãos participassem, era necessário ter eloquência e uma boa formação oratória.

Nesse contexto, os sofistas, compoem uma nova estirpe de educadores que se apresentam como professores e que oferecem, a troco de dinheiro, o ensino da virtude e da Areté política, passam a ter papel importante. Os sofistas, os considerados primeiros professores, davam cursos de oratória, transformaram a educação numa arte ou técnica, na qual eles eram mestres e capazes de ensinar aos seus alunos.

Estava incluída, neste tipo de educação, a formação de homens de Estado e dirigentes da vida pública. E para que esses atingissem êxito político precisavam falar bem, construir discursos persuasivos e ter bons

argumentos que justifi cassem suas posições. Era preciso dominar a arte sofisticada da oratória, da retórica e da dialética. Por isso, os sofistas foram acusados de ensinar uma educação imoral e que corrompia a juventude, posto que esta educação desconsiderava os valores tradicionais: verdade, justiça, virtude, etc. Para os sofistas, não importava que a ideia defendida por eles estivesse errada, o que importava era convencer pela oratória.

Consideramos, pois, que estudar sobre a educação grega é considerar a Grécia e os diversos filósofos da época como berço da civilização, porque foi nela que a Filosofia, a educação, a ciência ganharam novos contornos de existência. Esperamos que você tenha compreendido bem as finalidades educativas da época, considerando o contexto e interesses das classes sociais pertencentes à Esparta e Atenas.

## Mãos à obra



Atividade proposta:

- ▶ Com base no estudo realizado, estabeleça um paralelo entre a educação Espartana e a educação Ateniense.
- ▶ Analise as contribuições da educação grega para a compreensão da Filosofia e da educação na atualidade.

## Leitura Complementar



Alexandre, o grande – Oliver Stone, 2004.

Helena de Tróia – Jonh Kent Harrison, 2003

300 – Zack Snyder - 2006



## Já sei!

Vimos, na aula de hoje, que a Grécia é considerada o berço da civilização. Foram relevantes as contribuições dos primeiros filósofos gregos para o campo da Filosofia, da ciência, das indagações e análises iniciais do homem sobre a natureza. Portanto, abordar sobre a educação na antiguidade, particularmente da educação Grega, é algo inesgotável, temos muito ainda a estudar, a nos aprofundarmos e compreendermos que esse período nos deixou um grande legado. Até os dias atuais, a filosofia retoma algumas ideias frutificadas pelos filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles. Foram várias heranças culturais dos povos Espartanos e Atenienses. A cultura grega é rica no campo das artes, da cultura, da Filosofia, com ênfase para a formação humana voltada para o desenvolvimento da personalidade, pois a educação era para os gregos sinônimos de preparação para a vida, assim como o primeiro esforço para assegurar o desenvolvimento intelectual da personalidade.

Foram os gregos os primeiros povos a formularem o conceito de homem como sendo um ser racional. Vimos que os gregos mantiveram uma obediência e enaltecimento exagerado às autoridades teocráticas, mas foram além dos mitos e da teologia e exaltaram o homem como o ser mais importante do universo. Estudamos, portanto, no decorrer desta aula, que a Grécia ficou reconhecida historicamente pela ênfase, na formação humana, pelo reconhecimento da razão autônoma do homem, de sua inteligência, consciência crítica e formação da personalidade livre, capaz de estabelecer a lei humana livre e não mais restrita ao divino.

Na Grécia, tivemos o início das grandes descobertas da humanidade, o surgimento da ciência como atividade prática, na busca para solucionar questões relativas à natureza, ao cosmo, à filosofia, à arte, à arquitetura, a física, à matemática e à medicina, dentre outras ciências.



CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995.

GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Maria Neusa Marques de. (Org.). História da Educação: antiguidade, idade média, idade moderna, contemporânea. São Paulo: Avercamp, 2006.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. São Paulo: Cortez, 2000.

MANACORDA, Aligiero. História da educação: da antiguidade aos dias atuais. São Paulo: Cortez, 2000.

### Fonte das figuras

Fig.01 - <http://conhecimentointegrador.blogspot.com/2010/11/paideia.html>

Fig.02 - [http://2.bp.blogspot.com/\\_22CS1x-Dqxc/SjGCtbbRwLI/AAAAAAAAAqk/gOJ4Lslwwls/s1600-h/sparta.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_22CS1x-Dqxc/SjGCtbbRwLI/AAAAAAAAAqk/gOJ4Lslwwls/s1600-h/sparta.jpg)

Fig.03 - [http://1.bp.blogspot.com/\\_DjCvQuezeBQ/TT-LGwmMHzi/AAAAAAAABkI/KdDSQKw67lo/s1600/300-1.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_DjCvQuezeBQ/TT-LGwmMHzi/AAAAAAAABkI/KdDSQKw67lo/s1600/300-1.jpg)

Fig.04 - <http://www.brasilecola.com/upload/e/Educacao%20Espartana%20-%20BRESCOLA.jpg>

Fig.05 - <http://decimadomuro.com/wp-content/uploads/2010/04/jpg2>

Fig.06 - [http://www.firouzanfilms.com/images/HollywoodAndIran/300/300\\_004.jpg](http://www.firouzanfilms.com/images/HollywoodAndIran/300/300_004.jpg)

Fig.07 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/42/Pankratiasten\\_in\\_fight\\_copy\\_of\\_greek\\_statue\\_3\\_century\\_bC.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/42/Pankratiasten_in_fight_copy_of_greek_statue_3_century_bC.jpg)

Fig.08 - <http://www.adventureskope.com/wp-content/uploads/2012/02/300-2.jpg>

Fig.09 - [http://nibirjukov.narod.ru/nb\\_pinacoteca/nb\\_pinacoteca\\_sculpture/nb\\_sculpture\\_unknown\\_greek\\_i-ad\\_after\\_lysippus\\_socrates\\_louvre\\_1.jpg](http://nibirjukov.narod.ru/nb_pinacoteca/nb_pinacoteca_sculpture/nb_sculpture_unknown_greek_i-ad_after_lysippus_socrates_louvre_1.jpg)

Fig.10 - <http://www.filosofix.com.br/blogramiro/imagens/plato.jpg>

Fig.11 - [http://1.bp.blogspot.com/\\_waHqo7C0ehs/TMXWyJiVU4I/AAAAAAAHE4/0G55gNRJ08I/s1600/aristoteles+\(1\).jpg](http://1.bp.blogspot.com/_waHqo7C0ehs/TMXWyJiVU4I/AAAAAAAHE4/0G55gNRJ08I/s1600/aristoteles+(1).jpg)

Fig.12 - <http://1.bp.blogspot.com/-Sp36-hk-h60/Tf1Fzgv1rl/AAAAAAAADc/bzHoX5MasYc/s1600/A+Escola+de+Atenas.jpg>







## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



**A educação em Roma**

Aula

12





## Apresentação e Objetivos

Olá, hoje iremos dar continuidade à temática que até então vínhamos estudando: educação na antiguidade. Para o momento de hoje, discutiremos sobre a educação no período romano. Você já conhece um pouco dessa história porque, provavelmente, já a estudou durante o ensino médio ou já deve também ter lido alguma obra literária, assistido a filmes que versam sobre essa época.

Particularmente, nesta aula, iremos nos aprofundar mais sobre esse tema. E, ainda, iremos trazê-la para a disciplina Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação para fazermos uma leitura com o olhar filosófico, histórico e educacional. Nesse sentido, o foco do olhar é bem diferente daqueles momentos em que nos deitamos numa cama e assistimos a um filme sem nos preocuparmos com a análise mais meticulosa do contexto e dos acontecimentos do filme. Na verdade, essa leitura que fazemos, muitas vezes em casa, é uma leitura para entretenimento, o que difere da leitura que iremos fazer na aula de hoje.

Usaremos alguns exemplos de filmes de época que caracterizam a educação romana e nos debruçaremos sobre dois textos básicos para esse momento, são eles:

MELLO, Lucrécia Stringhetta. A Educação Romana. In. SOUZA, Maria Neuza Marques. História da educação. São Paulo: Cortez, 2000.

PONCE, Aníbal. A educação no período romano. \_\_\_\_\_. Educação e luta de classes. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1983.

Esperamos que você acompanhe atentamente essa viagem histórica e lembre-se de que o fio condutor para essas leituras é a compreensão da educação como prática social vivida pelo homem no tempo e no espaço. Portanto, os fins da educação romana podem ser mais bem interpretados a partir da leitura da época, da cultura, do econômico, do político e dos interesses dos grupos sociais vigentes.

São objetivos da aula de hoje:

- ▶ Analisar como se deu o processo educativo durante o império romano.
- ▶ Entender quais eram as finalidades educativas em Roma.
- ▶ Compreender como se dava a organização socioeconômica, política e cultural no império romano.



## Para começar

Para discutir a temática proposta, traçaremos, inicialmente, alguns questionamentos que irão nortear a aula de hoje, são eles:

- ▶ Quais eram as finalidades educativas durante o império romano?
- ▶ A quem a educação era destinada?
- ▶ Como era a sociedade da época? Como eram organizadas as classes sociais?
- ▶ A educação era destinada a todos de igual forma?
- ▶ O que se priorizava nas práticas culturais?
- ▶ Quais os meios utilizados para realização dos processos de ensino? A quem era destinada essa tarefa?



Fig. 01

Esperamos compreender esses, dentre outros questionamentos, que serão traçados e discutidos no decorrer da aula.





Vamos iniciar a aula de hoje, contextualizando um pouco o império romano e, ao mesmo tempo, focalizando o educativo.

Com a conquista de Roma (em 146 a.C), não pensemos que a cultura grega foi extinta da realidade romana. Ao contrário, a cultura grega passa a ser assimilada pelos romanos, bem como a ser extensiva a outros povos, inclusive, para muitos historiadores, a educação romana passa a ser continuadora da grande riqueza herdada dos gregos.

A cultura grega passa a ser patrimônio comum não só dos povos romanos, como também de outros povos, passando a ser transmitida durante milênios à Europa medieval e moderna, bem como à nossa civilização. Então, podemos dizer que Roma recebe, de início, uma tradição alheia à sua e adaptada à realidade existente.

A cultura que predominou na Roma antiga foi a Grega; mas em Roma, a educação moral, cívica e religiosa assume características particulares, próprias, como veremos a seguir.

O uso da educação física em Roma não apresentou o mesmo sentido dos gregos, que explicitavam gosto pelas competições esportivas e combinavam competições ginásticas e poéticas. Os romanos usavam da educação física como forma de preparação mais direta para a vida militar. (preparação físico-militar). Situação essa que será modi cada no ano 2 a.C, quando o imperador Augusto instituiu em Nápoles competições ginásticas e olimpíadas. (MANACORDA, 2002).

Na antiguidade Romana, a sociedade era composta pela seguinte divisão:

- ▶ Patrícios – homens detentores do poder político e econômico, monopolizavam o poder às custas da exploração dos pequenos proprietários e escravos.
- ▶ Plebeus – homens livres, mas que não podiam ocupar postos dirigentes (comerciantes, artesãos...).

Sob império de um rei eleito, a influência da sociedade na política estava associada ao poderio econômico, às posses de terra e escravos. Até o século II a.C o exército de soldados era composto de pequenos proprietários que abandonavam suas terras e passavam a se dedicar à arte da guerra no intuito de obter êxito econômico com



possíveis posses de terra e escravos. Com as guerras frequentes, as classes dirigentes passavam a ter ganhos infindáveis, pois conseguiam juntar muitos escravos, o que garantia à nobreza a exploração miserável do trabalho escravo e a produção contínua da lavoura, bem como a vida de ócio.

Pensando nessa realidade social, passaremos a entender melhor o que seria prioridade de formação educacional numa sociedade como essa que visava o econômico e o bem-estar individual através da exploração da mão-de-obra, corroborando para a miséria de muitos e para a escravidão.

Naquele tempo, existiam muitos mercadores de escravos, que compravam dos soldados, alguns prisioneiros. Esses compradores eram chamados de mancones, meros exploradores desumanos do trabalho escravo.

Havia, portanto, excessiva exploração do trabalho escravo, pois os nobres repudiavam o trabalho, ficando delegadas aos escravos muitas tarefas que exigiam força e muito vigor.



Fig. 02

Os escravos eram acorrentados e os considerados mais fortes e robustos eram aproveitados para serem grandes lutadores, como evidenciam as imagens acima. Para tanto, os escravos eram treinados para servirem de distração popular e participarem de lutas ao ar livre e em arenas. No filme intitulado "Gladiator", assistimos a algumas cenas que caracterizam um pouco dessa época.

No filme, o personagem Maximus (encenado pelo autor Russell Crowe), o comandante do exército romano, é perseguido e se esconde sob a identidade de um escravo e, posteriormente, torna-se um gladiador do Império Romano. O filme exhibe fortes cenas em que Maximus passa a ser escravizado e treinado para ser um gladiador.

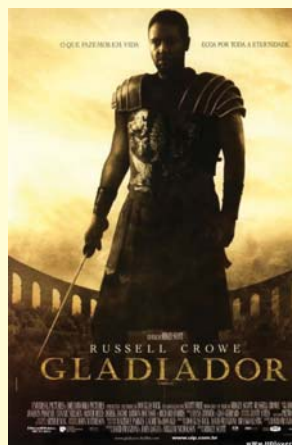


Fig. 03

Ainda assistimos a passagens sanguinárias, onde o sangue humano e a vida não tinham valor, pois a falta de pudor e o escrúpulo eram inexistentes. O derrame de sangue era sinal de entretenimento nas grandes arenas de Roma.

OBS: Você já parou para pensar que nos dias atuais o futebol e o carnaval parecem desempenhar papéis semelhantes quando vistos como entretenimento das massas, proporcionando o esquecimento dos problemas sociais reais? Obviamente em contextos totalmente diferentes, mas acreditamos que, tomando de empréstimo as ideias do autor Foucault, o discurso e o cenário podem ter mudado no decorrer do tempo, mas o cerne, ou seja, a essência do discurso permanece quando associamos conhecimento e poder.

Outro filme que merece destaque tem o título de "Spartacus", personagem vivido por Kirk Douglas e conta a história de um homem que nasceu escravo e luta pelo Império Romano, enquanto idealiza o fim da escravidão.

Tanto o filme Gladiador, quanto Spartacus (gêneros épicos), são boas referências para fazermos uma leitura de época.



Fig. 04

Somente a partir do século IV a.C é que Roma vai passar por algumas mudanças no que diz respeito à educação. O crescimento de grupos de comerciantes, industriais, unidos em confrarias e corporações, pintores, escultores, artesãos, exigirá novas reformulações e exigências na formação humana.

Naquele século, ainda iremos vislumbrar um grande desprezo ao trabalho, que passava a configurar-se como um traço fundamental e caracterizaria a classe nobre.

A partir desse contexto, entendemos as finalidades educativas da época.

- ▶ Priorizavam-se como finalidades educativas: o conhecimento da agricultura, da guerra e da política, tudo isso vinculado aos saberes práticos, que, na maioria das vezes, eram repassados de pai para filho. Como herança da Grécia, priorizou-se a formação do orador. Quanto à instrução, um escravo letrado era o responsável para passar alguns rudimentos de ler, escrever e contar ao jovem romano.

O primeiro educador precípua em Roma foi o pater família, a função educadora era a do pai, seguindo os desejos e necessidades deste. A autonomia paterna funcionava como lei do estado.

A lei das Doze Tábuas – que vigorou do início da república até a metade do século V a.C aprovou, dentre outras coisas, que o pai matasse os filhos que nascessem com alguma anomalia física; que vendesse ou matasse filhos considerados rebeldes, mesmo já estando na fase adulta. Então, vemos que o pai tinha um poder muito grande sobre o filho.

A criança passa a ser, nos primeiros anos de sua existência, educada em casa, aos cuidados da mãe ou de uma nutriz. Cresce brincando, jogando com colegas. Brincadeiras que ainda hoje as crianças realizam como par ou ímpar, o pião, os jogos de reflexão tais como a dama, o xadrez, dado, cabra-cega – provavelmente haviam sido importados da Grécia – já faziam parte das brincadeiras da criança romana e ao deixar a brincadeira de lado era um sinal de que a infância havia acabado.


Ao completar sete anos de idade, a criança passava mais diretamente à orientação da educação paterna, porque esse ato era considerado algo importante para o pai, que preferia educar diretamente o seu filho, do que conferir essa função a um servo. Nesse momento, o pai dava continuidade à educação já iniciada com a mãe, passando os primeiros rudimentos de leitura e cálculo, enfatizando os valores pátrios, as tradições familiares, com ênfase para os exercícios físicos e militares.

### **A passagem da educação no pater família para a educação realizada pelos escravos – a educação nova em Roma**

Nessa época surgiram os professores denominados LUDIMAGISTER. Eram, na verdade, antigos escravos, ex- proprietários de terra, um soldado aposentado, que alugavam um espaço chamado Pérgula para dar instrução aos que tinham interesse.



Fig. 05



A EDUCAÇÃO NOVA EM ROMA: era realizada por escravos gregos, escravos libertos, os chamados pedagogos, que ensinavam na sua própria escola. Entendamos como ocorreu essa passagem: primeiramente, com a evolução da sociedade patriarcal, a educação passou a ser um ofício realizado por escravos gregos no interior das famílias e, posteriormente, esses escravos, tornando-se libertos, passaram a realizar seu ofício em locais específicos, em escolas que funcionavam em espaços situados em mercados, espaços públicos. O trabalho do professor, ou mesmo do mestre, nascia como um trabalho servil e não prestigiado pela sociedade.

Segundo Manacorda (2002, p. 78), explicitando dizeres do filósofo Sêneca: “era vergonhoso ensinar o que era honroso aprender”. (II, 5).

Havia existência de castigos, de desrespeito ao professor, de falta de relações éticas e a ênfase também recaía sobre os exercícios de repetições das lições apresentadas pelo mestre. Nessa escola, a didática era baseada na repetição das lições, onde o mestre (chamado de gárrulo) falava e os alunos repetiam, não priorizando o pensar e sim o copiar e repetir.

Ainda nessas lições, a memória era o instrumento central do ensino, que não deveria fugir dos conteúdos já sacralizados e reservados em geral a um grupo fechado, a uma casta sacerdotal. (MANACORDA, 2002)

Veja que esse tipo de memorização, ou seja, o estudo mecânico e mnemônico da matemática, aliado aos castigos, ao medo das chicotadas e varas, aos tratamentos de uma forma geral dos conteúdos de ensino que eram desvinculados da vida e dos interesses dos alunos, proporcionava enfado aos estudos, até mesmo aos que viam na escola uma forma prazerosa de frequentá-la.

Essa didática repetitiva e desvinculada da vida coloca em pauta o papel da escola. Alguns mestres e filósofos da Roma clássica, a exemplo de Sêneca e Quintiliano (com suas visões baseadas no estoicismo), consideravam que os saberes trabalhados na escola não contribuíam para conhecer o espírito do homem para que ele pudesse praticar bons costumes; a escola nada tinha em relação com a vida.

Historicamente, o ofício de ser professor era bastante desprezado pela sociedade, pois os salários, desde aquela época, eram degradantes, assim como eram desconsiderados os trabalhos exercidos pelos pintores e escultores da época, considerados trabalhos inferiores e esses profissionais eram comparados a artesãos que comercializavam nas ruas de Roma.

Nessa época, também, visualizamos um quadro de profissionais da educação que exercia funções específicas, a exemplo do:

- ▶ ludimagister - que recebia a incumbência da educação primária. Os gramáticos eram responsáveis pelo ensino médio;
- ▶ retor- responsável pelo ensino superior. Esses professores são advindos de uma nova classe que se formava com o crescimento do comércio.

O ensino desse período era baseado na repetição das lições e tomavam como base para estudo o texto das Doze Tábuas (Leis gravadas em 12 placas de bronze). O ano 449 a.C é a data em que os historiadores apontam como o surgimento de uma escola primária em Roma, de responsabilidade particular.

É importante saber que, na antiga monarquia Romana, a educação tinha como instituição primeira o lar familiar, em que a mulher desempenhava papel importante na educação dos filhos.

As escolas elementares existentes em Roma eram as responsáveis por ministrar alguns ensinamentos de ler, escrever e contar, denominadas LUDI que, ao pé da letra, significava jogo, entretenimento, brinquedo. Ficavam em locais movimentados de Roma, em praças, ruas e locais públicos, onde funcionava o comércio de uma forma geral, não havendo, portanto, a preocupação de que a escola fosse situada em prédio próprio e com condições adequadas para um ambiente de ensino e aprendizagem.

A interpretação que temos desse período, quanto à educação sistematizada em Roma, é que não havia menor preocupação com a institucionalização da escola, até porque a própria sociedade ainda não sentia a necessidade da escola na vida, havia uma separação enorme entre a escola e a vida.

## **A influência da cultura grega na educação romana**

Já destacamos, no início desta aula, que a cultura grega, com sua dimensão plural e enriquecedora, não desapareceu da história dos povos antigos, ao contrário, influenciou a cultura de muitos outros povos, a exemplo dos romanos. Essa inserção na cultura romana ocorreu em meados do século II a.C até meados do século I a.C, período em que Roma tornou-se um grande império e precisava adquirir uma cultura cosmopolita.



Nessa fase da história da educação de Roma, as escolas passam a ser intituladas de escolas de gramática. O livro *Odisséia*, muito apreciado na leitura dos gregos, foi inserido na educação romana, assim como houve substituição da escola, antes denominada LUDUS para a escola de gramática e retórica, sendo contratados alguns escravos libertos, filósofos e retóricos.

O ensino dos gramáticos e dos retores (superior) era considerado mais relevante para a sociedade, uma vez que era um ensino baseado na instrução enciclopédica tão necessária à política, ao mundo dos negócios e às discussões no fórum. Eram também os saberes da educação formal e retórica, os saberes relevantes para que os jovens pudessem concorrer a ocupações de cargos públicos, assim como a boa eloquência ajudavam a formar opinião e a persuasão de ideias.

Num período que vigorou meio século, os romanos tentaram adotar a cultura grega, tomando como modelo as instituições educativas gregas; no entanto, a educação em Roma adquiriu um formalismo literário, com caráter muito prático e muito avesso à realidade grega.

## **A educação durante o império romano e a intervenção do estado**

Nesse período, iremos encontrar o Estado, de forma mais marcante na educação, que passa a intervir mais e isso não ocorre de forma espontânea e aleatória, há alguns fatores relevantes a serem destacados, dentre tais, o controle pelo estado da parte administrativa, ou seja, o estado passa a necessitar de funcionários mais bem preparados para ocupar cargos na administração superior e na justiça.

Nesse sentido, passa a ser forte o papel do Estado no controle da legislação, na supervisão das escolas particulares, bem como na incumbência com a educação do povo. Nesse momento, nos lembramos bem dos dizeres do educador Paulo Freire e Saviani, quando consideram a educação uma instância na sociedade, imbricada nas relações de poder, de jogos de interesses de grupos sociais divergentes.



Fig. 06



Segundo a autora Souza (2006), no século I a.C, são estimuladas a criação de instituições escolares em todo o Império Romano. A autora também destaca que foi no século I d.C a instituição do pagamento de alguns cursos de retórica e que alguns imperadores legislaram favoráveis à pontualidade do pagamento do professor.

O imperador Juliano (ano 362) praticamente oficializou o ensino e passou a exigir que toda nomeação docente fosse confiada pelo Estado. Essas mudanças, ainda segundo a autora supracitada, não ocorrem aleatoriamente, estão por trás dessas decisões o receio do estado pela contratação de professores cristãos. Esse fato da história evidencia ainda mais que os acontecimentos históricos são permeados pelo elemento político, econômico e cultural, sendo, em dados momentos, um fator ser mais focalizado, a depender do jogo de interesses dos grupos majoritários.

Foi no século IV que Roma passou a sofrer um processo de desintegração e ameaças de outros povos, principalmente os do norte.

Em 330, a capital do Império Romano foi transferida para Constantinopla (situada às margens do Mar Negro) sob ordem do Imperador Constantino, o Grande.

As invasões bárbaras e a inserção do cristianismo dão surgimento à matriz religiosa, encenada pela Igreja Católica.

Na próxima aula, passaremos a estudar a educação na Idade Média. Essa é a fase da história da educação em que a Igreja Católica passou a monopolizar a educação, com base na doutrina católica. Saem de cena as tradições gregas e entram no palco os mosteiros, os padres, os monges e as ideias do cristianismo. Para você ter uma ideia, foi nesse tempo que a Academia de Platão foi fechada, em Atenas (529) e, no mesmo ano, foram fundadas as ordens religiosas dos Beneditinos.

Vamos entender por que alguns historiadores denominam o período da Idade Média como período das trevas e outros historiadores criticam essa visão, a qual consideram equivocada. Bem, no nosso próximo encontro, iremos discutir sobre isso, dentre outras questões importantes que irão caracterizar essa época da história da educação. É sobre esse assunto que iremos nos debruçar na próxima aula.

Hasta la vista!



## Mãos à Obra

Após estudos, propomos que você faça uma leitura do filme: Spartacus e a partir desta leitura elabore uma síntese sobre a temática: educação no período Romano, entrecruzando com a leitura do texto: MELLO, Lucrecia Stringheta. A Educação Romana. In. SOUZA, Maria Neuza Marques. História da educação. São Paulo: Cortez, 2000.



## Já sei!

Na aula de hoje, estudamos sobre a educação em Roma. Vimos que apesar de Roma ter herdado elementos da cultura grega, manteve algumas especificidades, a exemplo da prática dos exercícios físicos, a preparação militar, a importância do pater família e as especificidades dos primeiros professores. Outra especificidade de Roma foi o formalismo literário, com caráter muito prático, bem diferente da realidade grega. Na Grécia, vamos encontrar uma produção literária, artística, filosófica mais diversificada e enriquecedora; em Roma, não iremos encontrar a ampliação dessa cultura grega, nem tampouco a preocupação com uma filosofia voltada para a vida e para o questionar a realidade. A educação, pois, torna-se, em Roma, um formalismo sem valor significativo para a vida dos povos romanos.



## Leitura Complementar

MANACORDA, Mario. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez. 10. ed, 2002.



## Referências

GAARDER, Jostein. O mundo de sofia: romance da história da filosofia. Tradução João Azenha Jr. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

MANACORDA, Mario. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez. 10. ed, 2002.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

MELLO, Lucrécia Stringheta. A Educação Romana. In. SOUZA, Maria Neuza Marques. História da educação. São Paulo: Cortez, 2000.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SAVIANI, Dermeval. Educação: Do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1980.

### Fonte das figuras

Fig.01 - [http://4.bp.blogspot.com/\\_dMk5Rmt0Eyl/SaRuCwVCY0I/AAAAAAAAEIQ/K\\_qJnhqDTU/s320/exercito+romano.bmp](http://4.bp.blogspot.com/_dMk5Rmt0Eyl/SaRuCwVCY0I/AAAAAAAAEIQ/K_qJnhqDTU/s320/exercito+romano.bmp)

Fig.02 - <http://fecapjr.files.wordpress.com/2010/09/gladiator.jpg>

Fig.03 - [http://hdlover.ru/\\_dr/1/38865105.jpg](http://hdlover.ru/_dr/1/38865105.jpg)

Fig.04 - [http://www.c1n3.org/k/kubrick01s/Images/1960%20Espartaco%20\(ing\)%2003.jpg](http://www.c1n3.org/k/kubrick01s/Images/1960%20Espartaco%20(ing)%2003.jpg)

Fig.05 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a8/Young\\_Folks%27\\_History\\_of\\_Rome\\_illus121.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a8/Young_Folks%27_History_of_Rome_illus121.png)

Fig.06 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7c/Apollo\\_Kitharoidos\\_BM\\_1380.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7c/Apollo_Kitharoidos_BM_1380.jpg)





## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



### **A educação na Idade Média**

Aula

**13**



## Apresentação e Objetivos



Objetivamos, nesta aula, discutir sobre a Educação na Idade Média. É importante entender que, nesse período, a imagem de Deus estava vinculada à representação suprema de tudo que dissesse respeito à relação do homem com a realidade, o conhecimento e a vida. Tudo que dizia respeito aos fenômenos físicos e sociais passava a ser explicado pelo viés cristão, em que o homem não era nada a não ser uma criatura que deveria respeitar e obedecer às leis divinas e a Igreja Católica tornara-se a instância máxima para reproduzir esses valores na sociedade.



Fig. 01

A partir desse entendimento, é possível compreender valorativamente o sentido da educação na época, bem como suas finalidades. Sem esse conhecimento, fica difícil caracterizá-la, bem como situá-la nas práticas culturais vividas cotidianamente por homens e mulheres durante o período da Idade Média.

Nessa perspectiva, as finalidades sociopolíticas das instituições escolares da época e a proposta de formação humana são interpretadas à luz da alteridade, ou seja, enxergando o tempo passado, com olhar meticoloso do hoje, mas sem perder de vista a contextualidade, assim vislumbraremos melhor o quadro educacional que se esboça na Idade Média. É com esse olhar que convidamos você para mergulharmos nessa história que entrecruza religião e razão, educação e fé.





## Para começar

Iniciaremos com algumas questões as quais serão discutidas no decorrer desta aula. Mesmo que essas questões não sejam respondidas na sua totalidade (mediante a complexidade que impõem), serão norteadoras dos nossos diálogos. São elas:

- ▶ O que representava o cristianismo para os filósofos da Idade Média?
- ▶ Havia contradições entre as ideias cristãs e a razão?
- ▶ Fé e conhecimento conviviam em harmonia? Segundo o conceito que vimos estudando até então sobre doutrinação e educação, podemos considerar que, durante o período da Idade Média, havia preocupação por parte das instituições formadoras em doutrinar ou educar homens e mulheres?
- ▶ Durante a Idade Média, quais filósofos mais se destacaram e tiveram suas ideias aceitas socialmente pela Igreja Católica?

São essas, dentre outras questões que, a nosso ver, precisam ser bem interpretadas para melhor entendermos o que representou historicamente a Idade Média que, segundo a historiografia, perdurou do século V ao X.



## Assim é

### A Educação na Idade Média

Abordaremos os dois grandes períodos da Idade Média: “Alta Idade Média e a Baixa Idade Média”. A Alta Idade Média que inicia com a invasão dos bárbaros no Império Romano e se estende até o ano 1000, é um período em que acontecem diversas rupturas sociais, econômicas e culturais. O modelo econômico passa a ser o feudal, modelado pelo princípio da terra, do feudo. Nesse período, toda a pedagogia e a educação se voltam para um saber cristianizado, ou seja, baseado

nos saberes do cristianismo, como uma Paideia religiosa que age no imaginário dos indivíduos.

Já o período conhecido como Baixa Idade Média caracteriza-se como a fase em que a Igreja é questionada por suas ações, convivendo com a influência de outras ordens religiosas. Socialmente, surge uma nova classe, que é a burguesia, mais preocupada com os valores mercantilistas do que com os espirituais.

A Idade Média organiza-se com base na imagem do mundo estruturado no valor religioso, que configurará toda cultura da época. Essa estrutura está solidamente associada a uma ordenação baseada na imagem de Deus e qualquer ideia que fuja a esse modelo, vai de encontro à salvação, possibilitando a existência do pecado. É a Igreja Católica a instituição que pode tirar o homem do pecado adquirido e mostrar-lhe o caminho da salvação, é somente ela a responsável pela condução da palavra, do poder divino espiritual na terra.

Caro(a) aluno(a), podemos dizer que todos esses saberes que circularam na Idade Média, baseados nos valores cristãos, conduzem a um entendimento de vida, de realidade e todas as formas a eles ligadas servem para processar e difundir esse complexo imaginário de ideias.

Os saberes, pois, que circulavam naquele período da história, são tratados como processos educativos, uma vez que mexiam com o imaginário popular, com a formação de hábitos, de atitudes e valores culturais dos indivíduos que viveram a Idade Média.

Vamos iniciar, entendendo que a concepção histórica de que a Idade Média é caracterizada como o período conhecido como idade das trevas (por ter sido um período permeado por dificuldades econômicas, perdas culturais em relação à época greco-romana, dificultando a evolução da sociedade) e que a Igreja teria impedido o crescimento dos estudos ligados às ciências naturais, não encontra suporte generalizado nos estudos históricos atuais.

Há, ainda, autores que, em seus escritos, evidenciam ser a Idade Média um período da história em que não houve evolução cultural e intelectual, porque o homem foi, exacerbadamente, vigiado em suas ideias e a doutrinação religiosa fez parte, excessivamente, para não dizer unicamente, da formação humana.

A historiografia atual revela outras interfaces da Idade Média, recorrendo às contribuições culturais do período, revelando uma Idade Média que não ficou apenas na escuridão, mas que também se revelou com sua produção cultural, mesmo em passos lentos, sob a égide de valores fechados e dogmáticos dos ideários cristãos. Se na cultura greco-romana havia uma preocupação exacerbada com os exercícios físicos, na Idade Média, eles passam a ser considerados apenas na educação dos cavaleiros. O corpo, que antes era exaltado na cultura grega e romana, passa a ser, no contexto da Idade Média, algo considerado pecaminoso, que deve ser escondido sob mantos e vestes religiosos. É o corpo disciplinado e dominado.

Falamos de uma época em que ocorre a abolição do modelo de escola clássica e o surgimento da escola cristã. Vamos entender por que isso aconteceu, considerando que os anseios, os interesses e as finalidades educativas passaram a ser outros mediante um novo contexto que floresce sob a égide das ideias cristãs.

Sob a égide da Igreja Católica, na Idade Média, o conhecimento e o que dizia respeito à sua produção foram validados pelo crivo dos ideais cristãos. Nesse contexto, conhecimento era sinônimo de privilégios dos poucos indivíduos que se dedicavam aos ideais divinos, assim como conhecimento era sinônimo de austeridade e privilégio; portanto, saber era sinônimo de poder.

O conhecimento passou a ser grande instrumento da Igreja para cercear a conversão dos bárbaros e hereges à fé cristã.

Discordando de alguns historiadores que intitulam a Idade Média como "Idade das Trevas" e de regressão da civilização, a autora Mancini (2006), considera que não podemos caracterizá-la como um período em que o homem não produziu conhecimento; ao contrário, nesse período o homem produziu, sim, diversos saberes. No entanto, esses saberes foram em ritmo lento, num contexto permeado pela fé e não pela razão. O que a autora quis dizer com isso?

Veja, o conhecimento que não passasse pela validação dos ideais cristãos era considerado uma heresia. Nesse sentido, não era a razão que validava o conhecimento, mas a fé baseada nos princípios doutrinários.

Concordamos com as ideias apontadas por Mancini (2006) e outros pesquisadores como Cambi (1999), Aranha (2000), de que a Idade média não foi a época de total regressão civilizatória.

Vimos, na aula anterior, que o Império Romano entrou em decadência e foram várias as mudanças que ocorreram na sociedade ocidental européia decorrente das invasões bárbaras. Os bárbaros que invadiram Roma passaram, posteriormente, a ser alvo da Igreja Católica, que objetivou convertê-los perante os ideais católicos.



Fig. 02

Então caro(a) aluno(a), a Idade Média, de certa forma, dissolve o mundo clássico antigo a partir de uma nova mentalidade e, para tanto, difere de instituições que agem com propósitos totalmente divergentes do modelo antigo da Grécia e Roma. Esse novo modelo, porém, é pautado numa nova concepção de conhecimento e de homem:

O homem precisa, para garantir um lugar ao céu, redimir-se e apropriar-se de um saber moldado pela fé.

A educação, nesse sentido, tem o papel de redimir o homem e salvá-lo das mazelas do mundo pecaminoso. As instituições educativas, criadas nessa época, passam a funcionar como estratégias de difusão do saber religioso, priorizando em seus ensinamentos:

- ▶ lições que substituíam a formação literária pela formação religiosa;
- ▶ interpretações ligadas aos textos canônicos, com um saber dogmático e fixado pelos preceitos filosóficos e teológicos;
- ▶ o privilégio pelo estudo do TRÍVIO (gramática, retórica e dialética) e o QUADRÍVIO (aritmética, geometria, astronomia, dialética).

Na Idade Média, a população, de uma forma geral, era analfabeta. O conhecimento adquirido pelo povo era alheio a uma visão mais crítica e racional da realidade, limitando-se às crenças e tradições do senso comum, atribuindo uma lógica a tudo que fosse tributário da fé cristã. A oralidade e a iconografia passam a ser a via de acesso à cultura pelo povo, uma cultura ainda difusa no saber dogmático e doutrinário, que não proporcionava uma visão crítica da realidade.

Não havia ascensão social, somente a via do casamento ou o ingresso nos quadros da Igreja. Todavia, a ascensão via âmbito religioso era limitada, tendo em vista que os que não advinham de origem nobre, passavam a compor o baixo clero, ou seja, o baixo clero era formado por pessoas que exerciam funções consideradas subalternas, sem muito valor social e status.

Outra mudança que ocorreu dessa transição histórica do modelo social anterior para Idade Média é que os senhores romanos passaram a se deslocar da cidade para o campo, compondo os chamados feudos, que eram moradias rurais. As cidades começaram a ficar despovoadas devido ao receio dos moradores quanto às invasões dos bárbaros, havendo, por isso, ações migratórias para o meio rural.

Os senhores feudais, donos de grandes lotes de terras, passaram a priorizar, em suas moradias, a construção de castelos, que mais pareciam muralhas, como forma de se protegerem de invasões inimigas. Mas, passemos a imaginar o que ocorria com as pessoas que não tinham condições econômicas de edificar castelos?


Essas pessoas passaram a morar próximas aos castelos como uma forma de buscar proteção e trabalhos dos senhores feudais.

A imagem ao lado é do castelo Lichtenstein, construído originalmente no século XII. Os castelos passam a configurar-se como grandes ícones representativos do imaginário popular durante a Idade Média, no sentido de ostentar poder, riqueza e segurança.

Com a expansão do feudalismo por toda a Europa Medieval, ocorre a ascensão de uma das mais importantes e poderosas instituições desse mesmo período: a Igreja Católica. Aproveitando-se da expansão do cristianismo, observada durante o fim do Império Romano, a Igreja passou a assumir a condição de principal instituição a disseminar socialmente os valores da doutrina cristã.



Fig. 03



No início do feudalismo, a Igreja fundou instituições escolares e tinha a missão de ajudar os pobres e desamparados, prestando ajuda espiritual e material, mas logo passou a acumular riquezas, tornando-se poderosa (através da cobrança de dízimos, de tributos, recebendo grandes doações de terras, heranças), bem como a defender outros princípios que não eram apenas os da fé.

Vamos começar a entender bem como funcionaram as relações econômicas e sociais que se iniciaram com o novo modelo econômico que passou a configurar-se na sociedade como o conhecido sistema feudal. Você já estudou sobre o sistema feudal? O sistema feudal era o modo de produção que priorizava o feudo, como ficou conhecido na história, era o modo de produção que priorizava o feudo, ou seja, a terra e as relações estabelecidas e mantidas pelos senhores feudais através da exploração da mão-de-obra dos desprovidos de terras. O feudo passava a ser a unidade territorial, governada por um senhor, onde a propriedade privada predominava e o senhor feudal exercia severos poderes de mando e de obediência aos que desejassem usufruir do feudo. Essa organização de lotes de terras e exploração da mão-de-obra perdurou em algumas localidades da Europa.

Provavelmente, você já leu sobre esse assunto durante a sua vida escolar no ensino médio ou recentemente, mas vale retomarmos, na aula de hoje, o modo de produção feudal, uma vez que esse assunto faz parte da contextualização da época que estamos estudando, e é referência para compreendermos melhor as finalidades socioeducativas na conjuntura da Idade Média.

Já dissemos antes que os senhores de terra que se mudaram para o campo e os que não detinham posses econômicas passaram a trabalhar para os senhores feudais. Pois bem, esses trabalhadores chamavam-se servos. Os servos passaram a trabalhar nas terras dos senhores feudais numa relação de troca que na atualidade alguns denominam de arrendamento. Vejamos como isso funcionava:

No modo de produção feudal, o senhor feudal cedia terras para o servo trabalhar em troca de um percentual de lucro e o servo custeava a sua própria produção.

O servo pagava a sua própria despesa e ficava com uma parte da produção e entregava a maior parte ao senhor feudal e ainda pagava uma parte em tributos ao rei. Esse sistema ficou conhecido como sistema de vassalagem e suserania, que bem caracteriza um sistema que perdura durante muito tempo, que é o de exploração de mão-de-obra e escravidão.



Esse modelo social e econômico, baseado na dominação e exploração da mão-de-obra humana, denominado de Modelo Feudal, como já dissemos, acontecia entre homens que detinham poderes econômicos e homens que necessitavam de condições para exercer o seu trabalho e não possuíam terra. A relação entre homem-homem não era mais a ligada a polis, como na sociedade grega, mas a elos de sangue que consolidavam uma relação de parentesco e um modelo de sociabilidade.

Por ser o feudo uma unidade territorial administrada por um senhor que defendia sua terra e impunha obrigações aos que dele desejassem usufruir, havia exigências de fidelidade e submissão em troca de proteção e consumo. A economia do feudo era baseada na agricultura.

Acima de tudo, esse modelo gerava, na realidade, uma estratificação social e educacional bastante desigual e essa estratificação, com certeza, incidiu em divisões e em finalidades socioeducativas distintas. Vejamos como ficou essa divisão social na época:

1. O rei - concedia terras aos senhores; era o suserano.
2. O clero - detentor de terras e do conhecimento espiritual.
3. Os cavaleiros - recebiam terras de alguns senhores e em troca lutavam a seu favor.
4. Os servos - homens que trabalhavam no campo e viviam em condições de miséria.

**Obs:** O senhor feudal era, geralmente, um nobre. Na prática, os senhores tinham autonomia de ação. Mediante essa divisão social de escassa mobilidade social, pouca reciprocidade e, portanto, fixa, os homens apresentavam papel determinado, não havia estratificação social. O educativo se colocava de forma dualista nos locais e nas práticas. O que quero enfatizar é que a educação não se dava de forma igualitária, ao contrário, ela se distribuía de forma desigual, atendendo ao modelo estratificador e separatista, espelhando interesses e anseios diferentes.

Nesse contexto, a educação passou a ser organizada da seguinte forma:

- ▶ O clero recebia ensinamentos filosóficos e teológicos, com base nos princípios cristãos e cuidava da vida espiritual dos seus fieis.

- ▶ A nobreza, por sua vez, recebia formação para a guerra. Essa formação, baseada nas boas maneiras, na formação moral e cívica e na preparação física, iniciava-se com a fase chamada de escudeiro (aprendiz inicial) para depois avançar para a fase de cavaleiro. Para essa classe social, não havia preocupação com a formação intelectual.
- ▶ Já os servos eram instruídos por familiares e não incluía leitura e escrita e cálculo, apenas práticas agrícolas.

Era uma educação que se organizava sob formas diferentes, ganhando contornos e contrapontos. De um lado, tínhamos a aristocracia que se formalizava e se refinava na cavalaria, na educação ligada aos castelos, nas celas do mosteiro, nas cruzadas, bem como se separava do resto da sociedade na preparação das lutas, nas brigas territoriais, mexendo com o imaginário popular no ideal do cavaleiro, exaltando o princípio da justiça, da honra, da lealdade, da coragem, de defesa dos fracos, inspirado nos valores cristãos, de proteger a Igreja. Igreja e família, nesse modelo feudal, absorviam uma educação tradicional, fechada, caracterizada pelo monopólio eclesiástico.

OBS: a cavalaria passou a ser desconsiderada com o surgimento da burguesia. No século XV, com o desenvolvimento da cultura laica e mais realista do período, a cavalaria ganhou outra conotação.

E, do outro lado da pirâmide, tínhamos o povo, a pobreza que se nutria no saber prático, separada das classes altas, agindo nos espaços abertos do social como as praças e oficinas.

Por ser uma sociedade eminentemente hierarquizada, terminava por impor modelos educativos e culturais também bastante hierárquicos que separavam, classificavam e especificavam saberes para uns, em detrimento da maioria que fazia parte da pobreza e da miséria vivida na Idade Média.

Era essa sociedade, de molde aristocrático e agrário, rural e autossustentável na parte agrícola, no artesanato e no comércio local, que convivia com uma educação eminentemente religiosa, a qual, sob a égide da Igreja católica, priorizava práticas educativas direcionadas para a formação religiosa e de adeptos aos ideais católicos. Passemos a entender como ocorriam essas práticas educativas.

## A educação na Idade Média: As práticas educativas nas escolas Episcopais e nos Mosteiros

As instituições escolares, organizadas pela Igreja, ganharam espaços nessa época, substituindo paulatinamente o papel do Estado. Essas escolas vinham se organizando desde o século VI na França e Inglaterra, com a finalidade de formação do clero secular.

Clero Regular	Clero Secular
todos os que viviam no mosteiro, numa ordem religiosa	bispos e padres

Mediante o contexto apresentado na Idade Média, os locais responsáveis pela educação sistemática eram as escolas episcopais ou monacais. São, pois, as primeiras instituições que surgem e são situadas próximo a uma catedral, a uma Igreja. Você sabe por que elas eram denominadas de escolas episcopais ou monacais? Essas eram assim denominadas porque funcionavam próximas a uma Igreja, a uma catedral. Vamos compreender o que elas priorizavam nos aprendizados. Era comum a existência dessas escolas no século VI. Ensinavam-se latim e humanidades, filosofia e teologia. Estudo do TRÍVIO (gramática, retórica e dialética) e, sobretudo, o QUADRÍVIO (aritmética, geometria, astronomia, música), prevalecendo até o fim do século X um modelo de cultura tradicional, formalista e não criativa.

- ▶ As escolas episcopais – eram organizadas por bispos e frequentadas inicialmente só por clérigos.

OBS: Você sabia que o celibato foi imposto ao clero para evitar, principalmente, que as riquezas acumuladas fossem colocadas nas mãos de herdeiros e particulares e se mantivessem concentradas na comunidade religiosa?

Além das escolas episcopais, existia a educação que se dava nos mosteiros. Mosteiros eram locais onde os monges mantinham um estilo de vida reservada, longe dos hábitos mundanos. Viviam da agricultura, criação de animais e tinham oficinas para fabricação e conserto de objetos de uso do cotidiano, como carroças, ferramentas de trabalho, dentre outras atividades, sem se preocuparem com a vida material, só com a espiritual.

Foram os mosteiros as primeiras escolas medievais a assumirem o papel educativo quando do desaparecimento das escolas pagãs. Eles desempenharam, pois, importante papel na formação das gerações, bem como exerceram relevante contribuição na conservação de algumas obras clássicas.

É importante saber que foi através de algumas práticas exercidas por alguns monges, a exemplo dos monges copistas, que algumas obras da antiguidade foram preservadas historicamente, apesar de algumas obras terem sido queimadas porque eram consideradas subversivas segundo os ideais da Igreja Católica. O filme "O nome da Rosa" é um excelente exemplo para entendermos a atuação social da Igreja Católica nesse aspecto que estamos abordando.

No filme, vislumbramos algumas passagens sobre a vida nos mosteiros, a organização espacial interna e externa, o trabalho exercido pelos monges e distribuição de tarefas entre eles e os sacerdotes. O filme evidencia que nos mosteiros havia uma forte hierarquia nas funções exercidas nos mosteiros, desde as pessoas que se dedicavam à limpeza do espaço físico até os que se dedicavam à vida espiritual, com uns atuando no trabalho do campo, outros se dedicando à culinária, da limpeza, ao trabalho religioso e à cultura das abadias. (Ver atividade complementar desta aula.)

Essa divisão do trabalho, existente nos mosteiros, refletia a divisão de classes, o poderio de uns que podiam se dedicar ao culto e outros, os escravos, ao trabalho manual. O trabalho manual era geralmente delegado aos que não tinham condições financeiras de frequentar uma escola e terminavam por se converter ao cristianismo para garantir um lugar de moradia e servir a Deus. Assistir ao filme "O nome da Rosa" é importante para entendermos a hierarquia e o papel da Igreja como instituição detentora do poder na época.

Os mosteiros tornaram-se os centros de educação e cultura na Idade Média em quase toda a Europa. Nos mosteiros, os monges iniciavam os estudos bem cedo, entre os 6 e 7 anos de idade, indo até



Fig. 04

os 15, quando estudavam leitura, escrita, aprendiam a contar, a exercer atividades agrícolas e trabalhos artísticos. Alguns estudavam para serem monges copistas, atuando com textos sagrados e essa atuação dos monges no trabalho com a tradução de textos sagrados contribuirá para o desenvolvimento da intelectualidade européia.



Fig. 05

Em “O nome da Rosa” presenciamos a função dos copistas e da obediência e disciplina que tinham de ter, com paciência e dedicação ao trabalho com as obras sagradas.

Outro fato bastante evidenciado nesse filme é a distribuição distinta de tarefas exercidas pelos monges no mosteiro e do acesso ao conhecimento de forma diferenciada, a começar pela própria hierarquia existente no interior do mosteiro.

A Igreja, portanto, passou a assumir a instrução pública, pressupondo que se tratava de uma educação diferenciada, posto que havia a educação que era destinada à formação do monge e outra destinada à plebe.


A igreja condena o estilo de vida mundana e propõe a salvação da alma através da entrega e cumprimento dos valores religiosos. Propõe também sansões, glorificando um estilo de vida modesto e longe do pecado. Todo esse processo vai compondo um imaginário na mentalidade dos homens, que passava a fazer parte da formação humana como processos educativos, uma vez que incidiam sobre os costumes diários, os hábitos, às concepções de certo e errado, do inferno e do paraíso, do amor e do ódio, do bem e do mal.

Passava a existir uma forte ideologia veiculada através dos preceitos religiosos, agregando valores morais e virtuosos, contribuindo para modelar o comportamento e o caráter humano. As ações educativas assumiam, pois, nesse contexto, caráter autoritário, dogmático e conformista e aos que a ela se rebelassem eram considerado os hereges.



Fig. 06

Estrategicamente, a Igreja criou a inquisição no século XIII,



pelo papa Gregório IX, confiada a religiosos e destinada a combater as heresias que colocavam em pauta a legitimidade da Igreja, tanto no seu poder eclesiástico, quanto no civil. Essa foi uma das formas que a Igreja encontrou de se proteger e resguardar-se das ideias contrárias às suas, punindo homens e mulheres que tentassem impor uma forma de pensamento diferente e contrária ao pensamento dogmático dos católicos.

No filme “O nome da Rosa” há uma cena bastante instigante, em que representantes da igreja jogam restos de comidas para o povo e essas pessoas, mesmo vivendo em situação de miséria, ainda entregam o pouco que possuem para a Igreja como forma de livrar-se do pecado e conseguir um lugar ao céu. Essa exploração e conformação de vida evidenciam como era eficiente o sistema doutrinário, a ponto de não haver reivindicações e revoltas contra os dogmas religiosos e o poderio econômico acumulado pela Igreja como instituição.

Lembre-se de que o conhecimento era praticamente exclusividade dos homens instruídos que se dedicavam ao trabalho com a Igreja, pois o homem medieval, de uma forma geral, não sabia ler, nem muito menos escrever.

Nessas escolas, a plebe não aprendia a ler e escrever, mas a familiarizar-se com a doutrina cristã. Essa doutrina aplicada pela Igreja Católica tinha como finalidade máxima, como já citamos, docilizar e conformar as massas camponesas e o que predominava nelas era a pregação religiosa e não a instrução no sentido da formação geral, humanística.

A esse respeito, Ponce (1983, p. 91-92) considera que:

Durante a Idade Média, todos os que tinham interesses culturais e que não eram filhos de servos só poderiam satisfazer a sua curiosidade intelectual entrando para um convento, isto é, isolando-se do resto do mundo, levantando uma muralha entre a sua cultura e a ignorância das massas.

As palavras de Ponce (1983) revelam a limitação da sociedade e o domínio do poder da Igreja quanto à socialização do conhecimento.

Quanto aos senhores feudais, estes não tinham interesse pela instrução, pois a preocupação máxima era aumentar a riqueza, desprezando a instrução e a cultura.



Caro(a) aluno(a), apesar de reconhecermos o lado significativo dos monastérios na história da educação, não podemos deixar de entender, em outro ângulo da história, que essas escolas tinham a finalidade central de difundir as ideias católicas, assim como conformar as massas à submissão, à aceitação da condição de vida, mantendo-as dóceis e conformadas.

## O Surgimento das Universidades

Vamos entender como ocorreu o surgimento das universidades nessa época, assim como era o seu funcionamento. A palavra universidade, na Idade Média, tinha significado diferente do empregado na atualidade, pois compreendia qualquer assembleia corporativa que pudesse reunir sapateiros, artesãos, marceneiros, etc.

Economicamente, tivemos vários fatores que ensejaram algumas mudanças favoráveis ao surgimento das universidades, dentre eles:

- ▶ o comércio e a manufatura que provocaram movimento de urbanização;
- ▶ o surgimento de uma nova classe social, os burgueses, que se dedicavam ao comércio;
- ▶ a organização das corporações: estudantes, mestres, sapateiros, dentre outras.

Segundo a autora Aranha (2000), as universidades tiveram papel importante, funcionando como centro de atividade cultural, chegando, inclusive, a ameaçar o dogmatismo da Igreja Católica. E ainda, justamente, a partir do século XII, foi criada a Inquisição, com a finalidade de manter a censura e punição de ideias a pessoas contrárias às doutrinas do cristianismo.

## Algumas Ideias que Circularam na Idade Média

A filosofia dos padres da Igreja Católica foi denominada de Patrística. Você já leu sobre a Patrística? Sabia que foi um movimento de ideais que propagava uma teoria do conhecimento que unia razão e fé? Nessa junção da razão e fé, segundo a Patrística, a fé é supremacia, ficando a razão a ela subordinada. Essa teoria não foi formulada aleatoriamente, mas com propósitos da Igreja em manter uma hegemonia católica nas ideias, bem como combater as heresias, isso em defesa do cristianismo.

A verdade tinha explicação pelo viés religioso. Para São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, o único mestre era Deus. Sim, antes de passarmos para etapa em que falaremos de São Tomás de Aquino e Santo Agostinho você deve saber que foram eles os filósofos mais influentes da Idade Média. Lembra daquela pergunta feita no início da aula, a que questiona sobre “quais os filósofos mais se destacaram e tiveram suas ideias aceitas socialmente pela Igreja católica durante a Idade Média”?

### **A Filosofia de Santo Agostinho (354-430)**

Para Santo Agostinho, o homem era iluminado pelas ideias divinas, recebendo o conhecimento da verdade eterna. Essa iluminação tornava possível ao homem pensar a realidade de uma forma coerente. (Para mais detalhes, ver slides referentes a esta aula).

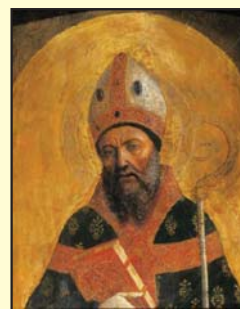


Fig. 07

### **São Tomás de Aquino (1224-1274)**

Foi influenciado pelas ideias de Aristóteles, interpretou o pensamento Aristotélico de forma compatível com a fé cristã. Defendia a ideia de que a fé, a razão e os sentidos deveriam, nessa sequência, manter uma harmonia para que pudéssemos ser iluminados por Deus. A educação contribuiria para desabrochar no homem todas as suas potencialidades. (Para mais aprofundamento das ideias de São Tomás de Aquino ver slides referentes a esta aula).



Fig. 08

### **A Baixa Idade Média**


Período em que acontecem algumas rupturas sociais e transformações que incidirão nos desejos, nos valores, nas simbologias, nas ideias. A filosofia dialética é retomada, sob uma ordem mais racional, científica. Cresce o pensamento herético, o modelo fechado do feudalismo se reveste de uma forma inexplicável, desaparecendo com o crescimento do comércio; intensificam-se as corporações no mundo do trabalho. Os homens e mulheres vão se organizando em torno de suas ideologias (religiosa e moral) cada vez mais em função dos interesses individuais e grupais; crescem as lutas políticas e todo o entorno social e cultural mobiliza-se não em função da Igreja, mas da nação.

É a época do despertar das cidades para o comércio, fase dos entraves religiosos (heresias), das revoltas camponesas, pela constituição de Estados nacionais (França, Inglaterra, depois Espanha), surgimento de um espírito novo, um reflorescimento de novas ideias presentes no imaginário do homem burguês (homem mais produtivo, individualista, autônomo). Também a introjeção de uma cultura mais mundana e menos religiosa, inserção de vários elementos de renovação: novas descobertas de rotas marítimas, definição de novas fronteiras, influência do humanismo italiano, dentre outros acontecimentos que reacenderá um novo espírito mais racional e menos espiritualista nos homens.

A educação superior se institucionaliza com o surgimento das Universidades. A educação na baixa Idade Média, gradativamente se dissocia do predomínio eclesiástico, dando abertura para outros saberes; saberes esses mais técnicos, mais especializados e mais laicizado, tomando contornos típicos da burguesia emergente, pondo em pauta novas sementes que irão germinar com a Idade Moderna.

É importante saber que, na baixa Idade Média, com o nascimento da burguesia, operaram-se novas mudanças em relação aos valores sociais, uma vez que a burguesia consubstanciava-se como uma classe que se preocupava com a produção de bens, com o incremento da riqueza, com o investimento na produção, uma classe que estava preocupada com interesses mercantilistas e apresentava uma visão de mundo laica, centrada no homem, que mais interagiu com o meio social e econômico. O religioso ganhava uma nova caracterização social, mediada pelo surgimento de outras ordens religiosas mendicantes como os franciscanos e os dominicanos. A Igreja Católica ficou abalada perante tantas transformações e exigências de renovação.

Mas, sabemos que a crise da Idade Média foi uma crise que não se deu apenas no econômico, no cultural, ela foi plural, no sentido de que atingiu diversos níveis da sociedade européia (crise demográfica como a peste negra). A igreja, como instituição, entrou em crise mediante o aumento das heresias, novas perspectivas de ideias que não se coadunavam com as cristãs, novos valores laicos, mais mundanos, individualista, menos militar e mais civil. O modelo escolástico entrou em crise, já não deu conta dos novos anseios sociais. Todas essas transformações reacenderam outros ensejos, despertaram sonhos adormecidos nos homens e mulheres e colocaram em pauta novos interesses sociais, econômicos e culturais.



O século XIV, portanto, reacendeu as luzes do conhecimento, sob outros olhares, sob um clima cultural mais intenso, próximo ao humanismo, ao predomínio da razão e não mais a fé, vivida de forma tão intensa na Alta Idade Média.

Na próxima aula, iremos estudar sobre a Idade Moderna, época em que a supremacia se volta para a razão, a fé passa a ser questionada e as ordens religiosas passam a ser substituídas pelo poderio do Estado.

A decadência de alguns valores, que não mais se sustentavam na sociedade medieval, foram postos em pauta, nas discussões e nas práticas vividas, novos saberes e práticas retomadas do classicismo grego. Essa fase passou a ser conhecida na história como o renascer das luzes sob a ótica da razão, da ciência e do conhecimento. Isso sob um novo prisma de realidade em que o homem que se volta para o conhecimento de si e do outro e pela supremacia da razão.

“Fecha-se” um ciclo da história e reascende-se uma nova era na Idade Moderna, com rompimentos e permanências de acontecimentos da Idade Média que ainda irão permanecer no imaginário popular, se transnudando perante o novo que se apresenta no cenário da Idade Moderna. O teatro está aberto, que se abram as cortinas para assistirmos a um novo cenário que apresenta novas estruturas de pensamento e mantém ainda, na sua substância, uma relação com o passado. Uma verdadeira revolução das ideias e da sociedade! É sobre esse assunto que iremos nos debruçar no próximo encontro. Até lá!



## Mãos à Obra

1. Analise o papel da educação na Idade Média e explique como as relações entre conhecimento e poder se materializaram na educação dos diversos grupos sociais da época: Responda até que ponto a educação servia como instrumento de discriminação dos grupos de baixo poder econômico.

2. Reúna-se em dupla e discuta o texto a seguir do autor Cambi (1999)

“Também a escola, como nós a conhecemos, é um produto da Idade Média. A sua estrutura ligada à presença de um professor que ensina a muitos alunos de diversas procedências e que deve responder pela sua atividade à Igreja ou a outro poder (seja ele local ou não); as suas práticas ligadas à lectio e aos auctores, à discussão, ao exercício, ao comentário, à arguição, etc.; as suas práticas disciplinares (prêmios e castigos) e avaliativas vêm daquela época e da organização dos estudos nas escolas monásticas e nas catedrais e sobretudo nas universidades. Vêm de lá também alguns conteúdos culturais da escola moderna e até mesmo contemporânea: o papel do latim; o ensino gramatical e retórico da língua; a imagem da filosofia, como lógica e metafísica”. (CAMBI, 1999, p. 146)



## Já sei!

Vimos que, durante a Idade média existia, em se tratando da educação, o dualismo das práticas educativas, concebidas em formas distintas para a sociedade. As estruturas coercivas (Igreja, fé, consciência cristã) agiam com base num cristianismo vivido e difuso. Um cristianismo como princípio de doutrina, que primava em suas particularidades por um modo de vida, de regulação social, como organização da instituição.

A educação se desenvolvia em estreita relação com a Igreja, com a religião católica, com as instituições eclesiásticas, havendo prevalência de atos doutrinários, portanto, irrefutáveis durante, principalmente, a Alta Idade Média. Vimos também que o modelo de produção, baseada

na agricultura, que perdurou durante a Idade Média, foi o modo de produção feudal, que tinha como base o feudo e relações hierárquicas entre os donos de terra, os senhores feudais e os servos, os desprovidos dos bens materiais.

Mediante o contexto que se apresenta na Idade Média, a questão do educativo se colocava de forma dualista nos locais e nas práticas. Para a classe nobre, um tipo de formação, para os servos, a pura doutrinação, domesticação e conformação ao modelo de vida da pobreza e miséria. Uma educação, portanto, tradicional, fechada, caracterizada pelo monopólio eclesiástico.



## Leitura Complementar

JUSTEIN, Gaarder. O mundo de sofia: romance da história da filosofia. São Paulo: Companhia das letras, 1995.





## Referências

ANNAUD, Jean-Jacques. O nome da rosa. 130 min. Gênero: Ficção. Alemanha. 1986. Produção Bernd Eichinger.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. São Paulo: Moderna, 2000.

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: Unesp, 1999.

CHAVES, Eduardo. A Filosofia da educação e a análise de conceitos educacionais. Disponível em: <http://chaves.com.br/textself/philos/filed77-2.htm>

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Ática, 2005.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. História da educação. São Paulo: Alínea, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 15.ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

JOSTEIN, Gaarder. O mundo de sofia: romance da história da filosofia. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MONDIN, Battista. O humanismo filosófico de Tomás de Aquino. São Paulo: Edusc, 1998.

SOUZA, Neusa Maria Marques de. História da educação. São Paulo: Avercamp, 2006.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. 4ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SAVIANI, Dermeval. Educação: Do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1980.

## Fonte das figuras

Fig. 01 - [http://www.mundoeducacao.com.br/upload/conteudo\\_legenda/fd33359e7b1157f96e453878b851530e.jpg](http://www.mundoeducacao.com.br/upload/conteudo_legenda/fd33359e7b1157f96e453878b851530e.jpg)

Fig. 02 - [http://2.bp.blogspot.com/\\_L-aIG-7AW7I/SWSoyQuOoOI/AAAAAAAAADXk/i6bs080Hhp0/s1600/A+Igreja+suavizou+os+costumes.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_L-aIG-7AW7I/SWSoyQuOoOI/AAAAAAAAADXk/i6bs080Hhp0/s1600/A+Igreja+suavizou+os+costumes.jpg)

Fig. 03 - <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e8/Lichtenstein.jpg>

Fig. 04 - [http://1.bp.blogspot.com/\\_mQKhHUxQaLM/TBfflxcEgKI/AAAAAAAAAByo/ZgllS3StliE/s1600/O20nome20da20rosa1.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_mQKhHUxQaLM/TBfflxcEgKI/AAAAAAAAAByo/ZgllS3StliE/s1600/O20nome20da20rosa1.jpg)

Fig. 05 - [http://www.snpcultura.org/fotografias/pedras\\_angulares\\_monge\\_copista\\_gf.jpg](http://www.snpcultura.org/fotografias/pedras_angulares_monge_copista_gf.jpg)

Fig. 06 - <http://www.filmkultura.hu/regi/2007/articles/films/images/goyakisertetei/02.jpg>

Fig. 07 - [http://blog.educacional.com.br/secao\\_filosofia/files/2010/02/santo-agostinho.jpg](http://blog.educacional.com.br/secao_filosofia/files/2010/02/santo-agostinho.jpg)

Fig. 08 - [http://3.bp.blogspot.com/\\_L-aIG-7AW7I/SW-jemBvQ-I/AAAAAAAAADgA/97upLIr2dg/s1600/Sa+o+Tomas+de+Aquino,+Notre+Dame+de+Paris.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_L-aIG-7AW7I/SW-jemBvQ-I/AAAAAAAAADgA/97upLIr2dg/s1600/Sa+o+Tomas+de+Aquino,+Notre+Dame+de+Paris.jpg)





## Licenciatura em Espanhol


Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues

Aula

14

**o nascimento do pensamento pedagógico moderno**





## O nascimento do pensamento pedagógico moderno

## Apresentação e Objetivos



Hoje a nossa aula versará sobre o tema: O nascimento do pensamento pedagógico moderno. Um grande livro que se abre, assim podemos simbolizar essa época, que é vista por muitos historiadores como o reflorescer dos diversos saberes celebrados na arte, na cultura, na economia, na política de uma forma mais ampla, imaginária e criativa.

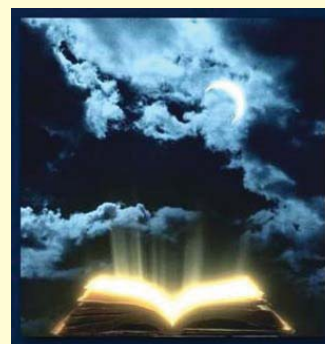


Fig. 01

São objetivos da aula de hoje:

- ▶ Entender a transição histórica da Idade Média para a Idade Moderna, compreendendo os elementos sociopolíticos, e culturais, sinalizadores de uma nova sociedade.
- ▶ Compreender as finalidades educativas na Idade Moderna e as bases teórico-metodológicas do pensamento pedagógico moderno.
- ▶ Conhecer alguns dos principais educadores (e suas ideias) que contribuíram significativamente na reelaboração da concepção de homem, sociedade e educação.





## Para começar

Se colocados diante de você três objetos, tais como: uma bússola, a pólvora e um livro antigo, você saberia falar da importância de cada um desses objetos para o Movimento Renascentista?

Tanto em caso positivo quanto negativo, façamos uma leitura sobre a transição histórica da Idade Média para a Moderna e nessa leitura iremos destacar qual o papel desses objetos para o surgimento de novas mudanças na ciência, na economia e na cultura.




## Assim é

Começemos entendendo a imagem em destaque ao lado. Você certamente já deve ter vislumbrado essa imagem em algum momento das suas leituras. É uma belíssima obra de arte que reflete fortes valores de uma época histórica. É uma pintura que reflete a representação do pensamento moderno manifestado por alguns artistas da época moderna. Imaginemos, por exemplo, que o pensamento na idade média, sob o domínio da religião, era castrado por uma concepção de pecado, por isso o corpo do homem que aparece nas pinturas era um corpo coberto, não exposto ao olhar do outros era um corpo ocultado e fechado nos valores medievais da doutrina religiosa que era um corpo antes proibido de ser visto e explicitado nas artes, porque os princípios doutrinários, pregoados pela Igreja, incidiam nos valores morais do próprio significado do corpo.



Fig. 02



Todos esses valores são retomados na Idade moderna, cedendo lugar a uma cultura voltada para os valores do indivíduo, do ser. Essa mudança se espalhou no mundo das artes e artistas inspirados no legado clássico grego, passam a retratar através da pintura e das artes de uma forma geral, a figura humana como uma representação fiel da realidade. No mundo da arte, passa a ser comum a representação do nu humano. Essa representação artística somente aparecerá na Idade Moderna, pois, os fortes valores medievais, sob o manto do pecado e da proibição, jamais permitiriam tal “ousadia”.

Mesmo entendendo que houve, na Idade Moderna, uma grande retomada da cultura grega, é importante saber que os artistas e intelectuais do Renascimento não se limitaram à imitação dos clássicos, mas renovaram os seus repertórios culturais, buscando inspiração na natureza, no corpo do homem. O corpo na Idade Moderna passou a ser retomado nas artes, e também na medicina.

A reapropriação do classicismo grego, por esse novo homem, vislumbrava saberes que iriam contribuir significativamente para novas descobertas nas ciências, repensando novos conhecimentos importantes para o mundo que se inspirava.

O movimento conhecido como Renascimento foi justamente essa retomada do classicismo grego sob outros ângulos, não mais pela vigilância e doutrinação da Igreja Católica. Esse movimento representou um período da história (que se iniciou no final do século XIV e se expandiu ao longo dos séculos XV e XVI) de grande apogeu cultural, foi o renascer da arte, da cultura clássica sob o olhar de um novo homem na sociedade, moldado sob outros valores materiais, espirituais e culturais.

O olhar do Movimento Renascentista foi para o homem na terra e não para o céu, por isso decorre a expressão humanismo do Renascimento, no sentido de exaltar a figura do homem que se volta para o individualismo, o homem que se ocupa da vida nas suas várias nuances, da arte, da ciência, da política.

Esse movimento artístico foi riquíssimo em termos de difusão do conhecimento, ampliando a concepção de homem e mundo.

Eis à nossa frente uma concepção de vida eminentemente nova! Abrem-se as cortinas do palco social para uma nova era que se desponta por novos desejos, novas práticas humanas e valores que abrem perspectivas para novas fronteiras do conhecimento com possibilidades ilimitadas.

O homem também passou a ter uma nova concepção do que vinha a ser a natureza. Sua relação com a natureza e com ao plano terrestre não se limitava a ter uma preparação para a vida no céu, e sim enxergar a natureza usando seus próprios sentidos; portanto, a investigação da natureza devia fundamentar-se na observação, na experiência e nos experimentos. Esse método ficou conhecido como empirismo. Na antiguidade clássica, Aristóteles já havia realizado observações da natureza, mas na modernidade, vamos ter a ênfase pelo uso do método de investigação, usado de uma forma mais sistemática e objetiva. Eis a origem do método científico.


Isso possibilitou uma revolução tecnológica e científica, abrindo as fronteiras para novas descobertas. O homem passou a ver a natureza como algo que podia ser usado, explorado e manipulado, para não dizer, controlado.

Teremos muitas conquistas positivas na modernidade, como a invenção de utensílios domésticos que facilitaram a vida cotidiana; a descoberta de remédios que curam doenças antes não controladas; a invenção da vacina, etc. Mas também vivenciaremos muitas mazelas decorrentes das mudanças desenfreadas da modernidade, como desempregos, doenças, exploração da natureza, poluição ambiental, dentre outros.

## **Entendendo a transição da Idade Média para a Moderna**

Vários eventos contribuíram para o processo de transição da Idade Média para a Moderna, assinalando o declínio do modo de produção feudal, o início do capitalismo. Dentre eles destacamos: as Cruzadas – guerras contra os muçulmanos que ocupavam Jerusalém; o crescimento das cidades e o surgimento de novas rotas comerciais por toda a Europa; períodos de secas, afetando a produção agrícola e empurrando parte da população rural para os centros urbanos; a Peste Negra (1347-1350), que dizimou quase um terço dos habitantes da Europa ocidental. Além desses, podemos ainda ressaltar o papel da guerra dos Cem Anos (1336-1453) entre França e Inglaterra, ocasionando destruição em diversos campos de cultivo, contribuindo para população fugir para outros lugares, invadindo cidades próximas.

A Igreja, que até então era o alicerce do modo de produção feudal, passou por vários problemas de ordem estrutural e econômica com o aparecimento dos burgos (formados aos redores das rotas comerciais, eram locais em que as pessoas comercializam), com a ampliação do comércio e com o surgimento das confrarias (organizações de artesãos).



No século X, predominavam as atividades artesanais e domésticas, mas a partir do século XI modificações técnicas provocaram o reflorescimento do comércio. Entra então em circulação o dinheiro; as cidades se transformam em centros comerciais, e passa a haver trocas de mercadorias. Surgem os burgueses, formando uma classe urbana, bem diferente da vida guerreira e rural.

Todos esses fatores favorecem para o:

- ▶ enfraquecimento do poder dos senhores feudais com os gastos financeiros das cruzadas;
- ▶ surgimento das feiras livres no fim do século X;
- ▶ renascimento do comércio no Mediterrâneo;
- ▶ nascimento de uma burguesia encarregada de fornecer alimentos ao exército.

Aliada a todas essas mudanças na infraestrutura, na economia e na política, começa a haver, no campo cultural, a superação das ideias medievais com o surgimento de humanistas – homens que, apesar da maioria ser formada pela Igreja, apresentam novas concepções sobre o homem. Concepções que superam a visão fatalista de homem e mundo e percebem o ser humano como sujeito e não como mero cumpridor do que estava escrito, do destino.

Com a Contrarreforma, tendo Martinho Lutero (1520) como expoente máximo de ideais democráticos, a unidade da Igreja entra em declínio.

Para seu conhecimento, em 1517, Martinho Lutero escreve suas 95 teses na Catedral de Wittember e a Europa pega fogo no terreno religioso. A Reforma protestante está instaurada; inicia-se uma grande jornada para abolir os santos, questionando o papel social da Igreja e do Vaticano. Abrem-se as graves denúncias de corrupção realizada pela Igreja.

A Reforma empreendida por Lutero previa várias ações contra a Igreja Católica, dentre elas:

- ▶ colocar as escrituras sagradas ao alcance dos fieis no que diz respeito ao acesso de sua leitura;
- ▶ abolir o culto aos santos e condenar a venda das indulgências (que era uma excelente fonte de renda da Igreja);
- ▶ abrir denúncias aos abusos praticados pela Igreja Católica;

- ▶ reformar as escolas católicas, abrindo-se possibilidades de colégios para os leigos.

A Igreja Católica criou mecanismos de defesa para não ficar no anonimato e, dentre eles, elaborou um documento (através do Concílio de Trento) que estabelecia:

- ▶ a proibição de leitura e circulação de alguns livros considerados subversivos e contrários ao pensamento religioso, que pudessem questionar o papel da santa Igreja (a exemplo do próprio livro considerado herético, de autoria de Martinho Lutero; livros que versavam sobre magias e adivinhações; os considerados obscenos...)
- ▶ a criação da santa inquisição na tentativa de abolir a marcha da Contrarreforma.

Mesmo com a criação, pela Igreja, de novos mecanismos de ação, a Contrarreforma já se iniciava e galgava patamares desenfreados na Europa. Começava a haver discórdias e não aceitação das explicações pelo viés cristão e o despontar de novos humanistas que passaram a pesquisar os clássicos, provocando surgimento de novas mentalidades, circunscritas com o Renascimento.

Em síntese, podemos dizer que essa fase da história foi a época em que a Igreja reagiu a essas mudanças, criando a Inquisição, e prendeu, torturou e queimou diversos humanistas. A Reforma Religiosa de Lutero contribuiu para denunciar algumas práticas consideradas absurdas da Igreja Católica e reascendeu novos ideais de liberdade, democracia e cidadania.


## À caminho da Modernidade, a busca por novas conquistas...

Desvendar a natureza, eis que esse novo homem lança-se em busca de desvendar terras antes não exploradas, em mares antes nunca navegados, é o homem que passa a estabelecer novas percepções do mundo.

O século XVIII, como já é conhecido nosso, é a época das grandes descobertas, do



Fig. 03



espírito investigativo de filósofos e pensadores iluministas, época que se configura pelo desenvolvimento de novas máquinas e instrumentos de trabalho e também do grande advento da Revolução industrial. É uma época riquíssima da nossa história.

As viagens exploratórias e marítimas ocorrem em função da busca pela descoberta de novas terras, da expansão territorial, de riquezas e poder. Naquele momento, o homem, de posse de conhecimentos da astronomia, da matemática e da geometria, deixa de lado seus cavalos, crucifixos e armaduras e passa a usar como instrumentos de trabalho as caravelas, os navios, a bússola e um desejo ardente de explorar novos mundos na busca por uma nova civilização e prosperidade econômica.

Reflitamos sobre uma citação muito instigante de Bettini (2006, p. 80) ao analisar a Idade Moderna:

É uma nova geografia do mundo europeu que se define, e que também traz os elementos de um mundo a ser descoberto, a ser conquistado e que no seu tempo se revelará absolutamente útil e rentável. Em outras palavras, o mundo temido e distante do universo de conhecimentos medievais passa a ser um imperativo necessário ao homem quatrocentista e será, das múltiplas relações estabelecidas com esse desconhecido, que a Europa renascentista pulará e avançará em direção à modernidade, pelas mãos dos homens-sujeitos que caminham para se tornar os protagonistas dessa nova fase da história.

Lembrando que foi no ano de 1548 que Colombo realizou a terceira viagem à América, Vasco da Gama chegou à Índia e, em 1500, Pedro Álvares chega ao Brasil desviando-se de uma rota marítima. Estabelecem-se as buscas por novos territórios.

Mas, Portugal e Espanha expandem o seu domínio além dos mares, ou seja, expandem seus domínios no terreno religioso. A Companhia de Jesus será estrategicamente a escolhida por Portugal para mediar as relações e o apoio à ação colonizadora.

Iremos estudar com mais detalhes a ação missionária da Companhia de Jesus em aulas posteriores, quando analisaremos a educação brasileira no período colonial. Para estudarmos sobre esse período da nossa história, não há como deixarmos de abordar a ação missionária dos padres jesuítas, uma vez que a Companhia de Jesus demarcou sua atuação no Brasil por mais de dois séculos.



## A virada pedagógica da Modernidade

Operam-se novas mudanças na pedagogia com o advento da modernidade. A práxis pedagógica se volta para uma formação mais prática, técnica, mais especializada. A escola que era, sobretudo, ligada ao viés religioso (aos mosteiros, catedrais), na modernidade, passa a ser estruturada por classes e idades, ter uma estrutura orgânica mais definida, colocando em pauta o papel social da educação. A escola, pois, substitui o aprendizado tradicional por uma formação mais cidadã e democrática e também mais aberta ao mundo.

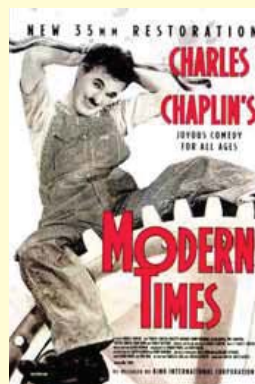


Fig. 04

O colégio institucionalizado no século XVI sofreu um processo de reorganização sob o prisma da disciplinarização e da sistematização de métodos de ensino. É a chamada fase de reorganização também do currículo escolar formativo. O que isso significa? Veja, é a reorganização dos saberes do currículo, uma vez que este passa a ser pensado de acordo com as expectativas de formação dessa nova sociedade que se desponta. Então, a inserção de disciplinas consideradas mais científicas e uma cultura escolar que se delineia entre as dimensões religiosas, políticas e científicas é bem vinda no trabalho que a escola passa a desenvolver. A matemática (com Descartes) e a ciência experimental (com Galileu) influenciarão a organização dos estudos nessa fase moderna.

Vejamos a partir de então, alguns dos pensadores que contribuíram para o reflorescer do Renascimento da novas ideias pedagógicas:

**Erasmus de Rotterdam** (Holanda, 1466-1536) – pensador de uma visão crítica da sociedade, (teceu críticas contundentes à Igreja e às estruturas sociais da época). Pensador de visão cosmopolita, propõe mudanças educacionais significativas na estrutura vigente da época, como, por exemplo, a adequação das línguas clássicas (como o latim e o grego), propõe, também, a valorização do papel do professor, principalmente no que diz respeito à sua formação e defende uma educação pública.

**Tommaso Campanella** (1568-1639) – estudioso das ciências naturais, defende a ideia de que a construção do conhecimento ocorra via observação e experimentação. Para ele, a criança deve aprender através do ato de brincar, isso em todas as áreas do saber. Vincula a relação saber teórico e saber prático. Campanella foi condenado, na época, a 27 anos de reclusão por ser suspeito de proferir heresias.

**Francis Bacon (1561-1626)** – Defende a ideia de renovação dos métodos de instrução da época e sugere a necessidade do uso da experimentação do método científico, o qual deve estar em processo produtivo.

**René Descartes (1596-1650)** – impulsionou um novo olhar para a ciência, dando vida para uma nova teoria do conhecimento, cujo racionalismo foi a base central. Essa base formará pilares da ciência moderna, tendo como contemporâneos de Descartes os teóricos Galileu Galilei (1564-1642) e Isaac Newton (1642-1727).

**João Amós Comenius (1592-1670)** – convive entre algumas ideias antigas e novas. Defendeu princípios da democracia, como por exemplo, lutou por uma escola democrática, gratuita e de acesso a todos, independente da sua origem social. Em 1657, escreveu uma obra que se tornou conhecida em vários países e tornou-se clássica no campo educacional, a denominada Didactica Magna.

Nessa obra, Comenius defende princípios da sistematização do ensino, bem como constrói um discurso pedagógico voltado para o ensino e aprendizagem.

- ▶ Crítica o uso dos castigos.
- ▶ A escola deve ser lugar de formação de saberes e de universalização do conhecimento.

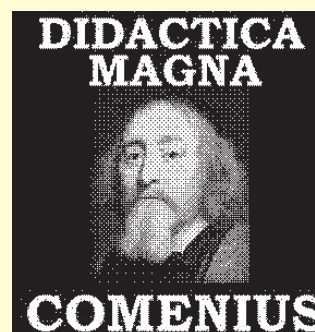


Fig. 05 - Imagem da obra de Comenius, A Didática Magna.

#### Algumas ideias defendidas por Comenius:

Comenius escreveu a primeira obra clássica sobre a Didática: A DIDÁTICA MAGNA, que ficou conhecida mundialmente e foi traduzida em várias línguas. Estamos falando do primeiro educador a formular a ideia da difusão dos conhecimentos a todos e criar princípios e regras do ensino.

#### Eis algumas ideias que caracterizam o seu pensamento:

- ▶ Era contrário ao conservadorismo da nobreza e do clero.
- ▶ Defendeu princípios para uma educação realista.
- ▶ Foi o primeiro a elaborar um processo pedagógico organizado.
- ▶ Para ele, a escola é lugar de formação de saberes, de

honestidade.

- ▶ A escola deve ser um lugar de aprendizado prático.

Principais princípios de Comenius:

- ▶ A finalidade da educação é conduzir à felicidade eterna com Deus – educação é força poderosa de regeneração da vida humana. Todos os homens merecem a sabedoria, a moralidade, religião.
- ▶ A educação é um direito natural de todos.
- ▶ Por ser parte da natureza, o homem deve ser educado de acordo com o seu desenvolvimento natural, de acordo com as características de idade e capacidade para o conhecimento.
- ▶ A assimilação dos conhecimentos não se dá instantaneamente, como se o aluno registrasse de forma mecânica na sua mente a informação do professor. O método intuitivo consiste na observação direta, pelos órgãos dos sentidos, das coisas para o registro das impressões dos alunos.
- ▶ Os conhecimentos devem ser adquiridos a partir da observação das coisas e dos fenômenos, utilizando e desenvolvendo sistematicamente os órgãos dos sentidos.
- ▶ Primeiramente, a assimilação das coisas, depois as palavras.
- ▶ Não se deve ensinar nada que a criança não possa compreender.
- ▶ Deve-se partir do conhecido para o desconhecido.
- ▶ As coisas devem ser ensinadas uma de cada vez.

Vejamos que muitas das ideias defendidas por Comenius, naquele tempo, são consideradas, na contemporaneidade, muito atuais. Podemos citar, como exemplo, o princípio que exalta o respeito ao desenvolvimento às características da idade do indivíduo para o aprender. Esse princípio é muito atual no campo da pedagogia e passou a ser retomado por outros teóricos da contemporaneidade sob outra conjuntura histórica.

## O pensamento pedagógico iluminista de Jean Jacques

**ROUSSEAU: O mundo dividido entre o antigo (a velha Escolástica) e as novas instituições laicas (reformadoras, a formação do homem novo).**

Jean Jacques Rousseau (1712-1778)

- ▶ Critica uma pedagogia autoritária, centrada na figura do adulto, bem como o autoritarismo na relações pedagógicas, o desrespeito pela infância, a disciplina exacerbada, o controle das ações e da criatividade do aluno, trazendo para o cenário da educação algumas ideias pedagógicas até então não consideradas e produzidas.

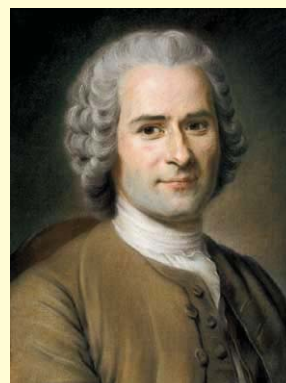


Fig. 06

Rousseau foi um pensador que procurou interpretar as aspirações do seu tempo, que era uma fase de mudanças nas formas de produção, gerando desenvolvimento da ciência e cultura, fase de diminuição do poder da nobreza e clero e ampliação da classe burguesa. Nesse contexto, cresce a necessidade de um ensino que fosse ligado às exigências do mundo da produção e dos negócios e, ao mesmo tempo, que contemplasse o livre desenvolvimento das capacidades e interesses individuais.

Nesse contexto, Rousseau propôs uma concepção nova de ensino, baseada nas necessidades e interesses imediatos da criança, respeitando suas singularidades e ritmos de aprendizado. Exaltava que as crianças são boas por natureza, pois elas têm uma tendência natural para se desenvolverem, são os interesses e necessidades imediatas do aluno que determinam a organização do estudo e seu desenvolvimento. Antes de ensinar as ciências, as crianças precisam ser despertadas para o seu estudo.

Defendeu ainda a ideia de que o contato da criança com o mundo que a rodeia é que desperta potencialidades naturais e interesses, pois a educação é um processo natural e deve ser pensada como fundamento do desenvolvimento interno do aluno.

Eis, em Rousseau o desenvolvimento da psicologia da aprendizagem, pois os princípios por ele defendidos apontam caminhos que incitam pensar no sujeito, no seu potencial para o aprender, bem como nos ritmos variados de aprendizado que instigam o triplé: motivação, interesse e aprendizado.

## Os séculos XVII e XVIII: A educação sob as luzes do liberalismo


A sociedade europeia já é eminentemente burguesa e urbana e o clero, ainda sobrevivente ao novo contexto, busca aliar-se a novos grupos sociais e adequar-se aos novos tempos, sob o risco de extinguir-se. Então, é o momento do clero voltar-se para a educação do homem burguês, ajudá-lo a dirigir, a comandar e tornar-se culto, educado e gentil. As ideias de Jonh Looke (1632-1704), na época, contribuíram para o progresso do conhecimento científico tomando como pilares a investigação e a experimentação empírica.

A Idade Moderna ainda conviverá entre o velho e o novo e isso irá refletir-se nas tensões vividas no mundo da arte. Por exemplo, a arte barroca, marcada pelos opostos com arquiteturas opulentas e arquiteturas sombrias; contrastes ainda presentes entre a fé e a razão, entre a influência ainda arraigada à velha escolástica e o modelo renovador, que propõe a formação de um homem novo, moldado sob novos valores da ciência e da produtividade.

A Filosofia também foi marcada por dualidades e contraditoriedades. De um lado, os que acreditavam na existência humana como algo meramente espiritual e de outro, os que defendiam a explicação da existência da realidade pelo lado material, concreto.

O século XVIII produz uma educação laica, criativa, crítica, mais racional, que se volta para atendimentos dos interesses sociais produzidos pela burguesia. É uma educação que não se restringe aos espaços meramente escolares, ela se abre para o social, para as livrarias, os cafés em praças públicas, as bibliotecas circulantes, no teatro, ou seja, os espaços públicos passam a ser locus em difusão do conhecimento contribuindo para formação de novas mentalidades e do homem cosmopolita. A mulher, que antes ficava confinada ao espaço privado, ao lar, sai às ruas, é a mulher que aprende a ler e escrever e vai ganhando gradativamente espaço no âmbito público no que diz respeito ao seu papel social e no mercado de trabalho.

Período em que a burguesia, deliberadamente, alcança o auge do poder político, consolidando-se como classe econômica; é a fase de consolidação de uma ideologia de classe, firmando-se com seus valores capitalistas e de divisão do trabalho.



Surge a figura do intelectual das luzes, que será o responsável por estabelecer a mediação entre os interesses do Estado e a sociedade. É nesse contexto que os teóricos Rousseau, Voltaire, Kant, dentre outros, ganharão destaque com suas ideias.

A escola torna-se pública e estatal, rejeita-se um currículo escolástico, considerado inútil e sem fundamentos, mas ensejado pela Companhia de Jesus e busca-se um saber que incida numa nova formação cultural que vislumbre as mudanças, as rupturas e os avanços sociais. No processo de redefinição da educação, as teorias pedagógicas também se redefinem, recusando o modelo de pensamento metafísicoreligioso, objetivista e fatalista. Busca-se uma pedagogia que mantenha unicidade entre teoria e prática, que discuta o pluralismo dos diversos paradigmas existentes e ponha em evidência o sujeito do conhecimento e seus conflitos.

A escola transnuda-se mediante essas mudanças e busca formar um homem social, ativo (e útil para a sociedade). São marcas desse modelo escolar – a dicotomia entre conformação (pondo em foco o homem socializado, com fortes valores na reprodução de regras sociais) e emancipação (corresponde à instância de liberdade (dos grupos, das classes sociais, dos sujeitos).

No século XVIII, especificamente em 1773, a estrutura eclesiástica da Companhia foi extinta e o domínio eclesiástico transferido para as mãos do Estado, sob o viés da laicidade, com uma escola que é pública e moderna, no sentido de atender aos interesses da classe burguesa. No entanto, a Igreja Católica não sai totalmente de cena, afinal sua grande influência não se espraia de um momento para o outro. (Estudaremos esse aspecto com mais detalhes na nossa próxima aula, quando fizermos uma leitura sobre a educação durante o período colonial brasileiro).

Voltando àquela pergunta inicial, a princípio, podemos concluir que a bússola contribuiu para as novas descobertas territoriais, facilitando as navegações, já a pólvora teve sua relevância para o uso das armas de fogo, para as conquistas nas batalhas empreendidas enquanto a impressão de livros impulsionou significativamente a difusão do conhecimento, antes restrito ao âmbito da Igreja Católica.

De uma forma geral, podemos considerar a Idade Moderna uma fase da história de grande efervescência socioeconômica e cultural que transborda para o renascer da cultura clássica e o vislumar de um novo mundo.





## Mãos à Obra

1. De acordo com os estudos realizados, indique, no mínimo, três grandes mudanças no pensamento educacional europeu decorrente da transição da Idade Média para a Moderna:

---

---

---

---

---

---

---

---



## Já sei!

Vimos alguns fatores que foram propiciadores da transição histórica da Idade Média para a Idade Moderna. Vimos também que, na Baixa Idade Média, a Igreja entrou em declínio e o Estado passou a assumir papel primário e não secundário nas ações sociais.

Com a decadência de valores antes defendidos pela Igreja católica, reascendem, no imaginário popular, novas ideias que passam a despertar nas pessoas novos valores que englobam valores econômicos, políticos e culturais. Entendemos também que o surgimento da nova classe burguesa favorece a busca pelos bens materiais em detrimento dos bens espirituais. Afinal, não podemos citar apenas um elemento responsável por essa transição histórica, mas um conjunto de elementos que, juntos, coadunam para uma nova época e um novo homem.

Novos conhecimentos e práticas, novos saberes e fazeres se fazem necessários nessa nova sociedade, afinal o homem que é despertado é um novo homem que deve se dedicar menos ao ócio e interagir mais ativamente no social. E é esse despertar das mentalidades que fará com que homens e mulheres busquem novas conquistas nos diversos vieses sociais.

## Leitura Complementar



JOSTEIN, Gaarder. O mundo de sofia: romance da história da filosofia. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

No site abaixo você terá acesso a leitura da obra de Comenius (A Didática Magna) na íntegra. Site: [www.culturabrasil.org/didaticamagna/comenius.jpg](http://www.culturabrasil.org/didaticamagna/comenius.jpg)



## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. São Paulo: Moderna, 2000.

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: Unesp, 1999.

CHAVES, Eduardo. A Filosofia da educação e a análise de conceitos educacionais. Disponível em: <http://chaves.com.br/textself/philos/ filed77- 2.htm>

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Ática, 2005.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. História da educação. São Paulo: Alínea, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

JOSTEIN, Gaarder. O mundo de sofia: romance da história da filosofia. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MONDIN, Battista. O humanismo filosófico de Tomás de Aquino. São Paulo: Edusc, 1998.

SOUZA, Neusa Maria Marques de. História da educação. São Paulo: Avercamp, 2006.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

Renascimento, reforma protestante e contra-reforma. (Lutero e Santo Inácio de Loyola) Disponível em: [www.ETEFMC.COM.BR/HTTP//PINCIPIOSDATEOLOGIA.BLOGSPOT.COM](http://www.ETEFMC.COM.BR/HTTP//PINCIPIOSDATEOLOGIA.BLOGSPOT.COM) e <http://www.geocities.com/athens/Oracle/1759/Rena.zip>

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1980.

## Fonte das figuras

Fig. 01 - [http://lh6.ggpht.com/\\_CgszWqouLUA/TTIkeLsTSxl/AAAAAAAAAFvY/tB2E\\_06Ecbc/biblia\\_thumb%5B1%5D.jpg](http://lh6.ggpht.com/_CgszWqouLUA/TTIkeLsTSxl/AAAAAAAAAFvY/tB2E_06Ecbc/biblia_thumb%5B1%5D.jpg)

Fig. 02 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/47/La\\_nascita\\_di\\_Venere\\_%28Botticelli%29.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/47/La_nascita_di_Venere_%28Botticelli%29.jpg)

Fig. 03 - [http://1.bp.blogspot.com/\\_RrMxhwluu4/TFqhl\\_vdXhl/AAAAAAAAAKM/AE\\_6WDuAZKE/s1600/ldade%2520Moderna%2520-%2520HISTORIA%2520DO%2520MUNDO.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_RrMxhwluu4/TFqhl_vdXhl/AAAAAAAAAKM/AE_6WDuAZKE/s1600/ldade%2520Moderna%2520-%2520HISTORIA%2520DO%2520MUNDO.jpg)

Fig. 04 - <http://storage.canalblog.com/46/40/178020/27796908.jpg>

Fig. 05 - [www.culturabrasil.org/didaticamagna/comenius.jpg](http://www.culturabrasil.org/didaticamagna/comenius.jpg)

Fig. 06 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b7/Jean-Jacques\\_Rousseau\\_%28painted\\_portrait%29.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b7/Jean-Jacques_Rousseau_%28painted_portrait%29.jpg)







## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



**A educação na Idade Contemporânea**

Aula

15





## A educação na Idade Contemporânea

## Apresentação e Objetivos



Falar sobre a educação contemporânea nos leva a pensar na educação do hoje, da transição que tem como marco histórico a Revolução Francesa e Industrial aos tempos atuais. É realmente um longo período, no qual precisamos demarcar, sem fragmentar, alguns fatos relevantes no campo educacional.

A Idade Contemporânea tem marcas e muitos resquícios de um tempo passado, marcas da pedagogia moderna, das ideias de alguns educadores que nos deixaram grandes legados para pensar na escola que temos e nas suas finalidades educativas. Rousseau é considerado um dos grandes expoentes da pedagogia contemporânea, assim como Comenius, que contribuiu significativamente para instigar a educação como direito de todos e a ideia de que, para ensinar, o professor deve partir do conhecido para o desconhecido. Essas ideias são muito atuais na contemporaneidade e foram pensadores dos séculos XVII e XVIII, como esses citados, que revolucionaram com seus ideais.

Na aula de hoje, buscaremos abordar esse tão vasto tema, discutindo os ideais da pedagogia contemporânea e, nessa discussão, destacando o legado histórico-educacional de pensadores como: John Dewey, Fröbel, Pestalozzi, Herbat, Karl Marx e Paulo Freire. Com a contribuição desses teóricos, vislumbraremos novas fronteiras do conhecimento: o Movimento da Escola Nova no mundo, a influência da epistemologia genética de Jean Piaget (1896-1980) e a psicopedagogia de Vygotski (1896-1934), a intercultura, as novas concepções de currículo e sociedade, dentre outros fatos importantes. Vejamos que a contemporaneidade é rica em mudanças, é campo fértil nas políticas educacionais, nos movimentos de cultura popular, nas ações político-educacionais da Igreja Católica, nos Movimentos de Educação de Base e em

muitos outros que mudaram os rumos da nossa educação.

São objetivos da aula de hoje:

- ▶ Entender as principais mudanças ocorridas na pedagogia na Idade Contemporânea.
- ▶ Conhecer os princípios teóricos de alguns educadores que propuseram mudanças na pedagogia contemporânea.
- ▶ Entender as rupturas históricas na pedagogia e as influências do pensamento moderno na contemporaneidade.
- ▶ Compreender qual o papel da escola na contemporaneidade.



Fig. 01



## Para começar

Observe a figura ao lado. O que ela faz lembrar? Apenas um círculo? Um globo?

Quem a projetou, certamente, quis passar uma representação do que simboliza a contemporaneidade. Observando-a, podemos destacar as diversas linhas que circundam entre si, os entrecruzamentos dessas linhas e as diversas formas que elas assumem, o que nos dá ideia de movimento e não estabilidade. Será isso a contemporaneidade? Movimento, dinamicidade, continuidade? É esse olhar de mudança, transição e dialética que iremos lançar para esse período da nossa história que é vivido por todos nós, homens e mulheres, e que nos faz pensar na educação que temos hoje e o que vislumbramos para um futuro próximo.



Fig. 02



## Contemporaneidade

Podemos dizer que a fase contemporânea apresenta algumas singularidades próprias do seu tempo, das suas mudanças sociais e econômicas, que irão configurar um modelo social baseado em mecanismos de controle das massas e do uso do tempo livre, além da proliferação das:

- ▶ ideologias;
- ▶ associações;
- ▶ propagandas;
- ▶ diversificações nos meios de comunicação.

Na dinamicidade social e nas diversas manifestações e regulamentação das massas, exprimem-se características profundas e constantes do tempo presente: a democracia, a expansão populacional, a universalização do ensino, a cidadania (o indivíduo que tem autonomia, opinião e bens, o sujeito político que reivindica plenos direitos).

Podemos definir, também, a contemporaneidade como a época em que os sujeitos superam suas particularidades para integrarem-se na coletividade, a cultura opera sua própria continuidade, em que se organizam processos de conformação às normas coletivas (através da mídia, da propaganda, da Igreja, da escola, dentre outras instituições). Nesse contexto, a educação torna-se o centro de gravidade da vida social, passando a ser o núcleo mediador da vida social, sendo fundamental para a formação pessoal e profissional.

É também a época da educação mais plural:

- ▶ onde se ativam integrações e inovações;
- ▶ onde se ativam processos de reequilíbrio social e processos de reconstrução e ruptura.

É uma educação social, coordenada por uma flexibilidade, agindo segundo modelos adequados à sua fase histórica de desenvolvimento. A educação contemporânea dá substância ao político, mas também se reelabora segundo um novo modelo teórico que integra:

- ▶ ciência;
- ▶ filosofia;
- ▶ experimentação;
- ▶ reflexão crítica.

## Educação e Ideologia

Caro(a) aluno(a), a educação contemporânea também é mediadora nos processos sociais plurais ou opostos, é dependente da ideologia expressa pelas mais diversas classes sociais, é produtora, reprodutora e divulgadora da ideologia, é também lugar de difusão social da ideologia (Althusser).

Althusser ressalta o papel reprodutor da educação e da escola, o qual é veiculado através das ideias, dos valores expressos nas diversas abordagens do conteúdo, das normas e condutas. Karl Marx também reconhece o valor ideológico da educação e a simbiose existente entre educação e ideologia através de uma expressão de classe social, dos objetivos sociopolíticos, dos interesses econômicos, dentre outras formas. Mas enfatiza o papel sócio-histórico do homem, como sujeito histórico no processo e capaz de transformar sua realidade de forma crítica e construtiva.



Fig. 03

Na contemporaneidade, a pedagogia encarregou-se dos objetivos ideológicos de uma sociedade via transmissão de conhecimentos, da incorporação de comportamentos, de atitudes mentais, da produtividade como estilo de vida, visando não somente o individual, mas também o coletivo.

Na sociedade contemporânea, os conhecimentos passam a ser organizados segundo uma ordem que reflete também os interesses divergentes e hierárquicos dos grupos sociais. Nesse sentido, a pedagogia contemporânea tem como centro uma função política, fazendo uma síntese orgânica de perspectivas de valores plurais. Em dado momento, manifesta uma função ideológica crítico-reprodutivista e, noutro, passa a ser difusora de um saber que projeta inovações sociais e culturais.

Os processos educativos, nesse contexto de mudanças da contemporaneidade, tem, em dado momento, conotação marcadamente ideológica, pois é um momento em que a família abriu-se à influência da sociedade por meios de comunicação e pelo envolvimento de todos os membros na vida social e a escola enfaticamente é estatizada e obrigatória para todos. O vínculo entre pedagogia-sociedade passa a ser um dos grandes temas/problemas da pedagogia contemporânea.

Os conflitos desse momento, vividos por todos nós, oscilam entre modelos tecnocráticos e modelos emancipativos. Isso significa dizer que:

- ▶ nos modelos tecnocráticos – há funcionalidade da escola não aberta a mudanças, respondendo apenas a um modelo gerencial e autoritário;
- ▶ no modelo emancipatório – a escola tem função crítica e transformadora, com estímulos utópicos.

Para entender melhor esse modelo educacional que se lança nos séculos XX e XXI, vamos destacar algumas ideias relevantes para o campo educacional que alguns educadores nos deixaram como legado histórico-educacional. Iniciemos pelo precursor da pedagogia tradicional, o alemão Herbart, defensor de que o professor é a base fundamental na qual se apoia o processo educativo, sendo o modelo e guia a quem o aluno deve imitar e obedecer. Considerado uma tábula rasa, o aluno deve ser passivo no processo de ensino. Controlando os interesses dos alunos, o professor vai construindo uma massa de ideias na mente, que irá favorecer a assimilação de ideias novas.

### **Johann Friedrich Herbart (Alemanha, 1766-1841)**

Foi ele o precursor de uma psicologia experimental aplicada à pedagogia. Seus estudos trouxeram grandes contribuições para a compreensão da pedagogia como ciência.

Para Herbart, o processo educativo se baseia, em seus objetivos e meios, na Ética e na Psicologia:

- ▶ A Ética orienta a moral que deve ser o fim último da educação;
- ▶ A Psicologia orienta a aprendizagem dando os fundamentos do método da instrução.



Fig. 04



Em seu tratado sistemático sobre educação, define que o objetivo da pedagogia deve estar centrado na educabilidade do homem através de três ações essenciais e básicas. São elas:

- ▶ o governo;
- ▶ a instrução e
- ▶ a disciplina.

O governo é a forma de controle que submete a criança às regras mundo adulto, mediante a vigilância, a autoridade e a satisfação permanente de uma série de necessidades infantis. A disciplina implica a autodeterminação, o amadurecimento moral e a formação de caráter, que são decorrentes da responsabilidade e dos modelos de comportamento. A instrução envolve a moral e o intelecto, estimula e desenvolve o interesse do indivíduo e, assim, facilita a consecução do governo e da disciplina.

A metodologia por ele proposta possui cinco passos formais: a preparação, a apresentação, a assimilação, a generalização e a aplicação. Conforme esses passos, segundo Herbart, a pedagogia deve centrar todo o processo de ensino e aprendizagem no professor, único responsável pela gestão coletiva e pelo trabalho escolar. A partir de um ensino unidirecional, o mestre impõe o conteúdo, o ritmo, a sequência de transmissão do conhecimento e os castigos aplicados àqueles que se desviam dos modelos.

Conforme esses passos, bem trabalhados pelo professor, poderíamos atingir o fim da educação que é a moralidade, atingida pela instrução educativa. Educar o homem, nesse sentido, significa instruí-lo para querer o bem, de modo que aprenda a comandar a si próprio. Você se lembra de aulas anteriores que falamos da pedagogia tradicional, quando estudamos sobre as teorias pedagógicas? Recordar-se que destacamos o filme "Sociedade dos poetas mortos"? Pois bem, esse filme reflete o primado da transmissão do saber constituído na tradição e nas grandes verdades acumuladas pela humanidade, celebrando uma concepção de ensino como impressão das imagens propiciadas ora pela palavra do professor, ora pela observação sensorial. Assim, a principal tarefa da instrução é introduzir ideias corretas na mente dos alunos, como se a ação de agentes externos fosse única em detrimento dos desejos, das expectativas e subjetividades próprias de cada um.

## O Pensamento Pedagógico da Escola Nova

Contraopondo-se a esse pensamento muito objetivista da educação, defendido por Herbat, tivemos alguns educadores que formularam suas ideias, configurando um movimento que ficou conhecido na história da educação como Movimento da Escola Nova. Temos os educadores: John Dewey, Maria Montessori, Friedrich Fröbel, dentre outros na contemporaneidade que defendiam uma escola mais aberta à democracia, bem como uma escola mais inclusiva, mais reflexiva e transformadora de processos convencionais de ensino e aprendizagem.

A Escola Nova foi um movimento internacional, iniciado em fins do século XIX, que propunha uma mudança de foco para a educação escolar, contraopondo-se à escola tradicional. A criança, com suas necessidades e capacidades, passava a ser o centro dessa educação em que o fazer deveria preceder o conhecer. Nesse sentido, operaram-se mudanças significativas na educação a partir do rompimento com uma instituição escolar formalista, disciplinar e verbalista e com uma pedagogia muito abstrata e geralmente metafísica, alheia ao espírito da criticidade e da criatividade.

Não podemos deixar de reconhecer a importância dos diversos estudos no campo da Sociologia, da Biologia e dos avanços nos estudos da Psicologia, em especial da psiquê infantil, aliados a novas pesquisas no campo educacional, que apontavam para a necessidade de profundas mudanças tanto no campo dos aspectos organizativos e institucionais, quanto nos aspectos ligados aos objetivos formativos e culturais.

## O Século XIX: A criança como sujeito educativo e aposta no centro da pedagogia

A infância é entendida, de acordo com os novos estudos da Psicologia, como uma fase em que se manifesta uma idade pré-intelectual e pré-moral, na qual os processos cognitivos se entrelaçam com a ação e o dinamismo, não só motor, como também psíquico. O espontaneísmo e a atividade da criança precisam ser trabalhados e libertos dos vínculos ditatoriais e da educação familiar e escolar, permitindo-lhe uma livre manifestação de suas inclinações primárias.

A criança é assumida na sua especificidade psicológica e na sua vida social, pois a infância é vista como uma idade diferente em relação à adulta, com processos evolutivos complexos e conflituosos, com

processos emotivos e cognitivos próprios. Percepção de que é na idade pré-escolar que se desenvolve o germe da personalidade humana. Há, nesse sentido, a chamada por uma rearticulação das instituições educativas funcionarem também como locais específicos para as crianças. Originam-se os chamados jardins de infância e o precursor dessa proposta é o educador Fröbel.

O alemão Friedrich Fröbel (1782-1852) foi o grande precursor do que hoje denominamos de creches, escolas de educação infantil e ainda jardins. Você deve estar lembrado desse teórico da educação, pois falamos sobre ele na aula 08. Ele foi o pioneiro em considerar o início da infância como uma fase muitíssimo relevante na formação dos sujeitos.

Já o educador suíço Pestalozzi (1746-1827) retoma algumas ideias de Rousseau, quando defende que, no ensino, é necessário partir das experiências dos sujeitos para que cada um possa desenvolver-se de acordo com o seu próprio meio. Nesse sentido, o homem deve ser assistido no seu desenvolvimento, sem imposições e castrações no seu potencial criativo.

Para Pestalozzi, os sentimentos tinham o poder de despertar o processo de aprendizagem autônoma na criança, sendo a função principal do ensino proporcionar nas crianças o desenvolvimento de habilidades naturais e inatas. A escola teria o papel de dar continuidade a uma educação já traçada no âmbito familiar, pois assim sendo, a escola seria um elemento extensor do lar, proporcionando conforto, segurança e afeto à criança.


Na contemporaneidade, muito se fala também da inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais nas escolas, uma vez que precisam ser assistidas nas suas diferenças. Essa ideia ganhou, na atualidade, lugar de destaque nas escolas e nas práticas educativas. Originalmente, foi criada pela médica e educadora Maria Montessori, cujas ideias veremos a seguir:

### **Maria Montessori (Itália, 1870-1952)**

Suas ideias se inserem no Movimento da Escola Nova de que falamos anteriormente e contrapõem-se a métodos tradicionais de ensino, que não respeitavam o desenvolvimento e a criatividade do sujeito.



Fig. 05



Foi ela quem teve a ideia de adaptar cadeiras para as crianças e criou materiais didáticos para o aprendizado, que tinham a função de estimular e desenvolver a criança de acordo com o seu ritmo próprio. Essa educadora deixou grandes contribuições à pedagogia moderna, como, por exemplo, entender a criança como ela é, interpretar que as crianças respondem rapidamente a estímulos, exercitam bastante a atividade motora e experimentam autonomia em relação ao seu fazer.

Com base nessa compreensão, Maria Montessori propôs mudanças compatíveis aos ritmos de aprendizado da criança com sua filosofia da educação. Para ela, a criança precisa de liberdade, dentro de seus limites, para se desenvolver, precisa ser estimulada em novas experiências, para desenvolver a criatividade. Quanto mais o ambiente corresponder às necessidades da criança, melhor será o seu desenvolvimento e o papel do professor é o de acompanhar o desenvolvimento da criança de forma prudente, sem imposições e indiferenças.

Montessori dedicou-se aos estudos de crianças “deficientes”, depois às crianças “normais”, propondo o despertar da atividade infantil através do estímulo e motivação, promovendo a autoeducação da criança, colocando meios adequados para o seu crescimento pessoal. Nesse sentido, para essa estudiosa, o educador não atuaria diretamente sobre a criança, mas ofereceria meios para a sua autoformação.

Essa visão do processo de ensino e aprendizagem condiz com a ideia de que só a criança é educadora da sua personalidade. Assim, o método de ensino deve empregar um abundante material didático (cubos, prismas, sólidos, caixas, cartões...) destinados a desenvolver a atividade dos sentidos, assim como uma organização espacial de um ambiente favorável ao aprendizado da criança, com estímulos de cores, material didático.

Outro grande expoente do Movimento das Escolas Novas no mundo foi o norte-americano John Dewey (1859-1952), grande representante dessa abordagem teórica da educação que buscava uma escola moderna, laica e gratuita. Desenvolveu a Pedagogia da Ação ou Ativa, fez críticas contundentes à obediência e submissão cultivadas nas escolas da época, enfatizou princípios de iniciativa, originalidade e cooperação nas ações pedagógicas.

Dewey trabalhou como professor e pesquisador, publicou estudos sobre psicologia, filosofia, lógica, moral e pedagogia. Sua filosofia centrava-se na noção de experiência e possibilitava ao sujeito uma constante troca com a natureza, através da arte e da imaginação.

## John Dewey (1859-1952)

Na aula 08, dialogamos sobre esse educador, vimos algumas das principais ideias defendidas por ele. Como vocês devem estar lembrados, para esse educador, a escola se redimensiona na medida em que o crescimento da criança passa a ser o ponto de partida, o centro e o fim da educação. Todos os estudos se subordinam ao crescimento da criança, só tendo valor quando atendem às necessidades desse crescimento.

Personalidade e caráter são muito mais que matérias de estudo para Dewey, pois o ideal não é acumulação de conhecimento, mas o desenvolvimento de capacidades, pois aprendizagem envolve um processo ativo de assimilação iniciado internamente. Portanto, aprender envolve um processo individual, ativo entre sujeito e meio.



Fig. 06 - A escola-laboratório criada por Dewey em Chicago: a prática acima de tudo.

É importante entender que os educadores, que defendem os princípios da Escola Nova, priorizam atividades que possibilitam o contato da criança com ambientes externos através da manipulação, da experimentação e da descoberta em função do seu desenvolvimento. É por intermédio do meio que educamos e somos educados.

Assim sendo, a escola deveria definir seus objetivos a partir das atividades e necessidades do indivíduo que se quer educar. Para tanto, o ponto de partida deve ser uma situação-problema que esteja integrada à vida do aluno e que o próprio aluno a reconheça como real. Nesse processo, Dewey considera que o mestre, sendo a pessoa com mais experiência do grupo, pode sugerir situações-problema a serem investigadas.

A segunda etapa desse princípio educativo trata da busca de soluções para o problema levantado. Posteriormente, se observam e se ordenam os dados obtidos em experiências anteriores e com o problema em questão. O material levantado passará a integrar o programa de estudo. Em uma quarta etapa, os alunos levantam hipóteses que poderão ser ou não comprovadas com o estudo. No caso de serem refutadas, deverão ser elaboradas novas hipóteses para a solução do problema levantado.

A atividade escolar deve centrar-se em situações de experiência onde são ativadas as potencialidades, capacidades, necessidades e interesses naturais da criança. Para tanto, o currículo deve tomar como base não os estudos convencionais que expressam a lógica do adulto, mas as atividades e ocupações da vida presente. A escola deve tornar-se local de vivência daquelas tarefas requeridas para a vida em sociedade, pois a escola, para Dewey, é sinônimo de vida.

Diferentemente da abordagem defendida por Herbart sobre o aluno e o professor, para Dewey, o aluno e o grupo passam a ser o centro de convergência do trabalho pedagógico, sendo a educação resultante de uma interação entre o organismo e o meio através da experiência e da reconstrução da experiência.

Vejamos que as ideias de Dewey contribuíram para ampliar a concepção de escola e educação, pondo em pauta o pensamento pedagógico que exalta a atividade humana, a práxis e a concepção de currículo. O currículo passa a dar espaço ao fazer (escolas ativas), ao trabalho, ao problema, rejeitando o intelectualismo e a abstração culturalista da tradição escolar humanística. Abrem-se espaços na escola para o que hoje se discute na perspectiva de um currículo integrado, que abre espaço para o trabalho que reunifica o pensamento e o fazer.

### **A Reintrodução da Práxis, da Atividade Laborativa na Escola e na Formação das Jovens Gerações**

Um dos grandes expoentes do pensamento contemporâneo é o educador Paulo Freire, o idealizador da Pedagogia Libertadora. Freire sofre influência direta de quatro raízes intelectuais distintas: do humanismo católico, do materialismo histórico e dialético (Marxismo), da filosofia alemã e da teoria do desenvolvimento. Freire também bebe nas ideias de Dewey, coadunando com a ideia da democracia, da relação escola e vida e da importância da problematização nos processos de aprendizagem. Sua produção cultural é decorrente de várias perspectivas teóricas, seja a personalizada no intelectual e revolucionário, seja na figura do militante político ou no filósofo da libertação.



Fig. 07



O pensamento freireano toma corpo no Brasil no início dos anos 60 do século XX, com os movimentos de educação popular e de “educação de adultos”. Nos anos 70, período do regime militar no Brasil, Freire é exilado e passa a produzir seus escritos e a orientar projetos de educação de adultos em vários outros países, nos quais é reconhecido até hoje como o principal pensador dessa modalidade de ensino. Nos anos 80, regressa ao Brasil e trabalha em várias instituições governamentais e não governamentais em prol da pedagogia libertadora.

Em seus escritos, Paulo Freire (2006, 2004, 1996, 1980, 1975) afirma que, a partir da prática educativa, os sujeitos podem mudar sua realidade. A pessoa e seu entorno se relacionam de forma dialética. Ao pensar e atuar sobre o que lhe rodeia, o sujeito modifica o seu entorno, ao mesmo tempo em que o entorno influencia e atua sobre o sujeito. Nesse contexto, a prática educativa, sendo uma prática social, em sua riqueza e em sua complexidade, é um fenômeno exclusivamente humano. Portanto, toda situação educativa implica em presença de sujeitos; em escolha de objetos de conhecimento – conteúdo; em definição de objetivos a que se destina a prática educativa e em escolha de métodos, processos, técnicas e materiais didáticos.

A pedagogia libertadora, hoje influenciando todas as modalidades de ensino, aborda a prática escolar a partir de temas geradores, advindos das realidades social, econômica, política e cultural da comunidade na qual a escola está inserida. Alunos e professores discutem e analisam os problemas identificados com o propósito de entendê-los melhor e, ao mesmo tempo, buscar soluções conjuntas para resolvê-los. O aluno aprende, através de exercícios, que a compreensão, a crítica e a reflexão possibilitam a análise de uma situação-problema. Desse modo, passam de um estágio de consciência ingênua a um estágio de consciência crítica.

Para ampliar a leitura sobre as ideias do educador Paulo Freire, veja os slides da aula.

Obviamente, se fôssemos destacar as ideias de todos os educadores que nos fazem pensar nos saberes pedagógicos da contemporaneidade, não conseguiríamos dar conta de tão vasto conteúdo, daí a perspectiva de, na aula de hoje, dar um enfoque (mesmo sabendo que poderíamos deixar de focalizar outros brilhantes nomes da pedagogia) para algumas ideias de Dewey, Freire, Herbart, Montessori, porque acreditamos que, com esse destaque, podemos ter compreensão de tão ricas possibilidades de diálogos que temos na contemporaneidade a partir das relevantes ideias desses educadores.

Vimos que, desde o Renascimento, o homem deixou de ser apenas criação divina para intervir de forma mais contundente na realidade. Não havia mais caminho para voltarmos à Idade Média, o próprio homem havia se encarregado disso e construído o seu próprio caminho que passou a ser trilhado de forma mais aberta, indagadora e problematizadora da realidade, impulsionando o repensar das diversas formas de conceber o conhecimento.

## Mãos à Obra



Mediante o exposto, questionamos:

1. Qual é o papel da instituição escolar na contemporaneidade?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Sabemos que a pedagogia hoje se apresenta como um saber complexo, porque é vista e interpretada por diversos paradigmas (modelos teóricos), por isso, articula-se de forma dialética com outros saberes, reconhece a complexidade, riqueza e variedade da realidade e dos diversos saberes existentes noutros campos do conhecimento. Nessa compreensão da dialética do ato de conhecer, é também importante ressaltar que o trabalho epistemológico nunca está completo, devendo ser constantemente retomado, revisto, além de termos, ainda, de considerar cada abordagem teórica existente como provisória e em construção.

Podemos, portanto, acreditar que a pedagogia, como está colocada na contemporaneidade, desafia o educador a uma busca constante de sua identidade profissional, no sentido desse profissional, professor, não ter seu processo de formação acabado. Nesse sentido, o processo da formação docente é contínuo, fazendo parte uma práxis centrada na dialética ação-reflexão-ação. É, pois, um retomar incessante do fazer pedagógico, considerando a multiplicidade da realidade e suas interfaces no processo histórico. Mais uma vez você é convidado a pensar e repensar sobre a função social da escola nos tempos atuais e em que sentido ela está contribuindo significativamente e correspondendo às expectativas de formação educacional dos homens e mulheres.



Fig. 08



## Mãos à Obra

Indique, no mínimo, três contribuições de educadores contemporâneos na reformulação do papel da educação. Discuta com o seu colega especificamente as contribuições teóricas do educador Paulo Freire para a prática educativa.



## Já sei!

Vimos que a educação contemporânea não contempla uma única abordagem sobre as questões pedagógicas. São várias as contribuições advindas dos diversos campos do conhecimento que enriquecem e ampliam as concepções de ensino e a aprendizagem, bem como das concepções de educador e educando.

Nessa pluralidade de saberes, a pedagogia apresenta-se como saber inacabado, que vem sofrendo reformulações contextuais decorrente de interesses sociais divergentes. Ela é reflexo também dos antagonismos culturais, dos interesses mercantilistas e das políticas educacionais que se consubstanciam com os grupos que estão no poder e das lutas de classes.

Estudamos também que foram vários nomes de teóricos no campo educacional a exemplo de Dewey, Fröbel, Montessori e Freire, que se destacaram com suas ideias e revolucionaram o pensamento pedagógico na contemporaneidade. Suas ideias serviram de base teórica para repensarmos o papel da escola e das finalidades educativas, assim como, perspectivarmos novas mudanças inerentes ao próprio processo histórico de construção do conhecimento mediante novas configurações sociais e culturais do fazer pedagógico que não é estático no tempo e espaço, mas que requer a existência de uma práxis retomada na dialética do processo.



## Leitura Complementar

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: Unesp, 1999.



## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 2000.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

CHAVES, Eduardo. *A Filosofia da educação e a análise de conceitos educacionais*. Disponível em: <http://chaves.com.br/textself/philos/filed77-2.htm>

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2005.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. *História da educação*. São Paulo: Alínea, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

JOSTEIN, Gaarder. *O mundo de sofia: romance da história da filosofia*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MONDIN, Battista. *O humanismo filosófico de Tomás de Aquino*. São Paulo: Edusc, 1998.

SOUZA, Neusa Maria Marques de. *História da educação*. São Paulo: Avercamp, 2006.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: Do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1980.

## Fonte das figuras

Fig. 01 - [http://2.bp.blogspot.com/\\_WIs5GzV5ZNY/SYXXTCsSOSI/AAAAAAAAABg/LpHxvTBzE\\_I/s320/untitled+3.bmp](http://2.bp.blogspot.com/_WIs5GzV5ZNY/SYXXTCsSOSI/AAAAAAAAABg/LpHxvTBzE_I/s320/untitled+3.bmp)

Fig. 02 - [http://fc03.deviantart.net/fs70/f/2010/001/6/6/Sphere\\_Spirals\\_by\\_paomigs.jpg](http://fc03.deviantart.net/fs70/f/2010/001/6/6/Sphere_Spirals_by_paomigs.jpg)

Fig. 03 - [http://www.appai.com.br/Jornal\\_Educar/Jornal37/pluralidade\\_cultural/tit.gif](http://www.appai.com.br/Jornal_Educar/Jornal37/pluralidade_cultural/tit.gif)

Fig. 04 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/97/Johann\\_F\\_Herbert.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/97/Johann_F_Herbert.jpg)

Fig. 05 - <http://acrobaciasenlaluna.files.wordpress.com/2010/05/imagen14.jpg>

Fig. 06 - <http://revistaescola.abril.com.br/img/historia/022-dewey-02.jpg>

Fig. 07 - [http://1.bp.blogspot.com/\\_agQAjZvCT\\_Y/S6wLV21rm9I/AAAAAAAAAbQ/HsxcBwCsTAo/s1600/aula.....jpg](http://1.bp.blogspot.com/_agQAjZvCT_Y/S6wLV21rm9I/AAAAAAAAAbQ/HsxcBwCsTAo/s1600/aula.....jpg)

Fig. 08 - <http://www.icnews.com.br/wp-content/uploads/2010/12/COL483O-Messias-brasileiro-se-chama-Educacao1.jpg>







## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



**A educação no período colonial**

Aula

16



## Apresentação e Objetivos



Falar da educação brasileira no período colonial é abordar sobre as nossas origens culturais, históricas. É buscar entender quais influências encontram-se nas nossas bases culturais e em que elas incidiram no pensamento educacional contemporâneo. Esse tema é de fundamental importância para nós, brasileiros. O escritor Sérgio Buarque de Holanda diz que ler sobre esse período da história é entender as nossas heranças culturais, as raízes do Brasil.

Nesta aula, utilizaremos como leitura base o capítulo 1 do livro "Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980", da autora Solange A. Zotti. A fonte completa desse capítulo encontra-se no final desta aula, na parte das referências. Esse capítulo, intitulado: "Sociedade, educação e currículo no Brasil Colônia", é uma leitura muito instigante porque é menos descritiva e mais analítica e focaliza os saberes difundidos na época, trazendo para o cenário de discussão a sistematização do currículo escolar oficial no Brasil.

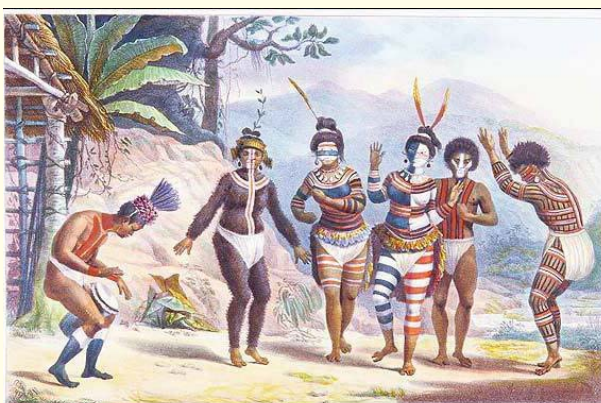


Fig. 01 - Dança dos nativos, obra de Jean Debret



Quem ainda não se debruçou sobre essa leitura e os que dela já se apropriaram, é convidado, na aula de hoje, a ler e interpretar mais sobre essa história, que não é harmônica, mas sim, permeada por lutas, entraves e jogos de interesses entre grupos sociais.

São objetivos da aula de hoje:

- ▶ Interpretar, à luz da historiografia, a educação no período colonial brasileiro.
- ▶ Entender as finalidades educativas da Companhia de Jesus no Brasil.
- ▶ Analisar a proposta curricular da educação colonial e a organização dos primeiros estabelecimentos de ensino no Brasil colônia.
- ▶ Compreender as raízes culturais brasileiras sob o prisma da colonização europeia.



## Para começar

Iniciamos a aula de hoje fazendo os seguintes questionamentos:

- ▶ O que representou culturalmente a ação missionária da Companhia de Jesus para a educação brasileira?
- ▶ Que heranças culturais herdamos da ação colonizadora europeia no Brasil?
- ▶ Em que essa ação incidiu na difusão e estruturação do currículo escolar brasileiro? Que legado histórico herdamos desse período?



Fig. 02 - Padre jesuíta Antônio Vieira numa ação missionária.



## **Educação no período colonial: a cruz e a espada como facetas de uma mesma moeda**

Antes da existência da Companhia de Jesus, no Brasil, a educação não era escolarizada. Naquele contexto, a escravidão indígena era necessária aos interesses da burguesia mercantil, uma vez que o escravo era fonte de lucro.

O primeiro momento da colonização incide na exploração da terra, na posse e educação enquanto aculturação. A política colonial tinha como objetivo central a passagem do modelo mercantil para o industrial. Para tanto, não houve uso de espadas e escudos com o foi na antiguidade clássica. Os padres jesuítas apoiavam seu trabalho missionário nas ideias cristãs e a sua maior arma era a cruz, onde a imagem de Deus refletia-se em todas as suas pregações.

Rememoremos que a educação ocorrida com os primeiros brasileiros, habitantes do país, é empírica, é coletiva, ocorre através das ações coletivas no cotidiano, pelas experiências, na ação do homem com o meio, em práticas coletivas baseadas na economia de subsistência, restritas ao grupo local, sem fins mercantilistas. A educação, nesse contexto, espraia-se nas tradições vividas, no aprender fazendo, nas experiências compartilhadas pelo grupo e para o grupo.

A ação colonizadora dos europeus rompe com essa realidade, impondo novos costumes e saberes a serem assimilados. Segundo a historiografia, a cultura trazida pelos portugueses, reprime, massacra e rompe contundentemente com a cultura indígena aqui existente. O modelo econômico, que antes era comunista e eminentemente agrário, cede espaço gradativamente para o modelo mercantilista, iniciando-se todo um processo de ocupação, exploração e difusão de valores econômicos e culturais divergentes dos valores originais que permeavam as relações sociais antes existentes.

O modelo educacional, implantado nos primórdios da colonização, tinha propósitos firmes:

- ▶ A difusão dos saberes baseados na doutrina cristã, ensinando-se os chamados bons costumes (baseado no modelo de educação europeia) e as primeiras letras.



Apesar de a historiografia reconhecer a existência da ação da ordem religiosa franciscana nos primórdios da colonização brasileira, reconhece também que, pelos franciscanos atuarem em pequenos grupos e permanecerem pouco tempo em cada região, suas ações e influência de ideias acabaram sendo fracas. Isso, considerando também a existência e influência educativa de outras congregações religiosas, a exemplo dos beneditinos, dos carmelitas, dos mercedários, dos capuchinhos, que atuaram de forma dispersa, ao contrário dos Jesuítas, que tiveram forte apoio oficial da Coroa portuguesa no sentido financeiro e de proteção da Ordem.


Para você ter uma ideia desse apoio econômico, saibamos que, em 1564, foi adotado pela Coroa portuguesa o plano da redízima, que significava que dez por cento do imposto arrecadado na colônia brasileira deveria ser destinado à criação e à manutenção dos colégios criados pelos jesuítas.

Mas o grau de envolvimento dos jesuítas com questões materiais não cessa apenas com esse investimento da Coroa Portuguesa, pois a Companhia passou a se preocupar em criar condições materiais para manter suas obras espirituais e, com os favores e auxílios cedidos por Portugal (a exemplo de isenção de tarifas, mão-de-obra gratuita dos índios), houve grande favorecimento nesse sentido. Para tanto, um imenso patrimônio financeiro foi gradativamente sendo conquistado pelos jesuítas através da aquisição de casas de aluguel, terras de cultivo, engenhos, currais, escravos, fazendas, além dos seminários, colégios e igrejas.

Há, ainda, estudos recentes, a exemplo da dissertação de Ana Maria Freire (ver referência completa no final da aula), que aponta para esperteza da Companhia de Jesus ao fundar estabelecimentos de ensino em pontos estratégicos no Brasil, onde se previa ou se especulava a existência de minérios e a possível exploração econômica.

Caro(a) aluno(a), todos esses bens foram trazendo boas rentabilidades para a Companhia de Jesus, o que posteriormente irá causar desentendimento político entre os padres e a Coroa Portuguesa.

Estrategicamente, os jesuítas lograram um sistema educacional estruturado que permaneceu mais de dois séculos no Brasil, conseguindo, assim, fundar fortes alicerces baseados nos valores da Ordem religiosa no Brasil.



O eixo central da catequese tinha caráter pedagógico. Vamos entender o que isso quer dizer. Veja que as ações jesuíticas eram baseadas no convencimento, o que implicava práticas pedagógicas sistematizadas do saber (institucionalizadas através de escolas) e práticas não institucionalizadas (as ações que se davam de forma ambulante, fora do âmbito escolar, através das missões). Essas últimas faziam parte do cotidiano vivido pelos nativos.

Nesse contexto, a catequese (associada ao idioma da língua portuguesa, aos costumes de Portugal e à doutrina católica) funcionou não somente como estratégia evangelizadora, mas também como estratégia econômica, pois interessava ao colonizador e à Companhia de Jesus tornar o indígena menos abrasivo, mais calmo (dócil) e, portanto, mais fácil de aproveitá-lo como mão-de-obra. Afinal, na visão dos portugueses, éramos bárbaros, selvagens. O português, desenhado na figura do gentio e civilizado, vinha com a intenção de explorar e escravizar os indígenas existentes.

Os indígenas, ao verem as terras brasileiras invadidas pelos europeus, apresentaram algumas resistências, de forma ostensiva, com as armas de que dispunham, bem como com ataques aos aldeamentos ou missões empreendidas pela Companhia de Jesus. Reações essas que finalizaram com a posse da terra pelo português, bem como a escravidão do indígena. Essas reações do índio, durante muito tempo, foram ocultadas pela historiografia, pois somente as vozes e as ações do branco eram exaltadas. Felizmente, o cenário e os sujeitos históricos aparecem de uma forma diferente nos livros de história na atualidade. A concepção positivista, aos poucos, está sendo desmistificada e surgem no cenário novas vozes e sujeitos históricos, a exemplo do índio, dos judeus, das mulheres e dos povos oprimidos.

Você já assistiu ao filme: “A missão”? Ele é bem interessante porque vislumbra o cenário da ação missionária dos jesuítas durante as primeiras ações denominadas “missões”, que eram ações ambulantes realizadas pelos padres jesuítas com a finalidade de catequização, em lugares de difícil acesso onde existiam comunidades indígenas.

A Companhia de Jesus foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola e reconhecida e autorizada pelo papa Paulo III para funcionar em 1540. É considerada a ordem religiosa dominante no campo educacional nos primórdios da educação brasileira.

Sua criação se deu à necessidade da Igreja Católica em potencializar estratégias regulamentadoras da sua ação para combater o movimento e avanço da Reforma Protestante, estando também na linha de frente no processo de colonização da América portuguesa e espanhola. A preocupação com a aculturação ostensiva do colono, do indígena e a primazia pelos valores espirituais e morais da civilização ocidental cristã eram o foco visíveis nas ações desses missionários.



Fig. 03- Inácio Loyola

A Companhia de Jesus age como salvadora da alma dos gentios, não deixando transparecer também os seus interesses mercantilistas. Veio dar apoio na colonização da terra brasileira e buscar por riquezas naturais. Como estratégia de ação, tornar dóceis os gentis através da catequese era uma ação significativa, pois não exigia a força bruta, mas o convencimento por meio das ideias, do cultivo do espírito através de uma ação missionária que incidia no processo de aculturação (na transmissão de valores, costumes, comportamentos, conhecimentos e práticas culturais).

### **O; primórdio; de atuação da pedagogia jesuítica**

Podemos considerar que a primeira fase da educação jesuítica corresponde ao uso do plano de instrução criado pelo padre Manoel da Nóbrega. Como já abordamos sobre esse Plano de estudos na aula de número 08, iremos retomar alguns pequenos aspectos dele e solicitar que você reveja a aula anterior.

O plano inicial, elaborado por Nóbrega, previa o aprendizado da língua portuguesa pelos indígenas, assim como o aprendizado da leitura e escrita da doutrina cristã, o canto orfeônico, a música instrumental e ressaltava o aprendizado agrícola e a gramática latina para os que objetivavam prosseguir estudos superiores na Universidade de Coimbra.



Fig. 04 - Jesuítas catequizando índios

O primeiro plano educacional tinha o objetivo de catequizar e instruir os índios, educar os filhos de caciques e os filhos de colonos brancos dos povoados. Inicialmente também se previa recrutar índios para seguir a formação sacerdotal.

O Plano encontra sérias resistências a partir de 1556. Nóbrega entra em choque com a própria ordem religiosa e cede-se espaço para a implementação do Ratio Studiorum que, nas suas origens, concentra seu conteúdo nos elementos de cultura europeia, priorizando os estudos de Humanidades, Filosofia e Teologia. Lembra que já havíamos abordado, em aula anterior, sobre o Ratio Studiorum, quando discutimos a origem das primeiras instituições escolares no Brasil e da Pedagogia Tradicional?

O plano legal seria então catequizar e instruir o indígena e o plano real limitava-se apenas à instrução aos descendentes dos colonizadores, sendo os indígenas limitados à catequese. Os portugueses perceberam logo que era lucrativo tornar o índio mais dócil porque era fácil de ser aproveitado como mão-de-obra.

Esse planejamento inicial de instrução, portanto, encontrou sérias oposições pela própria Ordem religiosa, sendo suplantado pelo Plano Geral de Estudos da Companhia de Jesus e concretizado no Ratio Studiorum. Entendamos também que o plano inicial proposto por Nóbrega ficou desconsiderado pela Companhia de Jesus a partir do momento em que a própria Companhia manifestou a busca por novos interesses, como a relação mais íntima com a elite aristocrática em detrimento dos índios, a preocupação com a catequese e menos com a instrução do nativo, dentre outros.

Uma das estratégias posta em prática pelos jesuítas, de início, foi atrair os gentios, os nativos, agindo sobre as crianças. Foi fundado, na Bahia, o Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia e o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente. Pela mediação dos meninos brancos, buscava-se atingir os nativos e, por meio deles, os pais, atraindo, assim, a família toda para a doutrina católica.

Outra estratégia usada pelos padres foi o aprendizado da língua nativa dos índios do Brasil, principalmente pelo padre José de Anchieta. O aprendizado da língua indígena garantia uma melhor aproximação, convivência e, acima de tudo, melhor repasse da doutrina católica para a comunidade indígena.

Os jesuítas fundaram colégios e seminários em várias regiões do território brasileiro, focalizando os aspectos da colonização, da educação e com muita ênfase na catequese. Os colégios e seminários foram fundamentais para os próprios jesuítas, uma vez que eles deveriam ser preparados para o exercício do sacerdócio e para a docência. Para efetivação dessa prática, selecionavam cuidadosamente os livros a serem lidos e o trabalho docente não deveria suscitar a curiosidade e o espírito livre. O docente deveria exercer o controle das ideias/pensamentos.

Os colégios jesuíticos, portanto, passam a ser instrumentos de formação da elite colonial.

Com a expansão dos colégios religiosos sob a égide da Companhia de Jesus, nos quais a luta contra o Protestantismo era a finalidade maior,

há necessidade de dar uma maior uniformidade nas ações e na estrutura curricular desses colégios. Para tanto, como já vimos na aula 08, é criado, em 1599, o Ratio Studiorum, um chamado programa de estudos dos Jesuítas, que previa a estruturação dos conteúdos desde o ensino elementar até o superior.



Fig. 05 - Pregação Jesuítica

Só para lembrar, o Ratio Studiorum contemplava um programa pedagógico formativo, com uma rígida normatização disciplinar das ações cotidianas dos colégios, desde o cumprimento de horários, os planos de ensino e a sequência que deveria ser dada aos estudos. Vigorava a pedagogia tradicional na sua vertente religiosa, com primazia para ações e métodos rígidos de ensino, assim como a exacerbação para o conteúdo de ensino e as regras do aprender e ensinar.

Fazia parte do ensino a ênfase pela memorização dos textos sagrados, com base na repetição. O conteúdo priorizado no Ratio Studiorum refletia os anseios da Contrarreforma, contra a formação do espírito crítico e um apego aos dogmas da igreja e a revalorização da escolástica. As ideias trazidas no currículo contribuíam para supervalorizar o poderio da Igreja, assim como o amor às letras e o



desapego à análise, à pesquisa e à experimentação. Nasce, portanto, com os jesuítas, uma didática rígida, fechada em regras hegemônicas e inflexíveis.

Era um currículo de base cultural europeia, que enfatizava a parte literária e acadêmica com objetivo de atender aos anseios da classe superior, desconsiderando a realidade contextual da maioria dos que aqui habitavam, sem a preocupação, por exemplo, com a preparação para o trabalho.

A base epistemológica do Ratio assenta-se também na concepção essencialista de homem. Vejamos o que isso quer dizer:

A concepção essencialista concebe o homem como essência universal e imutável, cabendo à educação moldar o homem para uma essência universal que irá defini-lo enquanto ser humano. Essa visão prevaleceu no programa de estudos do Ratio, sendo bem aceita, uma vez que proporcionava uma boa relação da filosofia com a tradição cristã.

Na formação religiosa, havia uma grande tradição familiar a ser exaltada – o primeiro filho seria o herdeiro; o segundo, o letrado e o terceiro deveria seguir a carreira religiosa. Essa tradição, herança da educação jesuítica, foi exaltada durante mais de dois séculos no Brasil, contribuindo para perpetuar valores morais e religiosos.

Foram vários os propósitos da Companhia de Jesus, dentre alguns:

- ▶ Formar religiosos com base na doutrina cristã para defender os interesses da Igreja Católica;
- ▶ Preocupação com a conversão indígena à fé católica mediante ação catequética e a instrução;
- ▶ Converter os pagãos;
- ▶ A catequese indígena (usada como fonte de novos adeptos e também para tornar o índio mais dócil);
- ▶ A preparação educacional dos filhos dos colonos;
- ▶ Atingir a educação das elites;
- ▶ Criar mecanismos de ação para atingir os seus propósitos, dentre eles a fundação de colégios e seminários, onde era disseminada a doutrina cristã;
- ▶ Fundação de colégios e seminários, onde era disseminada a doutrina cristã;



- ▶ Programar estudos obrigatórios, em que se previa o controle da disciplina escolar, horários e métodos de estudo;
- ▶ Fundar seminários e colégios em locais onde havia indicação e riquezas naturais, a exemplo de minérios a serem explorados;
- ▶ A preparação/formação do quadro docente;
- ▶ O privilégio do trabalho intelectual em detrimento do manual.

## **A reforma pombalina da instrução**

Caro(a) aluno(a), mediante os objetivos citados anteriormente, dá-se a entender que a Companhia de Jesus, além de conseguir montar todo um aparato estrutural e, acima de tudo, econômico, para valer os seus objetivos, manteve presente finalidades educativas que representavam o ideário da Igreja Católica e não os da nação.

Devido a esse e outros fatores, os jesuítas passaram a ser acusados por Portugal de serem portadores de interesses econômicos pessoais em detrimento da Coroa portuguesa, além de concentração de poder.

Os jesuítas foram expulsos de Portugal e do Brasil em 1759, sendo acusados de trair a Coroa Portuguesa. A companhia de Jesus foi acusada de ser detentora de um poder econômico o qual deveria estar concentrado nas mãos do Estado, e acusada também de educar o cristão a serviço dos seus próprios interesses e não do país.

Outro fator influente na expulsão dos jesuítas foi a decadência econômica pela qual Portugal passava. Portugal chega, em meados do século XVIII, atrasadíssima no aspecto econômico, cultural e científico em relação a outros países, a exemplo da Inglaterra. O ensino ainda ocorre nos moldes do Ratio Studiorum. O estudo da língua latina e a filosofia moderna (Descartes) não aparecem no currículo das escolas, tudo isso são fatores preocupantes do quadro geral do país.

A penetração em Portugal das ideias iluministas e a difusão de ideias de base empirista e utilitarista também contribuem para gerar um quadro de insatisfação do ensino, uma vez que eram ideias que divergiam dos interesses eclesiásticos.

Ao inverso do que os jesuítas apregoavam no currículo escolar, a reforma de Portugal, empreendida a partir da nomeação do Marquês de Pombal como ministro responsável pela secretaria do Exterior e da Guerra, previa instaurar uma nova Portugal com métodos de ensino mais modernos. Isso instaurou uma nova ciência que despontava com os estudos de base mais racional e menos espiritual, rompendo com o método escolástico.

O marquês de Pombal busca recuperar a economia através da concentração do poder real com o objetivo de modernizar a cultura portuguesa.

Consustanciado pela ideias iluministas, o projeto do Marquês de Pombal era audacioso e, acima de tudo, mercantilista, pois previa também, como ponto de partida, modernizar Portugal, deixando-a mais independente economicamente de outros países, além de aproveitar de forma mais racional a exploração ouro do Brasil, buscou também instalar indústrias e dinamizar o comércio em Portugal, ativar o progresso científico, elevar o nível de riqueza e bem-estar da população, fortalecer o papel do Estado.



Fig. 06 - Marquês de Pombal

Como providência imediata do ministro, houve o fechamento dos colégios jesuítas e, no lugar desses, houve a introdução de aulas régias mantidas pela Coroa Portuguesa (que eram aulas isoladas, avulsas).

Além das mudanças elencadas acima, destacamos algumas mais, projetadas pelo Marquês:


- ▶ criação do cargo do diretor de estudos – atribuição de supervisionar o ensino;
- ▶ a reforma da Universidade de Coimbra;
- ▶ reforma curricular, diversificando o conteúdo do currículo, inserindo disciplinas consideradas científicas e modernas;
- ▶ aprimorar a língua portuguesa;
- ▶ extinção de todas as classes e escolas dirigidas pelos jesuítas;

- ▶ devolução dos bens materiais adquiridos pela Companhia de Jesus à Coroa portuguesa;
- ▶ desenvolvimento da cultura geral;
- ▶ reativar a paz política;
- ▶ reduzir o poder eclesial;
- ▶ retirar os indígenas do controle eclesial;
- ▶ vincular a Igreja ao Estado, tornando-a independente de Roma (1960);
- ▶ tornar o ensino a cargo do Estado e não da Ordem religiosa, financiado pelo Estado e para o Estado;
- ▶ ideia de relacionar o conteúdo teórico ao conteúdo prático;
- ▶ simplificar e abreviar os estudos, fazer com que houvesse o maior interesse pelos cursos superiores;
- ▶ formar o perfeito nobre, o negociante.

No Brasil, as reformas pombalinas não ocorreram de imediato, funcionaram em ritmo lento, com algumas resistências e com a escassez de recursos financeiros. Somente em 1772 é que foi criado o subsídio literário, imposto que seria aplicado especificamente no campo educacional, e que foi criado com a intenção de amenizar os problemas de déficit da receita arrecadada para a pasta da educação.

Outra péssima situação ocorrida no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Norte, no campo educacional após a expulsão dos jesuítas, foi a referente ao corpo docente, pois, a partir de então, inicia-se de forma contundente, a inserção, no campo pedagógico, de professores desqualificados (ao contrário dos padres jesuítas que tinham uma boa preparação para exercer a profissão). Além disso, havia frequentes atrasos no pagamento, salários reduzidos e o improvisado dos locais onde as aulas aconteciam, pois as aulas régias ou avulsas podiam funcionar em qualquer lugar, até na casa do professor, sem necessariamente precisar ter uma articulação com as outras cadeiras de ensino.

Uma instituição que foi criada em 1800 durante o ensejo iluminista foi o Seminário de Olinda, pelo bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. O seminário funcionou como uma das melhores escolas secundárias do Brasil e incorporou, desde o início, no seu currículo, os estudos de filosofia natural, as ciências consideradas modernas como a física experimental, história natural e química, com ênfase para o saber prático e investigativo.



Veja que a reforma no campo educacional, com a saída dos jesuítas do cenário, busca um ensino que não mais sirva apenas aos interesses cristãos, mas à formação do cidadão e de um homem revestido de um saber prático e especulativo.

A reforma teve influxo de 1759 a 1834 e visava transformar Portugal numa metrópole capitalista, a exemplo da Inglaterra. Priorizava especificamente a estatização e secularização da administração do ensino, retirando toda a responsabilidade do ensino das mãos da Igreja e concentrando a responsabilidade da educação no Estado e particularmente na figura do diretor-geral de Estudos, agente criado a partir do alvará de 28 de junho de 1759.

Percebe-se, pois, de forma muito clara, a retirada do cenário da Igreja e do predomínio das ideias cristãs em função do privilégio do Estado na instrução com base nas ideias laicas sob inspiração do iluminismo.

Com a reforma pombalina da instrução, houve alguns avanços no ensino no sentido de se pensar nos novos métodos de ensino e leitura, na inserção das novas ciências. No entanto, de uma forma geral, houve um grande retrocesso com a inserção de aulas avulsas (régias) no currículo, aulas de latim, grego, filosofia e retórica.

Antes, as aulas eram organizadas pelos jesuítas em forma de cursos de Humanidade. Com a saída dos padres, do cenário educacional, cede-se espaço para o imprevisto e para a desorganização do processo de ensino.

Também com a institucionalização da Reforma Pombalina da instrução, abre-se espaço para a atuação de professores não qualificados, pois a reforma não teve a preocupação com a criação de um quadro docente qualificado para substituir os padres jesuítas. Não houve de imediato a substituição dos professores católicos; houve sim, a inserção de um quadro de professores civis improvisados que, bastando ter um conhecimento básico da leitura e escrita, podiam lecionar.

É importante entendermos que os jesuítas, durante os duzentos e dez anos em que atuaram no Brasil, construíram um legado históricocultural que, mesmo mediante a expulsão, permaneceu e foi transmitido a várias gerações. E não foram apenas os saberes herdados, mas todo o aparato estrutural de colégios e seminários fundados pela Companhia.

Apesar da desestruturação causada pela saída da Companhia de Jesus, pela inserção de professores civis maus preparados para exercer a docência, há de se convir que os docentes que haviam estudado sob os ensinamentos dos padres jesuítas serviram como reprodutores de suas ideias, dando continuidade, de certa forma, no repasse de valores e saberes.

Reverendo àquelas perguntas feitas no início da aula, dentre elas: O que representou culturalmente a ação missionária da Companhia de Jesus para a educação brasileira? Que heranças culturais herdamos da ação colonizadora europeia no Brasil? Em que essa ação incidiu na difusão e estruturação do currículo escolar brasileiro? Que legado histórico herdamos desse período? Há outros questionamentos decorrentes desses, os quais podemos chegar a diversas interpretações sobre esse período da história da nossa educação brasileira, dentre eles: Esse período da colonização foi significativo em termos de mudanças no campo educacional? Significativo para quem? Negativo para que grupo social? Os conteúdos do currículo correspondiam a quais anseios sociais? Esse currículo contribuiu para manter que tipo de estrutura social? Atendiam aos anseios sociais da vida da colônia?

Essas dentre outras indagações servem, pois, de exercício filosófico para entendermos essas raízes culturais, as raízes do Brasil, como cita Sérgio Buarque de Holanda. E essas raízes são fundamentais para entendermos os elos que se dão entre o passado e o presente, sem, no entanto, exaltar um ou outro, mas interpretar os entrecruzamentos da história, que é permeada por idas e vindas; portanto, uma história em construção.

Esperamos que você tenha feito uma boa síntese desse período, pois, na próxima aula, daremos continuidade histórica, tratando do império brasileiro. Durante o império, teremos vários resquícios dos fatos ocorridos no período colonial e isso nos permite pensar que a história não é linear, mas contraditória e cheia de dinamicidades.

## Mãos à Obra



1. A partir da leitura do capítulo: "Sociedade, educação e currículo no Brasil colônia", da autora Solange Zotti, faça uma síntese dos principais saberes do currículo empregados pelos jesuítas durante o período colonial.
2. Com base na leitura realizada sobre a temática "a educação no período colonial", discuta em pares a citação a seguir:

"Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e imbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem". (HOLANDA, 1999, p. 31)

## Já sei!



Estudamos, na aula de hoje, um período muito importante da nossa história da educação, o colonial. Vimos dentre vários aspectos dessa história, que a educação ocorreu sob o prisma do ideário católico, tendo como protagonista principal a Igreja Católica, exaltada pela Companhia de Jesus.

Vimos também que os padres jesuítas exerceram forte influência no cenário educacional brasileiro, sendo eles os primeiros educadores e fundadores dos primeiros estabelecimentos de ensino no país. Reconhecemos também, que os jesuítas tiveram participação importante nesse momento histórico, mas também entendemos que essa ação jesuíta foi regrada a desrespeito à cultura local, assim como a não democratização do saber. Entendemos que a saída da Companhia de Jesus do cenário de Portugal e, particularmente, do Brasil foi



decorrente, dentre outros fatores, de um grande embate político e econômico entre Estado e Igreja e esse embate, em termos reais, proporcionou o ensejo por novas mudanças estruturais em Portugal, causando na colônia brasileira algumas desestruturações no campo educacional, assim como degradação para a carreira docente e, de uma forma geral, do ensino, uma vez que a nova reforma empreendida pelo Marquês de Pombal não foi satisfatoriamente posta em prática e não encontrou terreno fértil para sua efetivação. A herança cultural dessa fase da história brasileira é demasiadamente grande e ainda presente no cenário atual da educação.



## Leitura Complementar

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

Site: [http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jesuitas/\\_private/hj.htm](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jesuitas/_private/hj.htm)

Site: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb02.htm>

GOMES, LAURENTINO. 1808: como um rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. 2.ed. São paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. 1822: como um sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias até os Severinos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

NAGEL, Helena Lizia. Educação colonial: escolástica ou burguesia? Revista educação em questão. V. 6, n. 2, UFRN: EDUFRN, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. 15.ed. São Paulo: Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Rio de Janeiro: editora Vozes, 2000.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2.ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Política educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Plano editora, 2003.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. Poder político e educação de elite. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980. São Paulo: Autores Associados, 2004.

## Fonte das figuras

Fig. 01 - <http://i43.photobucket.com/albums/e372/Babitonga/historia/1colonia4.jpg>

Fig. 02 - <http://www.planetcalypsoforum.com/gallery/files/3/0/1/2/jesuitascx8.jpg>

Fig. 03 - <http://home.comcast.net/~DiazStudents/RefLoyola.jpg>

Fig. 04 - [http://www.caicaraexpedicoes.com/roteiros/images/192/roteiro\\_192a9473dd0682719f25c395bc3c237c09b.jpg](http://www.caicaraexpedicoes.com/roteiros/images/192/roteiro_192a9473dd0682719f25c395bc3c237c09b.jpg)

Fig. 05 - <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5d/Meirelles-primeiramissa2.jpg>

Fig. 06 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/63/Louis-Michel\\_van\\_Loo\\_003.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/63/Louis-Michel_van_Loo_003.jpg)



## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



Aula

17

**A educação no império brasileiro**





## Apresentação e Objetivos



Na aula anterior, dialogamos sobre a educação no período colonial. Hoje, dando uma continuidade histórica ao tema educação, abordaremos algumas mudanças no campo educacional durante a fase do Império brasileiro. Traçamos como objetivos fundamentais para esse momento:

- ▶ Compreender as principais mudanças no campo educacional ensejadas pela chegada da família real no Brasil.
- ▶ Analisar a educação brasileira durante o império, considerando as transformações no campo econômico, político e cultural.
- ▶ Identificar as principais mudanças no currículo escolar das instituições de ensino brasileiro durante o império.



Fig. 01





## Para começar

A imagem ao lado é um símbolo do Império, o brasão monárquico. Ao olharmos para ele, logo lembraremos da ostentação de riqueza e poder, típicas daquele período. A figura também reflete a ostentação de riqueza por parte da classe nobre em detrimento da pobreza existente na maioria da população.

Para além da nobreza, buscaremos compreender, nas entrelinhas da história no império, como a maioria do povo, que compunha uma população pobre, analfabeta e carente de tudo, inclusive de higiene sanitária, desprendido de quaisquer bens culturais, sobrevivia a essa realidade e em que sentido as reformas administrativas atingiam ou não esse contingente populacional.



Fig. 02



## Assim é

O período conhecido como Império brasileiro compreende o intervalo temporal entre a Independência do Brasil e sua ruptura com o advento da República.

A chegada da família real para o Brasil trouxe transformações profundas na realidade, transformações de diversas ordens: econômica, social, educacional, política e cultural. Vamos fazer uma leitura analítica desse período da história de modo que haja uma compreensão crítica, por parte de vocês, sobre os motivos que suscitaram tantas mudanças num país que era dependente economicamente de Portugal, alterando positiva e também negativamente, em alguns aspectos, o cenário brasileiro.

A nossa memória, em relação aos estudos que versam sobre a história da educação no Império, pode estar permeada por visões estereotipadas da figura de D. João VI. Isso porque a história ensinada por muitos e muitos anos nos livros didáticos traziam o personagem D. João VI como um grande protagonista da história que, por iniciativa pessoal, resolveu, de um momento para outro, transformar o panorama brasileiro, elevando-o em suas bases econômicas, estruturais e culturais. Nesse sentido, a compreensão que tínhamos dessa história é que nós, brasileiros, deveríamos agradecer e muito a um grande herói que mudou a história do país, o grande D. João VI.

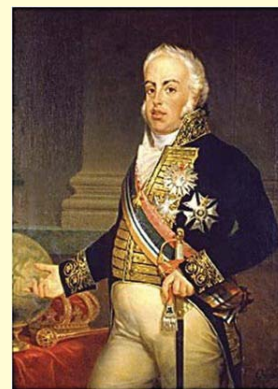


Fig. 03 - D. Joao VI

Esses mesmos livros didáticos esqueciam-se de realçar o outro lado da história: a de que por trás de tantas mudanças empreendidas no Brasil com a chegada da corte real, havia grandes interesses políticos e, acima de tudo, econômicos e que a vinda de D. João VI para o Brasil não foi aleatória e sim permeada por grandes entraves políticos entre Portugal e Inglaterra, desencadeando uma fuga do príncipe regente. Isso mesmo! Uma fuga de Portugal e o abandono do povo e da nação.

Fazendo uma leitura do livro: "1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil", de autoria de Laurentino Gomes, caminharemos para uma visão crítica do que realmente representou na história da educação a permanência da Corte portuguesa no Brasil no período de 1808 a 1821. Nessa obra, são exaltadas as reais características de D. João VI, um D. João sem máscaras, de personalidade frágil, covarde e amedrontada mediante os acontecimentos da época que exigiam de imediato uma atitude convicta e sistemática por parte dele.

Vamos destacar uma passagem dessa obra em que o autor Gomes (2007, p. 34) assim se expressa:

O príncipe regente era tímido, supersticioso e feio. O principal traço de sua personalidade e que se refletia no trabalho, no entanto, era a indecisão. Espremido entre grupos com opiniões conflitantes, relutava até a último momento em fazer escolhas. As providências mais elementares do governo o atormentavam e angustiavam, para além dos limites. Por isso, costumava delegar tudo aos ministros que o rodeavam. Em novembro de 1807, porém, D. João foi colocado contra a parede e obrigado a tomar a decisão mais importante de sua vida. A fuga para o Brasil foi resultado da pressão irresistível sobre ele pelo maior gênio militar que o mundo havia conhecido desde os tempos dos césares do Império Romano: Napoleão Bonaparte.

Ao saber que Portugal seria invadido pelas tropas francesas, em 1807, D.João resolve fugir para o Brasil, sob a proteção da Inglaterra, com a qual mantinha boas relações comerciais. Sua comitiva era algo em torno de 10.000 a 15.000 pessoas, formada por conselheiros, bispos, juizes, cozinheiros, padres, militares, juizes, comerciantes, viscondes, damas de companhia, dentre diversos nobres. Foram aproximadamente três meses e meio de viagem em alto mar para que a família real aportasse no Rio de Janeiro, com escala imprevista de cinco semanas em Salvador.

O Rio de Janeiro torna-se grande palco dessas mudanças, pois foi lá que a Corte portuguesa instalou-se com uma grande comitiva, mudando radicalmente os costumes, a mentalidade das pessoas, a vida econômica e social, assim como toda a infraestrutura da cidade. A parte de saneamento, a saúde, a arquitetura, as artes, tudo sofreu alteração, pelo menos em função da elite que frequentava a vida na corte. A população sofreu um acréscimo de 30% e o número de escravos triplicou de 12000 para 36182, havendo a necessidade de criarem-se leis e regulamentos para a vida da cidade.



Fig. 04 - Chegada da família real no Brasil

Com o intuito de preparar e preencher os quadros dirigentes e todo aparato burocrático e administrativo da colônia, foram criados cursos superiores não teológicos (de cunho profissional, prático), assim como algumas instituições que garantiriam proteção da Corte portuguesa, a exemplo da criação da Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar.

Também foram criados os cursos médico-cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro (embriões das futuras faculdades de Medicina) – para a formação de médicos e cirurgiões para atuarem na Marinha e exército. Essa preparação funcionou com uma estrutura de aulas ou cadeiras isoladas, com caráter profissionalizante.

Além das mudanças elencadas acima, destacamos a criação do:

- ▶ do Curso de Agricultura (na Bahia)
- ▶ do Museu Real
- ▶ do Jardim Botânico

- ▶ da Biblioteca pública
- ▶ da Imprensa Régia
- ▶ do Curso de Anatomia (RJ)
- ▶ do Jornal Gazeta do Rio, O patriota.

Toda a infraestrutura criada no Brasil, decorrente da vinda da família real, foi montada para atender aos interesses e necessidades da Corte e com propósitos de atender à elite aristocrática composta por nobres.

Decorrente desses interesses, houve uma focalização maior para o ensino superior, ficando os demais níveis do ensino claramente desconsiderados. Foi o que ocorreu com o ensino primário, que tinha um currículo sem vínculos estruturais com o ensino secundário, centrado nas primeiras letras com base nos estudos da Constituição do Império e de história do Brasil, estudo da escrita, as quatro operações, noções gerais de geometria, gramática da língua nacional e princípios da moral cristã e doutrina da religião católica. O ensino para as mulheres era diferenciado e o currículo excluía o estudo da geometria e resumia a aritmética às quatro operações e ainda acrescentava-se, ao currículo, o aprendizado dos saberes domésticos.



Fig. 05 - Vinda em alto mar da família real para o Brasil.

A vinda da família real para o Brasil provoca, gradativamente, o processo de Independência do Brasil, que será formalizado em 1822 com a independência política. Esclarecendo que a Independência do Brasil foi decorrente de confrontos de grupos da elite brasileira com a corte portuguesa para não haver perda de privilégios conquistados até então. Lembram quando estudamos essa parte da história no ensino médio?

Pois bem, relembrando esse fato, quando a Corte portuguesa retorna para Portugal em 1821, o Brasil corre o risco de retornar à mesma situação política de 1808, a de perder a categoria de vicereino e ter o fechamento dos portos. Além disso, D. João VI, antes de retornar para Portugal retirou todo dinheiro dos cofres públicos, ficando o país falido. Também ficou sem armas, munição e dinheiro, o que impossibilitava de lidar com possíveis defesas territoriais.



Fig. 06 - D. Pedro II em família

A independência é pensada de acordo com as negociações políticas entre a elite brasileira e os interesses da Inglaterra, nação desejosa em, em ampliar e controlar a economia brasileira, longe da ação de Portugal.

É uma mera ilusão pensarmos que, decorrente do acontecimento da Independência, o Brasil tornou-se uma nação independente política e economicamente. Ao contrário, continuou dependente e muito do imperialismo europeu e, particularmente, da Inglaterra, sob um novo regime político monárquico.

### **A LEI 15 DE OUTUBRO DE 1827: signo do primeiro instrumento legal do país para a educação.**

A lei de 15 outubro de 1827 ressaltava a educação como dever do Estado, a distribuição legal das escolas de primeiras letras em todo território nacional, assim como estipulava o método de ensino a ser empregado (o ensino mútuo ou Lancaster). Também determinava a estrutura dos prédios escolares, a criação de escolas para o sexo feminino e o respectivo conteúdo de ensino, além do provimento dos professores.

Essa lei ficou bastante conhecida no âmbito educacional pelos professores, por ser a primeira lei do país que regulamentava a profissão docente em termos de salário e outras providências. Daí decorre até os tempos atuais, a comemoração do dia do professor na mesma data em que a lei foi promulgada.

## Dualidades no sistema educacional de ensino: o Ato Adicional de 1834.

O Ato Adicional foi um grande marco do Brasil Império, pois confere às províncias o direito de legislar sobre a instrução pública, bem como o direito de legislar sobre escolas de ensino primário e secundário. Excluía-se dos direitos das províncias o poder sobre o ensino superior, as faculdades e academias existentes, assim como quaisquer estabelecimentos que, no futuro, fossem criados por lei geral.

Decorrente do Ato Adicional, as províncias lançam a tentativa de reunir antigas aulas régias em liceus provinciais. No entanto, a carência de recursos financeiros aliada a um falho sistema de tributação e arrecadação de renda, dificultou a administração desses liceus, provocando uma realidade precária e desestruturada para o ensino, abrindo-se possibilidades e espaço para o funcionamento da iniciativa privada.

Destacamos como muito visível nesta época:

o fracionamento do ensino é uma dualidade nos sistemas: federal e provincial.

Vamos entender bem como isso ocorria?

O fato de as províncias ofertarem ensino primário e secundário, mas os cursos superiores ficarem a cargo da união, causou uma superposição de poderes provincial e central quanto aos ensinos primário e secundário. Além do que, a preferência da elite aristocrática pelo ensino superior acabou influenciando na composição do currículo do secundário, que passou a ser visto como mero cursinho preparatório para o nível seguinte.

Destaca-se ainda a situação precária das províncias que, dispondo de poucos recursos financeiros, de nada adiantaria ter descentralização e autonomia de decisão.

Temos, como exemplo, no Rio Grande do Norte, o Atheneu Nortério- grandense, fundado em 1834 pelo presidente da província Basílio Quaresma Torreão e primeiro diretor geral da instituição.



O Atheneu foi pensado a partir da iniciativa de reunir diversas cadeiras de humanidades e as chamadas aulas maiores (Filosofia, Geometria, Retórica, Latim e Francês). Essas aulas funcionavam de forma isolada e a ideia era reuni-las num único estabelecimento de ensino.

A origem do nome Atheneu está relacionada ao sentido que iria ser atribuído desde o início ao estabelecimento de ensino, o de ser uma casa da sabedoria. O significado da palavra Athenaion – templo de Atenas (Deusa Minerva da Sabedoria) – faz alusão a esse significado.

Apesar de o Atheneu ter sido criado num período de grandes inconstâncias políticas, teve papel importante na história da educação do Rio Grande do Norte, sendo a mais antiga instituição secundária do RN e a única existente durante o império brasileiro na província do RN.



Fig. 07 - Atheneu Norte-rio-grandense, situado à Av. Câmara Cascudo).

Nas informações de Cascudo (1999, p. 196), na fachada da porta de entrada da escola lia-se a seguinte frase:

“De guerreiro fui outrora,  
Hoje daquilo que minerva adora”

Ainda segundo Câmara Cascudo (1999, p.198), o Atheneu Nortério-grandense:

Através dos tempos foi Assembléia legislativa, Escola Normal (duas vezes), Casa do Governo e Paço Episcopal. As reformas estaduais, adaptações, desdobramentos, constituem a existência do educandário, com sua extensa galeria de professores e sua multidão de alunos, colorindo e movimentando a paisagem social da cidade.

Caro(a) aluno(a), essa instituição de ensino secundário teve seu funcionamento inicial numa corporação militar por falta de prédio próprio, além do que, durante o Império passou por sérias dificuldades de manutenção, sendo alvo de fechamentos e reaberturas, fato que espelhava o descaso político da época. Esse descaso das autoridades políticas era tamanho, que historicamente essas ações de governo ficaram conhecidas pela expressão: “cria e extingue”, pelo fato de ser uma prática comum criar e extinguir decretos-lei e instituições de ensino com a maior rapidez e naturalidade.

Era uma prática comum também à época dar-se aula nas residências dos professores e a maioria dos estabelecimentos escolares existentes funcionarem em prédios alugados, assim como a existência de professores ambulantes que ensinavam em troca de presentes. Esses professores ficaram conhecidos no Brasil com o nome mestre-escola. Essa prática também evidencia o descaso governamental com o ensino público no país.

Você já ouviu falar da existência do mestre-escola?

Pois bem, o mestre-escola era uma pessoa que, mesmo destituída de uma habilitação específica para ensinar e de uma profissão rendosa, via-se na possibilidade de lecionar. Apesar de destituídos de uma formação específica, os mestres-escola tiveram papel representativo no cenário educacional brasileiro, quando havia grandes precariedades no ensino quanto à falta de professores devido às baixas remunerações atribuídas a esse profissional do ensino e a carências de instituições formadoras.

Passaremos a destacar duas Reformas no campo educacional que tiveram marco importante durante o Império brasileiro e eram voltadas para o ensino elementar:

- ▶ A Reforma Couto Ferraz – 1854 – que estabelecia a obrigatoriedade do ensino elementar, propunha a criação de classes especiais para adultos, reforçava o caráter de gratuidade desse nível de ensino, mas excluía o acesso de escravos ao ensino público.
- ▶ A Reforma Carlos Leôncio de Carvalho – 1879 – apresentava, em seu teor, algumas ideias de base liberal, da Revolução Francesa, inspirada nos princípios de Rousseau, da liberdade do ensino, por exemplo. Definia liberdade de funcionamento para o ensino primário e o secundário, salvo inspeção, considerada necessária para a manutenção da higiene e da moralidade. Estabelecia a obrigatoriedade do ensino para todas as crianças brasileiras, de ambos os sexos na faixa etária dos 07 aos 14 anos de idade e instituía um aspecto muito importante, que era a eliminação da proibição da frequência dos escravos na escola.

Apesar da existência dessas reformas, o ensino primário permaneceu em grande descaso político, uma vez que toda a atenção se voltou para o ensino superior, havendo uma diferença marcante entre a lei prescrita e a lei cumprida.

Entendamos então que, durante todo o Império brasileiro, houve grande descaso com a educação, pois não havia uniformidade das ações, assim como não havia o comprometimento com a qualidade do ensino destinado à pessoa em situação de pobreza.

Nesse contexto, o ensino secundário assumiu o caráter propedêutico, destinado ao preparo dos candidatos ao curso superior. Os exames avaliativos ocorriam nos próprios estabelecimentos que ofertavam os cursos secundários. Esse nível de ensino perdeu a sua especificidade, porque funcionava para garantir a passagem de um nível para outro.

A transformação do ensino secundário em mero cursinho preparatório para o ensino superior não ocorreu aleatoriamente e sim porque havia grande interesse da elite aristocrática em acelerar o preparo dos seus filhos para uma formação superior, tornando-os eruditos e fazendo-os entrar no rol da classe dos homens cultos.

Ainda há de destacar que, somente o Colégio Pedro II, criado na Corte para servir de modelo aos outros estabelecimentos e o único mantido pelo governo central podia conferir o grau de bacharel. Tal grau era requisito fundamental para a inscrição nos cursos superiores. Imagine, na época, o privilégio que essa instituição de ensino carregava em detrimento dos demais liceus provinciais e colégios mantidos pela iniciativa privada, que não podiam emitir tal grau de bacharel.



Entendemos, portanto, que o Colégio Pedro II passou a ser a instituição oficial pública destinada a ofertar cultura básica às elites dirigentes do país. Ele foi criado para esse público, numa realidade em que apenas 10% da população tinha acesso à escola.

Imaginemos também que isso limitava a classe menos favorecida economicamente de galgar os estudos para o ensino superior, pois somente os bem sucedidos economicamente podiam iniciar estudos nas províncias e dar continuidade nos estudos no Colégio Pedro II para ser admitido no grau de bacharel. Imagine-se também quanto passou a ser desestimulante o ensino de segundo grau ofertado nas províncias, pelo fato de apresentar essa grande limitação.

O currículo das faculdades mantinha uma tradição dos saberes acadêmicos, das humanidades e da retórica. A formação dos bacharéis em direito, medicina e engenharia era predominante nos quadros da época. Essas profissões eram as mais buscadas pela classe superior e atendiam aos interesses aristocráticos que revelavam preferência por profissões que não estivessem associadas a uma prática profissionalizante associada ao fazer técnico e sim a um saber mais retórico.

A oferta escolar, nessa época, era pouca mediante a demanda de jovens em idade de escolarização. Ainda não havia uma base sólida de uma organização escolar no Brasil.

Somados os baixos salários dos professores, o abandono dos prédios públicos escolares, a inadequação dos métodos de ensino adotados nas escolas, a carência de recursos didáticos, o descompasso entre os objetivos proclamados pelas autoridades centrais e os esforços empreendidos para efetivá-los na prática, era urgente se repensar sobre a situação educacional do país, pois não havia um sistema nacional de ensino e sim ações isoladas nas diversas províncias existentes, assim como não havia uma política nacional que direcionasse objetivos e diretrizes adequados à situação concreta, real do sistema público de ensino com todos os seus problemas e mazelas.



## Mãos à Obra

De acordo com a temática estudada na aula de hoje, selecionamos uma citação bastante interessante da autora Ana Maria Freire, que reflete a educação que se deu durante o império brasileiro. Analise-a, fazendo uma breve síntese da educação do período:

Uma estrutura social que 'não podia' privilegiar a educação escolarizada, estendendo conteúdos alienados e de concepção elitista, com 'sistema' esfacelado de 'aulas avulsas', fecundada pela Ideologia da Interdição do corpo, que excluía da escola o negro, o índio e quase a totalidade das mulheres (sociedade patriarcal), gerou, inexoravelmente, um grande contingente de analfabetos. [...] Garantiam-se, através da educação, as relações sociais de produção e, portanto, o modo de produção escravista e o analfabetismo. (FREIRE, 1993, p. 63).



## Já sei!

Caro(a) aluno(a), é vislumbrando o retrato desse período da história que, infelizmente, o Brasil galgou para a fase Republicana. Veremos que ao ser proclamada a República, muitos desses problemas irão persistir por um certo tempo e outros serão amenizados em função da criação no país de uma unidade nacional no sistema de ensino, assim como em função da busca por uma modernização brasileira e, portanto, da reconfiguração de sua identidade.

A chegada de D. João VI ao Brasil causou alterações profundas no cenário social, político, educacional e cultural, provocadas em função da permanência da Coroa portuguesa no país.

Vimos que a educação, durante o período do império brasileiro, atravessou muitas oscilações e precariedades decorrentes do descaso político. Vimos também que houve, por parte da elite aristocrática, especial atenção ao ensino superior em detrimento dos demais níveis de ensino.

Nesse sentido, o ensino primário ficou relegado ao abandono das autoridades e o ensino secundário, a contento, assumiu função de cursinho preparatório para o ensino superior, perdendo então sua identidade enquanto tal. De uma forma geral, a educação, durante o império, foi degradante.



## Leitura Complementar

A leitura complementar indicada é muito importante para o enriquecimento cultural do tema que estamos abordando nesta aula. É um livro que nos dá uma visão histórica e principalmente cultural do período, trazendo, para o cenário de leitura, o cotidiano, as práticas culturais, documentos de época: fotografias, depoimentos, documentos escritos, dentre outros, que possibilitam a configuração plural da educação no império brasileiro. Eis a indicação:

GOMES, Laurentino. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. 2.ed. São paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

## Referências



CASCUDO, Luís da Câmara. História da cidade do Natal. Natal: RN Econômico, edição Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1999.

GOMES, Laurentino.. 1822: como um sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo par dar errado. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias até os Severinos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. 7.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

NAGEL, Helena Lizia. Educação colonial: escolástica ou burguesia? Revista educação em questão. V. 6, n. 2, UFRN: EDUFRN, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. 15.ed. São Paulo: Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2.ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabinode. Política educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Plano editora, 2003.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. Poder político e educação de elite. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1992.



## Fonte das figuras

Fig. 01 - [http://4.bp.blogspot.com/\\_39epw0kYhQ/S-ynBOVEAOI/AAAAAAAAAdM/Fc2NpKB9ICQ/s1600/Corte+no+Brasil.jpg](http://4.bp.blogspot.com/_39epw0kYhQ/S-ynBOVEAOI/AAAAAAAAAdM/Fc2NpKB9ICQ/s1600/Corte+no+Brasil.jpg)

Fig. 02 - [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d9/CoA\\_Empire\\_of\\_Brazil\\_%281847-1889%29.svg/2000px-CoA\\_Empire\\_of\\_Brazil\\_%281847-1889%29.svg.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d9/CoA_Empire_of_Brazil_%281847-1889%29.svg/2000px-CoA_Empire_of_Brazil_%281847-1889%29.svg.png)

Fig. 03 - <http://juremeironeto.files.wordpress.com/2010/11/domjoc3a3o.jpg>

Fig. 04 - <http://blog.clickgratis.com.br/uploads/5/58felipe/222539.jpg>

Fig. 05 - <http://4.bp.blogspot.com/-xnY00Ku4pDM/TXuIBZw1fQI/AAAAAAAAAU/0vIsDPu8g-g/s760/chegadaRioDJoaoVI.jpg>

Fig. 06 - [http://1.bp.blogspot.com/\\_Eca1qQ0qNdI/TDqlmq06cEI/AAAAAAP00/qL7XR8SPldg/s1600/familia+imperial+1857.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_Eca1qQ0qNdI/TDqlmq06cEI/AAAAAAP00/qL7XR8SPldg/s1600/familia+imperial+1857.jpg)

Fig.07-[http://1.bp.blogspot.com/\\_CvoW3WzI6as/Sf-WE1SUhyI/AAAAAXA/0E8RZN2f2sY/s400/Atheneu+02.JPG](http://1.bp.blogspot.com/_CvoW3WzI6as/Sf-WE1SUhyI/AAAAAXA/0E8RZN2f2sY/s400/Atheneu+02.JPG)



## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues

Aula

18

**A educação brasileira nas  
primeiras décadas do período  
Republicano**





## A educação brasileira nas primeiras décadas do período Republicano

### Apresentação e Objetivos



Vamos estudar, na aula de hoje, o período Republicano brasileiro. Para análise desse período, poderíamos eleger uma divisão periódica entre a velha e a Nova República. No entanto, como se trata de um longo período da história da educação brasileira, vamos abordar alguns acontecimentos relevantes (mesmo correndo o risco de não pormenorizar outros importantes), focalizando alguns fatos históricos fundamentais para compreendermos os entrecruzamentos, idas e vindas dos acontecimentos educacionais.

Para tanto, não basta o destaque de datas e nomes, mas a evidência das relações e encadeamentos desses fatos no decorrer de uma linha temporal e espacial que irão compor um todo contextualizado e permeado de sentido. Esse exercício requer de você atenção especial não só no acompanhamento da aula, mas nas possibilidades de se fazer várias relações desse conteúdo com os demais tratados, até então, em outras aulas. Isso porque precisaremos, sem falta, reportar a outros conteúdos tratados em momentos anteriores e que são relevantes para você fazer uma boa síntese dessa nova fase da história da educação brasileira, que é o período Republicano.

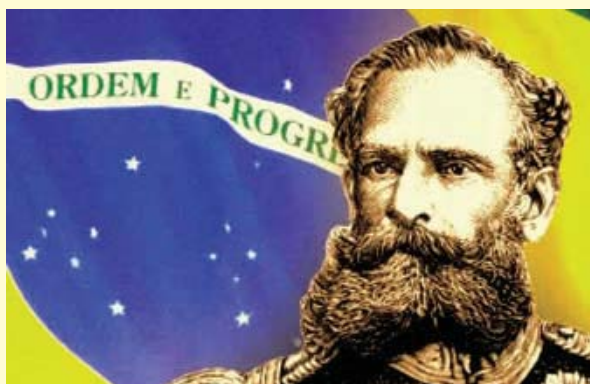


Fig. 01 - Imagem do Brasil República



Pelo que destacamos até o momento, dá para perceber quais os nossos objetivos para a aula de hoje, são eles:

- ▶ Compreender a educação a partir dos condicionantes históricos, políticos, econômicos e culturais do período Republicano.
- ▶ Conhecer as principais reformas empreendidas no campo educacional nas primeiras décadas do período Republicano.
- ▶ Analisar a educação no período Republicano, considerando as relações de permanência, continuidade e rupturas com o Império e anseios e interesses de novos grupos sociais.



## Para começar

Você sabia que 85% da população no início da República era analfabeta? E que a Constituição Republicana de 1891 excluía do processo eleitoral os analfabetos, as mulheres e os mendigos?



Fig. 02 - Preconceito social



Com a institucionalização da República, vamos ter, no cenário brasileiro, a permanência de alguns acontecimentos antes ocorridos durante o Império, como exemplo, a exclusão social, a discriminação e a estratificação social muito latente.

As expectativas e ânsias de alguns republicanos por mudanças positivas, no panorama nacional, são frustradas, pois o processo de crescimento econômico e cultural é lento. Os primeiros anos do período republicano são permeados por diversas reformas no campo educacional, muitas delas não saem nem do papel, outras, com muitas dificuldades, são colocadas em prática, mesmo com pouca efetividade.

De uma forma geral, em relação à organização do sistema educacional, podemos destacar ainda a existência do sistema dual de ensino. Lembra que na aula anterior explicamos sobre o sentido da dualidade do ensino? Fazendo uma breve retomada, lembremo-nos do Ato Adicional de 1834. Pois bem, com a Constituição da Primeira República de 1891, que instituiu o sistema federativo de governo, teremos também a consagração da descentralização do ensino, uma vez que o artigo 35 da Constituição reserva à União o poder de criar instituições de nível superior e secundário nos Estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal. Aos Estados, era reservado o direito de prover e legislar sobre o ensino primário.

O que isso significou na prática? Que a união ficou com os encargos do ensino superior e secundário, enquanto os Estados ficaram na incumbência mais específica do ensino primário e técnico profissional. A princípio, você pode se perguntar: E então? O que há de complexo nessa situação?

Vejamos o que isso acarretou na prática. Mais uma vez, a exemplo do que ocorreu durante o Império, a legislação contribuiu para oficializar a distância entre a classe dominante (que se preocupou com as instituições de ensino superior e as escolas secundárias acadêmicas) e a classe desfavorecida economicamente que teve maior acesso às instituições de ensino primário e às profissionalizantes.

Esse fracionamento existente entre as duas classes era reflexo da organização social da época, permeada por estratificações sociais.



Nos primórdios da República, teremos também a existência de classes sociais mais heterogêneas, pois crescia o número de comerciantes, intelectuais, letrados, militares, a burguesia industrial, os imigrantes, compondo uma massa social complexa e permeada por interesses diversos.


Imaginemos que, mediante esse contexto social, a instituição escolar, como agência formadora, deveria reformular seus objetivos em função dessa nova realidade que se espraiava, assim como a própria legislação da educação no limiar na Nova República deveria mudar, porque já nascia ultrapassada.

E, existindo a dualidade do ensino, uma jurisdição não interferia na outra, quer dizer, o sistema federal não interferia nas decisões do Estadual e vice-versa. Dessa forma, não vislumbrávamos uma política nacional e sim uma política educacional local, fragmentada e destituída de um sentido uniforme e nacional, gerando uma desorganização no sistema nacional.

Com base nessa realidade, tivemos algumas reformas empreendidas no campo educacional que buscaram dar uma maior uniformidade das ações, mesmo sem êxito. Para exemplificar essa situação, destacaremos a seguir, sem a pretensão de esgotar esse tema sobre as reformas, algumas delas, mesmo que de forma breve, afinal não vem a ser o foco central desta aula discutir minuciosamente os objetivos de cada uma. Você terá a oportunidade, mais adiante no curso, de discutir, na disciplina Gestão da Educação e Política Educacional, mais aspectos da legislação educação.

A primeira reforma, a Benjamin Constant, ocorreu em 1890 e buscou uma mudança no currículo escolar, tentando reformular o currículo de caráter enciclopédico em função de um currículo com disciplinas de caráter mais científico, dando maior organicidade ao ensino primário, ao secundário e ao superior e criou o Centro de Aperfeiçoamento do Magistério (o Pedagogium). Faltou, nessa reforma, o apoio político das elites para que ela lograsse.

A Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, em 1911, trouxe em seu conteúdo a necessidade de facultar total liberdade e autonomia aos estabelecimentos de ensino no que dizia respeito ao ensino, suprimindo o caráter oficial do ensino, representando, naquele momento, um grande retrocesso na legislação para o campo educacional.



A Reforma Carlos Maximiliano, em 1915, não trouxe muitas novidades, apenas retomou alguns aspectos que já existiam na legislação, como por exemplo, a regulamentação do ingresso nas escolas superiores e propôs reforma no colégio Pedro II, que se opôs à desoficialização proposta pela reforma Carlos Maximiliano.

A Reforma Rocha Vaz em 1925, propôs a institucionalização de normas regulamentares para o ensino, na tentativa de junção, ou melhor, unificação das ações entre União e Estados. Propôs também a extinção dos exames preparatórios e parcelados ainda existentes desde o Império.

As reformas citadas acima não tiveram impulso na realidade, porque não houve interesses majoritários para que elas se efetivassem de forma consubstanciada na prática. Mais uma vez, estávamos à mercê de uma política educacional frágil e descomprometida com a organicidade do sistema educacional.

Naquele momento das primeiras décadas do período Republicano, ainda se fazia presente o domínio das oligarquias rurais, das elites aristocráticas que tinham grande poder quanto às reformas educacionais e à legislação, uma vez que esse mesmo grupo, pertencente a essa classe econômica, fornecia capital para engendrar o processo de industrialização, ficando a ela reservado grande poder político e capacidade de consagrarse cada vez mais como grupo de elite no poder.

Os resquícios da escravidão se faziam presentes durante as primeiras décadas do período Republicano. A formação técnica era vista com maus olhos pela sociedade aristocrática, tinha a representação de trabalho escravo e pertencia ao mundo do pobre e não da elite. Nesse sentido, não houve grandes investimentos para o ensino técnico profissionalizante; portanto, a escassez de recursos financeiros para ele era uma realidade.

Predominava a herança da época do Império, em que a formação do letrado, do erudito, ou melhor, do acadêmico era a mais ensejada. Esse quadro sofreu mudanças mediante o crescimento econômico, o qual possibilitou a formação de um novo sujeito social, um homem mais ativo, compatível com as novas exigências do mercado de trabalho e as novas transformações do mundo moderno. E, além das mudanças no campo econômico, destacou-se a influência de ideias pedagógicas europeias e norte-americanas, que trariam novas concepções de homem e sociedade, escola e vida.

Através do decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, estabeleciase o ensino primário profissional técnico gratuito nas escolas de aprendizes e artífices. Foram fundadas 20 escolas em vários estados da federação brasileira.

Foi nesse mesmo ano do Decreto-lei que o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN – IFRN - foi criado, passando historicamente por diversas denominações: Escola de Aprendizes e Artífices, Escola Industrial de Natal, Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte e Centro Federal de Educação.



Fig. 03 - Fachada da Escola Industrial

Lembram que abordamos, em outro momento, que o ensino profissionalizante no Brasil surge, tendo como característica marcante ser o ensino destinado aos pobres, aos desprovidos dos bens culturais? Pois bem, essa representação sobre o ensino profissionalizante vai permear durante muitas décadas do período republicano. Veremos, mais adiante, que no período da ditadura militar, quando criada a lei de n. 5.692/71, essa questão da profissionalização vai ser ainda mais acentuada no cenário da educação pública do país, uma vez que essa lei irá celebrar a concretização do ensino profissionalizante obrigatório em âmbito nacional para os que frequentavam a escola pública em nível de segundo grau (nomenclatura usada na época). Caro(a) aluno(a), abordaremos com mais detalhes essa lei na próxima aula, quando estudaremos sobre a educação no período da ditadura militar.

Nos inícios da República, era ensejo de alguns republicanos a modernização do país e alguns intelectuais brasileiros viam na educação europeia um modelo avançado de ensino e possibilidades de importarmos métodos pedagógicos para a nossa realidade. Tornou-se uma prática comum, por exemplo, o governo financiar viagens desses intelectuais para que eles pudessem analisar os modelos de ensino de outras localidades.

Tomemos como exemplo, no Rio Grande do Norte, o intelectual Henrique Castriciano que, em 1909, realizou uma viagem rápida (custeada pelo governo) para a Suíça. Somente em 1914 fundou, em Natal, a Escola Doméstica, instituição que teve nas suas origens as bases curriculares do modelo de ensino para as mulheres Suíças, onde o saber e o fazer estavam associados aos ensinamentos de sala de aula.



Fig. 04 - Henrique Castriciano de Souza, 1915.

Para Castriciano, a formação da mulher, com base nos saberes domésticos interligados com o conhecimento científico, era uma forma de garantir uma nova preparação educacional de uma nova mulher para uma sociedade que despontava com a República. Essa formação diferenciava-se do currículo das demais instituições de ensino feminino existentes no Estado do RN e no Brasil, que priorizavam apenas o estudo das prendas domésticas.

Henrique Castriciano, ao pensar na criação da Escola Doméstica para a cidade do Natal, queria proporcionar ao Estado do RN uma atmosfera cultural diferente da existente, trazendo ares de modernidade pedagógica, uma vez que considerava as instituições educacionais existentes na cidade formalizadas por métodos arcaicos em relação a outras realidades institucionais da Europa.



Fig. 05 - Vista da Escola Doméstica de Natal no ano de sua inauguração, 1914.

Nesse sentido, todo o currículo escolar da Escola Doméstica de Natal foi mantido na sua quase originalidade do modelo Suíço, salvo algumas adaptações para a região, com a inserção de algumas disciplinas consideradas importantes para atender à realidade das alunas que vinham da região interiorana do estado e de outras localidades do nordeste para estudar na instituição.

As ideias circundantes na Europa, sob o Movimento Escolanovista da Educação, já se faziam presentes no currículo escolar da Escola Doméstica de Natal. Em âmbito nacional, essas ideias tiveram forte penetração no Brasil a partir dos anos 30 do século XX.

O Estado do Rio Grande do Norte, nos inícios do século XX, atravessava graves problemas com o número baixo de escolas públicas, falta de maior estrutura física para seu funcionamento, escassos recursos humanos e materiais e, como já evidenciado anteriormente, falta de prédios escolares. Tínhamos também grande carência de docentes melhor qualificados para ensinar nas instituições públicas.



Fig. 06 - Escola na Primeira República

Contraditoriamente, sob o Movimento Higienista da educação, buscava-se no Brasil, para as poucas instituições e prédios escolares, uma arquitetura moderna, mas que se revestisse dos cuidados com o espaço, a ventilação e iluminação para evitar a proliferação de doenças.

No Estado do Rio Grande do Norte, a Reforma de ensino, instituída pela Lei n.º 405 de 29 de novembro de 1916, previa a reforma do ensino público em todo o Estado nos níveis primário, secundário e profissional. Também apresentava preocupações com a fiscalização (principalmente em escolas privadas) da higiene escolar, do estudo obrigatório da língua nacional e da organização da grade curricular, que deveria privilegiar a língua nacional e o culto à nação/nacionalidade.

A moralização dos costumes, a higienização escolar e a estruturação dos modos de organizar o tempo e o espaço nas instituições escolares emergiam no quadro social e educacional como referência nos anos 1920 e 1930, para a construção de um sistema nacional de ensino.

Um outro estabelecimento de ensino muito importante para a cidade do Natal foi a Escola Normal. Criada em 1908, configurou-se como modelo escolar de instância formativa das mulheres para o Magistério, tornando-se símbolo de uma nova época que se pretendia modernizar. Nos anos 20, foi palco de discussões referentes à educação no estado do Rio Grande do Norte e no Brasil, viabilizadas pelo seu diretor, o intelectual Nestor dos Santos Lima.

Como momentos representativos para o campo educacional, destacamos alguns acontecimentos que demarcaram de forma significativa a composição do cenário educacional brasileiro nas primeiras décadas do Brasil República, são eles:

- ▶ A Semana de Arte Moderna – 1922, em SP.
- ▶ O Nacionalismo – iniciado nas décadas de 10 e que ganhou impulso nos anos 20.
- ▶ A fundação da Liga de defesa Nacional, em 1916 (pregação do Nacionalismo).
- ▶ A criação da Associação Brasileira de Educação – ABE, em 1920.
- ▶ O Movimento dos Pioneiros da Escola Nova (1932).

Todos esses acontecimentos contribuíram significativamente para mudar o panorama educacional dos inícios da República, tendo grande destaque a Semana de Arte Moderna, que contribuiu para a difusão de diversas ideias advindas de fora do país, incrementando e enriquecendo o campo da arte: na música, na pintura, na literatura, etc. E o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, que teve a participação de diversos intelectuais brasileiros através de um Manifesto, direcionado ao povo e à nação, reivindicando um ensino público de qualidade, laico e gratuito, financiado pelo estado. Além disso, o Manifesto solicitava maior unidade no sistema educacional nacional com os respectivos Estados da nação.

A influência no Brasil das correntes teóricas europeias e americanas ocorreu via alguns intelectuais que marcaram fortemente uma época com suas ideias, com sua filosofia da educação, a exemplo de Rousseau, Fröbel, Claraparède, Locke, Comte e outros. Lembra-se que já estudamos algumas ideias sobre esses teóricos? Pois bem, essas influências eram materializadas no ideário de intelectuais brasileiros e nas reformas por eles ensejadas, a exemplo das conhecidas Reformas: Sampaio Dória (1920, São Paulo), Anísio Teixeira (1924, Bahia), Fernando de Azevedo (1928, Distrito Federal), Lourenço Filho (1923-1924, Ceará), Antônio Carneiro Leão (1922-1926, Distrito Federal e Pernambuco) e com Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920), no governo José Augusto (1924 a 1928), Nestor Lima (1925-1928), no Rio Grande do Norte.

Essas, dentre outras reformas que ocorreram no período, foram relevantes porque passaram a dinamizar o processo educacional do país, reorganizando o ensino sob novos patamares que, embora restritas aos Estados que a implantaram, no seu conjunto, integraram um movimento mais global de renovação educacional brasileira no século XX.



Representavam também, tais reformas, a busca, no Brasil, por um modelo de escola nova para uma sociedade que se desejava representativa e democrática, que se caracterizasse como mantenedora dos valores humanos, mas também formadora de cidadãos conscientes de suas responsabilidades e direitos perante o social; uma escola agilizadora do processo de desenvolvimento social do país.

Portanto, as reformas, no pensar sobre a educação e a instrução, ensejadas num contexto de transformações no social e econômico, buscam uma cultura de formação não mais limitada a uma versão de currículo antimundana, literária, ornamental, mas sim, a formação de um indivíduo inserido na organização de comunidade, um cidadão ativo, consciente dos seus direitos e deveres enquanto sujeito social, mas sem perder os elos e costumes da nação. Lembrando que o nacionalismo, como movimento de ideias, circundava no país, sendo muito forte a exacerbação dos valores pátrios.

Outro aspecto a destacar é sobre a concepção de conhecimento. O conhecimento reconhecido como ciência era um aspecto bastante destacado nesse início do século XX; afinal, a influência positivista do século XIX havia deixado grandes marcas no Brasil, inclusive nas formas de se pensar e organizar os saberes a serem transmitidos nas instituições escolares. Enfatizava-se a concepção de ciência, fundada na objetividade dos fenômenos, na valorização excessiva da ciência como única via confiável para compreendermos os objetos, seguindo a resumida fórmula "saber para prever, a fim de prover". Nesse contexto, a filosofia positivista de Augusto Comte passou a influenciar fortemente as formas de se pensar o conhecimento e sua socialização, a exemplo do lema da nossa bandeira nacional: ORDEM E PROGRESSO.




Fig. 07 - Escola na Primeira República

O lema da Bandeira Nacional: “Ordem e Progresso” foi atribuição do positivista francês Augusto Comte. Suas ideias tiveram repercussão em Reformas no campo educacional, a exemplo da Reforma Benjamin Constant.

Mediante o quadro de reformas no campo educacional e o crescimento populacional e econômico, o currículo escolar passa a dar espaço gradativamente ao fazer (escolas ativas), ao trabalho, à problemática social, rejeitando o intelectualismo e a abstração culturalista da tradição escolar humanística, herança do império brasileiro.

Fazendo um balanço das reformas empreendidas nas primeiras décadas do período Republicano rumo a uma educação de qualidade, vimos que muitas limitações políticas se impuseram, dificultando o processo de concretização das reformas educacionais. Houve, visivelmente, nesse período da história, a carência de uma política educacional mais firme nos objetivos proclamados e nos objetivos reais. Isso foi uma realidade que percorreu todo o Império brasileiro.

## Mãos a Obra



1. Pesquise sobre uma das reformas da educação empreendida nas primeiras décadas do período Republicano e faça uma síntese sobre ela.



## Já sei!

Vimos, na aula de hoje, que a educação brasileira nas primeiras décadas da República foi conturbada, instável e permeada por diversas ações isoladas nos Estados da nação. Iniciou-se a busca por uma maior unidade no sistema educacional do Brasil e algumas reformas sinalizaram essa necessidade. Como marco histórico dessa reivindicação, destacou-se o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova que representou a insatisfação de alguns intelectuais de vanguarda pelo sistema público de ensino, o qual era precário e não atendia democraticamente à população. A busca pela qualidade do ensino foi uma constância desses primeiros momentos da República.



## Leitura Complementar

Para uma leitura detalhada da Reforma Benjamin Constant, 1890, consultar o site:

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/4\\_1a\\_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm)

Para maiores detalhes sobre a história da Escola Doméstica de Natal ler os sites:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0467.pdf>

<http://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/AndreaGRF.pdf>

Resenha sobre a obra do autor Jorge Nagle intitulada: Educação na Primeira República. Site:

<http://www.portal.fae.ufmg.br/pensareducacao/downloads/resenhas/edusociedade.pdf>

CASCUDO, Luís da Câmara. História da cidade do Natal. Natal: RN Econômico, edição Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1999.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias até os Severinos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. 7.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. A década de 20 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: Unesp, 1997.

MONARCA, Carlos. A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira, a Escola Nova. São Paulo: Cortez, 1989.

NAGEL, Helena Lizia. Educação colonial: escolástica ou burguesia? Revista educação em questão. V. 6, n. 2, UFRN: EDUFRN, 1996.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na primeira República. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. 15.ed. São Paulo: Autores Associados, 1998.

RODRIGUES, Andréa Gabriel F. Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914 – 1945). Tese de doutorado. Natal: UFRN, Programa de Pós Graduação em Educação, 2007. 306f.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973). 21ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2.ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabinode. Política educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Plano editora, 2003.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. Poder político e educação de elite. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

## Fonte das figuras

Fig. 01 - <http://www.brasilecola.com/upload/e/Proclamacao%20da%20Republica%20-%20BRESOLA.jpg>

Fig. 02 - <http://limpinhocheiroso.blogspot.com/2010/12/marcos-bagnopreconceito-que-cala.html>

Fig. 03 - <http://static.panoramio.com/photos/large/41471329.jpg>

Fig. 04 - <http://blogdofialho.files.wordpress.com/2011/08/henrique-castrici.jpg>

Fig. 05 - <http://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/AndreaGRF.pdf>

Fig. 06 - [http://files.republica-sba.webnode.com.pt/system\\_preview\\_detail\\_200000059-54c4c55bfa/republica\\_01.png](http://files.republica-sba.webnode.com.pt/system_preview_detail_200000059-54c4c55bfa/republica_01.png)

Fig. 07 - [http://3.bp.blogspot.com/\\_y2ct8wirWFM/SYsUA2IOHwI/AAAAAAAAAEY/hP8a1GkK1Ag/s640/bandeira\\_do\\_brasil.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_y2ct8wirWFM/SYsUA2IOHwI/AAAAAAAAAEY/hP8a1GkK1Ag/s640/bandeira_do_brasil.jpg)





## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues

Aula

19

**A educação brasileira  
durante a ditadura militar**







## A educação brasileira durante a ditadura militar

## Apresentação e Objetivos



Na aula de hoje, iremos discorrer sobre um tema bastante instigante e atual: a educação brasileira durante o período da ditadura militar. Essa temática possui uma vasta literatura. Temos diversas publicações recentes, dentre elas teses, monografias e livros.

Elegemos, para o momento de hoje, uma leitura que consideramos básica, o livro: Estado militar e educação no Brasil, do autor Willington Germano.

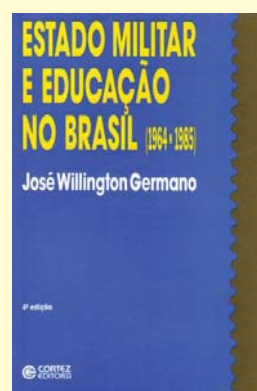


Fig. 01

A fonte completa encontra-se nas referências ao final da aula. Daremos destaque para duas reformas empreendidas no campo educacional: a Reforma Universitária e a Reforma de ensino de primeiro e segundo graus. Também daremos destaque para a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, que ocorreu na cidade de Natal na década de 60 do século XX.

## Objetivos:

- ▶ Compreender a educação brasileira durante o período da ditadura militar;
- ▶ Analisar algumas reformas para o campo educacional brasileiro à luz da ditadura militar;
- ▶ Entender as finalidades educativas da escola pública durante a ditadura militar, bem como as relações entre currículo e poder;
- ▶ Compreender as bases teórico-metodológicas da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler e o seu significado para a história da educação do RN.



## Para começar

### Pra não dizer que não falei das flores

Caminhando e cantando  
E seguindo a canção  
Somos todos iguais  
Braços dados ou não  
Nas escolas, nas ruas  
Campos, construções  
Caminhando e cantando  
E seguindo a canção...

Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer... (2x)

Pelos campos há fome  
Em grandes plantações  
Pelas ruas marchando  
Indecisos cordões  
Ainda fazem da flor  
Seu mais forte refrão  
E acreditam nas flores  
Vencendo o canhão...

Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer... (2x)

Há soldados armados  
Amados ou não  
Quase todos perdidos  
De armas na mão  
Nos quartéis lhes ensinam  
Uma antiga lição:  
De morrer pela pátria  
E viver sem razão...

Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer... (2x)



Fig. 02 - Protesto contra a ditadura militar

Nas escolas, nas ruas  
Campos, construções  
Somos todos soldados  
Armados ou não  
Caminhando e cantando  
E seguindo a canção  
Somos todos iguais  
Braços dados ou não...

Os amores na mente  
As flores no chão  
A certeza na frente  
A história na mão  
Caminhando e cantando  
E seguindo a canção  
Aprendendo e ensinando  
Uma nova lição...

Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer... (4x)

Letra da música: Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores - Geraldo Vandré



Você provavelmente já deve ter cantado, lido ou ouvido a música em destaque acima intitulada: "Pra não dizer que não falei das flores", de Geraldo Vandré. Essa música é bastante conhecida porque se tornou um hino contra a ditadura militar. Ela foi vetada durante o regime autoritário, proibida de ser cantada e executada em todo o país por ser considerada subversiva e ferir a ordem nacional e, portanto, foi censurada pelas autoridades.

Vandré foi perseguido e exilado de 1969 a 1973, interrompendo uma grande carreira de sucesso. Outros compositores e cantores contemporâneos de Geraldo Vandré também sofreram com a ditadura militar, dentre eles destacamos Chico Buarque, exilado de 1969 a 1970, Caetano Veloso, Rita Lee, Carlos Lyra, dentre outros.

Diferentemente, a marchinha "Pra frente Brasil", de Miguel Gustavo e o slogan "Esse é um país que vai pra frente", "Brasil-potência", "Brasil: ame-o ou deixe-o", faziam o maior sucesso, pois inspiravam o lado patriota e nacionalista no imaginário popular.

A ditadura militar caracterizou-se como o período de grande autoritarismo político e centralização de poder nas mãos dos militares. Foi também a época de grandes castrações de ideias e de muitas perseguições. Foi nesse período que muitos escritores, a exemplo do educador Paulo Freire, foram proibidos de publicar seus escritos. Freire foi perseguido e exilado no Chile. Além dele, outros intelectuais brasileiros tiveram essa realidade presente em suas vidas e ainda há os casos que não ficaram registrados oficialmente e que foram silenciados, tornando-se obscurecidos na história.

Nesse período, a Universidade de Brasília foi invadida e ocupada três vezes pelos militares, sendo efetuadas prisões de alunos e alguns professores. Estes foram destituídos dos seus cargos, além de responderem processos judiciais por serem considerados portadores de vozes que se opunham aos valores morais da sociedade e ir de encontro aos interesses majoritários.



Fig. 03 - Imagens da ditadura militar

Além de instituições e intelectuais perseguidos pelo governo autoritário, alguns movimentos populares também sofreram com a repressão militar, a exemplo do Movimento de educação e cultura popular, do Movimento de Educação de Base, do Centro Popular de Cultura/União Nacional dos Estudantes (UNE) e da campanha De pé no chão também se aprende a ler, que tiveram seus representantes presos, torturados e, em alguns casos, exilados.

Você possui algum parente ou conhecido que foi vítima do regime militar? Tem acompanhado os resultados recentes das pesquisas que resgatam a história de vítimas desaparecidas na época da ditadura militar?

Abordaremos, particularmente a partir deste momento da aula, sobre a campanha "De pé no chão também se aprende a ler". Você já ouviu falar sobre ela? Pois bem, essa Campanha foi criada em 1961 na gestão do prefeito Djalma Maranhão, um governo populista em pleno surto de desenvolvimentismo e nacionalismo.

A Campanha visava atender a um público diversificado de crianças e adultos, sem distinção de classe social.



Fig. 04 - Imagens da campanha "De pé no chão"

O título da Campanha se deve ao slogan: que até de pé no chão também é possível aprender a ler.

E mesmo sem farda ou prédio escolar convencional, o slogan da Campanha frizava que há possibilidades de haver trocas culturais. Diferentemente do sistema formal de ensino, a Campanha funcionou contando com diversos espaços públicos, com a participação popular, apoio dos sindicatos, igrejas, cooperativas e residências particulares na fomentação de:



Fig. 05 - Imagens da campanha "De pé no chão"

- ▶ acampamentos escolares;
- ▶ escolinhas;
- ▶ construção dos acampamentos e palhoças;
- ▶ bibliotecas populares;
- ▶ praças de cultura;
- ▶ centro de formação de professores;
- ▶ teatro popular;
- ▶ exposição de trabalhos artísticos;
- ▶ círculos de cultura, encontros culturais;
- ▶ reativação de grupos de danças.

Caro(a) aluno(a), todas essas transformações vieram provocar, na cidade do Natal, mudanças significativas na educação, na cultura possibilitando a participação popular e a fomentação cultural através da diversificação das atividades ocorridas: nas reuniões de grupos onde se buscavam soluções para os desafios da realidade concreta, dos círculos de pais e professores que visavam à politização e à discussão dos problemas locais, resgatando também o folclore popular através das danças e músicas populares; o centro de formação de professores que abria espaço para capacitação docente através de círculo de palestras e cursos; as bibliotecas populares que fomentavam a leitura, dentre outras atividades.



Fig. 06 - Imagens da campanha "De pé no chão"

O autor Germano (1982, p.103) nos dá notícias, fruto da Campanha:

Em dois anos já somavam 271 essas escolas, espalhadas pelos quatro cantos da cidade. Havia escola em tudo que era lugar, até em cinema. O cine São José, situado nas Quintas, por exemplo, pela manhã e à tarde funcionava como escola, com duas salas de aula, à noite era cinema. Enquanto isso, os Acampamentos Escolares surgiram a partir da natural necessidade de expandir a Campanha, cuja dimensão assumida não comportava ficar reduzida aos estreitos limites das Escolinhas. (GERMANO, 1982, p. 103)



Além das escolinhas expandidas pela cidade, frente às dificuldades financeiras encontradas pela prefeitura, foi realizada a construção, em parceria prefeitura/comunidade, de uma escolinha de palha. O cenário para tal construção foi um terreno cedido pela prefeitura no bairro das Rocas em Natal. A Campanha, portanto, foi uma experiência riquíssima de educação popular desenvolvida pela prefeitura de Natal/RN, no curto período que vai de 1961 a 1964, quando foi instaurado o golpe militar.

Como fechamento da Campanha, devido ao governo militar, vários coordenadores e participantes foram perseguidos, presos e torturados. O prefeito Djalma Maranhão foi deposto e preso, permanecendo na Ilha de Fernando de Noronha e em Recife por quase todo o ano de 1964, sendo posteriormente libertado por força de Habeas Corpus e exilou-se no Uruguai. O ex. viceprefeito Luís Gonzaga dos Santos foi preso, vindo a falecer na prisão.




Fig. 07 - Palhoças no bairro das Rocas, fruto da Campanha De pé no Chão

Vários participantes diretos da Campanha sofreram penalidades graves perante o regime autoritário. Como a Campanha era dirigida e supervisionada pela equipe que compunha a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde da prefeitura de Natal teve a participação direta do prefeito, vice-prefeito, Secretário de Educação, Cultura e Saúde da Prefeitura, diretora do Centro de Formação de Professores da Campanha, assessor técnico de ensino da Prefeitura, diretora de documentação e cultura da prefeitura, dentre outros.

Apesar de funcionar com base numa ideologia desenvolvimentista, populista e nacionalista e de ter curto tempo de existência, não podemos deixar de reconhecer sua valiosa contribuição para uma nova rede escolar no município de Natal.

No entanto, também interpretamos que os apelos do governo na época, quanto à democracia e liberdade, confluem para um discurso hegemônico, que busca manter, além das forças armadas, uma conformação no campo social. Daí os apelos à erradicação da miséria, do analfabetismo e busca por apoio de parte da intelectualidade brasileira, da classe média e das massas populares.



O currículo das instituições públicas de ensino foi todo reformulado em função do governo militar. Algumas disciplinas sofreram reformulações nas suas ementas e outras foram retiradas do currículo escolar, como a Filosofia e a Sociologia, sendo substituídas pelas que focalizavam no seu conteúdo os valores pátrios, a exemplo das disciplinas: Educação Moral e Cívica, Estudo dos Problemas Brasileiro e Organização Social e Política o Brasil.

Nesse sentido, compreendemos que o currículo, tido como elemento contextual e não atemporal, reflete interesses, posturas políticas e, acima de tudo, poder. Lembra quando evidenciamos esse significado do currículo em aulas anteriores? Pois bem, esse é um grande exemplo dos entrecruzamentos entre conhecimento e poder.

Por falar em poder, as reformas ensejadas no período da ditadura militar refletem intensamente as posturas do governo autoritário, pois elas materializam decisões centralizadoras, que divergem de uma prática democrática e horizontal. Como exemplo, tivemos a Reforma Universitária proferida pela Lei 5.540/68.

É nessa efervescência de valores que se originam, no país, essa Reforma, que trazia a ideia de modernizar a universidade, restaurando-a em suas bases. A Reforma Universitária de 1968 é precedida de muitas reivindicações populares para que o Estado ampliasse o número de vagas ofertadas nas instituições públicas universitárias.

Lembrando que, nesse contexto da ditadura militar, o governo realizou diversos acordos entre o MEC e a USAID, acordos que abrangiam todos os níveis de ensino, inclusive o superior. Vários técnicos de nível superior foram treinados nos Estados Unidos tendo como retorno dos investimentos a imposição do uso de tecnologias avançadas no campo da educação brasileira. Como exemplo, o uso de satélites (Projeto SACI - Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares) com interesses de multinacionais em desenvolvimento de pesquisa no ramo eletrônico e espacial.

A Reforma Universitária define como princípio fundamental que o ensino superior seja ministrado preferencialmente em universidades, e, salvo em casos excepcionais, em estabelecimentos isolados. Além do princípio de organização das universidades, a Reforma também especifica o funcionamento da parte administrativa: a função do reitor, órgãos encarregados do ensino e pesquisa, Conselhos de Departamentos, função de órgãos deliberativos, colegiados, além da promoção de cursos de graduação, pós-graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização.

A Lei 5.540/68 sendo posta em prática na realidade brasileira, contribuiu para formalizar o sistema de ofertas de disciplinas pelo sistema de crédito. A matrícula por disciplina passa a atender aos interesses individuais do alunado por ter opção da matrícula de disciplinas optativas. Há incentivo formal à pesquisa e extensão, principalmente quando a lei incentiva a produtividade da pesquisa nas universidades.

Além do que, regulamenta:

- ▶ a racionalização dos custos e maior produtividade;
- ▶ a vinculação educação e mercado de trabalho;
- ▶ a existência de currículos fixados em nível;
- ▶ a organização do sistema de créditos;
- ▶ a organização departamental.

Sob o prisma da racionalidade, eficiência e produtividade, a reforma se reveste de ares de modernização e restauração das universidades brasileiras. É preciso ler a Reforma nas entrelinhas da história para entender bem essa proposta, que se camufla diante o discurso economicista, desenvolvimentista e ideológico do governo militar.

Em âmbito de ensino de primeiro e segundo graus, a Reforma de N° 5.692/71, fixa as diretrizes de bases para o ensino. Essa lei oficializou o ensino profissionalizante nas escolas de primeiro e segundo graus como obrigatório. Pois é, obrigatório! Imagine que mesmo os que não tinham interesse em cursar um ensino profissionalizante precisavam se submeter a essa realidade, pois essa era uma realidade da maioria da população pobre que frequentava os bancos escolares das instituições públicas de ensino no Brasil.



Fig. 08

## Vamos conhecer um pouco mais sobre a Lei 5.692/71?

Para aprovação dessa lei, não houve entraves políticos entre grupos divergentes. Estrategicamente, foram criadas condições para que isso não ocorresse, pois a lei beneficiava interesses religiosos, privatista (garantindo amparo técnico e financeiro à iniciativa privada), além de omitir oficialmente o percentual mínimo que a União destinaria obrigatoriamente aos encargos com a educação. Dessa forma, a lei surge no cenário educacional sem muitas resistências, sem a participação de grupos de oposição.

Mediante o quadro geral da nação, grupos de esquerda, lideranças estudantis e sindicais não limitavam suas reivindicações a reformas específicas, mas estavam engajados numa ação mais ampla de transformação social e estrutural, de caráter mais abrangente na sociedade; portanto, numa organização mais plural em favor da democracia e derrubada do regime autoritário.

Obs: Em 1971, em média, quase 30% de crianças na faixa etária entre 7 a 14 anos de idade não tinha acesso à escola. A evasão e a repetência era uma realidade latente no país e assumia proporções cada vez maiores. (GERMANO, 1994).

A Reforma traz, em seu conteúdo, dois pontos básicos: o primeiro, a obrigatoriedade do ensino profissionalizante em nível de segundo grau e o outro o prolongamento da escolaridade obrigatória de 04 para 08 anos que vai dos 07 aos 14 anos de idade. Analisando esse último aspecto, o autor Germano (1994) aponta que essa atitude do governo, em tornar extensivos os anos de escolaridade obrigatória, foi uma estratégia governamental para regular o mercado de trabalho (aumentando o número de anos da escolaridade) e, por outro lado, atendendo ao princípio de maior exigência do nível de estudo da classe trabalhadora.

A Reforma se reveste de um forte cunho capitalista, utilitarista, sob forte inspiração da teoria do capital humano. Vejamos como isso aparece na Lei 5.92/71: há uma forte preocupação em subordinar educação ao econômico, sistema educacional ao sistema ocupacional de mercado, educação à produção.

Caro(a) aluno(a), segundo essa Lei, o segundo grau deveria ter um caráter terminal. O que isso quer dizer?

Significava que o aluno que concluísse o ensino de segundo grau teria que ser vinculado de imediato ao mercado de trabalho. A lei excluía a possibilidade desse aluno dar continuidade aos seus estudos, pois tinha caráter terminal. Essa realidade era algo visível para os pobres, uma vez que os pertencentes à classe média e alta frequentavam as escolas privadas.

Por ter caráter terminal, o ensino de segundo grau nas escolas públicas terminava por excluir a possibilidade das pessoas advindas das camadas pobres da população de galgar para outros níveis de ensino. Na verdade, a lei fora criada como estratégia do governo militar para conter o fluxo de ingressos nas universidades brasileiras. A Lei assumia, perante a realidade e os objetivos reais, caráter discriminatório e excludente para uma parcela grande da população, que eram os pobres.

Já imaginou se essa lei ainda vigorasse nos dias atuais?


A lei contribuía para se formar no Brasil um grande exército industrial de reserva, que era um contingente de pessoas supérfluas, assim como mão-de-obra em excesso no mercado de trabalho. Isso acontecia porque a passagem da classe pobre pela escola tornava-se rápida, pois a Lei contribuía para uma abreviação nos estudos, uma vez que o segundo grau tinha caráter terminal e o aluno se via “empurrado desde cedo para o mercado de trabalho”.



Fig. 09

Essa realidade contradiz e muito o discurso da época proferido pelas autoridades governamentais, o de ser o ensino profissionalizante igualitário, destinado a todos. Além disso, a lei criava um cenário de possível igualdade social, onde todos podiam se beneficiar da profissionalização, o que era um grande equívoco na realidade, pois somente aos pobres era delegado esse tipo de formação, que não tinham outra opção, senão, cursar a escola pública e assim ter o seu futuro, como aluno, abreviado.

Caro(a) aluno(a), como podemos perceber, a possível busca pela equidade social por parte do governo era um engodo e a distância entre os pobres e os ricos tornava-se mais visível perante a legislação educacional.



O governo militar mantinha uma ideologia dominante que se revestia de uma postura economicista, da teoria do capital humano e de um discurso liberal de falsidade ideológica, tendo como base dos discursos as correntes cristãs católicas. Nessa última, é importante entender que os governantes da época, ao proferirem seus discursos, invocavam preceitos religiosos e representantes ligados à ala Católica.

### **Sucesso ou Fracasso no ensino profissionalizante?**

Mediante o quadro contextual apresentado até o momento, podemos questionar sobre a viabilidade da Reforma de primeiro e segundo graus na realidade brasileira. O primeiro aspecto a destacar é em relação aos limitados investimentos do governo militar quanto ao ensino profissionalizante. Pouco foi destinado de recursos financeiros para equipar as instituições com recursos didáticos e infraestrutura suficiente. Houve escassez de recursos e investimentos, gerando uma degradação da escola pública e depreciação da profissionalização. A implantação do ensino profissionalizante nas escolas públicas, pois, não foi realizada adequada e efetivamente nas instituições educacionais. Também foi pouco absorvida pela rede privada devido aos altos investimentos.

O segundo aspecto a destacar diz respeito à opção do país em adotar a profissionalização universal e compulsória nas escolas públicas do país, uma vez que, enquanto outros países capitalistas se enveredavam por medidas mais avançadas no sistema educacional, elevando a nação a altos patamares de conhecimento, o Brasil retroagia, numa tendência contrária aos novos tempos, numa incompreensão do próprio sentido da qualificação e do trabalho.

O terceiro ponto a destacar foi a falta de sintonia entre o currículo escolar proposto nas escolas e as exigências em termos de formação por parte das indústrias, havendo distâncias nesse sentido entre setor público e o setor privado empresarial.

Mediante tais realidades, gradativamente a Lei de nº 5692/71 foi sendo repensada e, finalmente, através da Lei nº 7.044, de 1982 foi revogada a obrigatoriedade da profissionalização nas escolas de segundo grau.

Tudo isso trouxe resquícios negativos e graves à realidade da escola pública brasileira. Dentre as várias, destacamos:



- ▶ a elitização do ensino superior;
- ▶ o fortalecimento da rede privada;
- ▶ a proliferação de cursos profissionalizantes de baixo custo (muitas vezes não condizentes com as necessidades de mercado);
- ▶ a degradação do sentido do ensino profissionalizante;
- ▶ a fragilidades na carreira do Magistério (esse restrito a uma habilitação de segundo grau);
- ▶ o enfraquecimento das Escolas Técnicas e, por outro lado, o aumento das matrículas nas Escolas Técnicas Federais, pelo fato dessas possuírem melhores condições de ensino;
- ▶ o sucateamento da escola pública.

Com o fim da ditadura militar, abrem-se novos horizontes de ideias e lutas em prol da democracia. Esse período da história, reconhecido por alguns pesquisadores como o de conquista política, é efervescente na circulação de ideias, lutas por uma escola pública de qualidade e pela conquista da cidadania.

Destacamos abaixo a letra de uma música intitulada: "Acorda Alice" da cantora Waleska. Essa música foi cantada na época de reabertura política. Finalizemos a aula de hoje, refletindo sobre a letra dessa bela música e dos resquícios que a ditadura militar nos deixou como legado histórico e cultural.



Fig. 10 - Reivindicação a favor da liberdade de expressão

Música: Acorda Alice

Cantora Waleska

Acorda Alice

Que o país das maravilhas, se acabou

Acorda Alice

Que quem tinha que entregar, já se entregou

Acorda Alice

Que quem se perdeu, que pena, se encontrou

Acorda Alice

O que eu era já não sou

Acorda Alice

Que após a bonança vem o vendaval

Acorda Alice

Olha que eu disse que o bem perde pro mal

Acorda Alice

Que o mundo não será de quem sonhou

Acorda Alice

Que o país das maravilhas, foi um sonho e se acabou

## Mãos a Obra



Observe a imagem abaixo.

1. Converse com o seu colega sobre ela, sobre as pessoas que aparecem, sobre o teor emocional que ela transmite.
2. Você já ouviu falar dos Atos Institucionais – AI – que ocorreram no período da ditadura militar?
3. Reflita sobre as consequências da ditadura militar para o movimento estudantil na atualidade.



## Já sei!

A ditadura militar foi um período da nossa história permeado pelo regime político autoritário, em que a democracia foi castrada e abolida da vida dos brasileiros. Mediante o quadro político que se apresentou nesse período, muitos movimentos sociais foram extintos do cenário nacional, assim como muitas vozes foram cessadas, tendo repercussão na arte, na música, nas vozes de diversos intelectuais, a exemplo de Paulo Freire, Chico Buarque, Anísio Teixeira, e outros. A educação ficou regulada através de todo um aparato ideológico. Como exemplo, vimos esse reflexo no currículo escolar da época, ficando abolidas as disciplinas consideradas subversivas e contrárias aos valores morais e pátrios do governo. O nacionalismo foi a vertente ideológica presente, assim como a teoria do capital humano, que valorizava as relações entre educação e economia. Estudamos duas grandes reformas da educação empreendidas nessa época: a Reforma Universitária e a Reforma de primeiro e segundo grau de ensino. Essas reformas foram fruto do modelo autoritário do Regime militar e, portanto, porta-vozes dos anseios e expectativas dos grupos majoritários.



## Leitura Complementar

GERMANO, Willington. *Estado militar e educação: a Reforma Universitária*. In: \_\_\_\_\_. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GERMANO, Willington. *A Reforma do ensino de primeiro e segundo grau*. In: \_\_\_\_\_. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

## Referências



CASCUDO, Luís da Câmara. História da cidade do Natal. Natal: RN Econômico, edição Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1999.

GERMANO, Willington. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. A Campanha De Pé no Chão também se aprende a Ler. São Paulo: Cortez, 1982.

HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973). Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2.ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabinode. Política educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Plano editora, 2003.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. Poder político e educação de elite. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

## Fonte das figuras

Fig.01 - <http://www.livrariamarxista.com.br/photos/1/4/703.jpg>

Fig.02 - [http://4.bp.blogspot.com/\\_k\\_bDDxUShQQ/TP6vAXQuU\\_I/AAAAAAAAAxw/D90Y5p6vhd8/s1600/Ditadura.jpg](http://4.bp.blogspot.com/_k_bDDxUShQQ/TP6vAXQuU_I/AAAAAAAAAxw/D90Y5p6vhd8/s1600/Ditadura.jpg)

Fig.03 - <http://espacoculturama.files.wordpress.com/2009/11/ditadura-militar-2.jpg>

Fig.04 - [http://1.bp.blogspot.com/-mduG9XvC-QM/TnzJG6R5\\_BI/AAAAAAAAAZA/wsnqM4Jw38k/s1600/pe+no+ch%25C3%25A3o+4.jpg](http://1.bp.blogspot.com/-mduG9XvC-QM/TnzJG6R5_BI/AAAAAAAAAZA/wsnqM4Jw38k/s1600/pe+no+ch%25C3%25A3o+4.jpg)

Fig.05 - [http://1.bp.blogspot.com/\\_1ar4Q0yiXWI/RuyhKrmoTaI/AAAAAAAAAFc/mjphw5Is514/s1600-h/merenda.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_1ar4Q0yiXWI/RuyhKrmoTaI/AAAAAAAAAFc/mjphw5Is514/s1600-h/merenda.jpg)

Fig.06 - [http://3.bp.blogspot.com/\\_1ar4Q0yiXWI/RuyaaLmoTTI/AAAAAAAAAEk/82uqJe7sRSA/s1600-h/galpao.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_1ar4Q0yiXWI/RuyaaLmoTTI/AAAAAAAAAEk/82uqJe7sRSA/s1600-h/galpao.jpg)

Fig.07 - [http://2.bp.blogspot.com/\\_CvoW3WzI6as/S0h\\_QEtfQiI/AAAAAAAAAKI/AJ\\_Vj6oq3LI/s1600-h/DeP%C3%A9NoChao\\_01.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_CvoW3WzI6as/S0h_QEtfQiI/AAAAAAAAAKI/AJ_Vj6oq3LI/s1600-h/DeP%C3%A9NoChao_01.jpg)

Fig.08 - [http://1.bp.blogspot.com/\\_hiS6B6C3-qM/S724CRP8NaI/AAAAAAAAACKU/12f4Z0ZzHeQ/s1600/trabalho\\_educacao.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_hiS6B6C3-qM/S724CRP8NaI/AAAAAAAAACKU/12f4Z0ZzHeQ/s1600/trabalho_educacao.jpg)

Fig.09 - [http://4.bp.blogspot.com/\\_854fdUhvU2k/S7QY0IIXlRI/AAAAAAAAAQA/1oyE0kohTIs/s1600/EIN.jpg](http://4.bp.blogspot.com/_854fdUhvU2k/S7QY0IIXlRI/AAAAAAAAAQA/1oyE0kohTIs/s1600/EIN.jpg)

Fig.10 - [http://2.bp.blogspot.com/\\_vc1VEWPuSmU/SaVSgCtae4I/AAAAAAAAAFW4/21pLQozGHs0/s1600/ditadura.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_vc1VEWPuSmU/SaVSgCtae4I/AAAAAAAAAFW4/21pLQozGHs0/s1600/ditadura.jpg)





## Licenciatura em Espanhol

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Andréa Gabriel Francelino Rodrigues



**A educação brasileira no século XXI**

Aula

20





## Apresentação e Objetivos



Caro(a) aluno(a), chegamos ao nosso último encontro na disciplina Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação. Esperamos que tenha sido proveitoso para você esses nossos diálogos sobre Filosofia, História e educação. Também esperamos que os aprendizados nesta disciplina tenham sido múltiplos para cada um de vocês.

Neste nosso último momento, discutiremos a temática: Educação brasileira no século XXI. Vejamos que se trata de uma temática tão vasta, que precisamos ter o cuidado especial de trazer para o campo da discussão elementos que consideramos fundamentais e sem os quais cairíamos numa visão fragmentada do tema. Reconhecemos que seria pretensão dar conta de um universo tão vasto, esmiuçando e vendo as especificidades de cada fato histórico, mas isso não nos impede de levantar questões problematizadoras mais gerais, mesmo que isso seja apenas um esboço inicial para futuros aprofundamentos durante os seus estudos no Curso de Licenciatura em Espanhol.

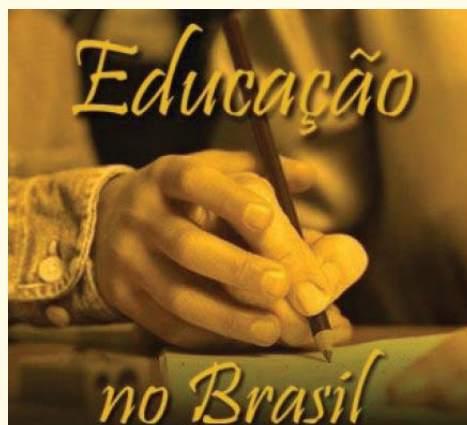


Fig. 01

Vamos discutir sobre a educação que estamos vivenciando no hoje, sobre o contexto vivido e experimentado, do qual todos vocês fazem parte. Não há como vocês deixarem de

evidenciar exemplos, práticas vividas seja na escola ou no dia-a-dia, seja ao fazer uma leitura dos meios de comunicação, seja no exemplo do outro, enfim, estamos imersos nesse século permeado por mudanças na legislação, na nova gestão presidencial, na política educacional vigente.

Consideramos fundamentais como objetivos da aula de hoje:

- ▶ Analisar a educação no século XXI no contexto da política global do país.
- ▶ Compreender as principais mudanças no campo educacional com base no referencial teórico-crítico da educação e da dialética.
- ▶ Entender a educação atual, considerando os determinantes sócio-históricos.
- ▶ Analisar a educação brasileira destacando os entrecruzamentos entre educação e poder.
- ▶ Compreender o papel da escola e, particularmente, do professor na contemporaneidade, mediante a complexidade do conhecimento.



## Para começar

Iniciamos o diálogo da aula de hoje tecendo os seguintes questionamentos:

- ▶ Qual o papel da escola no século XXI?
- ▶ A escola que temos na atualidade atende às perspectivas de formação humana?
- ▶ Quais os principais desafios para a educação no século XXI?



Fig. 02



Provavelmente, teremos várias respostas para os questionamentos acima e, quem sabe, poucas respostas para eles. O primeiro exercício a ser feito neste momento é também indagar sobre qual a escola que temos. Para qual realidade?

A sociedade atual, bem diferente da época dos nossos avós e dos nossos pais, é uma sociedade diferente não somente no seu espaço físico, mas também no cultural, nos novos valores impostos com a modernidade e pós-modernidade, nos novos valores econômicos decorrentes da globalização da economia, impondo ao indivíduo novas formas de viver e conviver.

O modelo estrutural, ao qual estamos mergulhados, tende a uma valorização maior do ter (econômico) do que o ser (o indivíduo).

A chamada pós-modernidade que exacerba os valores do consumismo, do descartável, do efêmero, do individualismo, dentre outros, segundo Ghiraldelli, traz visões menos autênticas do homem e mais aparentes. Vivemos mesmo nesse mundo das aparências, das grandes catástrofes no meio ambiente, das mudanças climáticas bruscas, das ações, muitas vezes, desenfreadas do homem no meio. Isso em meio a apelos à preservação da terra, da vida.



Fig. 03

Os desafios, com a globalização da economia e da cultura, mudam o percurso da vida humana na terra. O avanço do capitalismo mundial e a política neoliberal impõem a busca por novas diretrizes educativas. Ações permeadas por valores éticos, morais, econômicos e, acima de tudo, humanizados, se fazem sentir nessa sociedade a qual estamos vivendo.

O modelo global da economia, como tendência mundial, reflete nas interações humanas, nas diversas convivências: seja nas ruas, no trabalho, nas instituições formais de ensino, na concepção de ciência e conhecimento e incidem direta ou indiretamente na vida das pessoas, nos seus desejos, expectativas e sonhos.

O próprio sentido da palavra felicidade ganha conotações diferentes nesse contexto. É a felicidade que deixa de ser um estado de realização do ser para ser algo que pode ser comprado, consumido e descartado. É a sociedade do consumo! Tudo pode ser comprado, tudo pode ser descartado. Essa satisfação pessoal, conquistada através do consumo, termina ocasionando uma sociedade do estresse, uma sociedade doente, provocando grandes mazelas na modernidade. Pois é, pagamos caro por isso!

Destacamos abaixo algumas propagandas que, enganosamente, evidenciam a relação consumismo e felicidade. Observe cada uma delas com muita atenção:



Fig. 04 - Anúncio: sua felicidade e bem-estar podem estar nesta esquina...




Fig. 05- Anúncio: compre agora mesmo a sua Felicidade.

As imagens em destaque remetem o pensamento para um ponto central: a de que a felicidade pode ser realizada através da aquisição de um bem material e, portanto, está disponível a qualquer um.

Você acredita nessa possibilidade? Reflita sobre isso!

Mediante a sociedade do consumo e da complexidade dos acontecimentos, a educação e, particularmente, a escola, enquanto instância formativa na sociedade, precisam cada vez mais repensar os seus lugares na sociedade, suas finalidades educativas e seus Projetos Políticos Pedagógicos.

Há de se pensar que os sujeitos que frequentam a escola de hoje fazem parte de classes muito heterogêneas, porque a própria



sociedade é complexa, com uma diversidade cultural muito ampla. Precisamos pensar na educação do jovem e dos adultos, nos jovens que logo cedo precisam trabalhar e estudar; precisamos pensar no número, infelizmente, de crianças que são repetentes ou se evadem da escola por múltiplos motivos, assim como na inclusão social e não na exclusão. Tudo isso deve estar interligado a uma política nacional de educação, porque a escola, como bem sabemos, não age isoladamente, suas práticas são decorrentes de diretrizes locais e gerais.

Nos anos 90 do século XX, o Brasil teve, e ainda persiste em seu cenário econômico de uma forma muito visível, o quadro das políticas neoliberais. Essa ação materializada na política do então presidente da época, Fernando Collor, refletiu contundentemente na política econômica e educacional do país.

Assistíamos a uma forte tendência de privatização das instituições públicas no país. Tivemos esse exemplo em alguns setores da economia. Você se lembra do caso Cosern? O discurso neoliberal que vigorava era de ser a privatização o melhor caminho para racionalizar a economia, pondo-a em novos moldes de eficiência e eficácia, uma vez que nesse discurso predominava a ideia de que as instituições públicas gastavam muito e pouco devolviam em termos de retorno financeiro à nação.

Nessa compreensão, o ideal era que se buscasse racionalizá-las, enxugar a máquina pública, reduzir os custos. Você se lembra do PDV, o Plano de Demissão Voluntária do governo? Pois bem, ele surgiu nessa conjuntura. Após o impeachment que ocorreu em 14 de agosto de 1992, assumiu o governo o presidente Fernando Henrique Cardoso, que deu continuidade ao governo anterior, estabelecendo fortes relações econômicas do Brasil com o Banco Mundial e o FMI.

Você pode estar se perguntando? O que tudo isso tem a ver com a educação atual? Veja, todas essas mudanças contribuíram para a estruturação do cenário atual. Essas mudanças incidiram, inclusive, na qualidade da educação. A qualidade pensada nessa época estava interligada ao conceito de racionalização da educação, à descentralização do ensino e pouco ao conceito de democratização do conhecimento.

A democratização do conhecimento é uma busca constante na sociedade do hoje. Não cabe mais, na realidade atual, a mecanização dos processos de ensino e aprendizagem. A pedagogia tradicional, apesar de persistir historicamente não atende mais aos pré-requisitos de formação na atualidade. O aluno deste século precisa aprender a



lidar com a informação e com os diversos saberes existentes, bem como saber colocá-los em prática. Lembra das ideias de Paulo Freire quanto à autonomia do educando em relação ao conhecimento? Recorda que estudamos sobre o capítulo do livro Pedagogia da autonomia que versa sobre essa questão? Faça relações da leitura que realizou anteriormente com a temática de hoje.

O documento da UNESCO, lançado na década de 90 do século XX, traz algumas orientações quanto à importância desse saber, enfatizando que a educação precisa ter um outro direcionamento para além do existente.

São quatro os pilares para a educação do século XXI, (expressas no Relatório Jacques Delors, UNESCO). Você já ouviu falar desses pilares?

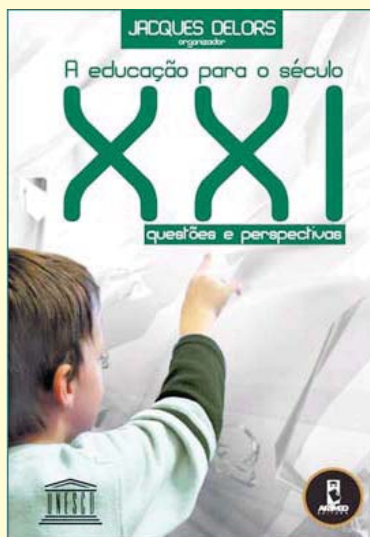
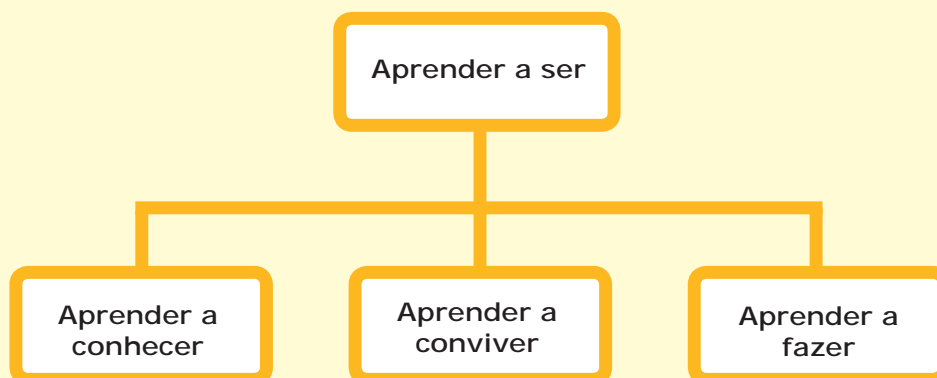


Fig. 06 - Livro Educação para o século XXI



O referido relatório aponta alguns valores importantes a serem trabalhados continuamente, não limitados ao âmbito escolar, dentre, eles:

- ▶ Aprender a ser (como pessoa, a ir ao encontro do outro, a respeitar o potencial humano, a sua pessoa, a administrar os conflitos, a se reconhecer como sujeito em potencial).
- ▶ Aprender a conhecer (envolve o conhecimento dos valores, da cultura, de si mesmo e do outro).
- ▶ Aprender a conviver (aprender a lidar com os outros, a elevar a autoestima, a desenvolver-se plenamente em solidariedade).
- ▶ Aprender a fazer (colocar os saberes teóricos em prática de

uma forma inteligente, sabendo lidar com a tecnologia e com as relações humanas, saber trabalhar em equipe, saber desenvolver as competências específicas da sua área).

Esses pilares remetem o pensamento a processo educativo amplo, de formação humana no século XXI, onde a escola não pode mais limitar os seus processos de formação à mecanização do ensino. Nesse sentido, é preciso questionar: quem é o sujeito do conhecimento no século XXI que frequenta a escola, seja ela pública ou privada?

Como trabalhar na escola o aluno que está imerso na tecnologia da informação e na diversidade de conhecimentos? Como considerar, no trabalho pedagógico, todas essas tecnologias na escola, quando a escola nem sempre dispõe de tecnologias avançadas?



Fig. 07 - Educação e tecnologia

Pois bem, sabemos que precisamos considerar, na prática docente, as múltiplas aprendizagens, de forma que o aluno, um sujeito pensante e não apenas decodificador de signos gráficos, não só aprenda a processar a informação, mas também faça sua síntese e saiba buscar o conhecimento, e, sobretudo, usá-lo de forma sábia, respeitando o outro, nas convivências grupais.

Edgar Morin, estudioso da linha de pensamento da complexidade, no livro intitulado: "os sete saberes necessários à educação do futuro", discute sobre alguns saberes que considera fundamental para a formação do homem, são eles:

- ▶ As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão;
- ▶ Os princípios do conhecimento pertinente;
- ▶ Ensinar a condição humana;
- ▶ Ensinar a identidade terrena;
- ▶ Enfrentar as incertezas;
- ▶ Ensinar a compreensão;
- ▶ A ética do gênero humano.

Dos diversos aspectos destacados por Morin, há uma chamada do autor para o pensamento complexo. Isso quer dizer que no tempo atual não dá para compreender o conhecimento através do isolamento, da fragmentação. Há uma tendência à fragmentação e à especialização

na sociedade moderna, mas o conhecimento precisa ser contextual, fazendo-se as relações entre o local e o amplo, entre o particular e o mais geral, entre as partes e o todo.

A linha da complexidade do conhecimento, a qual o autor defende, reconhece que vivemos um período que ele chama de INCERTEZAS. Nesse sentido, há um relativismo no conceito de verdade, na ideia de conhecimento absoluto. A própria ciência passa por essas mudanças, porque o que hoje pode ser uma teoria muito bem aceita pela comunidade científica e tida como verdade, amanhã pode ser posta abaixo com outras teorias que venham a trazer um novo corpo teórico de anunciados e, portanto, de novos resultados para a humanidade. Você já ouviu a expressão: “crise dos paradigmas”?

Pois bem, a crise dos paradigmas é o reflexo dos grandes questionamentos da humanidade quanto à ciência absolutista, de imposição de verdades, ao modelo positivista de conhecimento, que aceita apenas como verdade os dogmas que não podem ser abertos a novos olhares.

Os séculos XX e XXI trazem essa marca das incertezas. E o que hoje nós, professores, vivenciamos na nossa profissão, seja ela na área de Espanhol ou em outras áreas do conhecimento, é justamente esse momento das rupturas, das buscas, da complexidade na educação. Para qualquer profissional, a realidade de mercado de trabalho impõe alguns desafios, dentre eles, o repensar de sua prática num contínuo complexo de reconfigurações. Não basta a esse profissional um simples diploma, mas a retomada constante dos seus saberes e práticas frente a novas situações vividas, assim como uma reformulação continuada dos seus conhecimentos.

Isso significa que não há um profissional que já esteja pronto e acabado para enfrentar a realidade complexa, mas um profissional deve estar sempre retomando o seu fazer e se atualizando, estando aberto a novos saberes e a novas retomadas. A chamada práxis é o que denominaríamos de fundamental nesse momento, a ação-reflexão, gerando uma ação mais pensada, refletida, mediante novas necessidades.

Diante de tal grau de complexidade, perguntamos a você: qual

o papel da instituição escolar mediante essa realidade? E, mais especificamente, qual o papel do professor e do professor de Espanhol? O professor deve estar preocupado apenas com os conhecimentos a serem transmitidos de Espanhol ou ele pode dar uma contribuição maior no processo de formação das novas gerações?

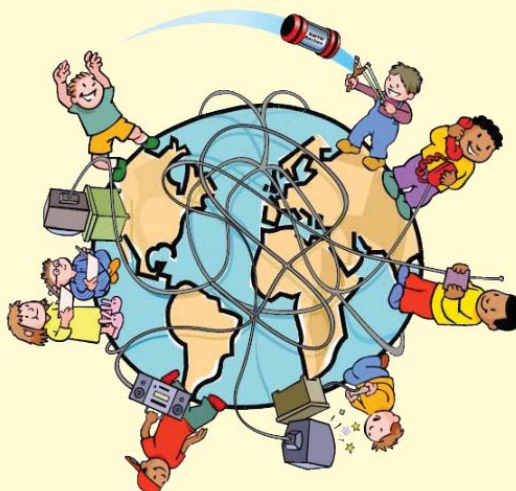


Fig. 08 - Educação, tecnologia e informação

São vários os saberes a serem considerados pelo professor no seu processo de formação continuada. Além do domínio dos saberes específicos de sua prática, outros são necessários para uma prática reflexiva. Destacam-se: o reconhecimento da identidade cultural, a importância da pesquisa como elemento fundamental na atualização dos conhecimentos, a aceitação aos novos desafios que a prática pedagógica impõe, o comprometimento político, a ética profissional, a autonomia na ação, a curiosidade científica, dentre outros.

A educação, no século XXI, deve creditar no trabalho educativo das escolas o respeito à natureza e também a destruição de atitudes de preconceitos, de imposições e de homogeneização dos valores. Isso considerando que a internacionalização da mídia impõe valores e padrões a serem seguidos, deixando poucos espaços para a conscientização e abrindo mais espaços para o consumismo desenfreado, para o efêmero e para as relações menos afetivas e mais materiais. Resgatar a importância das relações sociais e afetivas na escola, assim como trazer para o cotidiano escolar práticas inclusivas, ainda é um desafio da educação do século XXI.

Na realização de práticas educativas que resgatem esses valores, rompendo mais com o individualismo, com o desrespeito ao outro, com a competição e as desigualdades, não há espaço para pensar que os valores morais, éticos e as virtudes são coisas ultrapassadas, que não merecem valor.

A importância da diversidade cultural, o respeito ao outro e

uma proposta de educação mais inclusiva na escola vêm sendo uma constância nos projetos educativos do governo, nas propostas curriculares para o século XX e XXI, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais publicados pelo Ministério da Educação e Cultura.



Fig. 09

É necessário que as escolas tragam, nas suas propostas educativas, o multiculturalismo, porque vivemos numa sociedade heterogênea e não homogênea. As diversidades de ideias, de culturas, de linguagens são diversas, não há como negar e deixar de lado essa compreensão.

Não podemos perder de vista, como já disse várias vezes o educador Paulo Freire, o valor humano. A ciência não pode estar a serviço, por exemplo, do econômico, dos valores de mercado, precisamos pensar urgentemente mais no homem, a pesquisa deve ser mais humanizada, porque sem isso nos tornamos máquinas a serviço da ordem e dos valores materiais.



Fig. 10

Voltemos àquelas perguntas iniciais: Qual o papel da escola no século XXI? A escola que temos na atualidade atende às perspectivas de formação humana? Quais os principais desafios para a educação no século XXI?

A resposta para estas perguntas estaria na erradicação do índice de analfabetismo? Na retomada de valores éticos, morais, religiosos? Na valorização das relações humanas e na diversidade cultural? Na inclusão social? Ou na somatória de todos esses questionamentos e alguns outros mais não elencados, até então, nesta aula?

No século XXI, abre-se, então, espaço na escola para o trabalho que reunifica o pensamento e o fazer. Não basta apenas o saber ou somente o fazer, a relação entre ambos é fundamental e o pensamento pedagógico deve pôr em destaque a atividade humana, a práxis, a transformação inteligente, não apenas no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las na ação e na comunicação.

A escola do século XXI precisa desenvolver práticas educativas na perspectiva de um projeto educativo que brote das necessidades concretas, considerando o sujeito do conhecimento e as condições de trabalho, reativando propostas interdisciplinares através de projetos de trabalho na escola que tentem romper com a fragmentação do conhecimento, assim como desenvolver ações político-educativas mais inclusivas a partir de um projeto político pedagógico democrático, pensado e posto em prática a partir do coletivo.

Há necessidade também de a escola valorizar a transversalidade do conhecimento, exaltando temáticas fundamentais para a formação de crianças, jovens e adultos como: diversidade cultural, meio ambiente, violência, sexualidade, cultura, tecnologia, dentre outros. A transversalidade significa que um tema não é de domínio específico de uma determinada área do conhecimento, mas pode ser abordado sob múltiplos olhares pelas diversas disciplinas do currículo escolar.

Devem-se fazer abordagens transversais de temas que, dentro de uma proposta educativa significativa para alunos e professores, contribuam para valorização de atitudes de respeito e dignidade ao ser humano, assim como contribuam para a percepção do conhecimento como totalidade e não como fato isolado.

Nesse contexto, o docente também precisa estar retomando seu fazer pedagógico num processo contínuo da ação-reflexão-ação.

A educação do século XXI impõe pensar em todas essas questões e mais as que são relativas ao meio ambiente, ciência e tecnologia, as relações educação e mercado de trabalho e produção do conhecimento.

## Mãos à Obra



1. Com base na leitura complementar intitulada: "Educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI", destaque, no mínimo, quatro contribuições específicas da ação docente voltadas para uma prática educativa mais inclusiva.





## Já sei!

Estudamos, na aula de hoje, que a educação para o século XXI é complexa, permeada por grandes mudanças no âmbito econômico, político e cultural. Não há influência de apenas um desses fatores, mas todos eles, de uma forma interligada, contribuem direta ou indiretamente nos rumos da educação brasileira. A escola sofre historicamente essas mudanças e, na conjuntura atual, ela precisa estar num processo contínuo retomando suas finalidades educativas, o seu projeto político pedagógico frente às novas exigências sociais, buscando práticas de ensino menos excludentes e mais democráticas.



## Leitura Complementar

<http://www.deficienteciente.com.br/2010/05/educacao-inclusiva-ummeio-de-construir.html>

(Site sobre a temática: Educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI, da autora Pilar Amaiz Sánchez.)

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/edgarmorin.pdf>

<http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/w/89/27/>



BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. A educação para o século XXI: questões e perspectivas. São Paulo: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOMES, Laurentino. 1822: como um sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias até os Severinos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GHIRALDELLI Jr, Paulo. Didática e teorias educacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. 7.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2.ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. O ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias. In: \_\_\_\_\_. (Org.). Didática: o ensino e suas relações. 4.ed. São Paulo: Papirus, 1999.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabinode. Política educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Plano editora, 2003.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. Poder político e educação de elite. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

## Fonte das figuras

Fig. 01 - <http://www.clictribuna.com.br/imagens/noticias/brasil-investe-alto-em-educacao-no-pais--2.jpg>

Fig. 02 - <http://mundosebrae.files.wordpress.com/2008/10/educacao.jpeg>

Fig. 03 - <http://www.aimdigital.com.ar/aim/wp-content/uploads/2011/04/dia-de-las-americas.jpg>

Fig.04-[http://images04.olx.com.br/ui/8/55/48/1282327035\\_114884748\\_1-Fotos-de--Sua-felicidade-e-bem-estar-podem-estar-nesta-esquina-1282327035.jpg](http://images04.olx.com.br/ui/8/55/48/1282327035_114884748_1-Fotos-de--Sua-felicidade-e-bem-estar-podem-estar-nesta-esquina-1282327035.jpg)

Fig. 05 - [http://images01.olx.com.br/ui/9/76/79/1288881515\\_135016779\\_2-Compre-agora-mesmo-a-sua-Felicidade-Rio-de-Janeiro-1288881515.jpg](http://images01.olx.com.br/ui/9/76/79/1288881515_135016779_2-Compre-agora-mesmo-a-sua-Felicidade-Rio-de-Janeiro-1288881515.jpg)

Fig. 06 - [http://i.s8.com.br/images/books/cover/img7/284147\\_4.jpg](http://i.s8.com.br/images/books/cover/img7/284147_4.jpg)

Fig. 07 - <http://skora.com.br/aplicativos/wp-content/uploads/2011/12/midia.jpg>

Fig.08-<http://e1.s1sf.com/df/0/ui/post/2012/05/27/2/b/e8acc8d083962ce8f710eda7559065d3.jpg>

Fig.09-<http://1.bp.blogspot.com/-fKCIoaBHQ1Y/TkwRfK4CxnI/AAAAAAAAAIQ/6A0uAyS0Y8s/s1600/crian%C3%A7as+ao+redor+do+mundo.jpg>

Fig.10-[http://2.bp.blogspot.com/\\_27eKZFMxgrg/Rrfxik7CGJI/AAAAAAAAAs/XIP6bFaRFPM/s400/charge\\_78.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_27eKZFMxgrg/Rrfxik7CGJI/AAAAAAAAAs/XIP6bFaRFPM/s400/charge_78.jpg)